

*Boletim da
Academia Galega
da Língua Portuguesa*



Academia Galega da
Língua Portuguesa

*Boletim da
Academia Galega
da Língua Portuguesa*

n.º 9 / 2016

Presidente da AGLP

José Martinho Montero Santalha

Conselho de Redação

Conselho Científico

Celso Álvarez Caccamo (UdC); Carlos Assunção (UTAD); J. Malaca Casteleiro (ACL); Evanildo Bechara (ABL); Zélia Borges (Mackenzie); Paulo Borges (FLUL); Anabela Brito (ULP); Regina Brito (Mackenzie); Luís G. Soto (USC); Carlos Garrido (UVigo); M^a Henriquez (UVigo); Álvaro Iriarte (UMinho); Cristina de Mello (UCoimbra); Cilha Módia (UdC); Isabel Morán (USC); José Paz (UVigo); Carlos Reis (UAb); Ricardo Reis (UVA); José L. Rodríguez (USC); Augusto S. da Silva (UCP Braga); Carlos Taibo (UA Madrid); Jurjo Torres (UdC); Álvaro Vidal (UNottingham); Evandro Vieira Ouriques (NETCCON-UFRJ); Xavier Vilhar (USC); Beatriz Weigert (UEvora).

Impressão

Sacauntos Cooperativa Gráfica

Depósito Legal C-2345/08

ISSN 1888-8763

Secretário da AGLP

Ângelo Cristóvão Anqueira

Maria Dovigo, Iolanda Mato Creo (editora), Ernesto Vasques Souza, Joám Evans Pim, António Gil Hernández (Diretor).

Conselho Assessor

Isaac Alonso Estraviz; Artur Alonso Novêlhe; José Manuel Barbosa; Ângelo Brea Hernández; Margarida Castro; Henrique Correia; Chrys Chrystello; Marcos Crespo; Ângelo Cristóvão; Renato Epifânio; Carlos Durão Rodrigues; Luís Gonçalves Blasco; Vítor Lourenço Peres; Higinio Martins Estevez; Anabela Mimoso; Mário Afonso Nozêda Ruitinha; Henrique Salles da Fonseca; Francisco Paradelo Rodríguez; Ramom Reimunde Noreña; Valentim Rodrigues Fagim; José R. Rodrigues Fernandez; Concha Rousia; Rudesindo Soutelo; Cathryn Teasley Severino; Joám Trilho; Fernando Vazques Corredoira; Xavier Vázquez Freire; Crisanto Veiguela Martins.

Edita

Academia Galega da Língua Portuguesa

Rua de Castelão n.º 27

15900 Padrão, Galiza

<http://www.academiagalega.org>

Conteúdos

ESTUDOS

| | | |
|--|-----------------------------------|----|
| Contributos à Breve História do Reintegracionismo | <i>Carlos Durão e António Gil</i> | 11 |
| Estudos galegos e Lusofonia no século XXI | <i>David Vila</i> | 27 |
| Límiars da cultura | <i>Higino Martins</i> | 37 |
| É possível a construção duma Cidadania Lusófona na Galiza? | <i>Alexandre Banhos Campo</i> | 53 |
| E a Galiza...? Lusofonias transversais | <i>Álvaro J. Vidal Bouzon</i> | 63 |
| <i>Algumas notas sobre a etimologia de Ourense</i> | <i>José Manuel Barbosa</i> | 77 |

INSTITUIÇÃO

| | | |
|--|---------------------------------------|-----|
| Atividades da AGLP no ano 2016 | <i>Ângelo Cristóvão</i> | 103 |
| O Vocabulário Ortográfico da Galiza | <i>António Gil Hernández</i> | 105 |
| Português, língua global | <i>Eugénio Anacoreta Correia</i> | 121 |
| Discurso na tomada de posse como académico-correspondente da ACL | <i>José-Martinho Montero Santalha</i> | 129 |
| Do Návía ao Mondego, semente da língua portuguesa | <i>Isaac Alonso Estraviz</i> | 135 |
| Valentim Paz-Andrade e a Academia Galega da Língua Portuguesa | <i>Ângelo Cristóvão</i> | 147 |

PUBLICAÇÕES

| | | |
|--|------------------------------|------------|
| <i>Galícia y los gallegos en las fuentes árabes medievales</i> | <i>José Manuel Barbosa</i> | 155 |
| <i>Livros (infantis?): diálogo de letra e ilustração</i> | <i>António Gil Hernández</i> | 173 |
| <i>A razão do perverso</i> | <i>Teresa Moure</i> | 183 |
| <i>Racismo em português. O lado esquecido do colonialismo</i> | <i>Maria Dovigo</i> | 187 |
| <i>Comprender Portugal</i> | <i>António Gil Hernández</i> | 191 |
| <i>Se os carvalhos falassem</i> | <i>Brites Araújo</i> | 197 |
| <i>Solilóquios com Manuel Maria</i> | <i>Roi Vales da Oliveira</i> | 203 |

Editorial

Estando para ser ultimada a preparação deste volume 9 do *Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa* chegou a excelente e esperada notícia de a Academia Galega da Língua Portuguesa (AGLP) ser aceite como observador consultivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Da página oficial da CPLP tomamos as seguintes referências, que contextualizam o ato em causa:

Nota Informativa

A XXII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa teve lugar em Brasília, no dia 20 de julho de 2017, e contou com a participação dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores, ou seus representantes, da República de Angola, da República Federativa do Brasil, da República de Cabo Verde, da República da Guiné-Bissau, da República da Guiné Equatorial, da República de Moçambique, da República Portuguesa, da República Democrática de São Tomé e Príncipe, da República Democrática de Timor-Leste, e da Secretária Executiva da CPLP.

O Presidente da República Federativa do Brasil, Senhor Michel Temer, na condição de presidente *pro tempore* da CPLP, abriu a sessão, quando proferiu palavras de boas-vindas aos Ministros e demais Chefes de Delegação.

Foi nessa data, 20 de julho de 2017, que foi atribuída a Categoria de Observador Consultivo à Academia Galega da Língua Portuguesa.

Dada a importância deste ato do Conselho de Ministros da CPLP pensamos que bem podemos dedicar-lhe o volume 10 do BAGLP, pelo menos, dada a numerosa documentação gerada desde 1985 até o ano 2017.

Convém lembrar alguns excertos, interessantes na Galiza, do *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*, assinado em Lisboa em 12 de outubro de 1990 e aprovado para ratificação pela *Resolução da Assembleia da*

República n.º 26/91, de 23 de agosto, publicado no *Diário da República* n.º 193, Série I-A, pp. 4370-4388.

O texto da citada *Resolução da Assembleia da República*, datada em 4 de junho de 1991, diz:

ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Considerando que o projecto de texto de ortografia unificada de língua portuguesa aprovado em Lisboa, em 12 de Outubro de 1990, pela Academia das Ciências de Lisboa, Academia Brasileira de Letras e delegações de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, **com a adesão da delegação de observadores da Galiza**, constitui um passo importante para a defesa da unidade essencial da língua portuguesa e para o seu prestígio internacional;

Considerando que o texto do Acordo que ora se aprova resulta de um aprofundado debate nos países signatários:

A República Popular de Angola, a República Federativa do Brasil, a República de Cabo Verde, a República da Guiné-Bissau, a República de Moçambique, a República Portuguesa e a República Democrática de São Tomé e Príncipe acordam no seguinte:

[Omitimos o articulado, quatro artigos em total, dadas as vicissitudes por que atravessaram.]

Em fé do que os abaixo assinados, devidamente credenciados para o efeito, aprovam o presente Acordo, redigido em língua portuguesa, em sete exemplares, todos igualmente autênticos.

Assinado em Lisboa, em 16 de Dezembro de 1990.

[A assinatura primeira, dos "técnicos" ou filólogos, fez-se em 12 de outubro de 1990, no fim das reuniões desenvolvidas na Academia das Ciências de Lisboa]

Pela República Popular de Angola: José Mateus de Adelino Peixoto, Secretário de Estado da Cultura.

Pela República Federativa do Brasil: Carlos Alberto Gomes Chiarelli, Ministro da Educação.

Pela República de Cabo Verde: David Hopffer Almada, Ministro da Informação, Cultura e Desportos.

Pela República da Guiné-Bissau: Alexandre Brito Ribeiro Furtado, Secretário de Estado da Cultura.

Pela República de Moçambique: Luís Bernardo Honwana, Ministro da Cultura.

Pela República Portuguesa: Pedro Miguel Santana Lopes, Secretário de Estado da Cultura.

Pela República Democrática de São Tomé e Príncipe: Lígia Silva Graça do Espírito Santo Costa, Ministra da Educação e Cultura.

Desejamos e esperamos que no futuro esta irmandade continue e se robusteça cada vez mais com novos contatos e com novas colaborações. Alimentamos a esperança de que, sejam quais forem as circunstâncias político-culturais em que os nossos países se encontrarem, entre todos saibamos achar caminhos e instrumentos que permitam articular essa irmandade superior que é a língua, o que para a Galiza implicará uma participação plena e permanente na comunidade lusófona.

Fragmento do discurso de José-Martinho Montero Santalha na tomada de posse como académico-correspondente da Academia das Ciências de Lisboa o 14 de julho de 2016.

Estudos

Contributos à *Breve História do Reintegracionismo*.

Carlos Durão
António Gil

Resumo

Recebemos, no seu dia, grato convite do Tiago Peres Gonçalves, quem estava a preparar uma história do Reintegracionismo. Respondemos com os textos, infra reproduzidos, que sem dúvida o autor soube bem aproveitar. Contudo, achamos que merece a pena serem conhecidos na sua literalidade.

Palavras-chave

Reintegracionismo, AGAL, Associação de Amizade Galiza-Portugal, Irmandades da Fala.

Abstract

We were once kindly invited by Tiago Peres Gonçalves, who was then preparing a history of Reintegrationism, to contribute our views. We replied with the texts below, very aptly used by the author. Nevertheless, we think that those texts deserve to be known fully and on their own.

Key words

Reintegrationism, AGAL, Galicia-Portugal Friendship Association, Brotherhood of the Language in Galicia and Portugal.

Introdução

Na "Nota prévia do autor" à *Breve História do Reintegracionismo* (2014, [Compostela], Através/AGAL), Tiago Peres Gonçalves salienta que 'o seu interesse pelo reintegracionismo vinha de longe, num começo como militante em diferentes organizações e posteriormente do ponto de vista académico'. E continua:

Para as pessoas que compunham a minha geração, as nascidas na década de setenta, a adoção da norma reintegracionista era tão só uma questão de tempo. É óbvio que não aconteceu assim, e hoje, após dez anos da última reforma ortográfica¹, o acordo parece esquivo. Porém, nas últimas décadas o reintegracionismo foi capaz de construir um movimento social à margem da oficialidade, movimento que constitui a dia de hoje uma das alternativas possíveis para a sobrevivência do galego. (Peres 2014: 9)

Tiago reconhece que o seu livro

é também uma história coletiva, devedora de todas aquelas pessoas que dum ou doutro jeito têm contribuído para a sua elaboração. A todas elas vai dedicado mas especialmente a Valentim Fagim, autêntico pai intelectual da criatura e pessoa que mais confiou em mim para levar adiante um projeto desta natureza. (ib.)

Temos de reconhecer que o autor contactou conosco, que nos enviou umas questões para que as respondêssemos segundo melhor considerássemos, como assim fizemos, por escrito.

São aquelas respostas as que a seguir reproduzimos, sem alterá-las, salvo nas gralhas que daquela não advertimos.

Contributo-respostas de Carlos Durão ao Tiago Peres

Tiago: Em primeiro lugar interessa-me conhecer como foi que se produziu o trânsito cara as ideias reintegracionistas no teu caso e por extensão no

¹ O autor refere-se à reforma 2003 das NOMIGa [*Normas Ortográficas e Morfológicas do Idioma Galego*] da Real Academia Galega, preparadas em 1982 pelo Instituto da Língua Galega, da Universidade de Santiago de Compostela, e publicadas por ambas as entidades nesse ano.

Existe uma revisão oficiosa dessas NOMIGa publicada em 1995. Contudo, a edição a que o autor remete não mereceu tanta *pompa e circunstância* (Edward Elgar, *Pomp & Circumstance Marches*, Op. 39, No. 1 in D Major, London, 1901) quanto a edição primeira, de 1982, recebida como remédio dos *males do galego*, a começar pelo *lusista*.

Vinte anos (1982-2003) evidenciaram que a grafia outorgada ao galego pelo Reino borbónico de Espanha não só não facilitava o aprendizado, mas mormente, acompanhada de grave incumprimento dos tímidos preceitos legais para a "normalización del gallego" por parte das autoridades competentes, está a conseguir talvez o objetivo inicialmente proposto: a desapareição da Comunidade Lusófona da Galiza (espanhola) e mesmo os usos públicos e não rituais de galego, do *galego outorgado*.

Grupo de Trabalho Galego de Londres. Foi a raiz da polémica suscitada pelo famoso artigo de Rodrigues Lapa? Já com anterioridade tinham pensado sobre o assunto. Foi Lapa o que mais influenciou na vossa tomada de consciência ou houve outros galeguistas?



Carlos Durão: Começo pela derradeira pergunta: pois não, não creio que fosse ele quem mais influenciou nisso, pelo menos no meu caso; deixa-me fazer memória, e perspetiva: na altura (começo dos anos 70), eu relacionava-me com o que mais tarde se veio a conhecer como Grupo Galaxia: Ramón Piñeiro, Paco del Riego, Xaime Isla etc., e na emigração (por exemplo no Centro Galego de Londres) eu tentava *fazer galeguismo*, no que entrava espalhar o livro galego aqui, em exposições, vendas, etc.; nesse contexto, o Paco propôs-me a ideia de eu fazer um pequeno dicionário galego-inglês; e com efeito comecei, com entusiasmo juvenil, preenchi bastantes fichas, com as letras mais ou menos ao chou... e foi então quando o que antes fora uma conjectura tácita se tornou em exigência já inadiável: com efeito, todos aqueles X [equis/xis] que choutavam indiscriminadamente por toda a parte, e começavam a se multiplicar numa ficha concreta... aquilo não podia ser *normal*; enfim, não foi uma *revelação* instantânea (com a minha mãe, professora de ensino primário, eu morara

na minha mocidade no Vale Minhor e no Vale de Tebra, em Tominho, quase na Raia *molhada*, e o português padrão estava sempre presente nos contatos minhotos), mas sim uma constatação de que *havia que fazer algo*, e os tempos eram chegados...

Depois veio, sim, o contato, fulcral, com o saudoso professor Rodrigues Lapa. Fazendo memória, nunca deixa de me surpreender a generosidade daquele homem, verdadeiramente um dos pondalianos *bons e generosos*, que não tinha problema em se relacionar com estudantes e moços galegos mais ou menos rebuldeiros... o meu relacionamento com ele foi sobretudo epistolar (mas pelo menos numa ocasião consegui saudá-lo em pessoa na sua querida Anadia, no Sul da Galiza *anterra*, como ele próprio escreveu, e citou-me no seu artigo do 73 "A recuperação literária do galego", na revista *Colóquio/Letras*; mas já antes (no 72) ele consultara comigo sobre questões *delicadas* do seu relacionamento com Piñeiro: estava a remoer o seu artigo, que ia ser uma resposta à "Carta de Santiago" publicada naquela revista pelo seu amigo Piñeiro...

Com isto ficam, creio, respondidas as derradeiras perguntas.

Quanto à primeira, o Grupo de Trabalho Galego de Londres foi fundado no 1970 pelo casal Pérez-Barreiro (Fernando e Teresa) e mais eu (depois entraram outros: Xavier Toubes, Manuel Fernández-Gasalla, Ricardo Palmás...); era enviado pelos correios a professores de escola primária interessados, com motivo de se promulgar a primeira *Ley General de Educación* (do ano 70, de Villar Palasí, ministro de Franco), para os encorajar a empregar o galego na escola; ali escrevíamos nós (coletivamente, sem assinar), e mais pessoeiros como Ben-Cho-Shey, Agostinho da Silva e M. Rodrigues Lapa (foi justamente na correspondência com este que eu comecei a utilizar a grafia portuguesa a fundo); o GTGL publicava um *Boletim* quasi-bimestral, que incluía um suplemento com material escolar; nos suplementos dos números 7 e 8 (fevereiro e abril do 1972), o *Boletim* levava textos portugueses, com algumas instruções para facilitar a sua leitura; no número 9 (Natal) fazia-se um primeiro intento de adaptar textos de Castelhão à ortografia comum. Publicou um *Plano pedagógico* (*Plan pedagóxico galego*, revista *Grial*, 1971, n.º 32, pp. 202-10, com separata); nele dizíamos:

o galego non é lingua minoritaria. É — aínda — a lingua da maioría do pobo galego, a de Portugal, Brasil, Angola, Mozambique e outros pobos de África e Asia (p. 203).

Tiago: Na linha da anterior pergunta. Estou interessado em conhecer quais foram as vossas influências ideológicas. Tínhadese conhecimento da existência de uma tradição no galeguismo de pré-guerra que já defendera as teses reintegracionistas? Ou pelo contrário foi uma elaboração *ex novo*?

Carlos Durão: Tínhamos, sim, conhecimento daquela parte da nossa tradição que nunca renunciara à unidade da língua comum (Irmandades da Fala, etc.); ora, na altura tínhamos também uma sensação de urgência, de que *havia que fazer algo* no ensino e, acertadamente ou não, aceitávamos tacitamente a ideia do Piñeiro de que primeiro havia que ensinar o galego nas escolas *como fosse*, e depois já se veria... mas já na altura era evidente, pelo menos para mim, que ele não gostava do *lério* da ortografia, como ele dizia, apesar de lhe ter publicado ao Guerra da Cal os seus poemas pioneiros, por nós conhecidos, naturalmente; mas devo dizer aqui, sem me estender, que não todo o Grupo tinha ideias digamos “reintegracionistas”, *avant la lettre*...

Tiago: Em opinião de alguns linguísticas o Grupo de Trabalho Galego de Londres e Martinho Montero Santalha tendes a virtualidade de ter sido os primeiros em converter o que foram tão só manifestações teóricas à praxe. Até que ponto é certa essa afirmação? Qual é a data na que começaram a escrever na normativa reintegracionista?

Carlos Durão: Pois suponho que é mais ou menos assim, se indicamos previamente que, como mencionei, foi Guerra da Cal quem primeiro, no pós-guerra, utilizou em obra de criação uma grafia “reintegrada”, que hoje nos pode parecer tímida; quanto a datas, a ver se posso rastejar algumas...

Na correspondência daqueles anos com Rodrigues Lapa, J. L. Fontenla, Martinho, I. A. Estraviz, A. Gil Hernández, Carvalho Calero, Guerra da Cal... podem-se rastejar as grafias convergentes: no caso de Guerra da Cal e de Lapa, era o português padrão, naturalmente; no nosso, eram aproximações que levavam mais ou menos tempo (por exemplo o passo do *-om* ao *-ão*, que ainda hoje levanta celeumas...); bom, algumas datas então:

Pelos anos 70 eu escrevia cousas como:

é o mesmo idioma, com variantes fonéticas e léxicas (“Nota ortográfica para o uso do suplemento na escola”, *Boletim do GTGL*, n.º 8, abril 1972, p. 4); galego e/ou português (semanário ANT, n.º 41, 8-14, dezembro 1978, p. 12); cos manuscritos [medievais] na man pódese probar case calquer cousa: tanto que o galego e o português son a mesma lingua, como que non, tanto que ‘lh’ e ‘nh’ son vernáculos como que non, etc.” (“Algunhas precisións sobre a ortografía”, revista *Grial*, n.º 64, 1979, p. 243 [onde também ensaiava um texto reintegrado adaptado duma tradução russa inédita minha]).

Mas isso era sem empregar a grafia reintegrada: essa era ainda *reservada* para os excertos no suplemento do *Boletim* ou nalguma outra publicação (como a própria *Grial*, e muito apesar do Piñeiro); tirando a correspondência privada, como digo, creio que o primeiro *documento reintegrado*, se queremos dizer-lhe assim, da minha autoria é o citado em “A política e a organização exterior da UPG (1964-1986)”, Luís Gonçalves

Blasco “Foz”, Eds. Laiovento, 2012, [p. 261], que é a transcrição íntegra do primeiro documento reintegracionista, no fundo e na forma, relacionado com um partido político galego, e que data de agosto do 1977 (e cumpre mencionar aqui que o tal documento foi rejeitado pelo *cúmio*, que pediu uma *tradución* deste texto *português!*).

Tiago: Também estou interessado em conhecer que canles de contato tinhadés com o que se estava a fazer na Galiza. Se tínhadés contato direto com Montero Santalha. Como era a comunicação entre os partidários das *Teses Reintegracionistas*?

Carlos Durão: Esse contato era fundamentalmente epistolar e telefónico, além dos contatos pessoais quando nós viajávamos à Terra; depois foi também em *Congressos*, por exemplo os da AGAL já nos anos 80, mas também das Irmandades da Fala e da Associação de Amizade Galiza-Portugal, das Jornadas do Ensino da AS-PG², etc.

Tiago: Quais são segundo a tua opinião os elementos fundamentais que ajudaram ao nascimento a mediados da década de setenta do reintegracionismo moderno organizado?

Carlos Durão: Talvez fosse, pensando retrospectivamente, a convicção crescente de que a *ideia* central nascera independentemente entre nós, depois reforçada, claro, ao nos irmos conhecendo uns aos outros: mas essa independência era o que lhe dava mais força persuasiva: se muitas pessoas, de variadas procedências, chegavam a conclusões similares era que a *ideia* era sã, que não *estávamos tolos* nem éramos *quatro gatos que cabem num táxi*, invectivas que nos eram arremessadas continuamente; no meu caso, vir a conhecer, graças ao Lapa, o *Manifesto dos 13 de Roma* (do 74) foi uma grata confirmação, depois afirmada ainda no opúsculo das *Diretrizes* do Martinho (79), e naturalmente na amizade pessoal.

Tiago: Ao contrário que no caso valenciano, na Galiza as teses reintegracionistas colidiam com o projeto político-ideológico do Grupo Galaxia. Do teu ponto de vista, que papel jogou o Grupo Galaxia e a figura de Ramón Piñeiro no processo de aprovação da normativa oficial?

Carlos Durão: Piñeiro não era tão “fechado” como depois foi apresentado, por gregos e troianos; ele publicara anos antes, como digo, os semanais poemários docalianos, para o qual parece que tivera algum problema com a censura franquista; e tinha uma ampla correspondência com Rodrigues Lapa, apesar das suas diferenças de focagem (que saíram à tona nos seus respetivos e conhecidos artigos); digamos ainda que, quando *aterrizou* nos nossos pagos o senhor Constantino García, com o seu Ins-

² A história da Asociación Sócio-Pedagóxica Galega / Associação Sócio-Pedagógica Galega (esta, depois de diversos eventos ou ocorrências... desagradáveis) merece narrativa à parte, de que poderiam ser autores Jurjo Torres Santomé, presidente, e José Paz Rodríguez, secretário.

tituto de la Lengua Gallega (sic, na altura), o Piñeiro tinha os seus receios, pois pensava, corretamente, que esse seria o braço executor (!) do Ministerio de Educación español:

[...] crearon un Instituto da Lingua, que agrupará varias cátedras e ocuparse do “estudio e promoción da lingua”. Sin dúbida que iste Instituto será o órgano oficial do Ministerio para o relativo á lingua galega” (em carta particular de Piñeiro, do 9 de junho do 71)

Eu diria que ele era um político, um possibilista, inicialmente aberto à grafia reintegrada mas logo enquistado num isolacionismo cada vez maior, apesar de ver o que evidentemente se avizinhava, pois também não era parvo; realista? pois! ele foi um dos esteios daquele partidinho Realidade Galega...

Enfim, eu não o quero exculpar daquilo que conscientemente sabia, mas acho errado atribuir quase toda a colonização linguística moderna da nossa língua ao seu GRUPO: a prova é que até os mais acérrimos críticos seus (não há mais que pensar em dous recentes presidentes da RAG...) adotaram sem resmungar exatamente a mesma *ortografia* imposta pelo Estado Espanhol... tenho que dizer mais?

Tiago: Qual foi o detonante segundo a tua opinião da criação das organizações reintegracionistas como? De ter-se aprovado finalmente a proposta da Comissão presidida por Cavalho Calero em 1979, pensas que isto teria retrasado o nascimento do reintegracionismo organizado? (na verdade esta pergunta é história contrafactual, e não é o objetivo do meu trabalho, mas tenho interesse em saber a tua opinião).

Carlos Durão: Se lembro bem, as primeiras *Normas Ortográficas e Morfolóxicas do Idioma Galego*, com espírito integrador, foram elaboradas pela Real Academia Gallega (sic, na altura) no 1970, publicadas em 1971, reeditadas no 1977, e depois sequestradas pelo ILG, por via do chamado *Decreto Filgueira* (do 82): mas lembremos que já foram atacadas visceralmente pelo ILG nos manuais *Gallego 1/2/3* (na p. 82 do derradeiro diz-se claramente que foi adotada ali uma posição *separatista* face ao português; e, ao explicar a génese do livro, diz C. García:

Parece que nas Normas académicas [do 1970] hai unha tendencia lusizante [...] (p. 133 de “Orixen e problemas do método de galego”, *Grial*, n.º 32, 1971)

Portanto parece-me que, por citar certa conhecida pessoa, já estava tudo *atado y bien atado* antes da Comissão do Carvalho, e literalmente não havia hipótese de ter sido outra maneira.

Tiago: Dentro da AS-PG também houve um conflito entre aqueles partidários dos mínimos reintegracionistas e os que defendiam os máximos, polémica que desenvocou na cisão em duas organizações. Quais foram os motivos da cisão?

Carlos Durão: Com efeito, por volta de 1982, a AS-PG organizava umas *Jornadas do Ensino* (antes *Xornadas do Ensino*), em colaboração com as Irmandades da Fala; aquela Associação Sócio-Pedagógica Galega, depois duma cisão, passou a ser Associação Sócio-Pedagógica Galaico-Portuguesa; tirando motivos pessoais, a questão de fundo na cisão era a que continua a ser: a divergência na conceção da nossa língua: por um lado como só “nacional”, de quatro províncias galegas, e pelo outro também como internacional: também do galego oriental, e em pé de igualdade com os outros padrões nacionais, que hoje entram no *Acordo Ortográfico*: não é só uma questão de ortografia, mas de orientação também morfológica, sintática, lexical, etc.

Tiago: Tu es desde há tempo um dos defensores da normativa padrão portuguesa. Como avalias os desencontros dentro do reintegracionismo entre os defensores da normativa AGAL e do acordo? Como foram historicamente as relações entre Amizade/Irmandades e AGAL?

Carlos Durão: Pois cedo se podem ver as divergências: se tomamos como sintomático o emprego ou não do til de nasalidade (o famigerado *-ão* versus *-om*), é fácil ver que a Associação de Amizade Galiza-Portugal (fundada no 1980) e as Irmandades da Fala (fundadas no 82) empregaram o til quase desde o princípio, mas a Associação Galega da Língua não: contudo, as relações entre elas foram cordiais, e até de estreita colaboração em tempos: muitos pertencíamos, ou pertencemos, às três desde o princípio; mas há que dizer que a AGAL foi repetidamente convidada às sessões de debate do *Acordo Ortográfico* no Rio (1986) e em Lisboa (1990); em ambas as ocasiões manteve-se à margem. A sua Comissão Lingüística apresentou, durante anos, longos arrazoados para justificar a sua posição de ficar à espera; hoje diz ter adotado o AO, mas isso é como a quadratura do círculo: a AGAL continua a ser ASSOCIAÇÃO, com tudo o que isso supõe (e ademais é enganar os nossos parceiros lusófonos, o que é grave).

Contributo-respostas de António Gil Hernández ao Tiago Peres

Antes de mais muito obrigado António pela tua disponibilidade. Tenho muito interesse que conhecer a tua opinião sobre o reintegracionismo. Eis as perguntas:

Tiago: Em primeiro lugar interessa-me conhecer como foi que se produziu o teu trânsito cara o reintegracionismo. Foi a raiz da polémica suscitada pelo famoso artigo de Rodrigues Lapa ou foi posteriormente? Quem foi a pessoa que mais influenciou na tua tomada de postura?

Na linha da anterior pergunta. Estou interessado em conhecer quais foram as tuas influências ideológicas. Tinhas conhecimento da existência

de uma tradição no galeguismo de pré-guerra que já defendera as teses reintegracionistas? Ou pelo contrário foi uma elaboração ex-novo?

Quem foram do teu ponto de vista as primeiras pessoas que tiveram a virtualidade em converter o que foram tão só manifestações teóricas em praxe linguística?

Qual foi a primeira organização da que fizeste parte que defendia as teses reintegracionistas?

Quais são segundo a tua opinião os elementos fundamentais que ajudaram ao nascimento a mediados da década de setenta do reintegracionismo moderno organizado? Quais são os fitos chaves que ajudaram a configurar a tendência reintegracionista?

Ao contrário que no caso catalão valenciano, na Galiza as teses reintegracionistas colidiam com o projeto político-ideológico do Grupo Galaxia. Do teu ponto de vista, que papel jogou o Grupo Galaxia e a figura de Ramón Piñeiro no processo de aprovação da normativa oficial?

Qual foi o detonante segundo a tua opinião da criação das organizações reintegracionistas como? De ter-se aprovado finalmente a proposta da Comissão presidida por Cavalho Calero em 1979, pensas que isto teria atrasado o nascimento do reintegracionismo organizado? (na verdade esta pergunta é história contrafactual, e não é o objetivo do meu trabalho, mas tenho interesse em saber a tua opinião).

Dentro da AS-PG também houve um conflito entre aqueles partidários dos mínimos reintegracionistas e os que defendiam os máximos, polémica que desenvolveu na cisão em duas organizações. Quais foram os motivos da cisão?

Tu es desde há tempo um dos defensores da normativa padrão portuguesa. Como avalias os desencontros dentro do reintegracionismo entre os defensores da normativa AGAL e do acordo? Como foram historicamente as relações entre Amizade/Irmandades e AGAL?

Bom, António, estas são as questões que tinha interesse em resolver. Com certeza que há mais. Acrescenta o que quiseses. Um saúdo e muito obrigado por adiantado.

António Gil: Bom, permito-me não responder diretamente (nem indiretamente, talvez) as questões colocadas.

Antes de mais, convido-o a ter em conta os textos da minha autoria:

Que galego na escola? (Sada, Do Castro, 1984), na secção “Teses reintegracionistas”. Eu sou autor da primeira parte, muito extensa: pp. 43-153. Das outras duas partes, a ter bem em conta, são da autoria de Joã Carlos Rábade Castinheira e de Maria das Dores Dopico.

Silêncio ergueito (Sada, Do Castro, 1996).

Temas de linguística política (Braga-Compostela, Associação de Amizade Galiza-Portugal, 2006).

Posso acrescentar os artigos e comunicações publicados em diversas revistas e atas, alguns reescritos nos citados *Silêncio ergueito* e *Temas de linguística política*; outros constituirão *Temas de política linguística*, que estou a preparar.

Penso que em todos esses textos estão esclarecidas (não propriamente respondidas) as questões propostas.

Tenha em conta que foi casual e relativamente procurado o meu desembarco (?) no galeguismo cultural, nomeadamente, no reintegrationismo, e relativamente no galeguismo partidarista.

Não digo *político*, porquanto com maior clareza percebo que os galeguismos (há vários e divergentes) são todos políticos, quer dizer, todos remetem a determinado projeto e processo nacionalizadores ou (também) desnacionalizadores³ das gentes galegas, ainda comunidade, apesar de tudo, mais do que coletividade.

Pode afirmar-se que as gentes galegas constituem uma nação, de nome Galiza? Quem o afirmar deverá justificar tal afirmação.

Eu apenas me atrevo a afirmar que hoje as gentes galegas constituem uma comunidade de cultura e mesmo de folclore, no sentido mais nobre do conceito, potencialmente nacionalizável, exequível em nação, mas já (ou ainda) não nação⁴.

Em que sentido tomo o vocábulo (e conceito) *nação*?

Penso que os galeguistas o têm bem definido no *Sempre em Galiza*, texto a que deviam voltar uma e outra vez.

Dos traços definidores que Castelão expõe, eu fico principalmente naquilo que ele denomina *língua* ligado a *território* e mais a gentes habitantes nesse território.

Temo que os galeguistas (em que incluo “galeguistas” de boa vontade, nacionalistas, soberanistas e independentistas, segundo nomes utilizados sem muita discriminação nem discrição) ainda não foram capazes de caracterizar quê e qual seja a sua língua, nem o território nem as gentes sequer.

³ Hoje prefiro *nacionismo-nacionador* vs. *desnacionismo-desnacionador*, quer dizer, conformador e organizador de uma nação pré-existente em estado ou vice-versa, desconformador e desorganizador de uma nação ainda existente por meio dos aparelhos repressores e ideológicos de um estado constituído.

⁴ Hoje também cheguei à conceção quase dialética ou simplesmente dialética, ao meu jeito, que toma a nação (natural!), como tese, o estado (artificial), como antítese, e a sociedade (estadualizada), como síntese, que por sua vez pode servir de tese para um processo ulterior.

Parecerá conceção suavemente trapalheira, mas, pelo menos a mim, vale-me para me propor explicações suficientes.

Acham-se, opino, submetidos ao *duplo vínculo* (*double bind* batesoniano⁵), que os liga a seu povo, sim, mas com maior força ao reino bourbonístico.

Essa ligação ao reino bourbonístico evidencia-se na aceitação pacífica (sic) da definição e delimitação de “Galícia”:

- a. Língua, a que instituições do reino (ILGa-RAGa-CCGa-XdeGa) conformam, sobre a qual, mesmo determinado reintegracionismo redefine a sua proposta (-*om* / -*ons*; -*ao*, aos, sem usar o til de nasalização, por exemplo).
- b. Território, o delimitado pela divisão provincial de don Javier de Burgos (1833), sem considerar a hipótese de continuidade territorial quer intra-reino, quer extra-reino, com Portugal.
- c. Gentes, apenas as reconhecidas pelo reino como *ciudadanos* seus.

Acho que os problemas da língua, que a questão ortográfica, não são em exclusivo *linguísticos* e *culturais*, que alguns pretendem, mas estritamente políticos, a ultrapassarem os posicionamentos ideológicos dos partidos.

Comparemos a ideologia nacionalista, em que alicerçam as ideologias partidaristas no campo da *españolidad*, com a que parecem sustentar os diversos galeguismos:

No nacionalismo *español* existe unanimidade, não perturbada por partidarismos, sobre a língua (formalizada) nacional, sobre o território da *nación*, sobre as gentes que o habitam.

⁵ *O duplo vínculo*: Trata-se de uma situação que se estabelece quando uma pessoa se vê ante mensagens simultâneas de aceitação (amor) e rejeição. O fato de tais mensagens serem simultâneas e contraditórias, faz com que quem as recebe fique confuso. Esse quadro é frequente no meio familiar, e ocorre em especial entre crianças e pais. Segundo Bateson, adultos jovens que desenvolveram esquizofrenia muitas vezes têm história de relação de duplo vínculo na infância.

Assim, é comum que crianças ouçam de seus pais falas com múltiplas variantes do seguinte teor: “Nós gostamos muito de você, mas temos de castigá-lo porque se não o fizermos você irá se comportar mal, e não queremos que isso aconteça porque queremos continuar gostando de você”.

É claro que mensagens contraditórias nos acompanham pela vida afora. A sabedoria popular há muito já havia identificado o *double bind*, que entre nós tomou a forma de pelo menos dois ditos: “Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come” e “morde e assopra”. Em meu livro *As paixões do ego: complexidade, política e solidariedade*, estabeleço a relação entre essa situação e o condicionamento de nossa cultura pelo pensamento linear. Esse modelo mental dificulta ou impede nossa convivência com paradoxos. No entanto, sabemos que há situações nas quais a manutenção da própria vida depende dessa convivência.

Assim, conviver com os paradoxos, mais do que uma opção é um imperativo biológico. Se não se estivessemos condicionados ao pensamento linear, com sua estrutura binária do tipo “ou/ou”, é muito provável não existiriam situações como as de duplo vínculo. O duplo vínculo é perverso, porque obriga as pessoas a conviver com uma ambigüidade externa que, por sua vez, lhes mostra a dificuldade que elas têm para lidar com a ambigüidade da própria condição humana. No caso das crianças a situação é bem pior, porque atinge o ego em uma idade em que este ainda está em formação.

Online: <http://www.geocities.com/pluriversu/gregory.html> e

<http://www.columbia.edu/itc/hs/nursing/m4050/baker/8571Su03/Bateson.pdf>

Porém, nos galeguismos essa unanimidade é inexistente, a começar pela consideração da língua *galega* como nacional e pela correlativa formalização; também não existe unanimidade no que atinge ao território e às gentes, salvo na factual admissão pacífica (que acima disse) da configuração de “Galícia”, imposta pelo reino bourbonístico.

Com esses vícios pode entender-se o urdume a que por troços me lançam as perguntas que o senhor faz:

1.- Não lembro bem como transitei do meu castelhano nativo, de Valhadolid, ao galeguismo e, em particular, ao reintegracionismo.

Sei que da polémica em causa tive escassa notícia; sim me pareceu ofensivo que o defunto Abuín da Tembra, então colaborador de *El Ideal Gallego* (da Crunha) como mim, dissesse do saudoso Professor Rodrigues Lapa que era um Jomeini. De facto, pode rever os artigos com que em dias sucessivos nos confrontamos nesse jornal.

A raiz dessa discussão pública, que sim seguiu o Professor informado, no que eu sei, pelo escritor e engenheiro Xavier Alcalá, recebi vários livros dedicados por Rodrigues Lapa, que conservo como ouro nos panos.

Paradoxalmente foi Moncho Pena que me deu ocasião de praticar em processo aprofundador o reintegracionismo, porquanto me ofereceu (e aceitei) substituí-lo na secção *Lapela* do citado *El Ideal Gallego*, de que acabei excluído por pressão da banda isolacionista que então capitaneava o meu ex-professor García González, bem como por igual pressão fui excluído de colaborar em *La Voz de Galicia*.

2.- Felizmente, acho, não padeci num início as influências ideológicas do galeguismo *histórico*. Apenas, chegado à Galiza e comprovado que algumas pessoas usavam galego, comecei de pensar que seria bom aplicar-me o refrão castelhano⁶: *No donde naces, sino donde paces*. Eu começava a pascer na Galiza; pareceu-me decente informar-me sobre o Galego e praticar em consequência. Essa foi a origem (e causa?) da minha colaboração e ainda implicação na Galiza e no seu idioma.

Fui descobrindo, sim, que o reintegracionismo era congruente com a tradição galeguista, se alguma houve neste sentido. Porque também descobri que aqueles reintegracionistas *avant la lettre* eram minoria no galeguismo e, para além, praticantes ao seu jeito, mesmo aqueles mais informados.

Também fui percebendo que os galeguistas, sendo todos hispanófonos, não acabavam de conceber o seu idioma como língua, a ombrear-se com a castelhana. Como pode ser que afirmassem a unidade da língua galaico-portuguesa e não entendessem que essa afirmação é absolutamente vácuca

⁶ Julgo engraçado que o refrão galego mais próximo (no que eu sei) põe por meio o mundo animal não justamente amigo (na estimação comum): *Na terra dos lobos, ouvear como todos*.

se não se acompanha de uma prática ortográfica, equivalente da habitual na hispanofonia, de que eles também faziam e fazem parte?

3.- Houve gloriosos precursores, como Pintos Villar, sobre o castelhano e o latim, Pondal Abente, desde o Galego e uma determinada celtidade contraposta à iberidade; mas sobretudo Biqueira / Viqueira, que na realidade inspirou a Castelão as reflexões *lusistas* do *Sempre em Galiza*. Cumpre acrescentar pessoas esquecidas neste processo, a maioria militantes no arredismo e no marxismo, segundo se exprimem em *A Fouce*.

Contudo, não será até à pós-guerra, por volta de 1965, que o Prof. Guerra da Cal, tão desconsiderado por quase todos os galeguismos, consegue que o grupo Galáxia lhe publique os dous poemários, que AGAL republicou em português. Cumpre reconhecer que na altura o grupo Galáxia não era contrário ao reintegracionismo forte que então sustinha o Professor galaico norte-americano.

4.- Como cofundador (sic) da AGAL foi nela que trabalhei por longo tempo e com desgastes comprováveis. Também na AS-PG, enquanto deu o passo ao reintegracionismo, timidamente, mas, apesar de tudo, impedido desde o partidarismo nacionalista, nem sei se só da UPG ou de outros elementos.

Pouco e pouco me fui afastando da AGAL não porque algumas pessoas procurassem agachar os meus *méritos* (fui diretor de *Agália* por vários anos, junto de Henrique Rabunhal, mas nem ele nem eu aparecemos como tais...), senão porque a Associação pertinazmente se declarou anti-*Acordo Ortográfico*, até ao extremo de se negar a participar na delegação galega presente nas sessões do Rio (1986) e de Lisboa (1990). Não só se negou a participar, mas também a Associação foi não cumpridora de acordos tomados em assembleia sobre o assunto.

Revejam as atas, como tenho reclamado em bastantes reuniões, e comprovarão que a AGAL se comprometeu a assumir o AO, enquanto fosse vigorado na Lusofonia. Foi, mas a AGAL mantém-se sem assumir aquele compromisso, fazendo bom o lema tão castelhano de *sostenella y non enmendalla*.

Sei que hoje na AGAL são menos os que persistem na NormAgal, mesmo *atualizada*, mas paradoxalmente esses acabam dominando os mais que já utilizam o português acordado. Cousas da vida!

5.- Não são elementos, mas pessoas fundamentais que fizeram com que a prática reintegracionista fosse realidade cada vez mais extensa e útil: cumpre lembrar a pessoa de José Luís Fontenla, das suas colaborações como advogado em ANT, a revista *O tempo e o modo*, a revista *O Ensino*, para além do referido a AGAL e às suas publicações, das quais a primeira

foi *Dialéctica do desenvolvimento. Naçom, Língua, Classes sociais*, do economista Lopes Suevos.

Contudo, como lembrava não há muito Carlos Durão, outra das pessoas que podem lembrar melhor ca mim atos e factos e pessoas, acho que o reintegracionismo organizado não foi ativo até aos anos 80, embora as suas atuações foram tão vertiginosas quanto silenciadas por uns, nacionalistas *españoles*, e por outros, galeguistas.

Podem citar-se, a meu ver, duas datas, para além das referidas à organização das Associações de Amizade Galiza-Portugal, Irmandades da Fala, Associação Sócio-Pedagógica Galega (na fase reintegracionista) e por fim a AGAL:

- a. As *Jornadas do ensino*, da AS-PG, realizadas em julho de 1982 na Ponte Vedra, em que se distribuíram as Orientações para a escrita do noso idioma, pelas datas em que o ILGa-RAGa recebiam as NOMIGa 1982.
- b. *O Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza*, organizado pela AGAL, em setembro de 1984, em Ourense.

A esses dous acontecimentos cumpre acrescentar os numerosos convívios, congressos e reuniões que levaram adiante as Irmandades da Fala da Galiza e Portugal, numa e noutra banda da fronteira hispano-portuguesa.

6.- A comparação dos casos do reino bourbonístico contra a comunidade lusófona da Galiza e contra a catalanófono de Valência (ou *Catalunha do Sul*) apresenta muito interesse, mas também alta complexidade, que não pode reduzir-se ao apontado “projeto político-ideológico do *Grupo Galaxia*”.

No País Valenciano, desde 1932, existiam umas *Normes de Castelló*, assumidas como ortograficamente unionistas nos Países Catalães. Na Galiza não existia um acordo parecido, salvo um *ditame*, em 1909, pelo qual a RAG assumia a ortografia histórica para usar no dicionário em elaboração.

Para além do acima exposto, o Grupo Galaxia não optou pelo isolacionismo até a incorporação do *galego* no ensino mercê da *Ley General de Educación* ou *Ley Villar Palasí*, de 1970, mas timidamente. Apenas radicalizou a opção isolacionista durante a *transición* e sob a presidência do senador régio García-Sabell e a ulterior participação de Piñeiro, Casares, Conde e sobretudo Fernández Albor na política ativa, todos eles incluídos no grupo denominado *Realidade Galega*, promovido, parece, pelo tal Piñeiro e o seu mentor García-Sabell.

E, caro, por favor, não propague gratuitamente a falsidade de as NOMIGa serem *normativa oficial*. Leia bem tanto o *Decreto de normalización* (1982) quanto a *Disposición adicional* da *Ley de normalización* (1983) para comprovar que nunca houve oficialização nenhuma de nenhuma *grafía*.

7.- Pergunta-me o seguinte: *Qual foi o detonante, segundo a tua opinião, da criação das organizações reintegracionistas e como? A ter-se aprovado finalmente a proposta da Comisión de Lingüística presidida por Cavalho Calero em 1979, pensas que isto teria retrasado o nascimento do reintegracionismo organizado? (na verdade esta pergunta é história contrafactual, e não é o objetivo do meu trabalho, mas tenho interesse em saber a tua opinião).*

Precisemos um pouco:

a.- O detonante talvez fosse a introdução *maciça* do *galego* no ensino e na administração espanhola da CAG. Os professores de secundária, muitos deles carvalhanos, eram partidários de uma grafia galega (sic) de mínimos reintegracionistas. Os professores de EGB (hoje *educación primaria*, mais ou menos) foram informados na doutrina do isolacionismo como única verdade revelada (sic) pela *filoloxía* argalhada pelo ILG, que presidia García González. Cumpre reconhecer que o ILGa se adiantara em anos (desde 1970) nessa campanha de endoutrinamento aos mestres na hipótese, afinal verificada, de que a primeira doutrina acabaria impondo-se mesmo contra toda a explicação glotopolítica razoável e contra toda a argumentação filológica até então sustida.

b.- O Ditame da Comisión de Lingüística foi publicado no número 10 do BOXG. Mas aos poucos dias, a Comisión de Programación y Textos, da Comisión Mixta MEC e XdeGa, enviou aos centros uma circular contradizendo radicalmente o ditame da Comisión de Lingüística. Cumpre ter em conta que o secretário da Comisión opositora era o sr. Santamarina Fernández, por sua vez, vogal na Comisión de Lingüística. Todo esse affaire é promenorizadamente analisado no meu *Silêncio erqueito* e nalguns outros artigos.

c.- Como não sou profeta e apenas procuro cingir-me aos factos, deixo à fantasia de quem quiser imaginar o que quiser. Contudo, lembro que Carvalho Calero não foi o único nem o mais decidido reintegracionista; outros o precederam e comprometeram bastante mais do que o Professor. Entenda, meu caro, que não lhe retiro méritos ao Professor, simplesmente lembro o que por aqueles anos acontecia.

8.- Penso que o motivo (e fundamento?) da cissão (?) na AS-PG não foi tanto a questão da grafia, quanto o *domínio Ideológico-nacionalista*.

Por outro lado, a questão da grafia era muito confusa para bastantes dos dirigentes e dirigidos do nacionalismo, digamos, UPG. Se fizermos caso de algum artigo publicado em *Terra e Tempo* e assinado por Dobarro e García Negro, o uso de LH e NH e mais o do hífen era imediato por esses nacionalistas.

Na primeira reunião que tivemos na AS-PG (eu era então vogal na direção) para preparar a edição das *Orientações para a escrita do noso idioma* (1982), acima citadas, Francisco Rodríguez Sánchez e outros mantinham essa proposta de *Terra e Tempo*. Unicamente (ou nada menos) questionavam a introdução do uso de G^{+e,i} e J, do Ç, salvo em *-çóm*, e o duplo -SS-.

Mas chegados à segunda reunião, os enviados por essas autoridades, comunicaram que retiravam a proposta aprovada.

E mais adiante começaram as escaramuças até acabarmos nos tribunais de Ourense. Por fim, os reintegracionistas, mais uma vez, cedemos perante os *políticos*: eles ficaram com a AS-PG e nós começamos com a AS-PGP. No fundo, por que foi a cissão, se assim se puder denominar? Não sei bem. Ou sim sei bem, mas não digo, porque me parece monetarista de mais.

9.- Eu sustenho que na Galiza os lusófonos (ou galegófonos) devem usar a ortografia comum, o AO, pelos mesmos motivos e razões por que entendo e sustenho que na hispanofonia se usa e deve usar a ortografia comum.

Era a posição originária da AGAL: Daquela, ainda sem AO, dizia-se de uma norma galega junto da portuguesa e da brasileira, como expressões da língua comum. Hoje, com o AO vigorado, não tem sentido manter a *doutrina* (já doutrina) *das três normas*.

E mais não digo, salvo o dito noutros pontos. A AGAL sempre teve a tentação de *partido único*, quando nasceu nem como partido nem menos ainda como único. Antes dela e mais ou menos no tempo dela surgiram outras associações que, entre todas elas, poderiam complementar-se.

CARLOS DURÃO

É membro da AGLP. Vid. síntese curricular no Vol. 2 (2008) deste Boletim.

ANTÓNIO GIL

É membro da AGLP. Vid. síntese curricular no Vol. 2 (2008) deste Boletim.

Estudos galegos e Lusofonia no século XXI: Estigmatismos culturais e abertura de perspectivas*

David Vila

Resumo

Neste artigo exploram-se vários jeitos em que a Galiza se imagina a si própria como parte da comunidade supranacional da Lusofonia. Destacam-se seis aspectos principais: as comunidades cibernéticas, as relações transfronteiriças entre a Galiza e Portugal, os escritores reintegracionistas, o labor das editoras transnacionais, a música e as produções audiovisuais. O objetivo final do artigo é demonstrar que, além das diferentes opiniões governamentais e sociais sobre o papel da Galiza na Lusofonia, existe um importante sector social que vive a Galiza como parte fundamental da Lusofonia e que as relações luso-galaicas podem ser mais fluidas do que os meios hegemónicos costumam a mostrar.

Palavras-chave

Migração, mestizagem, Lusofonia, comunidades imaginadas.

Abstract

This article explores various ways in which Galicia imagines itself as part of the supranational Lusophone community. It stresses six main aspects: on-line communities, cross-border relationships between Galicia and Portugal, reintegracionist writers, the work of transnational publishing companies, music, and audio-visual productions. The ultimate objective of this article is to demonstrate that, regardless of the different governmental and social opinions on Galicia's role within the Lusophone community, there is a significant social sector that sees Galicia already as an undeniable part of it. At the same time, it argues that the relationship between Galicia and other Lusophone nations is more fluid than the hegemonic media tends to show.

Key words

Migration, cultural mixing, Portuguese-speaking world, imagined communities.

* Artigo baseado na palestra ministrada no II North American Symposium of Galician Studies na University of Michigan, Ann Arbor em 22 de abril de 2016.

A minha apresentação não é um “work in progress” mas tampouco tem umas conclusões claras e definitivas. O que a seguir vou dizer é mais um capítulo na minha vida à procura duma identidade. Nesse sentido queria agradecer aos organizadores a aceitação da minha palestra porque vir aqui e conversar convosco é muito mais barato do que começar um tratamento psicanalítico nos Estados Unidos. Eu cresci no País Basco a falar só euscaro na escola, com uns pais que falavam galego na casa a toda hora. Nunca estudei galego de maneira oficial mas falei-o toda a vida. Sem a influência do ensino oficial do galego cresci a falar num galego que pouco tinha a ver com o que depois ouvia na televisão ou rádios galegas. Se isto fosse pouco, no País Basco pode-se ver o *Luar* na Televisão Basca, e isso também era algo com o que eu não me podia identificar. Mais adiante vivi em outros lugares diferentes como Inglaterra, onde por acasos da vida encontrei-me com grupos de galegos, portugueses e brasileiros. Se calhar é só pola minha ascendência raiana com Trás-os-Montes, mas com o passar do tempo, comecei a dar-me conta de que apesar das diferenças na forma de falarem, muitos dos portugueses e brasileiros usavam palavras que só tinha ouvido na minha família e conheciam canções que eu pensava que só se cantavam na Galiza. Ainda me lembro quando numa esplanada da Avenida da Liberdade em Lisboa um grupo de brasileiros começou a cantar o “Alecrim dourado” e pouco tempo depois a “Saia da Carolina”. Esta bipolaridade identitária de ter sido chamado de galego no País Basco toda a vida, mas sem realmente poder-me identificar totalmente com a imagem que os meios transmitiam da Galiza fez com que indagasse mais a relação da Galiza com outras culturas de língua portuguesa. Aí chegou o reintegracionismo e depois o conceito da Lusofonia. Logo reparei que valia a pena aprofundar mais no papel atual da Galiza dentro do mundo Lusófono.

Muitos dos estudos sobre a Galiza produzidos nos últimos anos na academia de língua inglesa sublinham a importância de prestarmos atenção à desterritorialização da cultura e identidade galegas neste mundo global atual. Nessa linha, a maioria deles apresenta a emigração e a mestiçagem como elementos sem os quais não se pode entender a nação galega. Porém, se por um lado questionam uma galeguidade exclusivamente local, por outro parecem partir de artefactos bastante restritos e canónicos dentro desse território local. Abundam, por exemplo, as releituras sobre Rosalía e Emilia Pardo Bazán, ou os estudos que definem a cultura galega só através da produção cultural promovida — ou permitida — pola Junta. Isto poderia ser fruto das dificuldades que, às vezes, acarreta estudar uma cultura distante do lugar onde esta cultura se está a produzir. Nesse sentido, no seu artigo “O estado e futuro dos Estudos Galegos na academia de língua inglesa” Gabriel Rei-Doval pergunta-se se a Galiza pode ser construída só através da imagem oferecida desde

o exterior. Eu penso que não só não pode, senão que se o fizermos contribuiríamos para institucionalizar um jeito restritivo e homogeneizante de entender as várias Galizas imagináveis e as suas culturas correspondentes.

Um modo distinto de entender a Galiza que eu quero destacar na minha apresentação é o da Galiza como parte fundamental da comunidade supranacional da Lusofonia. Isto vai além daquilo a que muitos se têm referido ao falarem das relações da cultura galega com a Lusofonia. Eu estou a falar da cultura galega como cultura lusófona de pleno direito e não só das relações ou interferências pontuais que esta pode estabelecer com a Lusofonia como elemento periférico. Ao falar das antigas colónias portuguesas Burghard Baltrusch diz que a Lusofonia “só adquirirá sentido cando as ex-periferias se tornen centros tamén e sobre todo cando os seus sistemas emerxentes consigam colocar interferencias culturais, sociais e económicas no antigo centro irradiador” (12). Nesse sentido, é muito importante destacar que a Galiza, apesar de nunca ter sido uma ex-periferia colonial de Portugal, está atualmente a colocar interferências culturais no mundo lusófono que são normalmente ignoradas polos académicos que estudam a cultura galega. O que havemos de fazer com os livros que autores galegos escrevem na norma do português padrão e publicam só com editoras portuguesas ou brasileiras? (*Uma mãe tão punk* de Teresa Moure com a editora Chiado, por exemplo) Ou com os angolanos que publicam em português com editoras galegas? (Ondjaki, Prémio José Saramago narrativa 2013 que publicou *Os modos do mármore* com a Através Editora, por exemplo) Seria isso “cultura galega”? O que eu acho inegável é que na Galiza existe uma grande produção cultural alternativa de expansão lusófona que deve ser tida em conta. De entre os muitos elementos que contribuem para esta expansão, quero destacar seis: as comunidades cibernéticas, as relações transfronteiriças entre a Galiza e Portugal, os escritores reintegracionistas, o labor das editoras transnacionais, a música e as produções audiovisuais.

Benedict Anderson diz que as nações são comunidades imaginadas porque “the members of even the smallest nation will never know most of their fellow-members, meet them, or even hear of them, yet in the minds of each lives the image of their communion”¹ (6). Neste século XXI em que vivemos, pode aplicar-se esta teoria também ao mundo das comunidades ciberneticamente imaginadas. Através de grupos de Facebook, foros, e páginas web, o mundo está a desenvolver múltiplas comunidades supraterritoriais que estão a milhares de quilómetros de distância. Esta ideia permite-nos aprofundar mais no desenvolvimento e relevância da comunidade

¹ Tradução minha: “Os membros de até a menor nação nunca conhecerão seus compatriotas, nunca os verão e nem sequer ouvirão sobre eles mas, contudo, nas mentes de todos eles existe a imagem da sua irmandade”.

galego-lusófona. Para um importante sector da cidadania galega, a Internet tem-se tornado nos últimos anos um espaço onde partilhar artefactos culturais dirigidos à lusofonia, e também onde consumir muitos dos produzidos por pessoas doutros países lusófonos. Um dos sites mais populares que liga a Galiza com o mundo lusófono é o Portal Galego da Língua. Este site tem uma secção de “Atualidade” na qual encontramos diferentes temas como entrevistas, notícias ou crónicas. Na rubrica de notícias abrangem-se todos os países lusófonos e têm notícias sobre, por exemplo, Macau. Também dentro de “Atualidade” encontramos a rubrica Babel, onde podemos ler artigos sobre outras línguas do mundo, principalmente línguas minoritárias, entre as que se destacam aquelas faladas nos países lusófonos. Além disto, há uma secção chamada “Espaço Brasil” em que se podem ler muitos artigos sobre a cultura brasileira. Tiago Peres Gonçalves destaca também o já desaparecido portal *Galiza Livre*, que, no seu dizer, “viria a transformar-se em um dos mais importantes meios alternativos na rede” dado que “em 2002 estava classificado entre os 150.000 mais visitados do mundo” (143). Outro site importante no contexto lusófono da Galiza é o *Diário Liberdade* que se define a si próprio como o “portal anticapitalista da Galiza e os países lusófonos”. Este site está dividido por diferentes países da lusofonia e dedica uma secção à Galiza, Portugal, o Brasil, e aos países lusófonos de África e Ásia. Junto a estes, também poderíamos destacar o site *GZ Vídeos* um site de vídeos de temas que têm a ver com o ativismo social. Também *Palavra Comum* uma página sobre literatura onde diz que é um espaço literário “abert[o] à lusofonia” e o site clássico do já desaparecido jornal *Novas da Galiza*² onde podemos ler que “nas suas páginas, serão dedicados espaços preferentes à informação e à reflexom sobre o idioma galego-português que nos une aos países do mundo da lusofonia”. Estes são só uns exemplos, mas dá para ver que na Galiza existe uma forte e consciente comunidade cibernética que desenvolve a suas relações culturais em constante contato com o mundo lusófono.

Além disto, é importante prestarmos atenção ao que está a acontecer entre a Galiza e Portugal nestes últimos anos no que diz respeito às relações transfronteiriças, sobretudo se temos em conta a queda das fronteiras físicas entre os dous países. Bernardo Valdês Paços faz uma distinção entre a situação do País Basco, da Catalunha e da Galiza na sua relação económica dentro do estado espanhol e na Europa. Segundo ele, o País Basco e a Catalunha têm um papel central, enquanto a Galiza pertence à periferia económica (119). Este facto contribui para que a Galiza tenha uma dependência

² Há umas semanas surgiu um novo projeto que quer recuperar este clássico jornal de contrainformação galega.

muito profunda na economia espanhola a nível estatal. Para lá da fronteira, o norte de Portugal tem uma situação muito similar em relação à sua dependência económica de Lisboa. Para ultrapassarem este conflito, o norte de Portugal e a Galiza criaram o Eixo Atlântico, uma associação transfronteiriça de cooperação. O Eixo Atlântico nasceu primeiramente com objetivos estritamente económicos, mas dele surgiu um espaço partilhado entre Galiza e o norte de Portugal que teria as suas repercussões também no campo cultural. Nos últimos anos houve muitas iniciativas culturais que puseram em contacto ambos os territórios, o que fez com que muitos artefactos culturais galegos façam parte dum espaço cultural híbrido galego-português. Uma das cousas que podemos destacar foram os concursos literários como o “Prémio Literário Nortear para jovens escritores”, que aceita textos em galego RAG e em português consoante o novo acordo ortográfico. Ou o facto de muitos outros concursos mais antigos, como o Prémio de poesia Cidade de Ourense, terem mudado as bases para incluírem também textos em português. Nesta linha também é importante salientar o Prémio de Jornalismo Literário Luso-Galaico Teixeira de Pascoaes e Vicente Risco. Isto contribuiu para problematizar muito o uso das normas linguísticas na literatura galega e estes espaços híbridos escureceram os limites que determinavam quem escreve em galego e quem em português. Neste sentido, é quase obrigatório falar da sempiterna disputa normativa entre os defensores do reintegracionismo, seja isto a normal AGAL ou o AO do português, e os defensores da norma da RAG. Na Galiza convivem duas normas linguísticas: a da RAG (Real Academia Galega) e a da AGAL (Associação Galega da Língua). Embora as duas sejam de uso comum e a lei não obrigue aos cidadãos utilizarem uma ou outra, só a RAG é a que tem apoio institucional do governo galego e do espanhol. Dessa forma, é esta norma a que tem mais presença nos meios de comunicação, a que recebe subvenções, e a que se ensina na escola. A diferença básica entre as duas normas é que a RAG considera a língua da Galiza como sendo uma língua independente, enquanto a AGAL entende que é só mais uma variante dentro do sistema linguístico português e, entre outras cousas, adopta a ortografia do padrão português — com pequenas diferenças nalguns casos específicos. Junto a isto temos também pessoas que simplesmente escrevem segundo o Acordo Ortográfico da normativa do português padrão. Graças aos concursos que sob o influxo do Eixo Atlântico aceitaram textos também em português, abriu-se uma porta através da qual muitos escritores da Galiza que escrevem em AGAL ou AO puderam aproximar-se da Lusofonia. Na primeira edição do Prémio Nortear, por exemplo, o ganhador foi João Guisan Seixas, escritor galego da Crunha que enviou o seu texto na norma do português padrão.

Mas isto não quer dizer que seja um acontecimento novo. Há já bastante tempo que muitos escritores galegos vêm escrevendo para a Lusofonia. Um dos casos mais paradigmáticos deste século poderia ser o Carlos Quiroga. Este autor galego escreve na norma do português padrão e vende livros em vários países lusófonos, no entanto na Galiza, e visto por muitos como uma pessoa estranha que quer ser portuguesa. A sua obra *Inxalá* — a qual vendeu entre cem mil e cento e vinte mil cópias só em países lusófonos — foi incluída entre os clássicos da literatura universal numa edição preparada pelo jornal português *Diário de Notícias* junto ao Machado de Assis, Camões, Poe, Cervantes, Pessoa, Saramago e outros. Desde Carlos Quiroga, na Galiza surgiram muitos mais escritores contemporâneos que visibilizaram a escritura na norma portuguesa e na norma AGAL. Raquel Miragaia, Iolanda Gomis — uma das ganhadoras do 26 concurso de poesia de Edições AG no Brasil com o poema “Galiza, tu também és de pedra”—Teresa Moure, Sechu Sende, Quico Cadaval e muitos mais. Todos eles estão a aproveitar o espaço de difusão que permite a Lusofonia para a expansão da literatura e da cultura galega. Também temos outro caso importante como o de Mário Herrero Valeiro, poeta da Corunha que têm ganho vários prémios poéticos, entre eles o Sant’Anna 2015. Este prémio é organizado pelo Grupo de Acção Cultural de Válega em Portugal e está aberto a toda a Lusofonia. Ou também o caso de Alexandre Brea Rodríguez, poeta galego que foi escolhido com outros 11 autores para estar na antologia de poetas jovens emergentes da Lusofonia *Emergentes: novos poetas lusófonos* no ano 2015.

Para isto acontecer foi muito importante o labor das editoras. Entre elas, se calhar a mais importante seria *Através Editora*. Segundo o que o seu site diz, nasceu com a “vontade de ultrapassar a fronteira política, e muitas vezes mental, que separa a Galiza do resto da Lusofonia. Para [eles], a aproximação da Galiza e os países de expressão portuguesa é a demonstração da via reintegracionista como válida para marcar um padron galego atual e útil que permita aprofundar num verdadeiro processo de normalização linguística”. Esta editora está a publicar mais e mais livros entre os quais temos que destacar os importantes casos de Sechu Sende, Vítor Vaqueiro, Teresa Moure e Carlos Taibo. Todos eles tinham publicado com editoras galegas nas quais a normativa a utilizar era a da RAG, mas com a chegada da *Através Editora* isto abriu uma porta para eles escreverem na norma do padrão português ou na norma AGAL e os quatro mudaram de editora. A última novela de Teresa Moure *Ostrácia* é das mais vendidas do ano passado e Sechu Sende já ganhara o prémio ao melhor romance do ano na Galiza com *Made in Galiza*, pelo que o facto de terem mudado a escrever em reintegrado ou em português padrão para a Lusofonia é um acontecimento muito importante. Além disto, como já disse no começo, no ano 2015, a *Através Editora* publicou um livro de poemas do escritor angolano

Ondjaki, polo que não só publica autores da Galiza mas também está também a aproximar outros autores lusófonos dos leitores galegos. Nesta linha, também é importante destacar a importância da editora *Laiovento*, a qual sempre apoiou a liberdade normativa publicando obras de autores galegos que escreveram segundo a normativa da RAG, a da AGAL, e a do padrão português. Foi esta editora, justamente, a que publicou o *Inxalá* de Carlos Quiroga.

Estreitamente relacionado com as editoras, é também importante destacar o trabalho desenvolvido pela AGLP (Academia Galega da Língua Portuguesa) na socialização da cultura galega na comunidade lusófona. Duas das cousas mais importantes que conseguiram foi a inclusão do léxico dialetal da Galiza no *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* e a publicação das obras clássicas galegas no padrão português para a sua circulação no âmbito lusófono. Este dicionário foi desenvolvido pela Academia das Ciências de Lisboa e inclui palavras de todas as variantes da língua portuguesa³. Tem palavras típicas do Brasil, de Moçambique, de Angola, e agora também da Galiza. No que se refere a publicação de literatura clássica galega no padrão português, a AGLP fez um excelente trabalho adaptando obras como *Folhas Novas*, *Cantares Galegos* ou *Queixume dos Pinheiros*, e sobretudo, oferecendo-as de graça em formato .pdf na sua página web (<https://www.academiagalega.org/classicos-da-galiza.html>).

Outro campo a ter também em conta é o da música. Desde o ano 2003, a Galiza está a ter um dos eventos musicais mais importantes para os artistas lusófonos: “Cantos na Maré: festival internacional da Lusofonia”. Neste festival, cada ano fazem-se concertos, palestras, visionamento de filmes e muitas outras atividades nas quais participam artistas vindos de toda a Lusofonia. Graças a isto, os músicos galegos estão a estabelecer relações com outros músicos da Lusofonia e isso fez com que nas últimas décadas se tenham gravado muitos discos partilhados. Temos, por exemplo, o cantor galego Narf que editou o disco *Aló irmão* com Manecas Costa de Guiné-Bissau, quem participou no 2007 no festival de Cantos na Maré. Também Ugia Pedreira da Galiza com Fred Martins do Rio de Janeiro ou os discos do gaitreiro Carlos Nuñez, com diferentes músicos brasileiros. Tudo isto facilitou que os artistas galegos fossem tocar a outros países lusófonos e que também outros músicos de países lusófonos tivessem certa repercussão na Galiza. Porém, também é importante sublinhar que existem muitas bandas galegas de punk, ska ou hip hop que escrevem em norma AGAL e cuja música também é consumida em outros países lusófonos (Nen@s da Revolta, Skarnio, Rebeliom no inframundo, A banda de Poi, etc.)

³ De facto, os professores Martinho Montero Santalha, Isaac Estraviz e Ângelo Cristovão da AGLP foram nomeados académicos-correspondentes da Galiza na Academia das Ciências de Lisboa em julho de 2016.

Por último, é importante destacar a importância da Lei Valentim Paz Andrade. Segundo esta lei, na Galiza foi aprovada a aproximação à cultura portuguesa e as rádios e televisões portuguesas têm que ser vistas ou ouvidas em todo o território galego. Isto ainda não aconteceu, mas já se estão a partilhar alguns programas de televisão e inclusive já há programas e seriados em que se misturam pessoas portuguesas e galegas. Por exemplo, o programa “Aqui Portugal” que mostra as festas que acontecem em diferentes lugares de Portugal durante o verão, o ano passado emitiu programas também sobre as festas da Galiza. Também poderíamos falar do serial galego “Hospital Real” que foi já emitido em Portugal na versão original com o sotaque típico dos galegos e legendas —como acontecia com as telenovelas brasileiras há algumas décadas⁴. Outro exemplo dos frutos da Lei Valentim Paz Andrade é o facto de agora a Universidade Aberta de Portugal ter um centro em Rianjo para os cidadãos galegos poderem estudar a nível universitário inteiramente em português, se quiserem. Bem é certo que isto só acontece com algumas licenciaturas específicas, mas é sintomático desta realidade luso-galaica da que estamos a falar.

Portanto, tendo constatado extensamente esta consciente comunidade lusófona na Galiza, seria interessante repensar como é que estudamos a cultura galega, sobretudo, se estamos a definir a galeguidade desde o exterior. Se só estudamos a cultura hegemónica e a promovida pela Junta e não estudamos mais profundamente o que acontece na Lusofonia com a Galiza, os resultados sempre vão ser muito parciais. Neste sentido, é sintomático que nos congressos de estudos galegos desenvolvidos em países de língua inglesa não haja quase nunca palestras feitas em galego reintegrado ou português (ou que se as há se limitem só à época medieval), que ninguém estude livros de autores reintegracionistas como Carlos Quiroga ou Mário Herrero Valeiro, ou que em muitos destes congressos a língua veicular seja o espanhol. Tendo em conta que nos Estados Unidos, o campo dos estudos galegos está a consolidar-se dum jeito admirável, acho muito importante que a Galiza lusófona e os artefactos culturais produzidos em reintegrado ou português venham a constituir uma parte essencial deste campo, agora que ainda estamos a tempo.

Referências

Anderson, Benedict. *Imagined Communities*. New York: Verso, 1991.

Burghard Baltrusch. “Galiza e a Lusofonia — unha tradución entre a miraxe e a utopía.” *Galicia* 21, Issue A, 2009, 1-16.

⁴ Em junho de 2016 a RTP (Rádio e Televisão de Portugal) e a TVG (Televisão da Galiza) assinaram a coprodução de “Vidago Palace”, uma série na que haverá atores galegos e portugueses cada um a falar no seu jeito específico (sem dobragem na TVG2, e dobrada na canle principal), e que será emitida tanto em Portugal como na Galiza.

- Malaca Casteleiro, João, ed. *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo, 2001.
- Moure, Teresa. *OstrÁcia*. Santiago de Compostela: Através Editora, 2015.
- Moure, Teresa. *Uma mãe tão punk*. Lisboa: Chiado Editora, 2014.
- Ondjaki. *Os modos do mármore*. Santiago de Compostela: Através Editora, 2015.
- Peres Gonçalves, Tiago. *Breve História do Reintegracionismo*. Santiago de Compostela: Através Editora, 2014.
- Pimenta, Samuel, ed. *Emergentes: novos poetas lusófonos*. Portugal: Livros de Ontem, 2016.
- Quiroga, Carlos. *Inxalá*. Santiago de Compostela: Laiovento, 2011.
- Rei-Doval, Gabriel. "O estado e futuro dos Estudos Galegos na academia de língua inglesa." *A Comparative History of Literatures in the Iberian Peninsula*, vol. 2 (forthcoming) <https://www.academia.edu/15980505/The_State_and_Future_of_Galician_Studies_in_English-speaking_Academia_forthcoming_>
- Sende, Sechu. *Made in Galiza*. Vigo: Editorial Galaxia, 2007.
- Valdês Paços, Bernardo. *A Constituição Europeia e Nós*. Ourense: AGAL. 2005.

DAVID VILA

É estudante de doutoramento na Universidade de Vanderbilt em Nashville (EUA) onde estuda a influência da cultura punk na construção de identidades políticas modernas nos Estados espanhol e português. Filho de galegos, nascido no País Basco, educado na Inglaterra e nos EUA, reivindica a diáspora e o não-lugar como espaços de liberdade identitária. Além do seu trabalho como acadêmico, é músico e trabalhou em diferentes projetos musicais no País Basco, na Inglaterra e nos EUA. É também um dos fundadores da revista crítico-literária Furman217 (www.furman217.com).

Limiares da cultura

Higino Martins

Resumo

A ordenação cultural do espaço - O inconsciente das línguas - As cores na natureza humana e na cultura - O riso - O pranto - O beijo - A raiz dos símbolos religiosos e a questão do género. Segundo comenta o autor, "O sumário não posso imaginá-lo além dos títulos que encabeçam, bastante explícitos". E assim o conservamos.

Palavras-chave

Natureza humana, cultura, riso, pranto, beijo, símbolos religiosos, género.

Abstract

The cultural order of space – The subconscious of languages – Colours in human nature and culture – Laughter – Crying – Kissing – The root of religious symbols and the question of genre. As the author says, "I cannot imagine a summary beyond the subheadings of each section, which are explicit enough". So we keep it that way.

Key words

Human nature, culture, laughter, crying, kissing, religious symbols, genre.

A ordenação cultural do Espaço

Entre natureza e cultura há espaços obscuros, os alicerces da visão humana do mundo, que são limiares da cultura e logo adquiridos, mas que, como se fossem naturais, ostentam rasgos na prática universais. Não se lhes prestaram atenção suficiente, ao menos conforme o espírito deste tempo.

A primeira sondagem foca as bases da organização cultural do espaço terrestre, sempre viva no homem rural e que dura viva no mundo urbano sob a claridade sublunar do inconsciente, banida da consciência. Já parece madurecido o tempo para tratá-lo de jeito transmissível.

Qual o primeiro ponto cardeal? Sói dizer-se o Norte, mas isso é novo na história e gerado pela bússola. Para além da polémica de quem a inventou, o certo é que a bússola antiga – agulha magnetizada a flutuar na tona de uma conca de água – surge na Europa do séc. XII. Antes, o primeiro ponto era outro.

Na linguagem há vestígios do tempo anterior. A buscar o rumo dizemos querer *orientar*-nos, “buscar o Oriente”, o leste, onde o sol nasce, o primeiro ponto cardeal no tempo ido. Nas línguas indo-europeias e semíticas foi – e às vezes é – comum dar-lhe o nome de “adiante”, que retém nas línguas neocélticas. O segundo é oposto ao primeiro. Se o Leste era *adiante*, o Oeste era *atrás*.

Aqui devo saltar à tona do planeta. Quase toda a terra seca está ao norte do equador; logo quase todas as culturas – por não dizer todas – nasceram ao norte dessa linha. Com consequência de longuíssimo eco: perante o sol a nascer, de oeste nas costas, restam outros dous pontos, os que as mãos tendidas acenam e cujos rumos não são comutáveis. No hemisfério norte, mão e rumo direitos aparecem cobiçáveis, tépidos, por apontar para terras cálidas e fecundas, entanto que mão e rumo esquerdo tinham, têm, notas ingratas; daí são ventos frios e terras ermas de perpétuo inverno.

A linguística histórica constata as palavras para “mão direita” serem estáveis, e as de “mão esquerda” receber sistemáticas interdições, que levaram a substituí-las para evitar o mau fado que parece acompanhá-las. É comum pedi-las a línguas marginais. Vê-se por miúdo na etimologia de *esquerda*. Eco importante do facto é o desenvolvimento nos seres humanos do uso prevalente da mão direita, espontâneo ou forçado.

Navegar com bússola alterou o jeito de singrar e organizar o espaço, sem anular o fundo anterior. Nos povos navegantes nasceu a nova importância do Norte. Assim um verbo como *desnortear* quase vence *desorientar* na língua. Os velhos povos transalpinos, presos de complexo de inferioridade trás séculos de hegemonia latina, aproveitaram lidimamente a mudança da bússola para valorizar-se.

A ideia antiga do Mundo

O humano primitivo atingira bom conhecimento do céu por razões práticas e místicas, mas não tinha ideia do planeta e posições relativas de astros e estrelas. Via o mundo chão e redondo como o horizonte, rodeado das águas inferiores. O céu era-lhe uma abóbada firme a afastar as águas superiores, por riba da cúpula, das inferiores, a rodear a terra. Sob a terra havia outro mundo, o Mundo Inferior, destino (não único) dos mortos e depósito de riquezas, messes e minérios preciosos ou úteis.

No meio do mundo havia uma Montanha, diversa em cada povo. Aí uma árvore, ou pilar, unia céu, terra e mundo inferior. A ideia vinha da experiência, no hemisfério boreal, do céu noturno, que gira arredor da Estrela Polar, a Ursa, Norte noturno, cuja contrapartida diurna era a Árvore ou Pilar do mundo. No neolítico a roda ajudou a acrescentar a ideia do *Axis Mundi*, o Eixo do Mundo. Dele a Ursa era o extremo visível e, a par, o centro de uma Roda Cósmica.

O dia tinha estrutura similar, especularmente inversa. Em vez da Estrela Polar, era o Sol Meridiano, o alto da metade do dia. Os nomes atuais dos pontos cardeais nas línguas do entorno, de origem germânica, vêm dessa ideia. A palavra *Sul*, através de longo processo, vem do germânico **sunþraz* "(do lado) do sol", e o *Norte* de **norðra-*, par do gr. *νεπρερός* "inferior; infernal". Em suma: no meio-dia – no hemisfério norte – a gente tem o sol zenital deitado ao sul. A reta tirada entre sol e observador a seguir vai para abaixo da terra, ao norte. O subterrâneo cabo norte diurno, na noite tinha equivalente na Ursa ou Estrela Polar.

O inconsciente das Línguas

A linguagem vai aparecendo mais complexa, e mais próxima da psique humana, com uma consciência – visível no dicionário e gramática – e também um inconsciente, orgânico e estruturado, intuído e nunca nomeado, que pega a surgir com Chomsky e as estruturas sintáticas *profundas*, não conscientes. Campo incôscio na língua! Notícia alarmante, não cabalmente entendida. A par G. Dumézil veio refundar a mitologia ao ver que as famílias linguísticas abrigam arquétipos, estruturas míticas também *profundas*, operantes mas ocultas. É uma bagagem de noções que condiciona subliminalmente os falantes. Convém adiar as avaliações dos arquétipos. Se bons ou nocivos, saber-se-á ao vierem à baila da consciência e lá serem objeto de estudo.

Esse inconsciente é de exploração incipiente. Pesquisas amiudam, todas fascinantes, algumas delas tão árduas como as da matinal psicologia do inconsciente objetivo. Mas há outras fáceis por objetivadas no léxico. Aí

a apanha chega para compor o *puzzle*. É o caso o simbolismo dos dedos das mãos nas línguas indo-europeias e a correspondência com o politeísmo masculino dos povos dessa família tal qual se vem enxergando desde tempos pré-históricos. Na correlação servem os quadros que chegaram mais completos: o panteon védico e os nomes latinos dos dedos.

Os deuses indo-europeus e os nomes latinos dos dedos

Na Índia védica, o apolíneo Mitrá e o dionisiaco Váruna eram os principais deuses da primeira função (sabedoria-soberania). Associado a eles estava o deus da segunda função (a força e a guerra), o invicto Indra, preferido da Deusa. Humildes e distantes, vêm os dous Gémeos, deuses da terceira função, belos médicos, figuras da massa da população, criadora da riqueza sem poder político. Na tradição das línguas indo-europeias, os dedos figuram os deuses masculinos. Indicador e médio são os sábios soberanos da 1ª função. O polegar é o deus da força, da segunda. Anular e meiminho figuram os Gémeos, produtores de riqueza, os da terceira função. Eis os nomes latinos:

O polegar era (*digitus*) *pollex*, de *polleo* “tenho força”, que coincide com a representação atribuída. Guerreiros como Charles Martel ou Hernando del Pulgar veem seus nomes aparentados e iluminados pelo céltico *ORDOS, que era tanto “martelo” quanto “polegar”. Lembre-se que a nota bélica do martelo se regista também na península no nome de rei *Ordonho*, cunhado quando o célt. *ORDONIOS se entendia.

O indicador era *index*, *secundus*, *salutāris*, *demonstrāfivus*. O de *index* e *demonstrāfivus* notam guia e ensino, e logo sabedoria para guiar na sociedade. *Salutāris* não fala na saúde fisiológica, sim na fortuna geral, o lado apolíneo da sabedoria-soberania.

O médio, maior no tamanho e cariz fálico, era *tertius*, *medius*, *impudicus*, *infāmis*, *summus*. *Impudicus* e *infāmis* são pelo gesto, que era latino e ainda é vigente, de levantá-lo com o punho fechado para insultar com ameaça de penetração. Figura o lado dionisiaco da primeira função.

O anular era *quartus*, *mediānālis* e *ānulāris*. *Mediānālis* é pela na saúde física e vai com a condição de médicos dos Gémeos védicos, cariz já opaco na tradição dos Dioscuros gregos, os pares mediterrâneos. *Ānulāris* “o do anel” concorda; unia o dedo ao coração e à saúde. Julgavam-no mágico. Por tabu, alguns dizem-lhe “sem nome”; sânscrito *anamika*. Os dous Gémeos ao cabo bimatizaram-se.

O meiminho era *minimus* e *auriculāris*. *Minimus* é o mais cativo de todos, o mais humilde e último. *Auriculāris* é “o d[e] limpar [a] orelha”, o que no riso põe a nota de inferioridade. É o dedo que o novo rico – o britânico *snob* – ergue a beber o chá. O ridículo da suposta moda nota a infe-

rioridade inconsciente do novo rico. Não é moderno rasgo classista, arraiga em tradição de antiguidade vertiginosa, sempre recriada desde o arquétipo pousado na linguagem.

Cada dedo nota o seu: força, guia, sagacidade ativa, saúde harmónica e humildade, notas que vêm do paganismo. São também tradicionais as associações dos dedos. Vejamos agora as *associações de pares*.

1.- As pontas juntas do polegar e indicador unem a força à guia sábia, tanto nos bailes gaélicos, de tradição céltica ininterrupta, quanto nas meditações de tradição índia.

2.- Polegar e médio unem-se no estalo das castanhetas hispanas, também um pouco de todas as partes; vi-a nas danças gregas de pares. É claro conjuro erótico para fortalecer a potência viril.

As duas associações falam no mito da aliança da primeira e segunda funções, envolvida no mito da batalha dos deuses, travada pelos da terceira função contra aquelas outras.

Ora, a *união de todas as pontas dos dedos numa mão* é antiquíssimo sinal para “todos os deuses” (hoje inercialmente). Há dous gestos tradicionais que o incluem. A análise habilita o uso no teatro de Plauto:

1.- Agitar verticalmente a mão com os dedos unidos para arriba é tipicíssimo gesto itálico de interrogação: “Por todos os deuses (trás a cristianização *por todos os demos*) responde o que pergunto.”

2.- Beijar as pontas juntas é gesto hispano e doutras partes em louvor numa excelência. Por inércia ainda é agradecer pelo dom aos “deuses” ou forças transcendentais. Contudo, a tradição aqui hesita, no que cabe qualificar de “paretimologia” ou etimologia popular do signo gestual, porque trás o beijo o afastar os dedos da boca hoje se julga lançamento do beijo para o louvado; dantes o gesto concluiria no beijo. O tempo varreu o sentido que tinha nos antigos, mas os gestos continuam viçosos a usar-se no idioma gestual.

As cores

Na natureza humana e nas culturas

O *espectro visível* é a breve faixa do eletromagnético que a vista humana percebe entre raios ultravioletas e infravermelhos. As radiações eletromagnéticas variam no comprimento de onda. As *cores* são só a cara subjetiva das radiações; a objetiva é o comprimento de onda. Além do lado sensível, as cores variam pelo quase sinestésico vínculo à temperatura. O vermelho, de onda de mais comprimento, é *quente*. O azul, de comprimento curto, é *frio*. A física vê as radiações em espectro retilíneo; mas a estudar as cores percebidas não é fazer física, sim psicologia, tentando ver

os efeitos constantes de cada cor nos humana. A psicologia experimental dispõe as cores em circo, no *círculo cromático*.

O número dos nomes das cores varia nas culturas, mas cabe falar de três primárias. *Azul* figura as frias; *Vermelho*, as quentes. *Amarelo* é objetivo e inequívoco: está no único ponto discreto do espectro, o centro. Aí figura e produz sensação de vida plena. Logo cabe cifrá-lo: "*o amarelo alegre*". O frio azul figura o longínquo, qual o céu, a *distância* e a *ausência*. Filosoficamente, a *transcendência*. Pode dizer-se que "*o azul afasta, está afastado*", com corolário de arrefecer e de sugerir os ideais, intuítos não atuais, a utopia e a fantasia. O quente vermelho aquece, agita paixões, excita sentidos e sentimentos. É a única cor presente em todas as línguas do mundo e a primeira a ser percebida, talvez já no seio materno; cabe lembrar o jogo infantil de vê-lo entre os dedos que cobrem os olhos.

O peso didático do círculo vê-se tirando linhas das cores primárias, pelo centro, às secundárias, opostas diametralmente e fruto de misturar as outras primárias. O verde mistura azul e amarelo e opõe-se ao vermelho. Este *excita* e o verde *acalma*, *suaviza*, *tranquiliza* e é "cor da esperança", nome cultural de raiz natural: "a alegria (amarelo) na ausência (azul)". Azul opõe-se a alaranjado, mescla de amarelo e vermelho. Se o azul é distância e ausência (e os ideais, intuítos não atuais), a cor da laranja figura o atual, o presente, a posse, filosoficamente a *imanência*, a cor da riqueza. Mas qual se opõe ao amarelo, cor da alegria?

Aquí há dificuldade física; as luzes azuis e vermelhas são contraditórias, não misturáveis. Para além de azul e vermelho há ondas invisíveis, iniciadas no ultravioleta e no infravermelho que se veem e não se veem. Ora, as tintas é que podem misturar-se. Dão amorado (roxo) e violeta, cores da tristeza, oposta à alegria, culturalmente assumidas como cores de luto.

As cores nas culturas e as bandeiras de três cores

Cada cultura segmenta o espectro cromático ao seu jeito. Fora o ponto médio do amarelo, na gama de cores nenhum ponto é obrigado, talvez com exceção do trecho variável da cor do sangue, cujo nome está em todas as línguas do mundo. O número das cores nas línguas variam *ad infinitum*. Cingir-me-ei às línguas indo-europeias; nelas é basilar um sistema triál, de branco, vermelho e azul. É perspectiva natural que azul e vermelho figurem as cores quentes e frias, mas aqui o branco usurpa o lugar do amarelo, conforme o dito das cores primárias.

No sistema trifuncional o branco é dos soberanos sábios, os que o povo julga sábios. O vermelho é cor da força, dantes e hoje, na função talvez mais antigo que o branco; todas as culturas têm dominadores, mas não todas têm a guia dos definidos sábios. O azul é da terceira função, a da

massa da população que cria riqueza e está *afastada* do governo. Na Índia esta cor teve competidoras noutras cores escuras e frias, mas ao cabo decantou-se no representante central dessa banda.

São os *varna* “cores” da Índia, das três classes sociais, a dos sacerdotes-letrados, guerreiros e lavradores. Para ver a vigência deste arquétipo incôncio chega fazer rápido percurso pelas bandeiras dos estados de línguas indo-europeias. As mais têm três cores, onde dominam o branco de sábios, vermelho guerreiro e azul de produtores da riqueza que não governavam. Quase todas nascem na modernidade, o que exclui inércia tradicional: são frutos dum arquétipo que continua a projetar. Poucas são antigas, como a danesa. A forma foi dantes a dos pendões; na Revolução Francesa mudam ao improvisar-se atando-os em lanças, logo ficando deitados de lado, deitando as cruzes latinas que muitas ostentavam. Primeira a unir as três cores foi a *Union Jack* britana. Dantes dominavam os pendões brancos, que mostravam o peso da Igreja na Idade Média. Igreja, aqui não no valor etimológico de *Comunidade dos crentes*, mas no de Hierarquia, da corporação dos definidos como sábios.

A norte-americana reflete melhor a pulsão. Nas barras alvas e rubras traz o mito da associação das duas primeiras funções. O azul do povo, apegado secundariamente como acréscimo, figura o mito da guerra dos deuses, estalada pela ânsia dos da terceira função por ter parte na sociedade divina, e que acaba em armistício e incorporação. No azul, a massa popular governada vem figurada através dos estados que compõem a união. Nesse quartel a primeira bandeira tinha a *Union Jack*; a identidade nova tardava a nascer.

A tricolor francesa explicou-se pelo azul dos Capetos (gesto populista), branco do antigo regime (poder incontestado da Igreja) e vermelho revolucionário (energia, sobretudo guerreira). Trifuncionalmente é azul do estado chão (a abranger futuros burgueses e proletários), vermelho do exército revolucionário e branco das luzes enciclopédicas.

Incluem as três cores as bandeiras de Rússia, eslavos do sul, Chéquia, Islândia, Noruega, Holanda, Chile, Cuba, República Dominicana, Paraguai, Filipinas e longo etcétera. As tão interessantes histórias de cada uma excederiam os limites deste espaço.

Bandeira de uma cor

A União Europeia nasceu da Comunidade do Carvão e do Aço. O cariz económico roborou-se no passo seguinte, o Mercado Comum Europeu, que tentou-se virar nos Estados Unidos da Europa. Bem cedo se viu não ter estadistas de visão e programa claros para a nova constituição, quer dizer, não ter sábios que a guiassem, nem a força necessária para sustentar os seus

intuitos. A falta de visão e energia reflete na bandeira, quadro azul similar ao quartel azul das velhas bandeiras dos E.U.A., de estrelas em círculo, sem barras, logo sem as outras duas cores. Divisa de comerciantes – burgueses a termos históricos – sós, sem companhia dos que saibam exercer a soberania e dos que possam aplicar eficazmente o direito positivo. Similar ao quartel da norte-americana, mas diverso na cor das estrelas, amarelas em vez de alvas. A substituição dir-se-á que é estética. É, a estética vive na esfera do inconsciente. As estrelas amarelas têm a cor da alegria, é bandeira de burgueses *satisfeitos*, projeta o inconsciente dos satisfeitos, mas que, apesar da satisfação, sentem sublunariamente não terem bússola nem energia para atingir o grau de grandes estados. Mas talvez algo ande a mudar: o crescimento constante dos membros já não se acompaha com o número das estrelas.

Variações nas três cores

Vejamos a complexa génese da tricolor italiana. Desce da tricolor francesa, lá entrada quando ainda era símbolo internacional da revolução, não símbolo nacional francês. Mas, por que verde em vez de azul? Aí só ver-se o peso da natureza, dando quase no alvo. Mas é mais exato dizê-lo doutro jeito.

No inconsciente das línguas do grupo, as três cores figuram os deuses másculos das três funções. Stig Wikander e G. Dumézil viram, no Mahabharata, o matrimónio poliândrico de Draupádi ser transposição ao plano épico, humano, do mitologema indo-europeu no qual junto dos deuses masculinos especializados havia uma só deusa polivalente. Foi Dumézil que viu a cor dela ser o *verde*, nas biografias índias do Budha e sobretudo nas quatro fações nas carreiras do circo romano, que não eram três, senão quatro: *Branços*, protegidos de Júpiter; *Vermelhos*, protegidos de Marte; *Azuis*, de Quirinus, Rómulo divinizado e guia do povo; e *Verdes*, a fação da Mãe Terra (para Tertuliano) ou de Flora (para Joannes Lydus, séc. VI), o que é igual. O bizantino Lydus diz o povo ficar desconsolado se não venciam os Verdes, os da protetora da vila. “Mesmo se pensava o seu nome [Flora] ser o “nome secreto” de Roma”. Portanto o verde da Terra substitui o azul da massa produtora, *o aspecto nacional ao aspecto social*.

Napoleon iniciou a carreira na França revolucionária, mas era corso, num momento em que ainda não surgiram as teorias das nacionalidades de Mazzini e Renan. França foi o campo, e a revolução, o tempo. O Império via-o como o romano, império internacional, mas o seu coração, antes das teorias, falava toscano. Prova-o ter querido fazer o filho rei de Roma, e, de jeito mais secreto, levar na bagagem de campanha o *Ossian* de Mcpherson *traduzido ao italiano*! Atribuiu-se-lhe a mudança da cor na bandeira da

Itália. Seja facto histórico ou não, é verdade poética, mito no bom sentido da palavra. *Se non è vero, è ben trovato*.

Bandeira de duas cores

As cores argentinas são as da divisa da casa de Bourbon, o que deve pôr-se no contexto. Ao lutar realistas e patriotas – nomes velhos a desempoar –, a atual bandeira espanhola era só da marinha de guerra. O mais próximo de um pendão nacional das “Espanhas” era o alvo com cruz rubra de Borghona ou Santo André.

Belgrano, autor da bandeira, preferiu o azul do céu e o branco das divisas usadas na revolução de Maio – das três cores – para diferenciar-se das vermelhas do exército realista. As suas primeiras bandeiras foram, de duas faixas uma, branca-azul, a outra de três, branca-azul-branca. A fins de 1812 surgiu já o desenho atual de três, azul-branca-azul, por causa da visibilidade, o que veio dar no curioso resultado de Carlos IV e Fernando VII no pincel de Goya aparecerem como primeiros presidentes argentinos.

O intuito atual não é fazer história, só deitar uma olhada no inconsciente linguístico. Por imperativo arquetípico – psicológico objetivo – percebeu-se sempre a obscura falta da terceira cor. Primeiro intento para adi-la foi o acréscimo duma faixa diagonal rubra, pela *Liga Federal* ou *Unión de los Pueblos Libres*, das províncias da Banda Oriental, Entre Rios, Santa Fé, Córdoba, Corrientes e Misiones, que declarou a independência e a república federal no Congresso de Oriente o 29 de junho de 1815 em Concepcion del Uruguay, ao chegar a notícia da restauração absolutista de Fernando VII. A rota de Artigas e as costas viradas de Buenos Aires tolheram essa bandeira. Mas perdura, associada à principal na República Oriental do Uruguai, como principal em Entre Rios, e como histórica em Santa Fé e Córdoba.

Trás a guerra do Brasil, a ascensão federal em Buenos Aires incluiu a cor terceira, vermelha, de quatro barretes frígios e sol no centro. Foi a bandeira da Confederação Argentina até a batalha de Pavón, em setembro de 1861. Todas as bandeiras federais mudaram o azul celeste pelo azul. Tanto a da Liga Federal quanto a da Confederação deram banidas e reputadas como sinais de barbárie. O federalismo, teórico vencedor, ao certo foi vencido.

A vencer os unitários renovados, houve duas bandeiras, a bélica com sol amarelo, a civil sem ele. A diferença semiótica esvaiu-se a unificar-se na do sol, o que logrou certa paz. Ganha equilíbrio no nível do arquetipo ou símbolo numeral, o três, do que ainda não temos falado¹, não no arquetipo-

¹ Pela complexidade deixamos esse ponto para mais adiante, ao vermos a raiz dalguns sinais religiosos, que se cruzam com questões de género e outros assuntos.

símbolo das cores. Expressado na linguagem simbólica, agora há mais alegria, não precisamente mais energia.

O riso

A nossa cultura banuiu da consciência a natureza do fenómeno do *riso*, essencial na condição humana. Mas algo anda a mudar, como mostra a questão posta por *Il nome della rosa* do Umberto Eco ou *A Via Láctea* de Buñuel, um supondo a censura cristã do riso e o filme sustendo que Jesus também ria. Ponhamos ordem numa questão que está no espírito do tempo, definindo o riso como uma *profunda e súbita sensação de prazer, manifesta em reflexos físicos*. Foi Hobbes que deitou luz no campo no tempo moderno; muitos o tentaram trás ele a meu ver sem fortuna. Falava na *glória súbita*, paixão de grata superioridade perante o espetáculo de um mal ou inferioridade, dos quais o que ri se sente subliminalmente isento. O génio atinaria na origem do riso, mas o sensação de superioridade não esgotaria o elenco das causas possíveis.

As origens

Só rimos os humanos e a par é fenómeno involuntário. Logo será coto de um processo evolutivo em nós virado. A análise do lado físico talvez ajude a entender. Há pular isocrónico do diafragma, que parece preparo do fôlego para a carreira; e contração dos músculos faciais, arreganhando os dentes, tal qual faz o predador ao encurralar a preia, fascinando e paralisando. O riso será herança da perseguição venatória, fora desse contexto e aberto a horizontes novos. A ideia ouvi-lha na radio a Wimpi, jornalista e pensador uruguaio, apesar de o seu popular ensaio *La Risa* seguir Bergson antes do que Hobbes.

Além do arfar e arreganhar, o notório é a gargalhada, o rítmico som exalado, complemento do pular do diafragma, que propriamente chamamos *riso*. A gargalhada é *ostentação* ruidosa, franca, e o intuito lá seria *amedrontar* a preia ou inimigo. O fôlego pega a mostrar-se ruidosa e livremente para que, sendo ouvido, ponha temor. Já é cultural, algo menos arcaica que os reflexos musculares, mas insinuada nos primates superiores.

O prazer

Assim se explicam a origem e a mor parte dos risos, mas no centro da definição talvez deva pôr-se o fruto, que é o *prazer*, que lá longe foi sentimento da comida, e agora pode ser a sensação de superioridade, a glória de ver-se isento do mal contemplado. Mas também é certo rir com glória súbita o recém-nascido ao mundo que frui os prazeres de alimento e

limpeza. Riem também os adultos do chiste vermelho não agressivo. Aí o prazer é que dispara os reflexos. Parece ser ele que deve pôr-se no centro, em vez da causa que uma vez o gerou, bem que ela viva no inconsciente e amiúde ainda o provoque.

Resistências

Vi nojo visceral pela explicação da paixão de superioridade; soa soberba a quem a ouvem por vez primeira. Quisera-se o riso ser “humano e espiritual”. E é, porque em nós libertou-se do cenário restrito e pode-se aplicar a contextos complexos e abstrair-se. No humano o específico não é a razão, incipiente nos primates superiores, sim aplicá-la a contextos ilimitados. É capaz de querer tudo, o que o faz potencial herói, traidor, perverso ou santo, escória ou a maior dignidade concebível. Animal expulso da natureza, leva a herança animal sem o materno abrigo dos instintos, cómodos padrões herdados de conduta. Está condenado a escolher à intempérie.

Uma pessoa pode *rir de si mesma*, objetivando o defeito que percebe em si, apurando-se e rompendo a cadeia da ignorância, o que é inteligente. Há sorriso humanista, condoído do erro do próximo, compassivo, sem escárnio. Há riso nojento do estulto que se crê superior. Há riso cruel, sarcástico, próximo do reflexo pré-histórico, antes perverso que animal. Há tantos quantos desenvolvimentos possíveis há na condição humana. É de sublinhar que a complexidade humana gerou risos de puro prazer, como o do pequeno, que não inferioriza e nada reprime e nota subitamente a glória de estar no mundo a que assoma, por não falarmos no chiste vermelho, que nos embrenha na psicanálise.

A glória súbita é muitas vezes uma erupção de gratíssimo sentimento de superioridade ou superação, e às vezes só de libertação. Diziam os antigos gregos que com ἄσβεστος γέλως “inextinguível riso” riam os olímpicos, que eram como super-homens isentos da condição mortal. As sondagens no mundo heleno, no subsolo da cultura atual, mostra logo dantes ter havido aproximações do riso melhor integradas. Espero ir por aí na sondagem pela proto-história dos galegos antes de mudarem o céltico pelo latim.

O riso nos antepassados linguísticos

Em *Cadões*, no ocidente ourensano, apareceu uma lápide falando no clã dos *Acondei* (lat. *Accondii*, célt. *AKKONDIOI²) e no seu *Castello Mei-*

² AD- intensivo, prep. KOM e raiz *dhē- “pôr”: “com muitos parentes”, cf. gaél. *cundu* “parentesco” (*KONDIŪ, -IONOS), scr. *sandhi* “união”. *KONDION- supõe *KONDIOS “coabitante, parente”. Esse *Acondei* tem tratamento latino regular do encontro I vogal e I semiconsoante, cf. *lancea*, de *LANKIĪA.

dunio, nome híbrido, ablativo-locativo singular latino, que quadra traduzir “no acampamentinho *Meidunio*”. Interpretar *Meidunio* interessa para o riso. Cuido que oculta o célt. *MĒDŌNION, que também pôde ser *MĒDONIÓBRIXS “castro de MĒDŌNION”. A grafia EI nota vogal longa no tempo em que as longas latinas caducaram. As tentativas hesitam; quer notam Ī (*seilensis* por *sīlensis*), quer Ē, como talvez aqui. Transcrevo com O céltico fechado o U aberto latinizado. Que significa?

Há o gaél. antigo *miad* n. (*MĒDON) “orgulho, altivez, pompa externa (arrogância)”; “honra, dignidade (fama objetiva)”. Pela distância semântica, cabe completar com o lat. *fastus*. Seria “Oppidum do Orgulho”.

A etimologia indo-europeia não é fácil. A raiz *(s)*mel-* “rir” também era “sentir-se superior”. Robora logo o visto do riso. Céltico e sânscrito – línguas extremas na geografia linguística indo-europeia – guardaram o sentido subjetivo; outras línguas do grupo, o objetivo. De um lado, Pedersen³ uniu os grs. μειδιάω “eu rio” e φιλομμειδής “risonho” ao letão *smaida* “rir”, ant. eslavo *smjate sę* “rir”, ingl. *smile* “sorriso” e scr. *smáyate* “ri” e, aliás, da mesma raiz, scr. *smayah* “arrogância, orgulho” e *ví-smayate* “ele vangloria-se, mostra-se arrogante”.

Há outros casos célticos com a variante apofônica *(s)*moi-*. Daí é o tema verbal gaélico *moid-* “louvar, proclamar”, também com *-d-*, amiúde reflexivo, “louvar[-se]” (“proclamar superioridade [própria]”), “ameaçar, reprochar” (“proclamar a superioridade própria acusando inferioridade do interlocutor”).

O pranto

Geral na espécie, é fenómeno complexo de experiência ingrata, provocada por uma dor ou mal próprio, físico ou moral, de reflexos fisiológicos: exalação, esvaziar dos pulmões, espasmo do diafragma que corta a respiração com fechamento parcial da glote, lacrimação, que parece limpeza dos olhos. Parece pois haver frouxidão ou desmaio que esses reflexos tentam remediar respirando a espasmos e lacrimando. É quadro mais obscuro que o do riso, ao menos na nossa perspectiva.

Parece também atividade herdada, instintiva, própria dos pequenos para provocar o auxílio materno ante fome, dor ou sujidade. Implica um interessante paradoxo: a psique profunda – não o Eu – nele testemunha *esperança*. As vozes do pranto infantil chamam e chamam porque esperam.

Outro dado é ser mais fácil de simular que o riso, outro fenómeno humano fundo e arcaico. No infante é objetivo reflexo de dor, mas rápido

³ Cf. *Zeitschrift für Celtische Philologie*, Halle, XVII, 31.

vira em signo, independiza-se da dor e dá-se mais ou menos à vontade para pedir o socorro. A dor, quase sempre presente, pode estar em posições mais distantes, não imediatas.

Estudando os rasgos para discernir os essenciais, a esperança destaca. A dor sem pranto dói mais que a dor com pranto, porque não espera consolo. É a razão das carpideiras no dó antigo. Choca seu arcaísmo, mas era sabedoria profunda, inconsciente, a que guiava tais usos. Os modernos intentos de evitar a dor lutuosa são sinal da falta de esperança. Oposto ao riso, não é simétrico. Mais difícil de analisar, apesar dos antecedentes na escala zoológica: o piar dos passarinhos, os mios dos gatinhos, etc. É caso para etólogos.

O beijo

O beijo é conduta cultural; povos há que o recusam. É rito tradicional que tem variações nacionais. Como surge? Que elementos o compõem? É certo ter uma erotização que nas origens não existia. Os russos beijam-se na boca em sinal de paz, com inocência que sabe a arcaica, e é. Dantes era geral no Mediterrâneo e era-o ainda em toda a Europa na Idade Média. Na liturgia cristã do primeiro milénio o *ō sculum pā cis* teve longa presença.

Quadra decompor os elementos. Em todas as partes foi sinal de paz: *ō sculum pā cis* “boquinha de paz”. Em outros sinais de paz, a declaração expressa-se, já mostrando as palmas abertas sem armas, já unindo-as para neutralizar possíveis movimentos agressivos. No beijo há duas partes: 1.º) a aproximação, completa, de contacto, e 2.º) fazer-se com a mais velha das armas, a boca, melhor dito, o focinho.

Sabe-se termos um espaço pessoal ao que só os *íntimos* (“os de dentro”) ingressam. A distância é defesa ante estranhos de intenções ignoradas. Abraços e mãos dadas são invasões consentidas desse espaço só aos amigos. Ora, em que difere a boca do peito ou das palmas das mãos? Na aproximação há três graus. Nas mãos dadas – que enervam os ataques que puderam tentar – elas só se aproximam. Os corpos podem distar muito em atitude cortês. Há protocolo se só o braço avança e o corpo queda. No abraço, a distância anulada proclama amizade íntima. O beijo – talvez sem contacto torácico – é mais íntimo por dar-se na parte do corpo que no fundo pré-homínido, para além dos primates, foi arma principal, o focinho. Apesar de danar muito, as unhas dos grandes felinos são essencialmente instrumentos preênsais. A leoa emprega as poutas para prender a preia, a qual mata e devora com a boca.

Como se erotizou? Além da arma dos dentes, o focinho tem os lábios, de tecido bem sensível. Enquanto o beijo foi apenas sinal de paz era ritual de varões, natural e culturalmente mais presos da agressão motriz. Mas foi inevitável misturar sensualidade quando a paz se declarava entre pessoas de sexos diversos, ou se praticava deliberadamente para sentir a eliminação do

espaço de desconfiança. O lado sensível veio a vencer algures. Roma já mostra o quadro complexo de coexistência: *ō sculum*, *bā sium* e *sā vium*.

O gramático Sêrvio diz que o *ō sculum* era “para os filhos” (*filii*). O velho sentido foi guardado ou restaurado pelo cristianismo no *ō sculum pā cis*. Os romanos por decoro evitavam usar a palavra *bā sium*, que guardaram as línguas românicas. De origem céltica, foi Catulo de Verona, gaulês cisalpino, o primeiro a usá-la. Segundo Sêrvio era para a esposa (*uxor*). *Sā vium*, de *suā vium* “o suave, doce”, é palavra latina antiga, já em Plauto, mas também tendiam a evitá-la. Sêrvio vai dizer-nos que era para a cortesã (*scorta*).

A raiz psicológica dos grandes símbolos religiosos e a questão do género

Por causa das especulações sobre o simbolismo tradicional dos números, nas aulas saiu a pergunta do papel do **3** na cultura dos povos de línguas indo-europeias. Dumézil estudou a sacralidade desse número, na época antiga e inercialmente na atual, no quadro dos povos dessas línguas.

1.º Os antropólogos coincidem em todas as culturas os pares ser julgados femininos e os ímpares masculinos. O poeta Robert Graves, que não era antropólogo, ficou atrapalhado na questão e foi justo a exceção a firmar a regra. O três é másculo. Eram patrotrópicos os velhos indo-europeus? Não parece. Culturas decerto patriarcais, nomeadamente a bíblica, costumam projetar símbolos religiosos caracterizados por números pares, femininos.

2.º Vou definir a religião (sem exaurir o tema) qual cosmovisão intuitiva ou projetiva, sabedoria vinda do inconsciente a descrever o mapa do microcosmos psíquico. Cuido que não ofende nenhuma crença e pode ser compartilhada. Também se aceita os grandes símbolos religiosos não serem as religiões, as doutrinas. Os símbolos surgem muito depois de os mestres terem ensinado, como fruto do imaginário coletivo social.

A estrela de David recua no tempo sem hoje poder-se saber quando surge. Era amuleto e o seu carácter simbólico geral é recente. A cruz grega nasce no séc. IV. A meia lua do Islã surge também tarde com os turcos. Cada símbolo contém um número par: seis, quatro, dous. A estrela é algo mais equilibrada ao integrar dous triângulos (masculinos e ímpares).

3.º Na Europa ocidental a cruz grega de quatro braços iguais não fez carreira, bem que às vezes se veja em templos e na cruz helvética (logo na Cruz Vermelha). A cruz latina tenta tirar o quatro por várias vias: com três braços iguais e o quarto mais longo, ou tirando o superior (Tau de São Francisco [comendadores da Ordem de Santo António e familiares da de São João], *Charing-T* em *Um Mundo Feliz* de Huxley [por *Charing Cross*]). O

incômodo fundo que faz fugir do quatro é o pendor aos números ímpares e à triabilidade indo-europeia, inda viva nas funduras das línguas da família.

4.º Para explicá-lo cabe lembrar a ideia junguiana pela qual o inconsciente projeta imagens arquetípicas (sonhos, contos populares e mitos) de gênero inverso ao da consciência. A consciência feminina projeta uma figura masculina como representante do seu inconsciente, que Jung chama *animus*. Uma consciência masculina faz ao invés, projeta um *anima*.

Os símbolos religiosos vêm do inconsciente da sociedade, e figuram-no. Os que têm pares, femininos, figuram inconscientes femininos de consciências de varões. A identidade está na consciência, cujo centro é o Eu; logo tanto a estrela de David como a cruz grega e a lua crescente são símbolos religiosos de sociedades de identidade cultural patrotópica, “patriarcal”. A experiência histórica robor a avaliação. Deduz-se que a sociedade ocidental, de línguas indo-europeias e cunho cristão romano, ainda revela – conflitiva, obscuramente – ter uma consciência que é feminina, da que não somos netos conhecedores, mas clara para as outras culturas. Os estudos de Dumézil, que refundaram a mitologia comparada, viram as línguas indo-europeias guardar ainda hoje a sacralidade do número três, que nelas todo divide, e que nos tempos pagãos era com cabal clareza o número sagrado.

Estes dados deitam luz no discurso feminista. Quanta mais luz se deitar, mais eficazes serão os labores que aí se empenhem. Às avessas, nas trevas os esforços podem dar contraproducentes ou negativos. Para evitar equívocos, direi que as culturas de língua indo-europeia e cunho cristão romano terem consciência e identidade feminina não quer dizer que as mulheres aqui sejam mais felizes ou que tenham mais poder que alhures. Talvez sim, mas é difícil sabê-lo. Cada geração herda um feixe de tradições, mas a par, com olhos novos, inventa e redescobre o mundo, e torna a repartir poder. Complica o caso cada gênero ter jeitos diversos de conceber o que quer. Há mulheres, condicionadas pela tradição, que parem e educam filhos dominantes. É caso tão longo que continuar nos embrenharia, e transbordaria este espaço, sem adir muito à pasmosa revelação à que chegamos ingenuamente e que talvez no futuro ajude a aclarar os discursos.

Referências

Dumézil, Georges (1983). *La courtisane et les seigneurs colorés et autres essais. Vingt-cinq esquisses de mythologie* (26-50). Paris: Gallimard.

HIGINO MARTINS ESTEVES

É membro da AGLP. Vid. síntese curricular no Vol. 2 (2008) deste Boletim.

É possível a construção duma Cidadania Lusófona na Galiza?

Alexandre Banhos Campo

Resumo

1) Como é que chegamos ao momento presente na Galiza: Uma Galiza descabeçada inicia um processo de dignificação recuperação. De onde se parte e quais os objetivos na altura. 2) Os primórdios da construção de uma identidade lusófona: Quando nasce a afirmação da continuidade entre o aquém e além Minho no campo linguístico e cultural na Galiza. a) O galeguismo ainda afirmando a unidade da língua contrapunha galeguismo e lusismo. Como se insere a concepção lusófona na tradição galeguista. b) A afirmação lusófona na Galiza como inserimento e aproximação ao espaço luso-brasileiro. 3) A alcunha de lusófonos, ou como um mecanismo com o que o regionalismo espanhol na Galiza (de toda a tendência) tentava afastar a simpatia social para o movimento. 4) A aceitação plena da condição de lusófonos e como consequência a construção duma cidadania lusófona na Galiza.

Palavras-chave

Tradição galeguista, movimento lusófono, cidadania lusófona, unidade da língua.

Abstract

1) How have we arrived at this moment in Galician history?: a headless Galicia initiates a process of dignifying recovery. What has been the starting point and which are the objectives at this time? 2) The beginnings of the construction of a Lusophone identity: when was the affirmation of linguistic and cultural continuity between the two sides of the river Minho born in Galicia? a) Although claiming linguistic unity, the Galicianist movement still contrasted Galicianism to Lusism. How is a Lusophone notion included in the Galicianist tradition? b) The declaration of Galicia as Lusophone, a way of approaching or inserting itself into the Luso-Brazilian space. 3) The nickname "lusist" as a mechanism used by Spanish regionalism in Galicia (of all ideological tendencies) in order to prevent social sympathy towards the movement. 4) Full acceptance of the Lusophone condition and, as a result, the construction of a Lusophone citizenship in Galicia.

Key words

Galicianist tradition, Lusophone movement, Lusophone citizenship, language unity.

Como chegamos na Galiza aonde estamos

Para explicar a recuperação da língua na Galiza no século XIX, vou colar um belo e preciso texto do professor Fernando Corredoira no seu prefácio ao *Sempre em Galiza* de Afonso Castelão:

Em meados do século XIX renasce para a literatura uma língua socialmente estigmatizada, funcionalmente minorizada, banida das instituições oficiais e hostilizada pelo Estado. Popular e realmente falada, a língua galega começará a ser posta ao serviço dum movimento cultural e político que irá perfilando uma vocação que (com cautela, porém) poderíamos chamar nacional. Desde inícios do século XX, contra tudo e apesar de tudo, sectores da comunidade linguística galega transgredirão normas imemoriais, abrirão brechas em altos muros e sondarão novos caminhos, passando a fazerem servir o galego como instrumento do discurso público e da ação política... Como previsível, o recurso ao modelo ortográfico castelhano foi inevitável. O ágrafo português da Galiza passou a escrever-se conforme a feição gráfica da língua oficial e única língua verdadeira – tal como ortografada desde finais do século XVIII. Este modelo tinha no mínimo duas vantagens invencíveis: era tecnicamente prestadio e era o único conhecido, o único aliás que podia conhecer-se.

Essa Língua estava submetida a um processo de degradação e de erosão, com abundância de soluções vulgarizantes e com novas palavras para as novas realidades da vida que ia entrando na Galiza, assim como para o pensamento abstrato, que chegava diretamente em castelhano ou fazendo decalques do castelhano, língua que o poder do Estado espanhol impunha por toda a parte e da qual garantia obrigadamente com a eficaz escola nacionalizadora um conhecimento muito além de elementar para todos os súbditos desse reino.

Nas primeiras décadas do século XX foram muito vigorosos os esforços na recuperação e dignificação da língua, e o constante (tentar) apegamento para a essa mesma língua, que limpa, depurada e aperfeiçoada, é conhecida internacionalmente como português, língua da plena normalidade de dous Estados nessa altura: Portugal e o Brasil.

Porém, quando as cousas pareciam caminhar pelo melhor dos vieiros e os grandes vultos do galeguismo exprimiam isso de jeito intratável, o levantamento militar de julho de 1936 sepultou tudo a fogo e sangue¹. A alongada repressão, fez que a reconstrução posterior da tradição galeguista estivesse desprovida de avanços que já antes se alcançaram.

¹ Mais de 20.000 galegos e galegas morreram vítimas da feroz repressão. E muitos dos que se conseguiram salvar, foram condenados a um longo exílio curto-circuitado nas suas relações com a Galiza.

Os primórdios da construção de iniciativas lusófonas na Galiza

As práticas lusógrafas² podem-se rastejar já de antigo e são como um manancial que a cada pouco aparecia na Galiza para vivificar a língua.

Depois da guerra temos o magistério do professor Ernesto Guerra da Cal no exílio. Na Galiza, estas práticas só se estabelecem de modo permanente após o labor do professor Ricardo Carvalho Calero, quem foi o primeiro catedrático da língua chamada galego-português na única universidade existente na altura na Galiza, a de Santiago de Compostela.

O processo lusógrafo³ normalizador pode-se apresentar em duas fases:

Primeira fase: Entroncamento com a tradição galeguista

Nos anos setenta e começo dos oitenta do século passado, a mudança nas condições políticas provoca que se inicie a entrada parcial no ensino, – pela primeira vez desde 1495 – da língua “própria” da Galiza, que chegara até aí inçada de desleixo e particularismos⁴. O mais parecido que havia a uma norma era o modelo bastante desleixado da “koiné” da editorial Galáxia.

Uma certa institucionalização exigia a necessidade de elaborar uma norma padrão ortográfica (e prosódica e sintática...), necessidade que no estado de opressão permanente em que se vivera até aquela altura, não dera para ser considerada prioridade.

Em 1980 apresenta-se, por uma equipa bem plural e em que estavam todas as tendências a respeito do modelo de padronização, encabeçada pelo professor Carvalho Calero, uma proposta de padronização que vai ser conhecida por “mínimos”, pois a mesma era desenhada como o primeiro degrau na aproximação ao modelo vigorante em Portugal. Foi publicada no Boletín Oficial de Galicia de junho de 1980. Porém, os poderes não aceitaram essa proposta nem sequer durante o tempo que teoricamente esteve em vigor. O Ministério da Educação espanhol, que dispunha das competências sobre o ensino, numa resolução sobre os livros para o ensino, retirou-lhe toda a validade.

No ano 1982 é oficializado, acompanhado de grande poder coercitivo, um modelo de padronização da língua absolutamente dependente e dialetalizante a respeito do castelhano.

² Uso esta bela palavra do professor Gil Hernandez para definir a prática escrita usando o modelo histórico da língua libertado das alfândegas de Castela/Espanha.

³ Eu incluo dentro de lusógrafo a norma(s) AGAL, que para o professor Gil Hernandez quiçá ultrapasse o que ele define como lusógrafo.

⁴ Ainda que durante esse longo período não deixassem de entrar novos termos incorporados na língua de Portugal, para a Galiza. – Na Galiza, quando se apanha uma joaninha, disse: “voa, voa, joaninha e vai levar uma carta ao meu amor a Lisboa”... algo forte puxava por nós para sul.

Esse modelo imposto com toda uma gradação de meios económicos, perda de empregos por quem não o aceitar, subsídios para os seguidores..., deu seus frutos. Hoje, o português da Galiza está em muito pior situação socialmente, do que se achava naquela altura.

Após a rotura, com a possibilidade de uma certa padronização oficial, dum modelo que caminhasse para a convergência com o modelo vigorante em Portugal, nasce uma segunda fase de padronização na Galiza do modelo luso-brasileiro.

Segunda fase: aproximação ao luso-brasileiro

Pode-se afirmar que, desde então, nasceu na Galiza uma nova realidade: Em 1980 nascem as Irmandades da Fala da Galiza e Portugal e em 1981 a Associação Galega da Língua.

Vinha de nascer o movimento reintegracionista, quer dizer, o movimento linguístico e social a prol de reintegrar as falas da Galiza dentro da corrente da própria história da língua da Galiza, e da forma de esta bem conhecida internacionalmente como língua portuguesa.

Desde aquela altura na Galiza houve uma nova realidade, que contra todos os impedimentos a ela colocados, consolidou um corpus literário, linguístico e técnico, fazendo uso duma escrita que se correspondia ao padrão de Portugal (hoje ao do Acordo Ortográfico), ou muito achegado daquele com pequenas variantes de carácter regional.

As rápidas evoluções internas, o seu trabalho abrangente, são mais uma prova de que este se converteu num movimento vivo, numa realidade inegável que se acha plenamente inserida na cultura do País.

Desde o momento em que se optou pela via alternativa, e pela criação de uma tradição paralela (à imposta⁵) por assim dizer, abandonando as tentativas de influir⁶ na criação ou modificar o padrão do galego adotado coercivamente pelo governo autónomo⁷, teve lugar um deslizamento evidente em direção a uma maior confluência com o universo lusófono e lusógrafo, do qual é o seu exemplo mais acabado a consolidação na Galiza duma Academia Galega da Língua Portuguesa.

A alcunha de lusófonos, um bumerangue que veio dar certo

A prática reintegracionista foi chamada de lusista com pretensões depreciativas por parte do *stablishment* cultural regional.

⁵ Espanha sempre foi mestra no “*divide et impera*”

⁶ Porém, ganhando a batalha da legitimidade e reconhecimento pela linguística internacional.

⁷ Sem pretenderem influenciar, o facto é que o sucesso e consolidação do reintegracionismo deu lugar a manobras dentro do oficialismo, e a contínuas modificações e inseguranças nesse modelo de língua.

Lusista é (era) um termo muito esquisito na Galiza. O velho galeguismo era plenamente ciente de a Galiza sob Espanha ser só uma pequena parte da velha Galiza, cujo cerne estava arredor de Braga (entre os rios Douro e Oitávém), a velha capital da Galiza durante 1200 anos. Não está de mais⁸ lembrar que no

⁸ Porque é que Nós, Portugueses, devemos amar a Galiza

A primeira questão que, como portugueses, devemos colocar-nos, é se é possível, ou se algum dia teria sido possível, a existência de Portugal sem a existência da Galiza. Corria o século XIX, que entrava no seu último quartel, e num jornal do Porto, "O Primeiro de Janeiro", era entrevistado o grande historiador Alexandre Herculano. O jornalista demorava-se em pormenores do que estava nas origens de Portugal, e o historiador respondeu-lhe: "*Portugal é a criação do génio galego*".

Olhem os seguintes factos:

1.- Portugal não nasceu no ano 1143. Nasceu quando da queda do império romano no ventre do reino dos suevos, que criaram as condições para que a província da Gallaecia (com forte personalidade diferencial) evoluísse, juntamente com parte da Lusitânia, de modo claramente separado do resto peninsular. É neste reino que se produzem e funcionam os mecanismos que farão que a nossa língua portuguesa nasça do latim e seja estabelecida no noroeste peninsular no velho solar da Gallaecia, no seu esqueleto fundamental no período que vai dos séculos VI ao IX. Aí já temos os primórdios da nossa actual língua e o nosso funcionamento como povo diferenciado na península e no mundo europeu. É suficiente olharmos todas as crónicas muçulmanas peninsulares ou documentos referentes à península, das longínquas terras europeias do Mar do Norte, e ali estamos nós, portugueses, trajados de galegos. *Que Portugal então não se chamasse assim, pois chamando-se Galiza era já verdadeiro Portugal, tanto faz.* Porventura quando nós, portugueses, ou galegos, ou galego-portugueses, estendíamos o reino para o Sul, não estávamos a fazer Portugal? O portuguêsíssimo mosteiro de Lervão (perto de Coimbra) fundávamo-lo no século IX e assim figura nas actas fundacionais "in finibus Galleciae".

2.- Que é Portugal, o nome da cidade mais galeguíssima da Galiza, o Porto, a velha Portuscale romana, e mais tarde Portucale (Portugale), a que foi reduzido o nome para que pudesse usufruir dele o estado inteiro? E quem eram os galegos, a tribo celta achada por Decimo Junio Bruto morando ali onde o Douro se mistura com o oceano, "em Portugal", esses calectos do Douro deram o nome a todo o noroeste peninsular? Há algo mais português que o ser galego? *E galego por antonomásia só o podem ser os habitantes do Porto. Aí estão as raízes.* E eles, por serem do Portugale (Porto), são os mais verdadeiros portugueses.

3.- Nós, os portugueses, os que nos fazemos perguntas acerca destas coisas (só quem fizer as perguntas dará com as respostas; em saber perguntar, pesquisar, está o segredo da sabedoria e do conhecimento), *pensamos que a Galiza é uma região espanhola que vêm caindo por cima de Portugal e na qual as pessoas falam um linguajar deturpado e feio como um espanhol com muitas palavras portuguesas, e onde as pessoas do povo entendem os portugueses e não têm essa atitude antiportuguesa que se dá nos espanhóis quando o homem (ou mulher) português não é um iberista. Mas isso não é a Galiza, é somente uma parte da Galiza.* A Galiza é na realidade grande parte de Portugal, de Santarém para cima, é aí que chegava o velho reino da Galiza. *Haverá por acaso algo mais galego do que Braga, capital da Galiza romana, do reino suevo, da Igreja da Galiza?* Lugo e Santiago sempre agiram por delegação do *verum caput* Braga, durante doze séculos a cabeça, e que por isso mesmo é ainda a cidade primaz de Portugal.

Nós, os portugueses, podemos dizer que, da Galiza, o seu cerne, a sua essência, está em Portugal, e que não temos medo de chamar Galiza a todo o Norte do nosso País, que as coisas são como são, por muito que pese aos espanhóis.

4.- Portugal é a criação dos homens do Norte, eles deram-nos a língua (a sua alma colectiva essencial), eles puseram os topónimos e designaram a(s) terra(s), por isso temos os mesmos nomes do Cantábrico ao Tejo. Por isso depois da Galiza, vem a Beira (a velha Beira da Galiza), depois a Estremadura (a extrema do reino da Galiza), e ao sul do Tejo estava o Além-Tejo. Com certeza que,

ano 2011 cumpriu-se o 1600 aniversário do nascimento do *gallaeciorum regnum*⁹, e que a Meendinho e algumas outras instituições e pessoas, (tanto da Galiza sob Espanha como de Portugal) lembraram que lá em Braga nasceu Portugal e que Portugal era tal mesmo chamando-se na altura Galiza.

Portugal foi a criação dos homens do norte, eles deram ao país a língua e a toponímia, por isso ela se repete toda do mar Cantábrico ao rio Tejo, e por isso os apelidos das pessoas também são comuns por cima das fronteiras.

Mas Lisboa muito cedo se afirmou como capital de Portugal contra o norte do país¹⁰, e o termo lusitano foi apanhado como contraste ao galego do norte – e mais quando uma parte da Galiza ficou sob Castela¹¹, mas não conseguiu apagá-lo. Ainda todos os portuenses e outros homens e mulheres do norte continuam a ser chamados de galegos em Lisboa, e todavia é conhecido de forma popular no Brasil, o norte de Portugal como Galiza, frente à Galiza espanhola consolidada popularmente lá como Galícia.

O velho território romano dos lusitanos era só parcialmente correspondente ao atual Portugal: ele estendia-se pelo centro peninsular. Lembro, não há muito, numa viagem à cidade de Cuenca, em que fiz um pequena deslocação à zona natural da *Ciudad Encantada de Cuenca*, onde um guia entusiasmado me explicava que aquela era a terra do caudilho lusitano Viriato e que eles eram lusitanos.

se os alentejanos houvessem posto os nomes, para eles os 'alentejanos' seriam os da Beira. *Rompeu-se a Galiza no século XII e continuamos a ser galegos embora o nosso reino se chame Portugal*. (Ao norte do Minho, acabaram caindo na órbita de Castela, ao sul levamos os nossos estandartes e a nossa língua pelo caminho de todos os mares). Quando os linguistas alemães e Carolina de Michælis difundem a nossa literatura medieval, *chamam à língua 'galego-português'*, isso não o faziam porque a língua não fosse português cem per cento, que o era; mas perante o facto de todos além e aquém Minho chamarem a sua língua 'galego'. *Na corte portuguesa de Lisboa à língua que se falava ainda não se dera o nome do reino, simplesmente chamava-se-lhe galego*. E os doutos criaram o 'galego-português' como expressão, ao parecer-lhes mais simples que explicar à população que a língua portuguesa antes se chamava galega.

5.- Nós, os portugueses, *amando a Galiza, estamos a amar o próprio Portugal*, estamos a mergulhar nas essências pátrias. Mas deu-se a queda das fronteiras, a Espanha está a invadir-nos todos os dias - e de que maneira. Não vai sendo hora de nós, portugueses, nos comprometermos firmemente na defesa da lusofonia no além Minho?

⁹ O que chama a historiografia espanhola dos "suevos"

¹⁰ E não poucos dos problemas no país devem-se a infeliz integração que com o norte se produz em Portugal, e como muitas vezes tenta Lisboa "capar" a ação desse norte, que é o maior gerador de empresas, projetos empreendimentos e exportações de Portugal.

¹¹ Desde 1230 em que morre Afonso VIII da Galiza/Leão chamado pelos historiadores de Castela IX, a monarquia portuguesa, de conformidade à legitimidade do testamento e vontade de Afonso VIII, reclamou o território a norte do Minho e a leste dos montes de Leão como parte do seu reino. Foram vários os reis de Portugal a serem proclamados também reis da Galiza a norte do Minho. O último Afonso V, quem após a batalha de Toro de 1 de março de 1476, renunciou a esse território e assinou um pacto matrimonial de que virá a noite filipina sobre Portugal.

Lusofonia foi além disso para a Galiza (e penso que também para o Brasil) um peculiar saudosismo muito cantado pelo Salazarismo, e que fazia mais que nada, lembrança a um jeito ou conceção ideológica ligada a um imaginário coletivo do grande Portugal com as suas colónias.

Porém, apesar disso, todos reconhecemos que a lusofonia nasceu num berço de ouro, que não é outro que o formosíssimo canto de *Os Lusíadas* de Luiz Vaz de Camões¹².

No Portugal após *Abril*, pouco a pouco o conceito lusofonia foi apanhando novas caras e contornos. Movimentos como o MIL estão a ajudar a projetar uma nova lusofonia dum modo muito eficaz.

Hoje na Galiza, o que nasceu como um pretenso elemento depreciativo dos reintegracionistas, foi assumido por todos e por todo o lado e, pela primeira vez na história da Galiza, podemos-nos chamar de lusófonos sem achar nisso alcunha negadora nenhuma, sabendo que é uma categoria histórica e que como tal muda com o tempo, e hoje em dia já não faz referência a saudosismos, e é mais um jeito, uma forma, de projetar a comunhão que nos une a quantos aquém e além temos a língua portuguesa como a nossa comum língua, com a sua variedade de sotaques e modos, como é próprio das línguas que são pluricontinentais e que abrangem diversidade de povos e histórias.

Essa alcunha, como um bumerangue, deu a volta à cousa e ajudou a inserir-nos na comunhão lusófona.

A construção duma cidadania lusófona alargada na Galiza

Para a construção duma cidadania lusófona na Galiza estão a contribuir instituições de diverso tipo como são: a Academia Galega da Língua Portuguesa, a Associação Pro-AGLP, a Fundação Meendinho, a Associação Galega da Língua, e muitas entidades cívicas e sociais.

Mas a pôr-nos na cena da Lusofonia, a isso têm contribuído personalidades e instituições lusófonas por toda a parte, mas quero aqui destacar o especialíssimo e relevante papel que está a jogar o MIL. Ontem cantou-se pela primeira vez neste nobre edifício o hino da Lusofonia e nele estava a Galiza. O trabalho do MIL, fazendo-nos presente por todo o lado, é impagável.

Sei que por um pequeno acaso não estão ainda instituições sérias e lusófonas da Galiza espanhola na CPLP, mas é bem certo que nunca como agora foi tão presente para todos os membros da CPLP a presença da Galiza, duma Galiza espanhola absolutamente libertada de espartilhos regionais e castelhanos. Nunca como agora se tem escutado falar tanto da

¹² Cujas raízes estão na freguesia de Camos-Nigrám ao norte do Rio Minho.

Galiza na Assembleia da República e noutros fóruns, e quando o fazem nunca estão a pensar no governo regional.

O trabalho que alguns muitos vamos fazendo, tranquilos, firmes, pacíficos e sem paragem, vai dando os devidos frutos.

Logo, pois, é uma realidade incontornável crescente na Galiza, que o reintegracionismo de modo muito pacífico e calmo se insere no alargado espaço lusófono sem perder por isso as suas galeguíssimas características e idiossincrasia.

Porém, inserir umas elites culturais, da Galiza, por muito alargadas que elas possam ser ou parecer neste momento, e construirmos uma verdadeira cidadania lusófona na Galiza, são cousas muito diferentes.

Sejamos claros, a Castela/Espanha é algo assim como um cão pit-bulil, segura com os dentes a presa e não a larga. Por vezes parece que afrouxa a pressão, mas não larga quem tem preso: pode, por um lado, estar a oferecer não sei o quê, e, à vez, vai continuar a travar-te.

A velha política de banir o português da Galiza, desse território espanhol que é parte do velho solar galego, em que a nossa língua nasceu, não tem paragem; combinam-se diversas políticas: a imposição, as dificuldades para o desenvolvimento duma vida normal na nossa língua no território, a minoração, e o racismo antiportuguês, e tudo isso com o tempero e o molho de um impulsionamento de um modelo de língua que subliminarmente canta sempre o castelhano.

A política de língua levada desde fins dos anos 70 do século passado na Galiza, a qual o sociolinguista catalão Lluís Aracil denominou política estupefaciente de substituição linguística, e da qual não é um assunto menor o do modelo de língua escrita, que é impulsionada desde o poder, deu os seus frutos: diminuição acusada do número de falantes da sua língua na Galiza, perda de qualidade do idioma, pois o que se fomenta é apenas uma variante do castelhano... podemos receber dos poderes da Espanha na Galiza muito boas palavras, mas as ações — a travação da presa — não mudou.

Olhado de fora e sem preconceitos, nem querendo olhar (inventar) mais além do que há, a cousa tem um ar um *bocado obscuro*¹³, dir-se-ia que o plano dos dominadores avança sem paragem para aquilo que sempre quiseram.

Terá futuro uma Galiza lusófona?

Estamos a viver um momento muito peculiar da história, uma situação que eu acho maravilhosa — ainda que à vez tem muita dor e tristeza —, estamos submersos numa crise muito profunda, uma crise sistémica. *Estamos a*

¹³ Eis as reflexões duma pessoa que honestamente veio até agora aceitando o modelo impulsionado do poder e, quando olha o que a rodeia, percebe que, como aconteceu ao rei do conto, está nua.

assistir à morte do mundo que viemos vivendo até aqui. As cousas não são fáceis, igual que nunca foram fáceis os partos, ainda que deles venha o futuro e muita alegria.

A crise obriga-nos a repensarmos as cousas, e fazer cousas de um outro modo, se queremos sair do beco sem saída em que estamos metidos.

Dizia que esta crise é maravilhosa no sentido que vai ser fonte de novas e surpreendentes oportunidades.

Muitos dos Estados do mundo são absolutamente inviáveis. No Estado espanhol o agir destrutivo de quem controla esse Estado, e a sua incapacidade para se entender com quem é diferente, põe os alicerces para que na Europa se torne num dos Estados que vão ser inviáveis.

Daí não tem porque vir mal nenhum para ninguém, nem sequer para os próprios castelhanos, provavelmente pode ser a oportunidade para se dar algum tipo de entendimento, ainda que isso com os pit-bull a travar não é fácil.

Portugal deve a sua liberdade à vontade do seu povo, e em boa medida ao levantamento catalão paralelo do de 1640 que dividiu as forças de Castela¹⁴.

Portugal tem a obrigação de contribuir para que qualquer processo que se der no Estado que com ele ocupa o espaço peninsular, se faça de forma pacífica, escutando democraticamente a vontade dos cidadãos.

Para Portugal uma península configurada de outro modo vai ser uma grande oportunidade. Saibam vocês que antes dos próximos mundiais de futebol o Parlamento da Catalunha vai proclamar a independência unilateral... Espanha vai-se encarregar de os forçar a ter de adotar essa decisão. Isso vai ser a vela de ignição do motor da desintegração....

Não sei o que se vai passar na Galiza.... mas sabemos que só temos futuro sendo nós próprios, e na nossa língua, o português.... quer dizer, com uma cidadania lusófona.

A Galiza tem muitas vantagens económicas de futuro, tem uma balança de pagamentos sempre com forte superavit, tem as suas gentes e tem a comunhão lusófona toda... só podemos melhorar, ainda que não todo for fácil, e para Portugal uma Galiza com capacidade de agir por si, seria um fator a completar a sua força económica, e a combater pessimismos que abalam muitos corações do extraordinário e muito querido povo português.

¹⁴ Também se deve nalguma medida, aos muitos galegos do norte do rio Minho que lutaram com Portugal, a deserção maciça de soldados galegos levados nas tropas de Castela para se unirem com quem tem comunhão de língua, ao fim e ao cabo a pátria verdadeira. De feito no começo do levantamento de Portugal de 1640, apareceu um movimento na Galiza a prol de se unir a esse movimento. As elites portuguesas e castelhanas agiram, para empecer essa possibilidade, como tem estudado o professor Ernesto Vazquez Souza.

Referências

Aracil, Lluís (1983), *Dir la Realitat*, Barcelona, Països Catalans
Aracil, Lluís (2004), *Do Latim às Línguas Nacionais*, Compostela, AAG-P
Carvalho Calero, Ricardo (1981), *Problemas da Língua Galega*, Lisboa, Sá da Costa
Carvalho Calero, Ricardo (1983), *Da Fala e da Escrita*, Ourense, Galiza
Castelão, Afonso (2009), *Sempre em Galiza*, Compostela, Através
Gil Hernández, António (1996), *Silêncio Ergueito*, Compostela, O Castro
Gil Hernández, António (2005), *Temas de Linguística Política, seguidos dum avanço de Temas de Política Linguística. Leves reflexões sobre política nacional 'española'*, Compostela, AAG-PI.
Actas dos Congressos Internacionais da Língua Portuguesa na Galiza I, II, III, IV. AGAL.

ALEXANDRE BANHOS CAMPO

Vid. síntese curricular no Vol. 6 (2013) deste Boletim.

E a Galiza...? Lusofonias transversais*

Álvaro J. Vidal Bouzon

Resumo

Através de uma leitura filosófica do conto de José A. Lozano “Porco transgénico” (2001) este trabalho tenta indicar as linhas de delimitação da condição identitária galega em que assenta a legenda que Daniel Castelao colocou ao pé da lâmina nº 39 do seu álbum “*Nós*” (1931).

Palavras-chave

Identidade, Galiza, Daniel Castelao, “*Nós*”, Lusofonia, Hispanofonia.

Abstract

By articulating a philosophical reading of José A. Lozano’s short story “Porco transgénico” (2001) this paper attempts to point to the demarcating lines of Galician identity as drawn in the caption used by Daniel Castelao for etching no. 39 of his album “*Nós*” (1931).

Key words

Identity, Galiza, Daniel Castelao, “*Nós*”, Lusophone World, Spanish-speaking World.

* Este trabalho é reelaboração da comunicação apresentada pelo autor no Colóquio Internacional “Lusofonias verticais e horizontais. Losophone Worlds: East-West/North-South” organizado pelo Centre for the Study of Post-Conflict Cultures (Universidade de Nottingham, Reino Unido), a Cátedra Eduardo Lourenço da Universidade da Bolónia (Itália) e o Instituto Camões de Londres, e celebrado na Universidade de Nottingham entre 29 e 31 de maio de 2011.

A la coquetilla y sutilísima [Elsa] Mara

Rosalía de Castro. *Flavio*. 1861

E a Jaime Vidal Freire, *in memoriam*:

O pai adentrar-se-á no mar

um entardecer de inverno.

Seguirá a calar

enquanto o homem, volta vai volta vem,

passa por cima da praia,

com, diria ele,

quase oitenta

medos,

cinquenta

melancolias e

setenta

esperanças.

Nunca é triste a verdade,

o que ela não tem é jeito.

Joan Manuel Serrat (em tradução de Santiago Kovadloff).

'Sinceramente teu'. *Sinceramente teu*. 1986

Let me take you down 'cos I'm going to...

E a Galiza. Reticências. Ponto de interrogação. Ou seria melhor de admiração? Suspeito que minha filha pequena, Elsa Mara, vai voltar em breve a dirigir-me aquele olhar inquisitivo e espantado que sua irmã maior, Raquel Morgana, articula, tão azul, quando da boca de seus pais sai essa misteriosa palavra. Para elas, há pouco ainda, o espaço organizava-se em mundos. Aquele que elas habitam (que no seu dizer em inglês se tornava "*this world*") é Beeston. Ou Nottingham. Mais cada vez *England*. Hesitantemente, em ocasiões, *Britain*. Aquele a que elas viajam várias vezes por ano recebe nomes baralhados ao acaso (ou é ao azar?) pelos seus progenitores: vamos à Crunha, ou a São Martinho do Porto... menos frequentemente, à Galiza... poucas vezes a Espanha, a não ser sob a sua ingenuamente tranquilizante máscara (*persona...*) inglesa: *Spain*. Um olhar que parece perguntar não: "onde?" mas: "quê?" E a Galiza, filhas...?: "there are places I'll remember / all my life, though some have changed / some forever not for better / some have gone / and some remain / All these places had their moments (...) In my life I loved them all" (Beatles, 1965). E a Galiza? Reticências, em que para os doentes de bilinguismo e diglossia¹ dessa parte da península Ibérica

¹ Doentes, os galegos, de língua *própria*. Imperfeitamente *bilingues*, de modo geral, nas duas com condições de articular a identidade deles em termos nacionais. Defeituosamente *diglóticos* naquela delas que não se tem hegemonicamente codificado como nacional. Tudo na situação

espreitam também os sentidos espanhóis de reserva, circunspeção, retraimento, restrição ou confiança. Tão galaicos todos... O que segue, foi concebido para elas. Elsa saberá, porém, ao jeito da Mara rosaliana, como “también es verdad que no debe darse entero crédito a [mis] relatos...” (Castro, 1992: 81).

I can't believe a word you say — lies, lies

E a Galiza...? A Galiza é o berço da Lusofonia. Certo. E mentira. *Um resto cujo traço linguístico sobrevive no nome próprio “Galiza”* é berço da Lusofonia. Certo. E mentira. Um resto cujo traço linguístico sobrevive no nome próprio “Galiza” foi berço da Lusofonia. Certo. E mentira. Um resto cujo traço linguístico sobrevive no nome próprio “Galiza” foi berço *daquele objeto (forma ou ideia, em sentido estrito) que a linguística denomina língua portuguesa*. Tudo certo. E tudo mentira. E, claro, *tudo*, rigorosamente, *verdade*.² Pelo menos naquilo em que da verdade participem os, digamos, enunciados *deslocados*. Aquele tropo que em todos os acima escritos opera para *veicular* verdade é a sinédoque. A pergunta não é, pois: “e a Galiza?”, nem sequer: “e o galego (idioma, língua, dialeto)?”; mas, no fim dessa sequência ou escada ou escala de graus deslocados: “e os galegos?”. Ou, talvez, forçando aquilo único que nos força (porque nos forja): “e @s galeg@s?”. Escrevendo em e com uma tensão cuja violência reside na transversalidade que a escrita aí desse sinal gráfico, a arroba, atualiza, não apenas fingindo diluir a oposição gramatical de género como, aliás, e sobretudo obstaculizando a possibilidade da articulação mesma desse sintagma. Da sua articulação

sociolinguística e glotopolítica galega (dos *espanhóis galegos*: o primeiro termo é substantivo, o segundo apenas adjetivo) gira em volta de dois *excessos* de língua própria de igual sentido mas diferente, e divergente, direção, de jeito que a cura da imperfeição bilingue depende, em boa medida, da cura do defeito diglósico, sendo a diglossia, no sentido próprio cunhado por Charles A. Ferguson em 1959, e no rigoroso dizer de António Gil Hernández, condição de normalidade glotopolítica. Para um percurso mais pormenorizado da conflituosa utilização dos termos “bilinguismo” e “diglossia” nos discursos sobre contato de línguas na Galiza *vid.* Gil Hernández (2005, especialmente os capítulos “2. Capítulo fundamental: Conceito de diglossia”, pp. 37-49; “4. Capítulo fiducial: Propostas diglósicas de futuro possível”, pp. 63-72; e “Capítulo explorante: Diglossia, normalidade, literariedade vanguardista”, pp. 73-76). Também Gil Hernández (1989 e 1989a) e Herrero Valeiro (1997).

² Acaso fosse mais tolerável, e compreensível, este aparentemente paradoxal jogo de palavras se se me permitisse lembrar de outra maneira o território conceitual em que ele assenta. Não é nem arbitrário nem anacrónico indicar aqui que o termo *aletheia* (verdade), para a disciplina “fundada” por Platão há vinte e cinco séculos, encontra o seu antónimo primário não diretamente no termo *pseudos* (mentira, falsidade, inexactidão), mas na tensão modulada pela articulação de ambos no processo de acesso à *episteme* (conhecimento), acesso cuja condição única consiste no abandono dos territórios de *doxa* (opinião) e, muito especialmente, da mais elevada manifestação da *doxa*: *pistis* (fé). De fato, o nosso contemporâneo *estória fictícia* (no sentido daquilo sem referente fático externo ao discurso em que ele se articula) que, de algum modo, reconhecemos veiculado no grego *mythos* era, e é, não raro, via específica a ou, até, encarnação de *aletheia* (é isto mesmo aquilo que sustenta o dizer de Sócrates no Livro VI e, nomeadamente, no Livro VII da *República* de Platão).

bilidade da articulação mesma desse sintagma. Da sua articulação fônica, sim. Todavia, e mais essencialmente, também da sua articulação semântica e pragmática na produção de um sentido absoluto ao introduzir a marca de uma tabela, e a possibilidade de uma medida. De uma relação, pois. De um dizer *relativo*, portanto.

Transversal, diz o dicionário³, é aquilo, *colateral*, que está paralelo ou ao lado. Os galegos habitam (e [não] podem [*ainda?*] decidir [não] fazê-lo) uma *Galiza* transversalmente lusófona. Esses mesmos galegos habitam (e [já?] [não] podem decidir [não] fazê-lo) uma *Galicia* transversalmente hispanófona. E, assim mesmo, é a Galiza uma lusofonia transversal às lusofonias. Como, embora diferentemente na articulação diacrônica e nos efeitos sincrônicos desta em cada altura, uma hispanofonia transversal às hispanofonias. *Transversalidades* em cujo prefixo latem os sentidos de ser/estar *além de*, *para além de*; *em troca de*; *ao revés de*; *para trás*; *através*.

A Galiza. O galego. Os galegos. *Je-est-un-autre?* Mas a gigantesca, monstruosa banalidade rimbaldiana⁴ tinha sido já de jeito muito mais preciso (porque muito mais ontológico, poético, amoroso e, sim, político)⁵ dada por Francisco de Quevedo no século XVII com duas atualizações diferentes do verbo ser (no limite, com dois verbos *distintos*, mesmo se homógrafos e homónimos) conjugadas na fugidia imanência que o tempo, acaso outro nome da morte, (nos) impõe⁶: “soy un fue, y un será, y un es cansado” (Quevedo, 2009). A primeira pessoa do singular é *absolutamente* (sem atributo e, assim, sem

³ Todas as citações e referências a definições estão tiradas dos verbetes correspondentes do *Dicionário Aulete* em linha da língua portuguesa (acessível em <http://www.aulete.com.br/>).

⁴ Na segunda daquelas que viriam a ser conhecidas como *Lettres du voyant*, dirigida por Arthur Rimbaud ao poeta Paul Dameny em 15 de maio de 1871 (Rimbaud, 1871), é que aparecerá a famosa hibridação das marcas singulares de primeira pessoa pronominal com terceira pessoa verbal. Sobre os efeitos mutuamente produtivos e “contaminantes” desta ocorrência agramatical é que se articulará boa parte do caudal teórico e crítico desde há algo mais de um século em redor dos processos configuradores (ou, embora não for o mesmo, produtores) de identidade (individual, social, económica, política), mesmo se frequentemente desprovida, tal agramaticalidade, quando não radicalmente tirada, de contexto.

⁵ Segundo Alain Badiou, o *matema* diz do ser-como-ser (da esfera da ontologia, pois); o *poema* diz dos limites mesmos de todo dizer (ou do ser-como-não-ser); o *amor* diz do novo platonismo do múltiplo, a partir do repensamento da dialética do dois; e a *política*, reinventada a partir do “acontecimento Maio 1968”, diz da revolução como território de libertação. O modo preciso de articulação que ele denomina “compossibilidade” entre esses quatro (e, para Badiou, são apenas esses quatro os existentes) “procederes genéricos do pensamento” viria fornecer a única condição imanente para a existência de filosofia numa época concreta (*vid.* Badiou, 1989).

⁶ “Que é, pois, o tempo? Quem poderá explicá-lo clara e brevemente? Quem o poderá apreender, mesmo só com o pensamento, para depois nos traduzir por palavras o seu conceito? E que assunto mais familiar e mais batido nas nossas conversas do que o tempo? Quando dele falamos, compreendemos o que dizemos. Compreendemos também o que nos dizem quando dele nos falam. O que é, por conseguinte, o tempo? Se ninguém me perguntar, eu sei; se o quiser explicar a quem me fizer a pergunta, já não sei” (Agostinho, 1996: 322).

cópula) uma terceira em passado e futuro. Porém, passado e futuro não *são*.⁷ Em presente, a primeira pessoa é *em abstrato* o atributo “cansado”: não “está cansado” (e poderia nalgum momento deixar de está-lo), mas o verbo que é aqui cópula relaciona, conecta, faz participar deste modo o que quer que o ser do eu seja com a condição do cansaço... Fartura, fastio, aborrecimento... de quê? Quer dizer: eu *é...* o nada, o oco, desde o que articulo agora o mundo através da primeira pessoa. O que “eu” *foi?*, o que “eu” *será?* Eu é, com frequência, não (ou pelo menos não apenas) outro — eu é, para dizê-lo nos termos de Xurxo Borrazás (1996), *o inimigo* (ou com Francisco de Aldana no século XVI: “yo mismo de mi mal ministro siendo” [Aldana, s.d.]).

E *nós*? Onde, e como, *eu* devem *nós*? Como sobrevive *eu* em *nós*? Pergunta-se pela identidade ou pela situação? Ser ou estar.

A Galiza é *a origem* da lusofonia. E a sua condição *colateral*, danada. Isto é, com o dicionário outra vez: o efeito maléfico ocasionado por certos medicamentos. Por certos *pharmakoi*.

Formularei agora uma hipótese que, decerto, não vou ser aqui capaz de demonstrar: a Galiza é, *paradoxalmente*, também na sua condição duplamente articulada de *ameaça* e de *ameaçada*⁸ (não, necessariamente, de *ameaçante*), paradigma mesmo da Lusofonia (isto é: modelo, mas também uma das formas flexionadas deste modelo). E paradigmática, todavia, naquilo que, para bem ou para mal, para bem como para mal, de mais específico há à condição *gelega*, e de mais afastado do conceito mesmo de paradigma: o transversal é, também, *aquilo que se afasta da linha reta ou principal*.

Em lugar de demonstração, ao modo científico, permita-se-me operar com os materiais do filósofo e preceder, portanto, não só a formular per-

⁷ “E, contudo, Senhor, percebemos os intervalos dos tempos, comparamo-los entre si e dizemos uns são mais longos e outros mais breves. Medimos também quando esse tempo é mais comprido ou mais curto do que o outro, e respondemos também que um é duplo ou triplo, ou que a relação entre eles é simples, ou que este é tão grande como aqueles. Mas não medimos os tempos que passam, quando os medimos pela sensibilidade. Quem pode medir os tempos passados que já não existem ou os futuros que ainda não chegaram? Só se alguém se atrever a dizer que pode medir o que não existe! Quando está decorrendo o tempo, pode percebê-lo e medi-lo. Quando, porém, já tiver decorrido, não o pode perceber nem medir, porque esse tempo já não existe” (Agostinho, 1996: 325).

⁸ Em termos brutais, na manifestação de duas tendências extremas: ameaçada *pela* Hispanofonia (de modo diferente a como as *-fonias* globais —Anglo-, Hispano-, Luso-, Russo-, Sino-, Franco-, Germano-...— competem e, portanto, se ameaçam entre si segundo a mais ou menos instável correlação de forças em que convivem e se relacionam, e que assenta em regras universais de reciprocidade, proporcionalidade e equilíbrio). Ameaçadora *para a* Hispanofonia. Mas também para a *Lusofonia*. De modo diferente: a potencialidade *ainda* lusófona dos falares não espanhóis da/na Galiza, como possibilidade, ameaça a integridade hispanófona *na Península Ibérica*. A potencialidade *já não* lusófona dos falares não espanhóis da/na Galiza, como subsumidos a processos padronizadores e normalizadores subsidiários dos do castelhano, ameaça, potencialmente, a integridade lusófona *na Península Ibérica*.

guntas quanto também a deslocá-las de modo não a fazer impossível a sua resposta, mas a delimitar a natureza e o âmbito a que as diversas que puderem ser dadas pertencem.

Penny Lane is in my ears and in my eyes

Deixem-me, então, começar, mais uma vez, pelos interstícios daquelas reticências de que falei antes, e estes outros dos gonzos em que a transversalidade a que me refiro agora finca, tal e como são articulados por um artefato que adornou o salão de uma das minhas primeiras casas na Inglaterra durante anos, que jazeu meio camuflado numa parede do meu estúdio e recebe agora aos que entram na minha casa atual. E, precisamente, começarei por aqui para situar os termos da problemática identitária a que aludo naquele território que lhe é próprio, primeiro, e depois, para assinalar a sua, tão trágica, condição precária.

Por volta das primeiras duas décadas do século passado, o intelectual, político e polígrafo galego Afonso Daniel Rodríguez Castelao produziu um conjunto de lâminas ou estampas compostas de desenho e legenda manuscrita, inserindo-se claramente na tradição goyesca dos gravados. O seu objeto era desvelar, mais às “elites” do que ao “povo”⁹, a “realidade”¹⁰ da Galiza, do galego (idioma, língua, dialeto?) e dos galegos. Expostas em várias localidades espanholas e portuguesas ao tempo que se organizavam conferências *paralelas* e se articulava modernamente o nacionalismo galego em organizações partidárias, as gravuras serão finalmente recolhidas num álbum publicado em Madrid em 1931 sob o significativo título, *entre aspas*, “*Nós*”.

Vou prescindir agora da qualidade fílmica da composição e da descrição e estudo em detalhe dos elementos que conformam a imagem para me concentrar no texto da sua legenda, *transliterada* em português galego dos nossos dias:

Na beira do Minho

— E os da banda de lá são mais estrangeiros
que os de Madrid?
(Não se soube o que lhe respondeu o velho)

⁹ No texto introdutório ao álbum Castelao escreve: “Con este medio cento de dibuxos intentei desacougar a todol-os licenciados da Universidade (amas de cría do caciquismo), a todol-os homes que vivían do favor oficial” (Castelao, 1982).

¹⁰ E continua o autor: “Algúns espíritos sensíbles que choran co-a melanconía dos tangos e dos fados, atoparon desmedida esta door das miñas estampas; outros espíritos inertes ollaron pouco patriotismo no afán de ser verdadeiro. Con todo, eu sigo coidando que o pesimismo pode ser libertador cando desperta carraxes e cobizas d’unha vida mais limpa” (Castelao, 1982).

Retenhamos, de momento, o fato de assistirmos a uma pergunta cuja resposta (se existiu) nós, espetadores/leitores desconhecemos¹¹. Desconhecemo-la? Certo. E, outra vez, mentira: “*não se soube* o que lhe respondeu o velho”.

Voltarei, no fim, sobre isto. Não há, não assistimos à enunciação de uma resposta. Esta lâmina 39 de Castelao tem-se tornado na de maior potência icônica do álbum e muito provavelmente na de maior sucesso reprodutório. E a resposta maioritariamente ensaiada ou assumida nos escassos comentários a ela dedicados tem sido um tão claro quanto medonho “não, não são”.¹² Escassos estudos, digo, face a sucesso reprodutor. Não vou entrar aqui na explicação deste fenómeno mas intuo que a ninguém vai espantar que o fato de maioritariamente se ter suposto uma única resposta como possível (e tão funesta, perigosa ou até terrível) seja nisto um aspeto essencial. Resposta, aliás, que articula *diretamente* os termos espanhóis vs. portugueses sem reparar suficientemente no carácter sinodóquico da literalidade da lâmina: nem uns nem outros são diretamente mencionados. Como não o são os Estados-nação Espanha e Portugal. Apenas, em familiar expressão, “os da banda de lá” e, mais distantemente, “os de Madrid”.

***Father MacKenzie, writing the words
of a sermon that no-one will hear***

Há, contudo, outra resposta que desassossego do velho e universalmente aceite resposta implícita articulariam como *sinoma*. Uma resposta *indireta* que convida àquele operar, contrário ao político e, dalgum modo, ao científico que é o do filósofo — em leitura sintomática, se quiséssemos, com uma pequenina dose de saudade, falar em althusseriano. Resposta indireta, pois. E *com (em?) reticências*. Em 2001 José António Lozano publicava na relevante¹³ antologia de narrativa breve galega cujo título, *Paisaxes con palabras*, evoca a lâmina e o álbum de Castelao, o conto, estruturado narrativamente como uma *confidência*, intitulado “Porco transgénico”. Mais do que conto, *parábola* (embora, problemáticamente, *sem a sua conformação*

¹¹ Sei que há uma tremenda tensão entre as duas funções correspondentes a contemplação e leitura. Acaso, acho, estejamos a ser convidados a ler a imagem e mirar a legenda, mas o efeito final que de todo o conjunto desse conta requer a subsunção do imaginário ao linguístico.

¹² Dentre os melhores, e mais perspicazes, deles cabe citar Rodrigues Lapa (1979) e Carvalho Calero (1983).

¹³ Com esta antologia celebrava-se a primeira década do Certame de Narrativa Breve em galego Manuel Murguía, convocado pela Câmara Municipal de Arteijo. O primeiro na Galiza desde os anos oitenta do século passado, eis a sua importância, que, com uma dotação económica importante como prémio, não exigia o emprego da ortografia espanhola por parte dos autores, como pode verificar-se nos contos inéditos de cada um dos escritores que resultaram premiados nas dez edições anteriores à data de publicação e que o então coordenador do certame, Henrique Rabuñal, reúne neste volume.

alegórica), na conjunção de tradição popular galega e tradição semítica (quer judaico-sefardita quer sufi), a narração apresenta-nos desde o início mesmo, e em primeira pessoa, a desventura de um

[m]arinheiro em terra, sem bagagem, prestes a embarcar num eléctrico ou numa nuvem: era o mesmo [...] Do que se tratava era de não ficar parado. E é estranho isto de pensar nas paragens. Tudo na verdade funciona sem parar, sem possibilidade alguma de que a maquinária-infernal-da-produção tenha um momento de calma. Ah! Bela palavra: calma! (Lozano, 2001: 144).

Marinheiro, cuja divisa ou emblema, “naquela época” (*ibidem*), era o imediatamente reconhecível: “navegar é preciso, viver não é preciso”¹⁴, com o seu empenho de nunca ficar parado, de ser aquele, passageiro, que não permanece; aquele que não reside senão *transitoriamente* num sítio, um vagabundo, um nómade *transeunte*, sim, mas também, e crucialmente, um desocupado (não confundir com um desempregado, termo de que é radicalmente antónimo)... *like a rolling stone... like a nowhere man, a drifter...* mas *drifter* é em inglês também uma traineira, ou um barco de pesca de arraste. Enfim, por palavras do marinheiro narrador e coprotagonista da estória: “[u]m galego em Lisboa, um bagageiro sem bagagem no fim de contas” (*ibidem*).

É conhecida a história migratória dos galegos através dos séculos a diferentes terras, também peninsulares (González Lopo, 2003), incluindo Portugal, e seu importante contributo à configuração, por exemplo, da cidade de Lisboa. História à que o relato fará um par de menções altamente significativas. Porém, o que *os leitores* (um *vocês* na enunciação que é um *nós* na leitura mas para aqueles que me leem e não conheçam o texto tem já devindo um *eles*) confrontam é uma confidencial *exigência* não de participar numa identidade selada na tal invocação plural a um narratário, mas de ingressar (após saber de geometria?) no espaço do pensamento. Assim, o texto vai pontuado pela repetição da oração com que ele próprio finaliza: “Since-

¹⁴ “Navigare necesse; vivere non est necesse” é a frase de encorajamento aos marinheiros ame-drontados durante a guerra atribuída por Plutarco (ca. 46-120 d.C.) a Pompeu na biografia que do general romano escreveu aquele como parte das suas *Vidas paralelas* (96-98 d.C.). Fernando Pessoa vai-a referir, citar e prolongar em diferentes momentos, por exemplo num dos fragmentos sem data que sob o semi-heterónimo Bernardo Soares acabará incluídos no *Livro do desas-sossego* (Pessoa, 1982: 495), onde Pessoa a vincula com os tripulantes da nau Argo comandada por Jasão na lenda grega da procura do Velocino de Ouro (como também o fará Caetano Veloso na canção “Os Argonautas” do seu álbum de 1969 *Caetano Veloso*), ou no, talvez mais conhecido, poema assinado por Pessoa-ele-próprio “Navegar é preciso” (Pessoa, 2004: 81). Não entro a analisar neste trabalho o produtivo eixo de ligações intertextuais que o modo em que a frase é articulada em “Porco transgénico” permite estabelecer.

ramente, creio que deveriam [você] compreender a estranheza de tudo isto". *Deveriam*. Categoricamente.¹⁵

Que é *tudo isto*, pois? Estando "com uma garrafa na mão no meio do Terreiro do Paço, pensando na futilidade da vida, quer dizer, desafiando o tempo da maneira mais arrogante possível" (Lozano, 2001: 144) o tão lucreciano proceder do galego viu-se interrompido por uma imensa confusão de carros de polícia, ambulâncias, bombeiros mesmo e um imenso barulho. Durante um humoristicamente construído encontro com um polícia lisboeta descendente, como Luís de Camões, de galegos, consegue o *nosso* bagageiro a seguinte confissão do que tinha sido apresentado como "um segredo secretíssimo" (Lozano, 2001: 145):

"O Ilustríssimo e Excelentíssimo ministro de Saúde e Finanças estava a ficar sem coração. De facto já tinha provado vários artilúgios sintéticos sem sucesso algum. Rechaço sistémico, segundo os Reverendíssimos doutores. Deste jeito elaborou-se um plano ultra-secreto chamado: 'vive a vida, rapaz'. Consistia em utilizar porcos transgénicos que chegavam a desenvolver um coração humano, segundo as características génicas do cliente necessitado. Num hospital superoculto perto de Lisboa havia um número indefinido de bacorinhos que nestes momentos tinham um coração humano. Era o próprio ministro de Saúde e Finanças quem daria exemplo como cobaia e se submeteria ao transplante, que de ter sucesso mostraria ao mundo o poder da ciência portuguesa, o seu avanço, o seu progresso sem fim cara ao infinito. Isto é: o negócio redondo.

Mas não sempre as cousas saem como foram programadas e a bacorinha Cláudia fugiu do hospital, corredor trás corredor, num acto realmente heróico e quase sobrenatural: era um hospital militar, tenham em conta. Agora estava em Lisboa, na zona da praça do Comércio. O ministro estava no quirófano à espera do coração da Cláudia, que ele se empenhava em fazer seu: 'meu coração, meu coração', dizia. Debatia-se entre a vida e a morte. Enfim, esta era a situação. O terror da situação, poderíamos dizer" (Lozano, 2001: 145-146).

É importante agora sublinhar a essencial condição humorística veiculada pelo discurso do narrador em todo o texto, assim como o seu permanente carácter autoflagelante. Também que a situação é absurda e explicitamente inverossímil. Mas que tais rasgos são necessários para pôr, brutalmente, os

¹⁵ É, assim mesmo, interessante assinalar que, das duas epígrafes que enquadram o conto ao seu início, uma delas, a única fictícia (realmente redigida pelo autor do texto e atribuída a um inexistente Eliot F. Chatwin) e aquela que apresenta precisamente uma inquietante disquisição sobre a articulação sexo/género (*gender*) tão essencial na construção de aspetos identitários centrais no texto, começa com a expressão: "Deve compreender-se que" (Lozano, 2001: 143). Aliás, o título do também fictício trabalho do tal Chatwin (*Mafia e cultura: o que se vê e não se vê*) articula outra das linhas de sentido que atravessa o texto: as culturalmente determinadas condições de visibilidade de diferentes aspetos políticos da experiência humana.

termos de uma específica questão identitária da maneira mais caricaturesca possível. Como poderia um simples polícia estar em conhecimento de um segredo de Estado? Que diz isso tanto do indivíduo como dos organismos governamentais? E, estando na posse de tal, porque revelá-lo ao que ele qualifica desde já como “um bêbado desconhecido e noctâmbulo” (Lozano, 2001: 145)? Porque este dispõe de uma chave, e chave, com que abrir o cofre:

— *Usted sabrá, mi querido amigo. Pero le diré una cosa. Está usted hablando con un descendiente directo e indirecto de los Reyes Católicos. Quiere que le muestre mis credenciales.*

— Neste caso, senhor, não há segredos. Tivesse começado por aí.

Não há como falar espanhol a um português (com certa fineza, é claro). Abre todas as portas. Questões sociolinguísticas à parte, o segredo que quase em bisbilhote me confiou o polícia era arrepiante (Lozano, 2001: 145).

Caricaturesca. E insultante. Toda caricatura é o desenho que representa uma pessoa, um objeto ou um acontecimento com traços deformados, muitas vezes exagerados, mas revelando com isso aspetos *caraterísticos, grotescos ou ridículos* do que é retratado. Não disponho agora de espaço para analisá-lo, interessante e até historicamente relevante como é este nó ideológico sobre as conflituosas relações hispano-lusas com que no relato se opera. Não é isto o crucial no conto que, de fato, umas linhas mais abaixo, nos revelará como o “[c]oitado do polícia [...] não tinha culpa de nada. Aliás, neto dum amola-tesouras de Ourense, criamos um laço afectivo insubornável” (Lozano, 2001: 146). De novo articulação doutro nó ideológico (neste caso a frequente afinidade *afetiva* que se produz entre galegos e portugueses) intrinsecamente relacionado com o anterior e que se dá com exatidão na estória imediatamente a seguir à descrição que o narrador e coprotagonista faz da sua reação ao depoimento do polícia: “Depois de ouvir a incrível história percebi que quiçá não fosse casual a minha meditação sobre a futilidade da vida. Ai! A vida, a vida: ‘vive a vida, rapaz’. E comecei a chorar e a rir ao mesmo tempo, sintomas, quiçá, duma esquizofrenia incipiente” (*ibidem*). Noctâmbulo *bagageiro*, o nosso marinheiro em terra acaba de nos proporcionar uma pista da sua *ausência de bagagem*: um transtorno da... *identidade*.

Mas não, não é isto o realmente importante. Isto é só a preparação para o que os leitores *haverão de pensar* agora, sem dissolver nunca, na sua compreensão (no conhecimento dela mas também no respeito à sua existência) a condição, absoluta, de *estranheza* que envolve a situação toda.

Perdido pelas ruas da Alfama, o galego obsessiouava-se com a Cláudia (única personagem manifestamente animal, na sua *natureza* híbrida de ser *transgénico*; única, assim mesmo, feminina; e única que recebe nome em toda a estória) e com ela se topa, repara na tão humana expressão do seu olhar, persegue-a pelo Bairro Alto, perde-a. Fatigado, entra no Jardim Botâ-

Botânico e adormece num banco. Quando acorda, o fantástico, agora sim (pois o transgénico não seria, como sabemos, rasgo de ficção-científica – tal experimentação há já anos que se vem dando em medicina por ser, do ponto de vista da conformação das suas vísceras, tão próximo o porco do humano), irrompe, *monstruoso*, e dota de sentido ao inverossímil:

[...] apareceu Cláudia. Desta vez não fugiu. Olhou-me fixamente como dizendo-me:

— Mata-me, faz favor. Não suporto isto.

— Eu também quero morrer, amiga. O que é este pesadelo?

— Não há pesadelo nenhum. Isto é real. Mata-me, amigo.

— Meu Deus, porque eu?

— Quem se não?

— Entrega-te.

— Como me pedes semelhante cousa? E que não tens compaixão. Pensei que fosses meu amigo. De coração a coração.

— Ó coração coração! Será possível que tenha que matar o amor!

— O nosso amor é impossível! É melhor morrer. Mata-me, amigo!

E assim foi. Apenhei um machado apoiado sobre um cedro do Líbano e separei a cabeça de Cláudia. Juro que foi com limpeza. Mesmo posso dizer que algo mais: posso dizer que foi com amor. Matar e morrer por amor: não é o habitual, reconheço-o. Mas é a verdade. E chega (Lozano, 2001: 147).

Seems that all I really was doing was waiting for

Amor. E verdade. É verdade. Amor, aliás, em que os namorados são (em estrita referência à inovação que a cantiga lírica medieval galaico-portuguesa de tradição autóctone apresenta e introduz se comparada com o tópico do amor cortês que da *canção* provençal toma a cantiga de amor) *amigos* (Tavani, 1988: 139-175; Martínez Pereiro, 1988). Mas amor (em dramático contraste com aquele que a cantiga de amigo veicula e cujo termo mais emblemático explicitamente utiliza o texto) em que *eros* é impossível. E em que apenas *ágape* e *philia* têm, talvez, condição de existência. O universo sensual e sexual que na palavra “amigo” reverbera e ressoa é assim aludido e imediatamente riscado.

Espiral e elipse, depois, no relato. Comum qualidade *trans-* a galego e Cláudia: se tu não me matas, que *compreendes*, que *participas* de uma natureza *como* a minha, *quem se não?* Com que *legitimidade?* Porque renunciar ao *sacrifício* (do bode expiatório, do *pharmakos*, na sua outra acepção relevante) em favor da sua *execução?* Que produz tal hibridação subjetiva? Nada. Nunca. *Bagageiros sem bagagem*, ambos carregam a pesadíssima *consciência* desse, necessário, castrante, articulador, pois, *vazio* imenso que pomos em movimento ao nosso redor quando falamos, isto é: quando todo o dizer é apenas possível desde a explicitação ou pressuposição

da palavrinha *eu* em relação a (e contraposição *relativa* com, portanto) as palavrinhas *tu*, *ele/ela* e *isso*. O *nosso* vagabundo foge bebendo até cair adormecido agora no castelo de São Jorge. Quando acorda, as manchetes de um jornal, delficamente, *indicavam*:

“Falece o ministro de Saúde e Finanças por ausência cardíaca”.

“Nada se sabe sobre o porco transgénico fugido. O presidente garante que um porco não pode perder-se em Lisboa. É ‘impossível’, são as suas palavras literais”.

“Achada uma jovem morta no Jardim Botânico. Desconhece-se a sua identidade mas o chefe da polícia garante que será prontamente identificada. Segundo as suas palavras:

— É formosa demais para que ninguém a conheça” (Lozano, 2001: 148).

Como não podia ser de outro jeito, a poderosa sugestão cresce na cabeça de nós, leitores, em coletivo invocados, e sobre cuja natureza copartícipe, cúmplice, toda a enunciação do texto se articula: a Cláudia é a jovem. *Morta*. A Cláudia dilucidou a sua identidade no lugar só onde isto é absolutamente possível. Como “presentes sucesiones de difunto” (Quevedo, 2009). Embora, *para outros*, a sua identidade *permaneça* desconhecida, como o jornal noticiava. E a segunda das citações que a modo de epígrafe, e procedente do *Tao Te King* de Lao-Tse, enquadra o texto prolonga o fictício título da primeira sobre condições de visibilidade e ressoa na resolução da estória:

*Quando sobre a terra
todos reconhecem a beleza como beleza,
assim fica constituída a fealdade.*

*Quando sobre a terra
todos reconhecem a bondade como bondade,
assim fica constituída a maldade* (Lozano, 2001: 143)

Nos inícios do século XXI, a pergunta da criança ao velho na lâmina 39 de um “*Nós*” qualificado entre aspas espreita ainda. Mais ou menos estrangeiros? Quem não soube a resposta? “*Nós*”? Talvez, mas então na exata condição articulatória que o relato de José A. Lozano impõe: a jovem era formosa de mais para que *ninguém* a conheça. Louçana e velida (Meogo, 1987), amiga, que morreu freiosa atendend’o seu amigo: *barqueiro* e *remador* (Mendinho, 1987), desocupado e nómade bagageiro, e um *ninguém*. Ninguém, como nome próprio de uma identidade *trans-*, *não conheceu* (não teve relações amorosas com ela), pois o seu amor era impossível, mas de facto, conhecia (tratava, obedecia e sabia da) Cláudia. “*Não se soube* (construção *impessoal*, construção de *nenhuma pessoa*, construção de *ninguém*) o que lhe respondeu o velho”? Pôde ter havido resposta a uma pergunta que se tem posto como central dentre as questões

identitárias ibéricas: “mais ou menos estrangeiros?”. Desconhece-se, contudo. Nem mais nem menos. Os galegos. Monstruosos. Excessivos. Cuja visibilidade, e monstruosidade, pois, vem dada muito precisamente pelo seu defeito e incompletude. Como os porcos transgênicos que são os *marranos* da estirpe de Baruch Spinoza (*marranos*: os que *marram*, os que erram, aos que falta ou falha, os inacabados. Cf. Albiac 2013): insuficientemente uma ou outra coisa para os agrimensores dos critérios de pertença a uma ou à outra. Nem judeus nem cristãos, suficientemente, plenos. Nem lusófonos nem hispanófonos, suficientemente, plenos. Estrangeiros, só. De si próprios, primeiro. De qualquer si próprio.

Quem não soube, pois? “Nós”, entre aspas, que somos *ninguém*, não soubemos... Compreendemos, porém, o espanto perante e na estrangeirice, a estranheza, *irrenunciável* e, acaso, *trágica*,¹⁶ de tudo isto? E a Galiza...? *Here, there and everywhere* (Beatles, 1966).

Sed intelligere

Com as luzes e as sombras de cada dia, no espaço *entre* em que o sonho ainda abala os nossos corpos e as nossas almas, minha filha pequena, Elsa Mara, canta, rosaliana, transgênica e spinozana¹⁷, comigo e a revolução:

I never meant to cause you any sorrow
I never meant to cause you any pain
I only wanted one time to see you laughing
I only wanted to see you laughing
in the purple rain (Prince and The Revolution, 1984).

Referências

- Agostinho de Hipona (1996 [397-400 d.C.]). *Confissões*. São Paulo: Nova Cultural. Tradução de J. Oliveira Santos e Ambrósio de Pina.
- Albiac, Gabriel (2013). Capítulo II. Apología del fallido: la epopeya marrana. Albiac, G. (2013). *La sinagoga vacía. Un estudio de las fuentes marranas del espinosismo*. Madrid: Tecnos. Segunda edição, pp. 57-148.
- Aldana, Francisco de (s.d. [1589-1591]). XVL: En fin, en fin, tras tanto andar muriendo. García González, Ramón (s.d.). *Sonetos de Francisco de Aldana*. Madrid: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, <http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor-din/sonetos--20/html/>. Acessado em 9 de julho de 2015.
- Badiou, Alain (1989). *Manifeste pour la philosophie*. Paris: Seuil.
- Beatles, The (1965). In my life. Beatles, The (1965). *Rubber Soul*. London: Parlophone.

¹⁶ No sentido propriamente grego de necessária e inevitavelmente impondo limites aos nossos sonhos, desejos, possibilidades.

¹⁷ “E para investigar aquilo que respeita a esta ciência com a mesma liberdade de ânimo que é costume nas coisas matemáticas, procurei escrupulosamente não rir, não chorar, nem detestar as ações humanas, mas entendê-las” (Spinoza, 2009: 8 [TP, I, 4]).

- Beatles, The (1966). Here, there and everywhere. Beatles, The (1966). *Revolver*. London: Parlophone.
- Borrazás, Xurxo (1996). *Eu é*. Santiago de Compostela: Sotelo Blanco.
- Carvalho Calero, Ricardo (1983). Os da banda de alá. Carvalho Calero, R. (1983). *Da fala e da escrita*. Ourense: Galiza Editora, pp. 114-115.
- Castelao, Afonso Daniel Rodríguez (1984 [1931]). *“Nós” por Castelao*. Vigo: Galaxia.
- Castro, Rosalia (1992 [1861]). *Flavio*. Castro, R. (1992). *Obra Completa III*. Madrid: Akal, pp. 13-284. Edição e notas de Mauro Armiño.
- Gil Hernández, António (1989). Diglossia: conceito adequado à Galiza?. *Folhas do Cíbrão*, nº 1, pp. 68-75.
- Gil Hernández, António (1989a). A diglossia é condição de normalidade sociopolítica: sequência de “caminhos a seguir”. *Folhas do Cíbrão*, nº 2, pp. 49-52.
- Gil Hernández, António (2005). *Temas de linguística política. Seguidos dum avanço de Temas de política linguística. Leves reflexões sobre política nacional española*. Santiago de Compostela: Associação de Amizade Galiza-Portugal.
- González Lopo, Domingo L. (2003). Migraciones históricas de los gallegos en el espacio peninsular (siglos XVI-XIX). *Obradoiro de Historia Moderna*, nº 12, 167-182.
- Herrero Valeiro, Mário J. (1997). *A centralização do conceito ‘diglossia’ na intervenção discursiva sobre a língua na Galiza* Vol. 10, Lynx. Documentos de Trabajo/Documents de treball/Documents de Trabajo, València: Universitat de València/Universidade da Coruña.
- Lozano, José António (2002). Porco transgénico. Rabuñal, Henrique (2002). *Paisaxes con palabras. Edición conmemorativa do certame de narracións breves Manuel Murguía, 1991-2001*. Vigo: Galaxia, pp. 143-148.
- Martínez Pereiro, Carlos Paulo (1988). Contra o tópic da inxenitude das cantigas de amigo. Carballo Calero, R. et al. (1988). *A nosa literatura: unha interpretación para hoxe*. Crunha: A. C. Alexandre Bóveda, pp. 23-44.
- Mendinho (1987). Sedia-m'eu na ermida de Sam Simiom (B 852 / V 438). Martínez Pereiro, Carlos P. et al. (1987). *Literatura galego-portuguesa medieval*. Crunha: Vía Láctea, p. 13.
- Meogo, Pero (1987). Levou-s'a louçana, levou-s'a velida (B 1188 / V 793). Martínez Pereiro, Carlos P. et al. (1982). *Literatura galego-portuguesa medieval*. Crunha: Vía Láctea, pp. 97-98.
- Pessoa, Fernando (1982). *Livro do Desassossego por Bernardo Soares*. Vol.II. Lisboa: Ática.
- Recolha e transcrição dos textos de Maria Aliete Galhoz e Teresa Sobral Cunha. Prefácio e Organização de Jacinto do Prado Coelho.
- Pessoa, Fernando (2004). *Obra poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. Organização de Maria Aliete Galhoz, 3ª edição.
- Prince and The Revolution (1984). Purple Rain. Prince and The Revolution (1984). *Purple Rain*. Warner Bros.
- Quevedo, Francisco de (2009 [1648]). Representase la brevedad de lo que se vive y cuán nada parece lo que se vivió. Johnson, Christopher (editor e tradutor) (2009). *Selected Poetry of Francisco de Quevedo. A Bilingual Edition*. Chicago: The University of Chicago Press, p. 30.
- Rodrigues Lapa, Manuel (1979). Castelao e a Galiza. Rodrigues Lapa, M. (1979). *Estudos galego-portugueses. Por uma Galiza renovada*. Lisboa: Sá da Costa Editora, pp. 5-16.
- Rimbaud, Arthur (1871). *Lettre de Rimbaud à Paul Demeny - 15 mai 1871*. Wikisource, la bibliothèque libre. https://fr.wikisource.org/wiki/Lettre_de_Rimbaud_%C3%A0_Paul_Demeny_-_15_mai_1871. Acessado em 9 de julho de 2015.
- Spinoza, Baruch (2009 [1667]). *Tratado político*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes Ltda. Tradução, introdução e notas de Diego Pires Aurélio. Revisão de Homero Santiago.
- Tavani, Giuseppe (1988). *A poesia lírica galego-portuguesa*. Lisboa: Editorial Comunicação.
- Veloso, Caetano (1969). “Os Argonautas”. Veloso, C. (1969), *Caetano Veloso*. Philips.

ÁLVARO J. VIDAL BOUZON

É membro da AGLP. Vid. síntese curricular no Vol. 2 (2008) deste Boletim.

Algumas notas sobre a etimologia de Ourense

José Manuel Barbosa

Resumo

Neste trabalho tentamos procurar a relação que existe entre determinados nomes de lugar aparecidos em textos de época romana, sueva, visigoda e medieval e a possível etimologia de Ourense. A nossa procura leva-nos a pesquisar em documentos anteriores ao *Parochiale Suevum*, presumivelmente o primeiro onde aparece uma referência à cidade das Burgas. Do nosso ponto de vista poderia haver referências anteriores se temos em conta uma possível origem céltica do topónimo e a identificação de certos nomes de lugar, achados em textos clássicos, como Ourense, cuja localização e características poderiam dar-nos uma informação útil e uma identificação possível.

Palavras-chave

Ourense, Oira, Auria, Aureense, Auriense, Avobriga, Avobrigenses, Aregia.

Abstract

In this work we try to look for the relationship between certain place-names which appeared in Roman, Suevic, Visigothic and medieval texts and the possible etymology of Ourense. Our quest leads us to search in documents earlier than *Parochiale Suevum*, presumably the first in which appears a reference to the city of As Burgas. From our point of view there could be earlier references if we consider a possible Celtic origin of the place-name and the identification of certain toponymic names, found in classical texts, like Ourense, whose location and characteristics could give us useful information and possible identification

Key words

Ourense, Oira, Auria, Aureense, Auriense, Avobriga, Avobrigenses, Aregia.

Ourense é a terceira cidade da CAG e aproximadamente a nona da região norte-ocidental da península à qual os romanos denominaram de *Gallaecia*, nome do qual deriva o atual Galiza, com uma área metropolitana duns 180.000 habitantes por debaixo das áreas metropolitanas do Porto (1.760.000), Crunha (450.000), Vigo (300.000), Gijão (277.000), Ovedo (225.000), Leão (206.000), Ferrol-Narão (200.000) e Braga (182.000).

Temos memória da existência da cidade desde épocas romanas, quando se nos diz que surgiu próxima do rio Minho. Muitos foram os autores que estudaram o seu passado, sobretudo durante os séculos XIX e XX quando as técnicas de estudo historiográfico e arqueológico nos desvendaram uma suposta origem a partir das Burgas.

Neste artigo vamos tratar da possível origem do topónimo que a identifica mas não sem antes vermos as diferentes propostas de alguns dos estudiosos que fizeram as suas achegas teóricas quer baseando-se em uma origem *áurea*, quer relacionando-a com as suas abundantes águas, já forem estas as minero-medicinais ou as do rio Minho que a atravessa.

Diferentes propostas etimológicas a respeito de *Ourense*

Áurea/Áuria

Alguns autores botam mão da mais comum das etimologias relacionadas com a presença do mineral de ouro no Sil e no Minho em épocas romanas. Ouro em latim é *Aurum* e se a cidade é a cidade do ouro, esta aceitaria o nome de *Áurea* e daí *Áuria*. Do nosso ponto de vista as explorações de Ouro da cidade em época romana não parecem ser especialmente salientáveis comparadas com a de outras regiões, a não ser que Ourense fosse lugar onde chegassem os carregamentos das Médulas e outros locais de exploração aurífera para serem levados aos portos galaicos e dali a Roma ou caminho do planalto castelhano donde posteriormente seriam trasladados para o usufruto dos dirigentes romanos ou galaico-romanos ou hispano-romanos.

Por outra parte, no *Parochiale Suevum*, documento administrativo de grande importância para conhecermos a territorialidade da primeira Idade Média galaico-germânica, apresenta-se-nos a divisão do *Gallaeciense Regnum* em dioceses e paróquias onde dependente da *ad sedem Auriensis* aparece-nos ao igual do que a forma *Auriensis*, também o topónimo denominado de *Palla Aurea* que Rodriguez Colmenero identifica com o primitivo Ourense e que ele traduz com *Pepita de Ouro* (Rodriguez Colmenero 1977) não existindo para ele dúvida sobre a tradição aurífera das areias do Minho. Ferro Couselo (1996) diz ter achado restos de atividade mineira em Oira.

Warmsee ou Warm See

Esta etimologia proposta pelo médico flamengo de ascendência lusófona, Luís Nunes¹ no seu livro *Hispania sive populorum, urbium, insularum, ac fluminum in ea accuratior descriptio* (Nonnius 1607: 166) conta que o nome de *Orense* significa *Lago quente*.

Declinante autem imperio Romano, et irrumpentibus in Hispanias Gothorum populis, Gallaecia Suevis in fortem et sedem obtigit, et patrio idiomate urbem hanc *Warm See*, quod *Lacum Calidum* denotat, appellarunt: postmodum vero *Orense* (quase warmsee) corrupte nimis dictum est. Sed inscii etymologiae vocarunt Latine *Auriam*, quasi; ab auro nomen illi esset.

Tradução para português: Declinante, portanto, o Império Romano e irrompendo nas Hispânicas os povos godos, a Galiza caiu em sorte aos suevos como lugar forte e como sede, e chamaram a esta cidade no idioma pátrio de *Warm See*, que significa *Lago quente*: mas posteriormente foi dito *Orense* (quase warmsee) por excessiva corrupção. Mas chamaram em latim *Auria* ignorantes da etimologia, quase como se fosse o nome do ouro.

Lembremos que na língua neerlandesa muito conhecida por ele por ser esta a língua do país onde morou, a construção *Warm Zee* significa 'mar quente'. Posteriormente outros autores fizeram referência a esta proposta com pouco sucesso e com pouca credibilidade como é o caso de Otero Pedraio no seu *Guia de Galicia* (Otero 1965: 347).

Or Ens

Esta etimologia é defendida por Jean Baptiste Bullet (1768: 415) onde manifesta o seguinte:

C'est à cause de ces sources que les Romains l'appelaient Aqua Calida (eaux chaudes). Hors la porte de la Ville, on voit un pont merveilleux d'une seule arche, si haute qu'un vaisseau peut commodément passer dessous. Tous les environs d'Orense sont très-agréables et très-fertiles; il y croit d'excellent vin, et on y recueille en abondance divers fruits délicieux. *Or, eau. Ennes, par cause Enns, chaude.*

Tradução para português: É por causa destas fontes que os romanos a chamaram Aqua Calida (aguas quentes). Fora da porta da cidade vê-se uma ponte maravilhosa com um só arco, tão alta que um baixel pode comodamente

¹ Luís Nunes ou Ludovicus Nonnius foi um médico nascido em Antuérpia-Flandres (1553-1645) de origem judeu e evidentemente de fala portuguesa. Como sabemos que os judeus portugueses foram expulsos do Reino de Portugal em 1495, três anos depois de tê-lo feito a Coroa de Castela onde a Galiza estava politicamente inserida, faz-nos pensar que poderia ser tanto galego como português, já que a maior parte dos judeus provenientes da Galiza fugiram em 1492 para o Reino de Portugal emigrando em 1495 para os Países Baixos ao lado dos seus irmãos portugueses.

passar por baixo. Todos os arredores de Ourense são muito agradáveis e muito férteis; Cria-se ali um excelente vinho e ali recolhem-se em abundância diversos frutos deliciosos. *Or, água. Ennes*, por acaso, *Enns, quente*.

Não conhecemos texto latino ou inscrição romana que confirme o que nos diz este teólogo, filólogo e historiador francês do século XVIII como também não nos parece acreditável essa etimologia que faz derivar da língua céltica para o castelhano: *or Enns > Orens > Orense*

Aquae Urentes

Pudemos achá-lo no *Diccionario Geográfico Universal* (1832: 898) sob a palavra *Orense*. O verbete diz assim:

Orense, Auria Calaicorum, *Aquae Urentes*, C.R. De Esp., capital de la provincia, obispado y jurisdicción de su nombre [...].

Urentes é o Participípio de Presente ativo do verbo latino *Uro, Ussi, Ustum* que significa 'arder'. Águas ardentes, significa, mas também não temos referências deste topónimo em qualquer inscrição se não estamos errados.

Aransio

O escritor ourensano em castelhano José Ángel Valente (2011: 188) diz no seu *Diccionario Anónimo* o seguinte:

Nace, nació, había o hubiera nacido en los términos del *Gallaeciae Regnum*, en un lugar que acaso cabría llamar *Aguas Calientes* o *Augasquentes* y suele llamarse *Orense*. ¿Deriva el nombre de un gótico *warmsee*? ¿Tal vez de *Aransio*, divinidad romana de las fuentes, con lo que Orense y Orange serían lo mismo? Nada en el nombre ni en el lugar remite con fundamento a ninguna raíz *áurea* sino a una raíz *ácuea*.

Tradução para português: Nasce, nasceu, havia ou houvesse nascido nos termos do *Gallaeciae Regnum*, num lugar que por acaso caberia chamar *Aguas Calientes* ou *Águas quentes* e costuma chamar-se *Orense*. Deriva o nome dum gótico *Warmsee*? ¿Talvez de *Aransio*, divindade romana das fontes, com o qual Orense e Orange seriam o mesmo? Nada no nome nem no lugar remete com fundamento para qualquer raíz *áurea* mas uma raíz *áquea*.

A suposição do poeta ourensano podemos-la supor errada por várias vias já que o deus citado não é romano, mas celta nem poderia facilmente derivar em *Ourense* e menos em *Orense* como ele diz. Parece existir, no entanto, um ARAUSIO com U, não com N reconhecido na mitologia céltica (Vid. Green 1997) e com certeza reconhecido igualmente como a etimologia que origina a cidade provençal de Orange. Do nosso ponto de vista o nome do deus céltico "Aráusio" poderia ser a origem da localidade suíça de Arosa, no Cantão de

Graubünden ou da nossa querida “Arousa”, quer a Ilha, quer qualquer dos concelhos que levam esse nome, nomeadamente Vila Nova ou Vila Garcia, ou simplesmente o nome da ria, mas de Ourense não nos parece.

Ória

Para o nosso amigo e companheiro académico o Professor Higino Martins Esteves (Martins Estevez: 2017) é o topónimo ORIA a origem de 'Áuria'. Diz:

O significado é 'a da fronteira' (*OROS), que não é outro que o nome céltico da vila. *ORIA (A longo; asterisco não pela palavra, mas pela aplicação a este lugar) caiu numa paretimologia ou etimologia popular pelos achados áureos do Minho, que era fronteira tribal. Daí o **Aurea* latino que também não está documentado, se não é erro. O que aparece documentado é *Auria*, cuja subtil refração deu pista. A evolução não concluiu. De Áuria formou-se o adjetivo latino auriensis, donde Ourense.

Auregensium Loca ou *Aregenses Montes*

Finalmente atenderemos com especial atenção a uma etimologia na que alguns autores galeguistas tinham reparado mas nunca nela aprofundado com especial ênfase. É a forma que nos comenta Casimiro Torres no seu *Galicia Sueva* (Torres 1977: 247). Diz:

Aspidio debió dominar la zona montañosa que Leovigildo tenía que cruzar para entrar en Galicia, a la cual el Biclarense llama *Auregenses Montes*, los cuales han sido identificados por muchos historiadores como Montes Orensanos. [...] Desde luego de *Auregense* puede provenir Orense; pérdida de la sonora G, entre vocales, que daría *Aureense*, reducción de las dos E a una; evolución del diptongo AU>O, como AURUM>ORO y TAURUM>TORO, etc. Por consiguiente de *Auregense* pudiera provenir el nombre actual de Orense.

Tradução para português: Aspidio deveu dominar a zona montanhosa que Leovigildo tinha que cruzar para entrar em Galiza, à qual o Biclarense chama *Auregenses Montes*, os quais foram identificados por muitos historiadores como Montes Ourensanos. (...) Com certeza que de *Auregense* pode provir Ourense; perda da sonora G, entre vogais, que daria *Aureense*, redução das duas E a uma; evolução do ditongo AU>O, como AURUM>ORO e TAURUM>TORO, ETC. Portanto de Auregense poderia provir o nome atual de Ourense.

O caso parece-nos interessante pelo que continuamos a pista.

Casimiro Torres faz-nos referência dos autores que para ele relacionavam os *Auregenses* com Ourense. Eram alguns deles Aureliano Fernandez Guerra (Fernandez 1890: 326), Manuel Torres Lopez (Torres López 1962: 101), Manuel Murguía (Murguía 1865: 111) e Marcelo Macías (Macías 1929: 147).

Este último diz também de Contador de Argote (1734: 152), do Padre Flórez (Florez 1789: 1-8) e outros como Juan Francisco Masdeu ou Manuel Gomes de Lima Bezerra (Macias 1929: 147), todos eles tomando referência dos autores clássicos acima mencionados: Hydácio no seu *Chronicon* do século V e João de Biclara que escreveu o seu livro também chamado *Chronicon* no séc. VI.

Hydácio diz (*Olymp.* CCCX. IV):

Pars Gothici exercitus a Sunierico et Nepotiano comitibus ad Gallaeciam directa, Suevos apud Lucum depraedantur: quae Dictinio [*Ms. Suevos apud Lucum depraedatur habitantes, quae Dictinio*], Spinione et Ascanio delatoribus, spargentibusque ad terrorem propriae venena perfidiae, indicata recurrit ad suos: ac mox iisdem delatoribus quibus supra, Frumarius cum manu Suevorum quam habebat impulsus, capto Idatio episcopo septimo kalend. Augusti in *Aquaeflaviensi ecclesia, eundem conventum* grandi evertit excidio. Rechimundus *vicina* sibi pariter *Auregensium loca*, et Lucensis conventus maritima populatur. Inter Frumarium et Rechimundum oritur de regni potestate dissensio.

Tradução para português: Uma parte do exército godo enviado a Galiza pelos condes Sunierico e Nepociano, saqueia aos suevos que viviam em Lugo e volta aonde os seus depois de dispersar os traidores Dictínio, Spinion e Ascânio com o fim de semear o terror com o dito veneno da sua própria maldade. E pouco depois, instigado pelos antes ditos traidores, Frumário, à cabeça dum bom número de suevos, faz prisioneiro ao bispo Hydácio na igreja aquaeflaviense, o dia sétimo antes das calendas de Agosto e percorre o mesmo Convento ocasionando terríveis estragos. Requirundo devasta igualmente os lugares vizinhos Auregenses e as partes marítimas do Convento Lucense. Entre Frumário e Requirundo surge a discordância acerca do poder do reino.

Iohannes Biclarensis ou João de Biclara no seu *Chronicon* (2.8,1-2) diz o seguinte:

Praedam vero de manubiis Romanorum Persarum multitudo ob nimiam vilitatem nummo publico venundata sunt. Leovigildus rex *Aregenses montibus* ingreditur. Aspidium loci seniore cum uxore et filiis captivos ducit, opesque ejus ac loca in suam redigit potestatem.

Tradução para português: Caídos nas mãos dos romanos....uma multidão de persas, foi vendida a muito baixo preço em nome do tesouro público. O Rei Leovigildo entrou nos Montes Aregenses e fez prisioneiro Aspidius, senhor do lugar, com sua esposa e filhos, e atribuiu as suas propriedades e terras que ele pus em seu poder.

Ambos aludem a um lugar que Hydácio identifica como a *região dos Auregenses* e o Biclarense com uns *montes Aregenses*.

Reparemos que Hydácio no seu texto diz que foi capturado pelos suevos os quais percorreram o mesmo Convento causando graves estragos. Ficamos com que a ação é no *mesmo Convento* no que estava o lugar onde foi capturado Hydácio e posteriormente diz que Requirundo devasta os *lugares vizinhos Auregenses*. Vizinhos de Chaves, percebemos. Portanto esses lugares vizinhos estão no *Conventus Bracarense* e são próximos de *Chaves/Aquaeflaviae*.

Por outra parte, estes nomes (*Auregensium* e *Aregenses*) não nos dão toda a informação que precisamos.

A primeira referência clara e evidente que temos da cidade de Ourense está no *Parochiale Suevum* ou *Divisio Theodomiri* que acostumamos datar nos meados do séc. VI no I *Concílio de Braga* de 561 ou no *Concílio de Lugo* de 569. O de Braga centrou-se fundamentalmente em pôr fim às doutrinas Maniqueísta e Priscilianista. Do Concílio de Lugo sabemos que foi convocado para *confirmar a fé católica e por outras causas da Igreja*. As mesmas fontes confirmam que terminado de vez o Concílio se daria leitura a uma carta do Rei para melhor administração do reino convidando os padres a constituírem novos bispados e a escolherem novas sedes metropolitanas. Escolheram-se Lugo e Braga e repartiram o País em 13 dioceses e 143 paróquias (Brito 1609: 194-196; Contador de Argote 1734: 152). Uma dessas dioceses era a da cidade de Ourense, *Ad Auriensem Sedem*, e uma das paróquias, a primeira que aparece na lista depois da própria Sé é a chamada *Palla Aurea*.

Muitos autores não identificam *Palla Aurea* com a cidade de Ourense. Xosé Somoza (2010: 30-31) diz que está na Límia mas, no mesmo livro de Somoza, um mapa de Rivas Fernandez (2003) apresenta a paróquia de *Palla Aurea* ocupando o território arredor da cidade de Ourense (Somoza ibidem). Outros autores coincidem com a opinião do Somoza (Reboreda 1996: 113), embora Ferro Couselo (1996) aceite a relação entre essa paróquia sueva e a cidade de Ourense.

Nós acreditamos em que não pode ser a Límia. A razão fundamental é a divisão das Sés galaicas no século VI em que a bracarense ocupa a paróquia dos *Aequaesii*. Estes parecem estar localizados na região da Equesia, topónimo que gera Queija donde provém Chandreja de Queija, Serra de Queija, etc... pelo Vale de Laça e o Alto Tâmega². Esta comarca está situada na parte centro-norte da atual província de Ourense. Se esse território

² A evolução da palavra com que denominaríamos a região onde estariam os Aequesii dar-nos-ia o seguinte: AEQUAESIA > EQUESIA > QUEISIA > QUEISA > Queija como nos diz Rodríguez Colmenero (Rodríguez Colmenero 1972: 103-104)

pertencia à Sé bracarense deduzimos facilmente que a Límia, mais ao Sul, ficaria vinculada ao bispado de Braga e não ao de Ourense³.

Para Ferro Couselo, *Palla* significa 'cova' em latim e *Oira* é o topónimo herdeiro do *Aurea* que acompanha o *Palla*. Seria ali em Oira, na beira direita do Minho onde ele diz que achou restos de pequenas poçancas que seriam restos de atividade mineira e aurífera. Daí o nome de *Palla Aurea*. Por outra parte para Rodriguez Colmenero *Palla* significa 'pepita de ouro' igual do que *balla* ou *balluca*.

Do nosso ponto de vista e seguindo a André Pena (Pena Graña 1999: passim), o nome de *Palla* tirado de inscrições galaico-lusitanas significaria 'pedra com um oco' que num contexto sacrificial da inscrição significaria, 'defesa', 'proteção', 'guardião', portanto, 'pedra protetora', 'pedra sacrificial'. Denotaria um elemento sacral e sacrificial a situar em Ourense que localizaríamos no único lugar que nos parece sagrado e é o Montalegre, sem qualquer dúvida cristianizado como se vê pela cruz situada no alto do rochedo do monte. Situado nas aforas de Ourense na parte alta do bairro de São Francisco a cujo pé estão as Burgas onde se supõe nasceu a cidade atual. Pensamos que o nome de Montalegre tem a ver com Monte Sagrado pois as conotações de alegria ou felicidade são sinónimos de sacralidade. Assim o *Santo da Liébana* ou *Beatus* vale por feliz, alegre. Em inglês *Holy Bible*, a Sagrada Bíblia, tem um *Holy* cuja etimologia nos leva a um Old English *hal* que tem a ver com *health*, 'saúde'; o Antigo Hochdeutsche *heil* significa 'saúde', 'felicidade', 'boa sorte'.

Temos outro Montalegre na raia galego-portuguesa, Monte Sagrado onde o Rewe Larouco guardado pelo Padre Fontes durante muitos anos na Igreja de Vilar de Perdizes nos indica qual a razão da santidade do Monte. Em Ourense a santidade estaria ao pé do Montalegre, nas Burgas, onde fora achado um importante número de aras, a marcarem a sacralidade do lugar. Se acrescentarmos que nas abas do monte ourensano, foram achados restos materiais de época céltica — diz Ferro Couselo — teremos bem claro o porquê de *Palla Aurea* ser interpretado como 'Pedra protetora' ou 'Pedra sacrificial'. A muito poucos metros das Burgas foi construída em época de Carriarico a Catedral reafirmando esta santidade.

Da forma *Aurea* só se diz proceder do ouro das minas mas nós temos as nossas dúvidas.

³ Se fazemos caso ao São Gregório de Tours no seu *De Miraculis Sancti Martini Episcopi* a Sé Auriense foi criada na segunda conversão ao catolicismo por parte da Monarquia Suevo. Carriarico foi quem levou a cabo a nova conversão e quem fez de Ourense Sé episcopal com territórios dependentes da Arquidiocese de Braga.

Do Parochiale Suevum em adiante

É a partir do *Parochiale Suevum* onde a identificação das diferentes formas de denominar a cidade de Ourense podem ser bem identificadas: *Auriense* (Concilio de Lugo 569), *Auriensem* (Parochiale Suevum 569), *Auriensis* (578), etc, todas elas relacionadas com os diferentes Concílios de Braga ou de Toledo aonde acudiam os seus bispos.

Posteriormente há mais uma que nem sempre foi considerada como referência clara à cidade. É um livro de Isidoro de Sevilha ou Isidorus Hispalensis datado no primeiro terço do séc. VII, denominado *Historia de regibus Gothorum, Vandalorum et Suevorum*, acabado em 624 e portanto posterior a Hydacio e ao Biclarense, fontes da obra. Fala-se da História da Hispânia governada por godos, vândalos e suevos mas não se nomeia qualquer forma parecida a *Arengenses* ou *Auregensium*, no entanto, aparece uma forma que poderia ser o nome da cidade. É *Aregia* do qual podemos inferir um gentílico próximo: *Aregienses*. O texto está no parágrafo 49 do livro citado e diz o seguinte:

Aera DCVI, ann. III imper. Justini Minoris, Leovigildus adeptus Hispaniae et Galliae principatum, ampliare regnum bello et augere opes statuit. Studio quippe ejus exercitus, concordante favore, victoriarum, multa praeclare sortitus est. Cantabros namque iste obtinuit, *Aregiam* iste cepit, Sabaria ab eo omnis devicta est, cesserunt etiam armis illius plurimae rebelles Hispaniae urbes.”

Tradução para português: Na Era de 606, ano terceiro do Imperador Justino o Menor (Justino II), Leovigildo, conseguido o governo da Hispânia e da Gália decidiu ampliar o reino por meio da guerra e aumentar o poder. Foi conseguido muito luzidamente, sem dúvida, pelo empenho das vitórias do seu exército com o favor da sua parte. Pois este conquistou aos cántabros, tomou-se Aregia, Sabaria foi totalmente dominada por ele; também cederam pelas armas dele muitas cidades rebeldes da Hispânia.

Sabaria é identificada como uma região situada nos limites entre o Reino da Galiza sueva e da Hispânia visigoda. Alguns afirmam que está na comarca de Sayago e que hoje a sua antiga localização recebe o nome de Peñausende (Prada Llorente 2005: 348; Cortes y Lopez 1836: 270); mas outros autores afirmam, com muita base argumental para o nosso critério, que é um território igualmente entre a Galiza sueva e a Espanha visigoda que podemos identificar com a *Mansio Sibarim* na via XXIV do Itinerário Antonino, entre a antiga Helmântica (Salamanca) e Ocelo Duri, entre a atual província de Samora (Torre de Sabre) e o Rio Sabor afluente do Douro em Trás-os-Montes (Quiroga-Lovelle 1994: 83-107).

No texto trata-se de Aregia e Sabaria no prelúdio da conquista da Galiza por Leovigildo. Nomeiam-se também os cántabros como povo conquistado

pelas tropas de Leovigildo, ocupando naquela altura, não só a atual Cantábria mas também a região ao norte da atual província de Burgos com *Peña Amaya* como cidade mais importante e ainda a Cidade de Cantábria localizada atualmente no Monte Cantábria ao NE de Logronho e limitrofe com Alava e Navarra.

Na *Vita Sancti Aemiliani* (Vita Sancti Aemiliani XXVI) escrita por São Braulio de Saragoça no século VII (Sandoval, P. 1061: 20-21) narra-se como dita Cidade de Cantábria é destruída pelo rei visigodo em 574. Alguns elementos da narração parecem ser lendários, mas outros, como a descrição da territorialidade e localização da cidade não parecem oferecer muita dúvida. Portanto para nós a Rioja estaria incluída dentro da Cantábria nesta altura e a *Aregia* não estaria relacionada com esta região sendo diferente da Cantábria e da Sabaria. Do nosso ponto de vista a *Aregia* estaria ao ocidente da Sabaria e poderia corresponder-se com o território dos *Aregenses* ou *Auregenses* próximos a Chaves, já no Reino de Galiza. *Aregia* parece ter pouca similitude com a *Auria* que procuramos, mas sim o gentílico derivado, *Aregienses*, teria a ver com o *Aregenses* ou o *Auregensium* do Biclarense e de Hydacio. Para Curchin, *Aregia* poderia ser Auregia (Curchin 2008) o qual ajudaria mais na indentificação⁴.

Hydacio incluía um U no gentílico. Não reconhecia o gentílico como *Aregienses* ou *Aregenses* mas *Auregensium*. Lembremos que em vida de Isidoro de Sevilha os reis visigodos criaram uma ceca onde se cunharam moedas durante muito tempo, entre 612 e 653 aproximadamente, com o nome de *Ceca Aurense*, com U mas já sem G *Aure(g)ense*, que reconhecemos, sem dúvida como a cidade de Ourense.

Das moedas da *Ceca Aurense*, das quais salientamos a moeda de Chindasvinto em 650 pela sua clareza e fácil identificação, temos referencias várias mas posteriormente os documentos referidos a Ourense são abun-

⁴ Entre os autores clássicos é comum a diversidade nos nomes duma mesma localidade, lugar ou povo. Exemplos há muitos, mas há casos especiais, como o nome dum povo aquitano da atual província basco-francesa de Zuberoa, denominada, segundo Júlio César de Suburates, Siburates ou Sibulates, mas Sybillates por Plínio o velho. A capital dos Aquitanos, hoje denominada Dax, era conhecida como Aqua Tarbellicae, Aquae Augusta (Ptolomeu), Urbs Aquensis, Aquis, Villa Aquae, Acs, Ac, Aqs, Civitas Aquensium, e em basco-aquitânico Akize. A cidade de Auch recebe os nomes de Eliumberrum (Mella), Eliberres (Tabula Peutinger), Climberum (Itinerario Antonino)(Iglesias, H: 2011). A adaptação a um texto latino dum nome indígena nunca antes visualizado por escrito e só ouvido da boca dos nativos atende a critérios relacionados com a percepção que o autor tenha do topónimo ou etnónimo alheio. Se o texto for escrito não seria este melhor percebido por estar escrito a mão. O difícil acesso aos textos escritos, a ausência de mass-media e o acesso à cultura não são comuns, a diversidade linguística nativa grande e a comunicação entre os povos muito difícil pelo que os topónimos, antropónimos, etnónimos, teónimos e léxico quotidiano mesmo nas línguas autótones carecem de unidade, daí a deformação das palavras que explicariam o surgimento posterior de línguas novas.

dantes, claros e facilmente identificáveis. Assim temos: Didacus Oriensis episcopus (950), Portum Ourens ou Portum Aurens (1159), Porto Auriense (1164), Ourense (1215), Juyzes d'Ourense (1253), Bom vinho d'Ourens (1259) numa cantiga de Afonso o Sábio (Rivas 2012: passim) mas como nos comenta Ferro Couselo (Ferro Couselo 1996) a forma *Auriense* é um adjetivo ao qual lhe corresponderia um substantivo que ele calcula que seria *Auria*. Achamos esta palavra também nos documentos em diferentes formas: *Auria* (589 Primeiro Concílio de Toledo), *Auria* (746 Yusuf el-Ferhi), *Uriya* (Al-Baqri no século XI) (Carballeira 2007), São Martinho de Aureis (1150), *Auria* (1175), *Aurie* (1175), *Auriam* (1200), *Auria* (1219, 1229, 1232...). O que sim parece é que há consenso entre todos os estudiosos em afirmar que Ourense provém de *Auriense* e este adjetivo à sua vez provém de *Auria* sendo esta forma posterior nos documentos.

Do Parochiale Suevum para atrás

Até agora procurávamos informação em Hydacio e o Biclarense. Investigamos em Isidoro de Sevilha e a ceca onde se faziam as moedas durante os reinados de Sisebuto, Suintila e Chindasvinto, entre os séculos V, VI e VII, mas teremos de ir a textos escritos anteriores à *Divisio Theodomiri* se quisermos continuar na pesquisa das origens do topónimo. Até agora achamos referências claras e evidentes no que diz respeito das alusões ao nome da cidade das Burgas excetuando o *Aregia* de Isidoro de Sevilha que poderia resultar mais duvidoso. Do texto da *Divisio Theodomiri* em diante parece claro. Tentaremos agora procurar textos anteriores a este, introduzindo-nos em época imperial romana, ponto histórico onde se tem dito até agora que não havia referências à nossa cidade. Até agora trabalhamos com luz. De agora em diante trabalharemos na obscuridão.

Se consultarmos as *Tábulæ Imperii Romani* (VV.AA: 1991) e procuramos AVRIENSIS CIVITAS, (nome que nunca existiu como tal) o que achamos remete a dois textos paleografiados e identificados no *Corpus Inscriptionum Latinarum* (CIL) como CIL II 5613 e CIL II 4434⁵.

Os textos das duas epígrafes foram estudados e registados pelo epigrafista austriaco Emil Hübner que pensou achar nele duas referências a Ourense. Na primeira inscrição transcreveu e interpretou como:

⁵ O CIL ou *Corpus Inscriptionum Latinarum* é uma compilação exaustiva em latim das inscrições epigráficas latinas da antiguidade. Inclui todos os tipos de inscrições latinas de todos os tempos do Império Romano organizadas geográfica e tematicamente. Os primeiros volumes compilaram e publicaram versões autorizadas de todas as inscrições previamente publicadas continuando a dia de hoje a ser actualizado com novas edições e suplementos. São dezassete volumes dos quais o volume II é o Vol. II: *Inscriptiones Hispaniae* dedicado a todas as inscrições conhecidas da Península Ibérica. http://cil.bbaw.de/cil_en/index_en.html

[...] CAEPOL[... et Genio] / conv[entus Bracaraug(ustanorum)] / Ti[berius]
Claud[ius Claudianus? praef(ectus?)] / c(o)ho(rtis) Bra[caraugust(anorum)
statuam] / auren[si dedit dedicavitque]
e na segunda
---] / L(ucius) lu[nius 1 f(ilius)] / lucu[ndus] / auri[ensis et] / Fabric[ia ... /
fec(erunt)]

No primeiro texto teríamos uma estatua que foi dada e dedicada a Ourense ou para Ourense, porém no segundo teríamos que os dedicantes fizeram algo (que fica apagado) para fabricas ou para fabricantes (só se visualiza *Fabric...*) de Ourense.

No entanto, após mais de um século do lúcido trabalho de Hübner, que foi quem por encomenda do governo prussiano elaborou vários volumes do CIL, as interpretações e os resultados da pesquisa e das traduções seguindo metodologias com tecnologia mais atualizada e deram outra cousa:

CIL II 5613: [...]CAEPOL[... et Genio] / conv[entus Bracaraug(ustanorum)] /
Ti(berius) Claud[ius Claudianus? praef(ectus?)] / c(o)ho(rtis)
Bra[caraugust(anorum) statuam] / *aurea*[m dedit dedicavitque]⁶.

e

CIL II 4434:] / L(ucius) lu[nius 1 f(ilius)] / lucu[ndus] / aurif[ex et] /
Fabric[ia... / fec(erunt)]⁷.

Quer dizer, que o que se deu e doou no primeiro caso foi uma estatua dourada e no segundo identifica os que FEC(ERUNT) (os que fizeram) como *aurifex et Fabric...*, isto é, ourives e fabricantes (ou fábricas, obradoiros...).

Com isto, as possibilidades de que um texto romano onde aparecesse identificado Ourense ficou em nada, pelo menos na sua forma atualmente conhecida de Áuria ou Auriensis.

Continua, portanto, sendo o *Parochiale Suevum* ou *Divisio Theodomiri* o documento mais antigo onde aparece uma referência à nossa cidade. Devemos continuar a procurar em épocas anteriores ao *Parochiale*.

Vejamos agora as inscrições da Ponte de Chaves onde pensamos pode haver algo:

A Ponte de Chaves ou Ponte de Trajano é uma ponte construída entre os Séculos I e II da nossa era na cidade galaico-romana de *Aquae Flaviae*,

⁶ Também identificado o primeiro texto: CIL II 5613 = IRG III, 30 = CIRG II, 116 = HEp 6, 1996, 774 = AE 1994, 957. In *Epigraphia Hispanica*:

http://eda-bea.es/pub/list.php?refpage=%2Fpub%2Fsearch_select.php&quicksearch=CIL+5613

⁷ Também identificado o segundo texto: CIL II 4434 (p 973) = CIL II 6098 = RIT 446. In *Epigraphia Hispanica*:

http://eda-bea.es/pub/record_card_2.php?refpage=%2Fpub%2Fsearch_select.php&quicksearch=CIL+4434&rec=10098

hoje chamada Chaves. A origem da ponte está na necessidade de comunicação por meio das vias romanas das cidades da Gallaecia entre si e de estas com os territórios externos à província com fins comerciais e militares, que exigiam a passagem do rio Tâmega abrindo o caminho de cara ao planalto centro-peninsular com uma rede viária romana que fazia de *Aquae Flaviae* uma das cidades mais importantes da província romana e servindo de nó de comunicações para a entrada na Tarraconense e na Lusitânia. Na construção da ponte colocaram-se duas epígrafes comemorativas na honra dos imperadores Vespasiano e Tito para além de outras autoridades provinciais junto com a *Legio VII Gemina* sediada na atual Leão. Aliás incluem-se os dez povos galaicos bracarense, todos próximos a *Aquae Flaviae*, que participaram na obra para benefício de todos os que por ali viajarem.

As epígrafes comemorativas são réplicas das originais. A primeira, perdida a original e denominada *Padrão de Trajano* (CIL II 2478) está datada por volta de 104 d.C. e nele indica quem suportou a construção da ponte, mas a segunda, réplica da que foi achada em 1980 no rio durante uma dragagem, leva o nome de *Padrão dos Povos* (CIL II 2477) e está guardada no Museu da Região Flaviense. As versões novas talvez fossem feitas devido à deteriorização das mais antigas e originais.

A primeira diz:

Imp(eratore) caes(are) Nerva / Traiano avg(usto) ger(manico) / dacico pont(ifice) Max(im)o / trib(unicia) pot(estate) co(n)s(ule) V p(atre) p(atriciae) / Aquiflavienses pontem lapidevm / de svo f(aciendum) c(uraverunt).

Tradução para português: Sendo imperador o César Nerva Trajano augusto germânico, cônsul pela quinta vez, pai da pátria; os Aquiflavienses levantaram à sua custa esta ponte de pedra (Tradução de Rodríguez Colmenero).

A segunda:

Imp(eratori) Caes(ari) Ve[sp(asiano) Avg(vsto) Pont(ifici)] / max(im)o trib(unicia) pot(estate) [XX p(atri) p(atriciae) co(n)s(uli) IX] / imp(eratori) Vesp(asiano) caes(aris) av[g(usti) f(ilio) pont(ifici) trib(unicia) pot(estate)] / VIII imp(eratori) XIII co(n)s(uli) VI] / (damnatio memoriae) / C(ai)o Calpetano Ra[ntio Qvirinali] / Val(erio) Festo leg(ato) a[v(g(usti) pr(o) pr(aetori)] / D(ecio) Cornelio M[eciano leg(ato) avg(usti)] / L(ucio) Arruntio Max(im)o proc(uratori) avg(usti)] / leg(ioni) VII gem(inae) / civitates [X] / Aquiflavienses [Aobrigens(es)] Bibali Coel[erni Eqvaesi] / Interamic[i] Limici Aebisoc(i)] / Qvarqverni Ta[magani].

Tradução para português: Sendo imperador César Vespasiano Augusto, Pontífice Máximo com poder tribunício pela décima vez, imperador a vigésimo, pai da pátria, cônsul a nona vez; imperando também Tito Vespasiano César,

filho do Augusto, pontífice com poder tribunício a oitava vez, imperador a décima quarta, cônsul a sétimo (...). Sendo legado do Augusto o propretor Caio Calpetano Rânccio Quirinal Valério Festo e Sendo legado do Augusto na Sétima Legião, Décimo Cornélio Meciano e procurador do mesmo Augusto Lúcio Arrúncio Máximo, A Legio VII Gemina Felix e dez cidades: Aquiflavienses, *Aobrigenses*, Bíbalos, Coelernos, Equaesios, Interâmicos, Límicos, Nebisocios, Quarquernos e Tamaganos (...).

A parte intermédia deste texto fica apagada por uma *Damnatio Memoriae* a respeito do Imperador Domiciano⁸ e portanto mais obscura a sua interpretação.

Posteriormente em 1980 foi achada no leito do rio uma terceira coluna que é a original denominada de *Padrão dos povos* e que exalta os dez povos bracarense:

IMP CAES VE (...) / MAX TRIB POT IMP VESP CAES AV (...) / VIII IMP XIII / CO (...) / G (...) / CALPETANO RA (...) / VALFESTO LEG A (...) / D CORNELIO MA (...) / LARRVNTIO MAX (...) / LEG ° VII GEM (...) / CIVITATES / AQVIFLAVIENS (...) / BIBALI COEL (...) / INTERAMIC (...) / QVAROVE (...) NI TA (...)

Imp(eratori) Caes(ari) Ve[sp(asiano) Aug(usto) Pont(ifici)] Max(im)o Trib(unicia) Pot(estate) [X Imp(eratori) XX P(atri) P(atriae) Co(n)s(uli) IX] Imp(eratori) Vesp(asiano) Caes(ari) Au[g(usti) F(ilio) Pont(ifici) Trib(unicia) Pot(estate)] VIII Imp(eratori) XIII Co(n)s(uli) VII G(aio) Calpetano Ra[ntio Quirinali] Val(erio) Festo Leg(ato) A[u(gusti) Pr(o) Pr(aetore)] D(ecimo) Cornelio Ma[eciano Leg(ato) Aug(usti)] L(ucio) Arruntio Max[imo Proc(uratori) Aug(usti)]

Leg(ioni) ° VII Gem(inae) [Fel(ici)] Civitates [X] Aquiflaviens[es] *Aobrigenses* Bibali Coel[erni] Equaesii Interamic[i] Limici Aebisocii Quarque[r]ni Ta[magani]

Tradução para português: Aquiflavienses, **Aobrigenses**, Bíbalos, Coelernos, Equesios, Interâmicos, Límicos, Ebisocios, Quaquernos e Tamaganos [erigiram este monumento] ao Imperador César Vespasiano Augusto, Pontífice máximo, com o poder tribunício pela décima vez, aclamado imperador pela vigésima vez, pai da Pátria e Cônsul pela nona vez, ao Imperador (Tito) Vespasiano César, filho de Augusto, Pontífice, com o poder tribunício pela oitava vez, aclamado imperador pela décima vez [e ao César Domiciano, filho de Augusto, Cônsul pela sexta vez], a Caio Calpetano Rânccio Quirinal Valério Festo, legado propretor do Augusto, a Décimo Cornélio Maeciano,

⁸ Domiciano foi um imperador muito autocrático que desprezava o Conselho dos senadores mesmo publicamente. O seu governo supus uma anulação do poder do Senado, tendo preferido um grupo de assessores e cavaleiros ao que lhe deu o controlo de importantes magistraturas. Quando o Domiciano foi assassinado após uma conspiração que no aceitava o seu governo foi removido da lembrança histórica dos imperadores romanos e cancelados todos os seus vestígios da vida de Roma. Isso fez com que a coluna de Chaves apresente uma parte claramente apagada.

legado de Augusto, a Lúcio Arrúncio Máximo, procurador de Augusto e à Legião VII Gemina Felix.

Como vemos, um dos dez povos é o dos *Aobrigenses* que está entre o conjunto de povos que colaboraram na edificação da Ponte de Trajano. Esses dez povos são os que ficam na região da qual a cidade de *Aquae Flaviae* parece a mais importante do oriente do Convento Jurídico Bracaraense. O facto de chegar a ser Sé episcopal posteriormente indica-nos a sua importância. Os limites territoriais parecem-nos marcados por uma orografia bem definida e reafirmada por miliários conhecidos. O Norte seria o da Bracaraense com a Lucense, ocupando a atual província de Ourense, entrando na Terra de Montes e continuando pela Serras do Cando, Faro, Courel e o rio Sil, incluindo a cidade de Ourense que poderia ser cabeça de alguma Civitas nomeada no Padrão dos povos. As marcas ocidentais seriam as Serras da Cabreira, Gerês, Peneda e Suído. Isto confirma-o um miliário da Via XVII aparecido em Ruivães no Concelho de Vieira do Minho (Distrito de Braga) fronteiro pelo Leste com Montalegre. Aqui as milhas estão contadas *Ab Aquis Flavis* o que faz pensar na importância de Chaves na altura (Alarcão, Jorge de: 2003). Outro achado no Vale do Telhas, no Concelho de Mirandela (Distrito de Bragança) indicar-nos-ia o limite oriental.

Portanto, esse *Aobrigenses* podem facilmente corresponder-se no século I ou II com os Aregenses ou Aurigenses de época final do Império e de época germânica. A única diferença é esse B situado antes do R. A razão da não aparição dessa letra nos textos de Hydácio, o Biclarense e (se incluirmos *Aregia-Aregienses*) Isidoro de Sevilha poderiam ser razões de evolução linguística ou de diferenças linguísticas dos dous últimos a respeito do primeiro que com certeza nomeia a palavra Auregenses com U. A proximidade física dos autores ao lugar dos *Auregenses/Aobrigenses* favoreceria uma maior identificação entre as diferentes variantes do gentílico. Esse U de *Auregenses* poderia ser o O de *Aobrigenses* que aparece na Coluna Trajana aqui-flaviense mas esta forma última é apontada por alguns autores relacionando Aobriguenses (ao qual corresponderia uma suposta cidade de *Aobriga*) com a *Avobriga* de Tranoy (Tranoy 1981: 63). Cuevillas relaciona esta cidade com Oimbra o qual fez com que muitos estudiosos posteriores tendessem a fazer a mesma identificação (López Cuevillas 1988: 66). Tranoy contrariamente identifica a cidade com a Abóbrica de Plínio (Plínio IV. 112)

a Cilenis conventus Bracarum Helleni, Grovi, castellum Tyde, Graecorum subolis omnia. iae Siccae, oppidum *Abobrica*. Minius amnis, IIII ore spatiosus, Leuni, Surbi, Bracarum oppidum Augusta, quos super Gallaecis flumen Limia, Durius amnis e maximis Hispaniae, ortus in Pelendonibus et iuxta Numantiam lapsus, dein per Arevacos Vaccaeosque, disternatis ab Asturia Vettonibus, a Lusitania Gallaecis, ibi quoque Turdulos a Bracaris

arcens. omnis, quae dicta regio a Pyrenaeo, metallis referta auri, argenti, ferri, plumbi nigri albaque.

Tradução para português: Depois os de Cilena, o convento dos Bracarenses, os Eleni, os Grovios e o Castelo de Tyde, todos com origem grega e as ilhas Sicas (Cies), a salientável cidade de Abobrica; o Rio Minho, de cuja boca dista 4.000 passos. Os Leunos, os Seurbos e a cidade Augusta dos Bracarenenses, por cima da qual está Galiza, o rio Lima e o Rio Douro dos mais grandes da Hispânia e tem a sua fonte em terras dos Pelendones, e discorre por Numância, atravessa o País dos Arévacos, Vaceus, afasta dos Vetons da Astúrias e os Galaicos da Lusitânia, e também faz limite entre os Túrdulos e os Bracarenenses. Este espaço da região, desde os Pireneus, está cheio de minas de ouro, prata, ferro, chumbo e estanho.

e ainda com a *Adobrica* de Pompónio Mella (Mella III. 8-9)

[8] Deinde ad septentriones toto latere terra convertitur a Celtico promunturio ad Pyrenaeum usque. Perpetua eius ora, nisi ubi modici recessus ac parva promunturia sunt, ad Cantabros paene recta est. [9] In ea primum Artabri sunt etiamnum Celticae gentis, deinde Astyres. In Artabris sinus ore angusto admissum mare non angusto ambitu excipiens *Adobricam* urbem et quattuor amnium ostia incingit: duo etiam inter accolentis ignobilia sunt, per alia Duncanaris exit et Libyca. In Astyrum litore Noega est oppidum, et tres arae quas Sestianas vocant in paene insula sedent et sunt Augusti nomine sacrae inlustrantque terras ante ignobiles.

Tradução para português: Portanto a terra em toda a sua amplitude está virada para o Norte, desde o Promontório Céltico até o Pirenéu. Há um litoral continuo quase recto até os Cantabros, exceto alguns suaves entrantes e pequenos cabos. Em ele estão primeiro os ártabros, ainda gentes celtas, depois os astures. Nos ártabros um golfo de estreita embocadura mas dum contorno amplo que acolhe a cidade de Adróbrica e recebe a foz de quatro rios: dous sem importância ainda entre os indígenas e pelas outras sai o Duncanario e o Lybica. Na costa dos astures está a cidade de Noega e três aras às que chamam Sestianas estão assentes numa península e estão consagradas ao nome de Augusto e dão fama às terras antes ignoradas.

Tranoy não identifica *Abóbrica* com a nossa *Avóbriga* / *Aóbriga* / *A(u)regia* e ainda diz que se esta ficar perto da foz do Minho não pode ser a *A(v)óbriga* da Coluna de Chaves porque está muito longe. Do nosso ponto de vista a *Abóbrica* de Plínio sim poderia ter a ver com a nossa *A(v)óbriga* mas o que para nós não teria nada a ver com a nossa cidade é a *Adróbrica* de Mella. Fica claro que está na terra dos ártabros recebendo a foz de quatro rios e cujo nome é o suficientemente diferente àqueles com os que estamos a trabalhar.

Consideraremos outras referências a *Avóbriga*, presente na epigrafia da península ibérica. É o caso de dous textos: um presente em Tarragona (Cata-

lunha) e outro em Fervedo, Concelho de Arouca (Distrito de Aveiro). A informação que se nos dá a partir de cada um destes textos epigráficos é a presença evidente da forma plena do topónimo *Avóbriga*. A epígrafe de Tarragona (CIL II 4247) é uma inscrição em pedra localizada numa parede da Rua de Pedro Iglésias n.º 3 que diz:

L(ucio) Sulpicio Q(uinti) f(ilio) Gal(eria) / Nigro Gibbiano / *Avobrigensi* / omnibus in re p(ublica) sua / honorib(us) functo / flam(ini) Romae divor(um) / et Aug(ustorum) p(rovinciae) H(ispaniae) c(iterioris) / p(rovincia) H(ispania) c(iterior)

Tradução para português: Lúcio Sulpício Nigro Gibbiano filho de Quinto (da tribo) Galeria??? (Gallaecia???) Avobrigense o qual mereceu todas as honras da sua república da que foi Flâmine dos deuses de Roma e dos Augustos da província da Hispânia Citerior. Província Hispânia Citerior.

O texto de Fervedo (HAE 1918) é uma lápide sepulcral de Laetus Caturonis localizado na igreja matriz do lugar. Diz o seguinte:

Laetus Caturonis f(ilius) / *Aviobrigensis* h(ic) s(itus) e(st) / an(norum) XXIIIX Nig(er) / frater ex testamento / faciendum curavi[t] / arbitratu Q(uinti) Laberi(i) Exorati / Olisipone(n)sis⁹.

Tradução para português: Laetus filho de Caturon de Aviobriga de XXIIIX anos jaz aqui. O irmão Níger que se preocupou de fazer o testamento por vontade das súplicas de Quinto Labérius de Olisipo.

As palavras em questão são *Avobrigensi* ou *Aviobrigensis* que derivam dum *Avóbriga*. No caso de ser a mesma Avóbriga a do Padrão dos Povos, a do Flâmine e a do Laetus Caturonis teríamos que localizá-la seguindo uns critérios que damos a continuação:

Localização de Avóbriga:

A primeira informação que tiramos é a que nos dá Hydácio quando nos diz que os *Auregensium Loca* (regiões auregenses) são *vicina sibi pariter* (suas partes vizinhas) da *Aquaeflaviense ecclesia* (igreja aqui-flaviense), pois pertence ao *eundem conventum* (mesmo convento). Localizamo-la portanto no Convento Bracarense e perto de Chaves.

O Biclarense diz-nos que os *Aregenses montibus* foram conquistados por Leovigildo no prelúdio da conquista do Reino da Galiza. Esse *Aregenses* é-nos um gentílico que nos viria dum nome se não igual, sim próximo da Aregia do Isidoro de Sevilha. Aregia também conquistada por Leovigildo

⁹ Cf. *Hispania Antiqua Epigraphica* (1918): http://eda-bea.es/pub/record_card_2.php?refpage=%2Fpub2Fsearch_select.php&quicksearch=Fervedo&rec=20063

na sua guerra de unificação peninsular poderia ser o lugar de origem dos *Aregenses* ou *Aregienses*. Como acabamos de ver é região vizinha de Chaves, do convento bracarense e aliás se é do seu âmbito jurisdicional teria de ser da bracarense oriental.

As colunas de Chaves falam-nos igualmente duns Aobrigenses localizados dentro do âmbito jurisdicional e próximo a *Aquae Flaviae* por serem um dos dez povos que colaboraram na construção da Ponte de Trajano. Os *Aobrigenses* estão entre os povos que tinham *Aquae Flaviae* como centro político, económico e talvez administrativo de importância por ser esta a cidade que chefia nesta altura a região bracarense oriental. Estas seriam as que abrangem as regiões do atual distrito e diocese de Vila Real e a atual diocese episcopal de Ourense. Não assim os territórios atualmente ourensanos de administração eclesiástica centralizada em Astorga (Trives, Vale de Orras e o Bolo) nem a diocese de Bragança ambos pertencentes historicamente a âmbitos conventuais astures. A prova da importância de *Aquae Flaviae* é a sua conformação como Sé na primeira época do *Gallaeciense Regnum* encarnada na figura do Bispo Hydácio Lémico entre 427 e 462. É-nos significativo que no *Parochiale Suevum* não apareça Chaves como Sé mas sim Ourense que provavelmente é quem recolha a categoria de cabeça da bracarense oriental desde que Chaves perde a sua de Sé episcopal. Ourense, pela sua parte, é Sé desde 550 aproximadamente segundo Gregório de Tours (Gregório de Tours 572) quando Carriarico constrói a antiga Catedral sobre as bases dum antigo edifício pagão mas anteriormente e em época romana tem o seu prestígio como cidade importante o que lhe dá a capacidade de produzir elementos culturais originados em algum tipo de romanização.

Os *Aobrigenses* do Padrão dos povos teriam uma Aóbriga como suposta cidade de origem. Tranoy conta-nos que a sua interpretação poderia ser melhor *Avobrigenses* com V o que a liga com uma *Avóbriga* e esta com a *Abóbriga* de Plínio. Esta interpretação com V reafirma-se pelo facto de ser essa a leitura tradicional que se faz do povo inscrito no Padrão pelo menos até o século XVI (Rodríguez Colmenero 1990). A dia de hoje o texto onde se poderia ler *Aobrigenses* ou *Avobrigenses* está apagado como para poder lê-lo com total nitidez portanto a dúvida está em pé, fazendo-nos pensar que um V não é desencaminhado. Como mínimo a discussão sobre se é com V o não estaria acima da mesa e as razões para pensarmos que é com V são válidas.

A *Abóbriga* de Plínio fica situada nas beiras do rio Minho com total clareza como nos diz no seu texto. Os erros de localização do autor hispano-romano fazem com que a deformação geográfica do território des-

critico seja uma realidade mas se ficarmos com que a cidade está no Minho conseguimos assentar a Abóbriga onde pensamos que poderia estar: Nas beiras do rio Minho. Lembremos que Contador de Argote (1738) comentou que esta cidade poderia ser a atual Riba d'Ávia mas se esta fosse não estaria incluída dentro do âmbito de *Aquae Flaviae* pois a região eclesiástica de Riba d'Ávia pertenceu ao Bispado de Tui, portanto à bracarense ocidental, até meados do século XX.

Nos textos epigráficos de Tarraco e Fermedo apresentam-nos duas referências à *Av(i)obriga*, identificada como uma cidade provavelmente galaica e romanizada. A presença dum flâmine da Hispânia Citerior não se daria em caso de ser uma localidade menor, não romanizada ou lusitana. No texto de Tarragona, o gentílico diz-nos a origem do *Laetus Caturonis*, nome galaico-lusitano mas fica descartada a origem lusitana de *Av(i)obriga* se esta é a mesma cidade do flâmine da epigrafia de Fermedo.

Por todo isto acreditamos que os *Aobriguenses*, *Aurigenses* e *Aregenses* são nomes referidos aos habitantes do que se deveu chamar *Avóbriga*, *Abóbriga* ou *Aregia*. Isto é o que posteriormente foi Ourense ou Ária. Por todos isto acreditamos que os *Aobriguenses*, *Aurigenses* e *Aregenses* são nomes referidos aos habitantes do que se deveu chamar *Avóbriga*, *Abóbriga* ou *Aregia*. Isto é o que posteriormente foi Ourense ou Ária.

A forma *Ária* fica conservada no lugar de Oira situada na cidade de Ourense à direita do Rio Minho nas aforas da cidade. O lugar de nascimento da atual cidade de Ourense é a partir dum espaço situado entre as Burgas e a antiga Praça do Campo, atual *Plaza Mayor* onde está situada a Câmara Municipal, ao pé do Monte Alegre, lugar sagrado e centro religioso de vários castros localizados nos arredores e talvez vinculados a Oira/Auria por ser este o lugar habitado mais importante da Treba. Daí o adjetivo Auriense ou Oriensis. Esse âmbito territorial incluiria um espaço maior daí a denominação de *Auregensium loca* do Hydácio ou o *Aregenses Montibus* do Iohannes Biclarensis que nos denota a existência de lugares montanhosos.

Alguns autores, nomeadamente Cuvillas e Rodriguez Colmenero relacionavam *Aobrigenses* com Oimbra mas existe um documento do século XII-XIII que relaciona Oimbra com um Olimbriga ou Aolimbriga¹⁰ e não com um *Avóbriga*. Também há quem diz que pode provenir de Olimbria¹¹. A deriva desde Aolimbriga ou Olimbriga para Oimbra é fácil de explicar (AOLIMBRIGA > Olimbriga > Oimbriga > Oimbria > Oimbra), bem como é

¹⁰ Fala-nos dele Rodriguez Colmenero (Rodriguez Colmenero (1972: 236): *Documento do Tumbo de Cela Nova*, fol. 47, lib. II, num. 22.

¹¹ Cf. Piel-Kremer, Hispano-gotisches Namenbuch § 304 y Piel, *Estudos de Lingüística Histórica Galego-Portuguesa*, pp. 95-99.

desde Olimbria que parece um dos passos da evolução desde Aolimbriga. Para nós do *Avobriga* ao *Áuria* viria duma evolução parecida ao *Valobriga* cântabro. Este topónimo reconhecido como a actual Valória, no Concelho de Udias daria o atual nome num processo de lenição: VALOBRIGA > Valo(b)ri(g)a > Valória (González-Hierro 2000)¹².

O AVOBRIGA, também por um processo lenitivo derivaria da seguinte maneira segundo nos parece a nós: AVÓBRIGA > AWÓBRIGA > AŴBRIGA > ĀŴRIGA > ĀURIGA > ĀURIA.

Explicando desde o adjetivo poderia resultar mais compreensível:

AVOBRIGENSE > AOBIGENSE > AWRIGENSE > AURIGENSE > AURIENSE... e daí para Ourense.

O forma AVOBRIGA estaria formada por duas partículas: Um AVO- que parece vincular a palavra céltica do atual gaélico “abhuin” ou “abhainn” com o significado de “rio”, do qual há restos toponímicos na Gallaecia história (Rio Ave, Riba d’Ávia, Avião, Abuim/Aboim...), como também na Bretanha (Aven, Aon, Aff.....) na França (Avon, Avon-la-Pèze, Avon-les-Roches, ...), Suíça (Aven...) ou nas Ilhas (Stanford upon Avon, Avonmouth, Avonwick, Aveton Gifford, Glenavon, Aberafan, Avondale, Avonmore, Strathaven, Craigavon, Blaenafon, Cwmafon, ...).

A segunda partícula é -briga, palavra céltica que deriva da indoeuropeia *bharegh: (alto, elevado), como no germânico “berg” (montanha) e “burg” (fortaleza, cidade). O significado de -briga seria o de “fortaleza elevada” ou “assentamento fortificado no alto” (Diez: 1994).

Concluindo: AVOBRIGA viria a significar, o “Castro do Rio”. Que melhor denominação para Ourense cujo lugar é ao lado dum dos rios mais importantes do País.

Referências

- Alarcão, Jorge de (2003), Organização Social dos povos do Noroeste e Norte da Península Ibérica nas Épocas Pré-romanas e Romana. *Revista de Arqueologia Conimbriga*. Vol. XLII, pp. 5-15.
- Barbosa Álvares, JM e Gonçalves Riberia, JM (2008), *Atlas Histórico da Galiza e do seu contorno geográfico e cultural*, Sant Cugat del Vallès (Barcelona). Galiza.
- Braulio de Saragoça: *Vita Sancti Aemiliani (Vida y Milagros de San Millán)*. Traduzido por Frei Toribio Minguella. O.A.R. XXVI. Online: <http://www.vallenajerilla.com/berceo/braulio/braulio.htm>
- Brito, Bernardo de (1609), *Monarchia Lusytana*. Lisboa, tomo II, liber VI, 194v-196 [*Monarquia lusitana*, edição fac-similar, introdução de A. da Silva Rego e notas de A. A. Banha de Andrade e M. dos Santos Alves, 2004, Lisboa, Imprensa Nacional—Casa da Moeda].
- Bullet, M (1768), *Memoires sur la langue celtique*, tome 1er. , Lyon, Chez V^a Requilliat, Librairie Place Lonis-le-Grand.

¹² A etimologia proposta por Gonzalez Rodrigues (1999) é um Valle Oria, quer dizer, vale do ouro, mas do nosso ponto de vista o Valle Ubrica poderia ser um Valle Aobrica, Valle Aobriga ou Valle Avóbriga.

- Carballeira Debasa, Ana Maria (2007), *Galicia y los gallegos en las fuentes árabes medievales*. CSIC-Instituto de estudios gallegos Padre Sarmiento, Xunta de Galicia.
- CIL (Corpus Inscriptionum Latinarum) http://cil.bbaw.de/cil_en/index_en.html
- I Concilio de Braga 561 http://www.benedictus.mgh.de/quellen/chga/chga_0571.htm
- Concilio de Lugo 569 http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/d6/LOAISA_%281593%29_-_Concilium_apud_Lucum.jpg
- Contador de Argote, Jeronymo (1738), *De antiquitatibus conventus Bracaraugustani*. Ulyssipone Occidentali. Typis Sylvianis. Regalis Academiae. Livro II. Capítulo VIII.
- Contador de Argote, Jeronymo (1734), *Memorias para a historia ecclesiastica do arcebispado de Braga, primaz das Hespanhas*. Tomo II, Lisboa., pp. 849-852.
- Corpus christianorum. Parochiale sueuum seu Diuísio Theodemiri seu Concilium Lucense* a. 569 (1965), Series Latina, CLXXV, Itineraria et alia geographica, Brepols, Turnhout, pp. 411-420.
- Cortes y Lopez, Miguel (1836), *Diccionario Geográfico-Histórico de la España Antigua*, Tomo III, Madrid, Imprenta Real, Madrid.
- Curchin, Leonard A. (2008), "Los topónimos de la Galicia romana: Nuevo Estudio. The Toponyms of the roman Galicia: New Study" in *Cuaderno de Estudios Gallegos*, LV, n.º 121 (enero-diciembre), pp. 109-136.
- Díez, J. (1994), "Nueva interpretación de algunos topónimos indoeuropeos peninsulares" in VV. AA. Homenaje al Profesor Presedo, Sevilla, pp. 229-236.
- Fernandez Guerra, Aureliano-de Hinojosa, Eduardo (1890), *Historia de España desde la invasión de los pueblos germánicos hasta la ruina de la monarquía visigoda*, Tomo I, Madrid, El Progreso.
- Ferro Couselo, Xesus (1996), "Orix e formación da cidade de Ourense" in *La Región* (Ourense), 17 de maio. Texto da conferencia inaugural da *Agrupación Cultural Auriense*, Colégio de Médicos, Ourense 6 de marzo de 1968 http://www.ivoox.com/orixe-e-formacion-da-cidade-ourense-audios-mp3_rf_1649272_1.html
- Florez, Enrique (1789), *España Sagrada*, Tomo XVII, Madrid, Antonio Marin.
- García Fernández-Albalat, Blanca (1990), Guerra y Religión en la Gallaecia y la Lusitania antiguas. Sada-Crunha, Do Castro.
- Gonzalez Rodriguez, A. (1999), *Diccionario etimológico de la toponimia mayor de Cantabria*, Santander, Estvdio.
- Gonzalez Vazquez, A-Hierro Gárate, J.A (2000), "Contribución al estudio de la toponimia antigua de Cantabria: Valobriga-Valoria (Udias)" in *Revista de Arqueología Nivel Cero*, n.º 8, Santander, Universidad de Cantabria. pp. 59-69.
- Green, Miranda (1992), *Dictionary of Celtic Myth and Legend*. New York, Thames and Hudson.
- Gregório de Tours (572), De Miraculis Sancti Martini Episcopi. Libri quatuor, in *Historia Francorum*.
- Hübner, Emil (1869.1892), CIL (Corpus Inscriptionum Latinarum). II e Supplementum. Berlin.
- Hydatius (468), *Chronicon. Olymp. CCCX.IV.* Online: <http://www.thelatinlibrary.com/hydatius.html> e <http://www.thelatinlibrary.com/hydatiuschronicon.html>
- Iglesias, Hector (2011), "Sur l'origine présumée du fractionnement dialectal de la langue basque" in *Revista Arse* n.º 45, pp. 65-95.
- Iohannes Biclarensis (624), *Chronicon*: 2.8,1-2 Online: <http://remacle.org/bloodwolf/iberiques/biclar/chronique.htm>
- http://la.wikisource.org/wiki/Chronicon_%28Iohannes_Biclarensis%29
- Isidorus Hispalensis, *Historia de regibus Gothorum, Vandalorum et Suevorum*. Incipit Historia, § 49. Online: http://la.wikisource.org/wiki/Historia_de_regibus_Gothorum_Vandalorum_et_Suevorum
- López Cuevillas, Florentino (1988), *La Civilización Céltica en Galicia*, Madrid, Istmo.
- Macías y García, Marcelo (1929?), *Aportaciones a la Historia de Galicia*, Madrid, Ibero-americana de publicaciones. Biblioteca de Estudios gallegos dirigida por Alvaro de las Casas.
- Martínez Murguía, Manuel (1865), *Historia de Galicia*, tomo III, Lugo, Soto Freire.
- Martins Estévez, H. (2008), *As tribos Calaicas. Proto-história da Galiza à luz dos dados linguísticos*. Sant Cugat del Vallès, Edições da Galiza.

- Martins Estévez, H. (2017). *Algumas etimologias célticas: Bisbarra e Ourense*. <http://despertadoteusono.blogspot.com.es/2017/08/algumas-etimologias-celticas.html>
- Muñoz de la Cueva, Don Fr. Joan (1726), *Noticias históricas de la Santa Iglesia Cathedral de Orense*, Imprenta Real, Joseph Rodriguez de Escobar, Impresor del Rey Nuestro Señor, de su Consejo de la Santa Cruzada y de la Real Academia Española. Libro IV sobre Santa Eufemia. Online: http://books.googleusercontent.com/books/content?req=AKW5QadUqRtRtUjHBzAMHAI012eOVkDCoW-jEUtqYOsbc5uG1pte2cvWrV2ysRUCIH29S2bYAWoqkRuFC6Qz16if_Cr5kAtz6LNeYOn0KGQSY7Rhi5ISf00e06nj5oiP56L9-1c4WOA5GK_Bbhux8o_pFh36PsGATKfM-k-tVtXyEtYzsnhi8bZLv9DEFKUgmq-MrhuYg723-Hs3cvFtUAlEIswsrAxWx8uA-bx8_LJr8nEpTnbag_dzmp0Tvi_nY_juE4rh8WVvQSSoXElCfxeY54IQx-qJ5omgUCrftvXWO_Og9uXMgW0
- Nunes, Luís (udovici Nonii Medici) (1607), *Hispania sive popularum, urbium, insularum, ac fluminum in ea accuratior descriptio*. Antuerpiae, Officina Hieronymi Verdusl. (Texto em Shott Hispania Illustrata IIII): https://play.google.com/books/reader?id=6sMWAAAAQAAJ&printsec=frontcover&output=reader&hl=pt_PT&pg=GBS.PA166
- Otero Pedrayo, Ramón (1965), *Guía de Galicia*, Vigo, Galaxia. 4.ª ed.
- Pena Graña, A (1999), "Nota sobre la organización institucional celta en los territorios políticos autónomos (Treas) de la antigua Gallaecia" in *Os Celtas da Europa Atlántica. Actas do I Congreso galego sobre a Cultura Celta*, Ferrol, 1997, Ferrol, Concello de Ferrol, pp. 114-144.????
- Plinio (112)???, *Historia Naturalis*, Liber IV. 112 http://la.wikisource.org/wiki/Naturalis_Historia/Liber_IV
- Pomponio Mela (40 d.C. aprox.), *De Chorografia*. Liber Tertius. 9 <http://www.thelatinlibrary.com/pomponius3.html>
- Prada Llorente, Esther Isabel (2005), "Ciudad y Territorio" in *Estudios Territoriales*, XXXVII n.º144, pp. 343-372.
- Quiroga L. Jorge-R. Lovelle, Mónica (1994), "El problema del "Limes" de época visigoda en Galicia: nuevas consideraciones a partir de una relectura de las fuentes escritas y arqueológicas" in *Revista Guimarães. Órgão da Sociedade Martins Sarmento* (Guimarães), n.º 104. pp. 83-107.
- Reboreda Morillo, Susana (1996), "Historia de Ourense. Historia Antiga" in VV.AA. (1996), *Historia de Ourense*. Crunha: Via Lactea, pp. 67-116.
- Rivas Quintas, Elíxio (2008), "A orixe de Ourense nunha escritura de Celanova" in *Revista Porta da Aira. Revista de Historia del arte ourensano* (Ourense), n.º 12. pp. 357-370.
- Rivas Quintas, Elíxio (2012), "Diocese de Ourense" in *Revista Diversarum Rerum. Revista de los archivos catedralicio diocesanos de Ourense*, n.º 7. pp. 15-27.
- Rodriguez Colmenero, A (1972) "Sobre los pueblos prerromanos del sur de Galicia" in *Boletim Auriense*, n.º 2, pp. 193-240.
- Rodriguez Colmenero, A (1977), *Galicia meridional romana*, Bilbao, Universidad de Deusto.
- Rodriguez Colmenero, A (1990), "Nota encol da Avóbriga dos Gróvios (Plin., IV, 112)" in *Revista Gallaecia*, n.º 12, pp. 365-367.
- Sociedad de literatos SOMFCED (1832), *Diccionario Geográfico Universal*, Tomo VI. Barcelona, Imprenta de José Torner.
- Somoza Medina, Xosé (2010), *Historia de Ourense*, Ourense, Duen de Bux.
- Torres, Casimiro (1977), *Galicia Sueva. Galicia Histórica*, Crunha, Fundación "Pedro Barrié de la Maza Conde de Fenosa-Instituto P. Sarmiento de Estudios Gallegos.
- Torres Lopez, Manuel (1962), "Las invasiones y Reinos Germánicos en España (años 409-711)" in *Historia de España*, dirigida por Menéndez Pidal. Tomo III, Madrid, Espasa Calpe.
- Tranoy, A. (1981), *La Galice Romaine. Recherches sur le nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*. Paris, Publications du Centre Pierre Paris. Diffusion De Boccard.
- Valente, José Ángel (2011), *Diario Anónimo (1959-2000)*. Barcelona, Galaxia Gutemberg. Círculo de Lectores. Andrés Sánchez Robayna.

VV.AA. (Direção: Balil Ilana, A.; Pereira Menaut, G.; Sanchez-Palencia Ramos, F-Javier) (1991), *Tabula Imperii Romani*, Porto-Madrid, Unión Académica Internacional. CSIC, Ministerio de Cultura, Instituto Geográfico Nacional. Hoja K-29, p. 30.

JOSÉ MANUEL BARBOSA

É membro da AGLP. Vid. síntese curricular no Vol. 2 (2008) deste Boletim.

Instituição



O académico João Evans junto com Anacoreta Correia e José-Martinho Montero no seminário 'Galiza, Língua Portuguesa e Acordo Ortográfico' (20 de dezembro de 2016, Casa da Língua Comum).



A académica Concha Rousia no XXV Colóquio Internacional da Lusofonia (Montalegre, 21-25 de abril de 2016).

Atividades da AGLP no ano 2016

Ângelo Cristóvão

Santiago, 9 de janeiro. Reunião do patronato da Fundação AGLP e do pleno da Academia. Aprovação do Plano de Atividades para o ano 2016.

Saint-Etienne, França, 20-22 janeiro. Participação do patrono Joám Evans Pim no Congresso “Les Assises de la langue portugaise et espagnole”, realizado na Universidade. Colaboração com o Observatório da Língua Portuguesa, entidade com sede em Lisboa.

Goa, Índia, 22 janeiro-22 fevereiro. Colaboração com o 2º Festival da Lusofonia Goa 2016. Envio de livros galegos para exposição e depósito na biblioteca univesitária. Atividade coordenada pelo patrono José Paz Rodrigues.

Lisboa, 15 de março. Participação em Conferência sobre Culturas Lusófonas organizada pela Comissão Temática de Cultura da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Assistência dos patronos Maria Dovigo e Ângelo Cristóvão.

Lisboa, 22-23 março. Participação no IV Congresso da Cidadania Lusófona. “O balanço da CPLP: 20 anos após a sua criação”. Comunicações de Maria Dovigo e Ângelo Cristóvão sobre língua e associativismo cultural na Galiza.

Montalegre, Portugal, 2 de abril. Colaboração da Fundação AGLP na organização das Jornadas das Letras Galego-Portuguesas em Pitões das Júnias, organizada pela entidade Desperta do Teu Sono, responsabilidade do patrono José Manuel Barbosa. Realizou-se em dependências do município de Montalegre, sendo oradoras da AGLP as académicas Maria Dovigo e Concha Rousia.

Lisboa, 19 e 20 de abril. Palestra da antropóloga Luzia Oca em Lisboa, "Cabo-verdeanas em Burela. Migração, relações de género e intervenção social". Organizada em colaboração com a Associação Cultural Pró AGLP e o Centro de Estudos Galegos da Universidade Nova de Lisboa. Realizada no local da Associação Caboverdeana. O dia 20 de abril realizou-se o mesmo encontro no Centro de Cultura e Intervenção Feminista / UMAR, de Lisboa.

Montalegre, Portugal, 21-25 abril. Participação no XXV Colóquio Internacional da Lusofonia. Intervenções dos patronos Concha Rousia e Ângelo Cristóvão.

Santiago, 27 de junho. Reunião do patronato da Fundação AGLP e do pleno da Academia. Aprovação das Contas Anuais da Fundação AGLP.

Bragança, Portugal, 24 de setembro. A académica Maria Dovigo participa, em representação da Fundação AGLP, na reunião da Comissão Instaladora do Museu da Língua Portuguesa de Bragança, convocada pelo presidente da Câmara Municipal, Hernâni Dias.

Santiago, setembro-novembro. Colaboração no Projeto Telefonemas, em parceria com a Associação Galega da Língua e a Associação de Docentes de Português na Galiza. Consistiu na contratação de uma pessoa para realizar atividades de informação aos centros escolares de ensino primário e secundário da Comunidade Autónoma Galega, como apoio na promoção do ensino da língua portuguesa, no contexto legal da aplicação da lei 1/2014 do Parlamento galego, "Para o aproveitamento da Língua Portuguesa e Vínculos com a Lusofonia.

Santiago, 20 de dezembro. Organização do Seminário "Galiza, Língua Portuguesa e Acordo Ortográfico", com a participação de 9 oradores. O evento realizou-se na Casa da Língua Comum.

Para este fim convocou em Santiago de Compostela várias personalidades que intervieram na organização e realização das reuniões conducentes ao Acordo de 1990. Foram os professores Malaca Casteleiro e Fernando Cristóvão, da Academia das Ciências de Lisboa, e Isaac Estraviz e António Gil, da Academia Galega da Língua Portuguesa. A este elenco de protagonistas juntaram-se o professor Rolf Kemmler, da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, o professor Renato Epifânio, do Movimento Internacional Lusófono, de Lisboa, e Ângelo Cristóvão e João Trilho, da AGLP.

O Vocabulário Ortográfico da Galiza.

Texto de apresentação do VOG na
Academia das Ciências de Lisboa.
14 de julho de 2016

António Gil Hernández

Saudações

Agradeço, em nome da Academia Galega da Língua Portuguesa [em diante AGLP] o convite da Academia das Ciências de Lisboa, na pessoa do seu presidente, o Prof. Dr. Artur Anselmo, para participarmos neste *Colóquio sobre A língua Portuguesa nos dias de hoje*.

Mas a seguir devo me escusar por substituir, sem competência suficiente, o amigo Carlos Durão, autor último do *Vocabulário Ortográfico da Galiza* [em diante VOG], de que são responsáveis a Academia Galega da Língua Portuguesa [em diante AGLP] e outros grupos da Galiza. Carlos está a lutar por mais de um ano contra a grave doença que o tem prostrado e submetido a padecer operação trás operação quirúrgica, todas muito delicadas.

Vão para 26 anos que tive a honra de participar impensadamente como observador da Galiza nas sessões do *Acordo Ortográfico*, a que abaixo faço referência. Senti-me então muito honrado, embora escasso em competência, como também agora que suporto a eiva de que, mesmo como participante na elaboração do VOG, ao meu ver, sinto como que usurpo o posto e honra que correspondem ao Carlos Durão, coordenador do grupo de trabalho autor do VOG e o seu redator último.

Questões prévias

Conhecemos bem a etimologia da palavra *ortografia* (e a derivada *ortográfico*), que compendiosamente traduzo por *escrita correta*.

Escrita, na nossa área civilizacional, remete à utilização de conjuntos de letras, que, por definição, se correspondem com usos individualizados nos processos comunicativos em um particular idioma ou língua.

Correta, oposto a *incorreta*, remete ao uso ordenado de particulares letras. Entendo que “ordenado” define o duplo facto de “posto em ordem” e “imposto por autoridade reconhecida, quer política, quer culturalmente”.

Antes de continuar, parecem-me pertinentes algumas aclarações que o Prof. Moreno Cabrera (2005: 152.153) resume na “Conclusión” (a versão portuguesa é minha). Importa-se o Professor pelo *léxico ortográfico*:

onde se armazenam as palavras na forma ortográfica, em contraste com o mecanismo de conversão fonema a grafema. Se realmente utilizássemos o princípio alfabético para escrever, seria esperável a utilização exclusiva desse mecanismo. Porém, há vários estudiosos que propõem, para a leitura e escrita, o emprego de duas rotas: uma rota léxica, responsável da geração ou interpretação de palavras familiares, e um procedimento de ensablatura ou rota fonológica responsável da leitura e produção escrita de palavras não familiares.

Continua abaixo:

[...] apesar da presumível facilidade do alfabeto, que permite uma escrita exclusivamente baseada na relação fonema-letra, as pessoas utilizamos também a estratégia logográfica pela qual associamos uma palavra com a sua forma ortográfica em bloco e tudo isso independentemente do facto de a ortografia alfabética se cinge com maior ou menor fidelidade ao princípio fonema-grafema.

O Prof. Moreno Cabrera conclui:

[...] o que conhecemos sobre o aprendizado da leitura e da escrita não confirma a ideia de que a escrita alfabética seja mais vantajosa porque permite utilizar em exclusivo a associação fonema-grafema, porque [...] inclusivamente no caso do aprendizado das escritas alfabéticas transparentes [*castelhano ou italiano*] se utiliza também uma estratégia logográfica, na qual as palavras são reconhecidas em bloco com a sua forma ortográfica característica.

Dito por outras palavras, contra o que se diz ou pensa habitualmente, o alfabeto não salvou a Humanidade da logografia, típica de outros sistemas de escrita considerados mais difíceis e menos eficientes.

Acho pertinente este breve recordatório, porque na Galiza, na *oficial* (espanhola) e na *cívica* (ou sociedade civil, assim denominada), de longe vêm gravitando as discussões sobre a ortografia ajeitada ao “galego”, quer dizer, às falas galegas, se deva predominar a correlação fonema-letra ou, antes, conformar as palavras logograficamente, fazendo com que confluem com as ortografias da língua comum, hoje denominada portuguesa.

Indiretamente a Prof.^a Hermida Gulias confirma-me que essa discussão já estava viva durante o séc. XIX, com os primeiros intentos sérios de redigir em “galego” textos, populares e mesmo literários:

A non existencia dunhas normas únicas que establecesen as canles polas que debía decorre-la ortografía do galego constituíuse así nun novo atranco que os activadores do renacemento deberon superar. Agora ben, como a elección da ortografía era un acto individual e non se dispuña dunha autoridade ou dunha institución capaz de fixala axeitadamente, axiña se observaron diferencias e axiña comezaron as críticas ás escollas realizadas. (Hermida 1992:187)

A Professora diferencia três *posturas*, sobretudo referidas ao uso dos grafemas *g, j* e *x*:

- a.- A postura etimologista [...]
- b.- A postura simplificadora [...]
- c.- A postura castelanista [...] (ib.: 192-193)

História da Galiza, negada

Para entender a situação das falas galegas autóctones, cumpre contextualizar os seus usos. Foi em 1521 que se redigiu em galego o último texto tabeliônico, segundo estabeleceram diversos estudiosos.

É com a *Constitución de Cádiz, La pepa* (19 de março de 1812), que os reinos das Espanhas se configuram em um único estado-nação moderno.

Em 1814 o rei Bourbon, Fernando VII, el Deseado, derroga essa *Constitución*, mas manteve a organização do novo estado, sobre o modelo jacobino surgido com a *Revolução francesa*. Vale a pena, ao caso, lembrar a advertência do abbé Grégoire (1794):

[...] É sobretudo nas nossas fronteiras que os dialetos, comuns aos povos dos limites opostos, estabelecem com os nossos inimigos relações perigosas, enquanto no território da República as gírias são outras tantas barreiras que impedem os movimentos do comércio e atenuam as relações sociais. Pela influência respetiva dos costumes sobre a língua, da língua sobre os costumes, impedem a amálgama política [...]

Foi naqueles anos que o Reino bourbónico de España [em diante RbE], como o português miguelista, ficaram protegidos pela ordem que para a Europa pós-napoleónica auspiciou a Santa Aliança (1815), os Impérios russo e austriaco e a Prússia.

Seja como for, a Galiza, capitidimuída ao longo da Baixa Idade Média, acabou quase desaparecendo, junto da sua língua, nos denominados *Siglos de Oro* (XVI-XVII) e posteriores. No discurso legitimador da história oficial que proveram as dinastias austríaca e bourbónica, o Reino da Galiza e o seu precedente Reino suevo fica sumido sob o Reino de León e a seguir pelo Reino de

Castela. Igualmente as falas galegas, o “galego”, perdem a condição de língua para serem consideradas só “dialeto”, presente por ausência nas histórias institucionalizadas pelo RbE. Testemunha fiel desta afirmação é a escritora crunhesa Emílio Pardo Bazán, no seu artigo “Idioma ó dialecto?” (1888).

O sobrevindo na Galiza foi processo muito mais prolongado e portanto eficaz do que conheceram os portugueses durante o Tempo dos Filipes. Caberia comparar ambos, mas já o fez a Prof.^a Vásquez Cuesta (1986 *passim*).

Miguel Anxo Murado (2011: 49 e ss.), jornalista e historiador, lamenta-se:

[...] na Galiza nunca aconteceu nada. A conquista pelos romanos fica confundida dentro das guerras cántabras e seu reino suevo, encoberto pelo posterior reino dos visigodos. Inclusivamente se denomina *letra visigótica* à letra sueva e *pré-românico visigótico* à boa parte das construções dos pobres suevos. A partir da invasão muçulmana o assunto vai mesmo a peor: diz-se que a Galiza foi conquistada e despovoada pelos árabes, e daí passa a ser um apêndice mudo, primeiro do reino de Astúrias, depois do de León e mais adiante dd de Castela.

Pobre Galiza, [...] como é possível que os galegos não fizessem nada digno de menção em todo esse tempo? Vale que tenham fama de taciturnos, mas tanto... Nalguns textos pode haver algum aceno a Compostela e ao Caminho de Santiago como facto isolado, ou à lírica galego-portuguesa como curiosidade cultural, com o cólofon sempre inexplicado de que o rei Afonso o Sábio escrevesse em galego [...]. E a seguir, outro silêncio de setecentos afos. Galiza não volve a ter nem um recanto sequer na historia de Espanha [...]

[...] igual que *Hispania* não ere um antecedente direto da Espanha, *Gal-laecia* não o era da atual *Galicia*: incluía os territórios do que hoje são a comunidade autónoma galega, o norte de Portugal, Astúrias, León e boa parte do norte de Castela até à Rioja. Esses foram os limites que lhe deu Caracala nos fins do Imperio, e por isso são os limites dentro dos quais se estabeleceram os suevos quando legaram no séc. V.

Abaixo o historiador concretiza (desculpem a longa citação):

[...] Não é que os cántabros fossem *galegos* ou que os *reis asturianos* não fossen asturianos. O que não existia então era um *reino asturiano* como tal, porque essa era uma denominação que não fazia parte do imaginário geográfico da época. Para os contemporâneos, o [dito hoje] reino de Astúrias era na realidade o *reino da Galiza* ou, por vezes, *da Galiza e Astúrias*. [...]. Dos diferentes distritos que o conformavam, a Galiza era a parte mais povoada e rica, bem como a única região não muçulmana na qual existiam cidades como tais e, ao menos durante um século, sedes episcopais. Afonso II viveu grande parte da vida nas Astúrias, mas teve de criar-se no mosteiro de Samos, perto de Lugo. [...] Ramiro I, em todo o caso, trasladou a corte a Compostela ocasionalmente, o mesmo que Afonso III.

Assim o viam também os muçulmanos, que se referiam à parte cristã da Península invariavelmente como *Djalikiyah* ou *al-Yalalika* (Galiza). [...] Moyrata, na *Historia general de España*, [...] converte [esse topónimo]

milagrosamente em *Cantabria*. Gayangos, na edição das crónicas de al-Maccari, traduz *ardhu al-Jalalkah* (terra dos galegos) por *Galicia y Asturias*, enquanto para Lafuente *Jalikiya* é [...] *Reino de León*.

Acho que a historiografia portuguesa não é muito mais generosa com a Galiza medieval e posterior. Deixo de lado anedotas como a dos *sórdidos galegos* camoniana que o saudoso Prof. Rodrigues Lapa (1975.1979) tanto se esforçou em achar uma interpretação suave.

Breve excurso pelos textos escritos em “galego”

Continuo apenas apontando. Ao quase total silêncio gráfico em Galego durante os séc.s XVI, XVII e XVIII, seguiram expressões escritas mais ou menos ocasionais e peculiares. Saliento algumas:

- a. A denominada Guerra de la Independencia, contra os exércitos napoleónicos, provocou a produção de textos de propaganda, quase todos anti-francesa. Recolhe alguns deles o saudoso Prof. Carvalho Calero (1976).
- b. O “método” de lecto-escrita, bilingue, que foi *A gaita gallega*, de Joán Manuel Pintos Villar (1853)
- c. Os três principais escritores do séc. XIX: Rosália Castro, em particular o “Prólogo” a *Cantares gallegos* (1863); Eduardo Pondal Abente e o cultivo da ortografia histórica; Manuel Curros Henríques e o seu labor para criar a Real Academia Galega (1906). Cabe acrescentar Manuel Murguía, esposo da Rosália, historiador da Galiza, primeiro presidente da RAG, de que saliento o discurso nos Jogos Florais de Tui (1891), em que inicia a declaração formal da unidade de língua entre as falas galegas e as portuguesas.
- d. Já no séc. XX, cumpre citar a criação das Irmandades da Fala (1916) e, delas, a pessoa de Johán Vicente Viqueira (2011: 121) quem afirmou que “Viver no seu seio [do português] é viver no mundo, é viver sendo nós próprios!” Acrescento o *Vocabulario galego-castellano das Irmandades da Fala* (1933), definitivamente “reintegracionista” para aqueles anos.

Vocabulários “ortográficos” do “galego”

Recolho, do sítio *Diccionario de Dictionaries* (<http://sli.uvigo.es/ddd/>), das Universidades de Compostela e Vigo, sob a direção do Prof. Santamarina Fernández, alguns excertos do “Limiar” e a relação dos dicionários reunidos. Contudo, cumpre advertir que muitos deles permaneceram inéditos até à segunda metade do séc. XX. Diz-se da “Finalidade desta obra”:

Existen hoxe no mercado galego moitos dicionarios e de tipoloxía moi variada. Hai os clásicos dicionarios de lingua, con entradas e definición en

galego; dicionarios bilingues (máis abundantes do galego para o castelán que á inversa), de sinónimos, ideolóxicos, de dúbidas etc.; ás veces recollen só o vocabulario dunha comarca; outras veces recollen a nomenclatura dun campo específico do vocabulario (os tecidos, os peixes de mar etc.); outras son propostas de modernización do léxico galego (a informática, os deportes...). Todo isto fixo que algúns dicionarios xa históricos desaparecesen do mercado; algúns deses dicionarios só chegaron a editarse unha única vez; outros lograron un éxito editorial algo maior pero aínda así (mesmo os editados polos anos sesenta) están xa fóra de circulación a non ser nas librerías de anticuario. Algúns non chegaron mesmo a editarse nunca.

Con todo, a proliferación de dicionarios que hai nestes dous últimos decenios non converteu en inútiles aqueles vellos dicionarios. Entre outras razóns porque os dicionarios que agora se fabrican (excepto as nomenclaturas e repertorios terminolóxicos) teñen todos como fonte principal a vella lexicografía galega. [...] no esencial os grandes carrexadores de palabras foron os dicionaristas galegos anteriores a D. Eladio ou, despois del, as contadas fabas que como Aníbal Otero ou Elixio Rivas achegaron o que modestamente chamaron *contribucións* ou *frampas* porque conteñen principalmente materiais non incluídos nos chamados *dicionarios*. [...]

Nestas reescrituras escolmadas (e ás veces non tan escolmadas) desapareceron entradas que un lector de clásicos da literatura galega acha de menos. Esta é unha das razóns polas que nos pareceu útil facer este dicionario de dicionarios.

A outra é de carácter menos práctico e interesa principalmente ó curioso pola historiografía dos dicionarios galegos. Entre F. J. Rodríguez (3.834 entradas) e D. Eladio (52.031 sen o apéndice) cada lexicógrafo foi facendo achegas propias; pero ademais do material propio cada dicionarista papeletizou os anteriores (é un *plaxio* que a maioría deles confesa honradamente); destas papeletizacións de fontes alleas non se libra nin sequera o primeiro, Rodríguez, que usa as fontes manuscritas de Sarmiento, que agora incluimos. [...] A posibilidade de ver simultaneamente as entradas e definicións tal como foron aparecendo cronoloxicamente permitíralle ó lector (e máis especificamente ó futuro fabricante de dicionarios) reconstruír completamente a historia das entradas e das definicións.

Recolhem-se os dicionários-vocabulários de:

1. Frei Martín Sarmiento. O bieito non escribiu ningún texto que se chamase dicionario galego nin que tivese forma canónica de dicionario. Pero hai varias obras que conteñen material lexicográfico. [a. Viaje que el Padre Sarmiento hizo a Galicia el año de 1745.- b. Catálogo de voces y frases de la lengua gallega (1745.1755-1758).- c. Catálogo de voces vulgares y en especial de voces gallegas de diferentes vegetables (1745.1751.1754-1755.1755-1758.1767).- d. Colección de voces y frases de la lengua gallega (1746-1770).- e. Onomástico etimológico de la lengua gallega (1757).- f. Epistolario do P. Sarmiento (1732-1770).- g. Obra de 660 pliegos (1762)]

2. Frei Juan Sobreira Salgado (“papeletas de dicionario ou en forma de vocabulario castelán-galego”). [a. Ensayo para la historia general botánica de Galicia, que deberá comprenderse en el Diccionario o Glosario General de la Lengua Gallega (1794).- b. Papeletas de un diccionario gallego (1792-1797).- c. Vegetables de Galicia seguido dunhas Retracciones e duns Documentos justificativos de la nomenclatura botánica gallega (170-1805)]
3. Bernardo Vicente Payzal, Vocabulario Gallego-Castellano (ca. 1800).
4. Anónimo, Dialecto de Galicia (anterior a 1833).
5. Anónimo, Vozes gallegas, BNms7208, transcrito por J. Leite de Vasconcelos e publicado na Revista Lusitana, VII, 3, 1902 (198-229) (1813-1843).
6. E. R. (= Eugenio Reguera y Pardiñas?). Traducción de algunas voces, frases y locuciones gallegas, especialmente de agricultura, al castellano (1840-1858).
7. Francisco Javier Rodríguez: [Diccionario gallego castellano] (1848... 1854).
8. Francisco Javier Rodríguez: Diccionario gallego castellano (edição de Antonio de la Iglesia González, 1863).
9. Juan Manuel Pintos, Vocabulario gallego-castellano (1865).
10. Luís Aguirre del Río, Diccionario del dialecto gallego (ca. 1858).
11. Juan Cuveiro Piñol, Diccionario gallego (1876).
12. Marcial Valladares Núñez, Diccionario castellano-gallego (1884).
13. Marcial Valladares Núñez, Nuevo suplemento al Diccionario gallego-castellano publicado en 1884 por D. M. Valladares Núñez (1896...1902).
14. Francisco Porto Rey, Diccionario gallego-castellano (1900-1908).
15. Manuel Leiras Pulpeiro, Vocabulario (1906).
16. Real Academia Galega, Diccionario gallego-castellano, 1913-1928.
17. X. F. Filgueira Valverde (1906-1996), L. Tobío Fernandes (1906-2003), Xulián M. Magariños Negreira (1904-1934) e Xulio Cordal Carús (1906-1974), Vocabulario popular castelán-galego, 1926.
18. Leandro Carré Alvarellos, Diccionario galego-castelán. 1ª ed. en dous vols. (1928-1931).
19. Bernardo Acevedo y Huelves e Marcelino Fernández y Fernández, Vocabulario del bable de occidente, Madrid, 1932.
20. Leandro Carré Alvarellos, Diccionario galego-castelán. 2ª ed. (1933).
21. Leandro Carré Alvarellos, Diccionario galego-castelán, 3ª edición (1951).
22. Anibal Otero Álvarez [a. “Hipótesis etimológicas referentes al gallego-portugués” (1949-1977).- b. “Contribución al léxico gallego y asturiano” (1953-1964).- c. “Voces onomatopéyicas del gallego-portugués” (1967).-

- d. Contribución al diccionario gallego (1967).- e. "Algunas adiciones al léxico hispánico" (1969).- f. Vocabulario de San Jorge de Piquín (1977)].
23. José Ibáñez Fernández, Diccionario galego da rima e galego-castelán (1950).
24. José María Pereda Álvarez, "Aportaciones léxicas y folklóricas al estudio de la lengua gallega" (1953).
25. Eladio Rodríguez González, Diccionario enciclopédico gallego-castellano, I (1958), II (1960), III (1961).
26. Apéndice ó Diccionario enciclopédico gallego-castellano de Eladio Rodríguez González.
27. Leandro Carré Alvarellos, Diccionario galego-castelán. 5.^a edición (1979=4.^a 1972).
28. Xosé Luís Franco Grande, Diccionario galego-castelán e vocabulario castelán-galego, 1.^a ed. 1968, 2.^a de 1972.
29. M. do Carme Ríos Panisse, Nomenclatura de la flora y fauna marítimas de Galicia. I. Invertebrados y peces (1977), II. Mamíferos, aves y algas (1983).
30. Elixio Rivas Quintas. [a. Frampas, contribución al diccionario gallego, Editorial CEME, Salamanca, 1978.- b. Frampas II, contribución al diccionario gallego, Alvarellos editora técnica, Lugo, 1988.- c. Frampas III, contribución al diccionario gallego (inédito, cedido polo autor en 2001 para o Diccionario de dicionarios).
31. Constantino García González, Glosario de voces galegas de hoxe, Secretariado de Publicacións da Universidade de Santiago de Compostela, (Verba anexo 27), 1985.
32. E. Losada Cortiñas, J. Castro González e E. Niño Ricoi, Nomenclatura vernácula da flora vascular galega, Xunta de Galicia, Consellería de Agricultura, Gandería e Montes, 1992.

Antecedentes do VOG da AGLP

Primeiros pasos da RAG. "Proposición de la Comisión de clasificación de papeletas para la redacción del *Diccionario gallego* y dictamen de la Comisión de Ortografía" (BRAG núm. 26: 46-47), em que optam pela ortografía

etimológica, que es la adoptada por las Academias de todas las lenguas cultas, [porque o uso do dicionário]"no ha de ser exclusivo de los gallegos, sino también para facilitar á todos el estudio y conocimiento de nuestra lengua.

Não parece que esse acordo desse muito fruto, porque posteriormente (por volta de 1916?) o presidente da RAG opina (Vázquez 2004: 82-83):

Esperaba por ello que la Academia Gallega en kt cual pusimos todos tantas esperanzas, se decidiese y publicase, la verdadera ortografía de nuestro

romance, o cuancio menos la mas aceptable. El fracaso ~~experimentado~~ de la Academia en su creacion, nos dice bien claro que ya no la tendremos jamás; y por lo mismo que en la cuestión de la ortografía, seguiremos por largo tiempo en la amable anarquía a que nos tiene condenados la uoluntariedad y a veces la ignorancia de los que escriben en el idioma gallego. Dispuesto a salvar tan grave escollo, hube de decidirme por lo mas racional. El gallego y el portugués, me dije, son uno mismo en el origen, gramática y vocabulario. Por que no aceptar la ortografía portuguesa? Si nos fue comun en otros tiempos, por que no ha de serlo de nuevo?

O *Vocabulário castellano-gallego* das Irmandades da Fala, acima citado, em cujas “Advertencias preliminares”, Salvador Mosteiro, o seu presumível redactor, diz (1979.1933: 4-5):

Entraba asimismo en nuestros propósitos hacer una relación de palabras portuguesas que no nos parecían propias del idioma gallego, pero después de consultar concienzudamente nuestros escritos de diversa índole de los siglos XIII, XIV, XV y XVI t de esculcar de modo minucioso en el lenguaje hablado en la actualidad, hemos convenido en el abandono de tal tarea por considerarla inútil e ilógica, puesto que llegamos al pleno convencimiento [...] de que no existe término netamente portugués que no sea gallego y vice-versa [...]

O primeiro *Dicionário Estraviz* (Alhena, 1986). O Prof. Isaac Alonso Estraviz, diretor do grupo de trabalho que elaborou esta edição, explica na “Introdución”:

Depois de longos estudos, e de inúmeras dificultades de todo tipo, sai a lume este dicionário que pretende encher a grande lacuna existente na nosa cultura e a demanda dos tempos actuais. Era necesario un instrumento que dese resposta a todos os campos do saber. Procurou-se partir da nosa realidade actual e ofrecer o mais posíbel do vocabulario popular e científico. Intento que cremos ter logrado.

Na sua elaboración deu-se entrada a todos os vocábulos que consideramos xenuinamente galegos, alen de aqueles que pertencen ao mundo científico e que son patrimonio de todos. Nen todas as palabras ap(írecen igualmente tratadas, pois tivemos en conta a historia da lingua e os camifros que pensamos debe seguir-se no futuro. [...]

Para o seu fácil manexo, debe o consultante ter en conta algunhas observazóns. O dicionário está redixido na. ortografía reinante levando entre paréntese a ortografía. Histórico-etimolóxica. Procurá.mos, na medida do posíbel, ortografar aquelas palabras de uso mais restrinxido de acordo con a ortografía lóxica e razoábel.

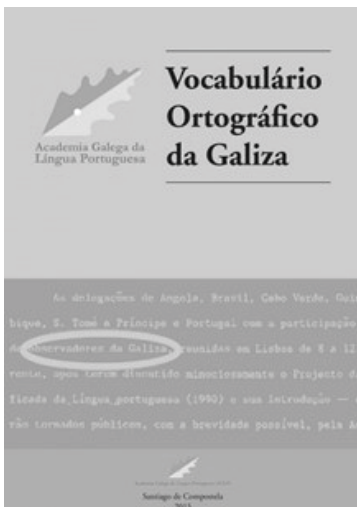
Cumpre advertir que este dicionário foi encarregado ao seu diretor pela editora Galaxia, em Vigo, a cujo conselho pertenciam, entre outros, o filósofo Ramón Piñeiro e o doutor e ensaísta Domingo García-Sabell, já então diretor

da RAG. Seja como for, os responsáveis de Galaxia suspenderam o encargo, de modo que houve de procurar outros caminhos para o editar.

O episódio confirmou dous factos, apenas suspeitos em tempos anteriores:

- 1.º Que o mundo cultural dependente das instituições do RbE, tanto o oficial quanto o oficioso, optara por normalizar escolhas ortográficas divergentes das portuguesas comuns.
- 2.º Que em diante a tradição galeguista de achegamento do Galego culto à língua culta comum continuará ligada à sociedade, dita civil.

O VOG da AGLP



Portanto, é a sociedade civil, são as associações culturais, legais no RbE, que promovem a conformação e usos da língua da Galiza, harmonizada com a comum portuguesa.

Assim, na condição de observadoras, pessoas da sociedade civil galega, o Dr. José Luís Fontenla Rodrigues, Adela Figueiroa Panisse e Isaac Alonso Estraviz participaram no Acordo Ortográfico do Rio (1986), enquanto no Acordo de Lisboa (1990) participamos o citado Dr. Fontenla e quem agora está no uso da palavra. Estas e mais pessoas assistiram noutras reuniões e atividades internacionais sobre a língua comum e culturas lusófonas.

Seja como for, para além da elaboração e publicação online do *Dicionário Estraviz*, consultável em português comum e em “galego”, que dizem “normativo”, vale salientar dous precedentes imediatos do VOG:

1. *Prontuário Ortográfico da Língua Galego-Portuguesa* (1984) que preparou Carlos Durão com a contribuição de pessoas, como o próprio Isaac Alonso Estraviz, para as Irmandades da Fala da Galiza e Portugal e publicado por elas, sob a presidência do Dr. Fontenla Rodrigues.
2. *Dicionário Estraviz* online, precedente do atual e sustido pela AGAL, Associação Galega da Língua, que também participa na última versão.

Justamente esta foi utilizada por Carlos Durão que, junto do Isaac Estraviz e outras pessoas, elaborou o Dicionário em questão.

VOG (*Vocabulário Ortográfico da Galiza*)

O *Vocabulário Ortográfico da Galiza*, publicado pela AGLP e coordenado por Carlos Durão está a ser distribuído pela Através Editora, da AGAL, e pode adquirir-se em livrarias.

Impresso na Tórculo num volume de 663 páginas de 30 cm, o VOG constitui o contributo galego ao *Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa*, previsto no *Acordo Ortográfico* subscrito entre os países lusófonos em 1990, a que assistiram observadores da Galiza.

Membros da AGLP assumiram a tarefa de o elaborar. O VOG abrange acima de 154.000 entradas de léxico que incluem as relativas à fauna e à flora galegas, bem como topónimos, antropónimos, gentílicos, peculiares da Galiza, junto do *corpus* geral da língua comum.

As definições desse léxico acham-se no *Dicionário Estraviz da Língua Portuguesa da Galiza* (online que se pode consultar na rede).

O VOG, em suporte papel, foi apresentado no *Simpósio da Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira* (SIPE); fora dado a conhecer publicamente em 27 de junho de 2015, dentro do programa do *Seminário Língua, Sociedade civil e Ação Exterior* (AGLP) na Casa da Língua Comum, em Santiago de Compostela.

Um pouco de história recente

A elaboração de um *Vocabulário Ortográfico da Galiza*, como contributo ao *Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa*, previsto no texto do *Acordo Ortográfico* (e ratificado em Lisboa pelos Ministros da Educação e da Cultura dos países membros da CPLP, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), foi tarefa assumida pela delegação de observadores da Galiza já nas sessões de trabalho das negociações do *Acordo Ortográfico*, primeiro do 1986 no Rio de Janeiro, e depois do 1990 em Lisboa, hoje vigorado em vários países signatários.

O comunicado que, em nome dos Estados de Língua Oficial Portuguesa, anunciava o *Acordo da Ortografia Unificada* de 1990, começava assim: As delegações de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe e Portugal *com a participação de uma delegação de observadores da Galiza*, reunidas em Lisboa...; no *Diário da República Portuguesa* (I Série-A, núm. 193, 23 de agosto de 1991, p. 4370), publica-se a *Resolução da Assembleia da República* núm. 26/91, aprovando o Acordo para ratificação, e mencionando: *com a adesão da delegação de observadores da Galiza*.

Dessa participação deu conta o Dr. Fontenla, no volume 15-18 dos *Cadernos do Povo* (1990: 85-86) e no volume 19-28 de Nós. Revista da Lusofonia (1990/91).

Anos depois, após ser constituída a AGLP, dessa tarefa encarregou-se a sua *Comissão de Lexicologia e Lexicografia* (CLL), a qual elaborou uma primeira proposta de *Léxico da Galiza*, que partilhou com academias e empresas culturais da Lusofonia, a título de mostra.

O caderno *Léxico da Galiza para ser integrado no Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa* (2009.2011), aproximadamente com 2.000 vocábulos de léxico peculiar galego, o mais característico da variante nortenha do português europeu. Muitos desses vocábulos foram recolhidos em dicionários lusófonos diversos, que se podem consultar na Rede, ou em vocabulários ortográficos em papel, como o da Porto Editora; e são reconhecidos no corretor ortográfico FLiP8 da Priberam.

Cabe mencionar que dous destes particularismos lexicais galegos foram incluídos no texto do *Acordo Ortográfico do 1990*, na sua Base XI, 2º, a), como exemplos de proparoxítonas com vogal tónica fechada, passando então a figurar em dicionários portugueses como *regionalismos*; trata-se de *brêtema* e *lóstrego*, tirados por sua vez do *Prontuário ortográfico da língua galego-portuguesa das Irmandades da Fala*, p. 65.

O presente *Vocabulário Ortográfico da Galiza*

Este vocabulário inclui mais de 154.000 entradas, número que foi considerado como termo médio razoável em que coubesse o vocabulário considerado propriamente galego, junto do *corpus* geral da nossa língua, num amplo vocabulário patrimonial, naturalmente partilhado na sua quase totalidade com toda a Lusofonia, como não podia deixar de ser, sendo a velha *Gallaecia* (*lato sensu*, a Galiza e o N de Portugal) a matriz da língua.

Entram nele a fauna e flora galegas, bem como os topónimos, antropónimos, gentílicos etc., mais peculiares da Galiza, nela incluída a Galiza estremeira, com numerosas variantes galegas que em muitos casos são também comuns ao Norte português, e que em muito boa parte estão recolhidas no *Dicionário Estraviz da Língua Portuguesa da Galiza*, mas também noutros dicionários ou vocabulários galegos (acima citados: Eladio Rodríguez, Aníbal Otero...). Também há vocábulos tirados diretamente da oralidade e de textos escritos, literários e de tradição popular.

Incluem-se, dentro dos parâmetros do *Acordo Ortográfico*, variantes puramente gráficas, devidas à hesitação na pronúncia considerada culta da Galiza, ou a alguma outra razão na recolha da palavra, sendo também incluído algum arcaísmo, dialetalismo ou popularismo.

Para além dos antropónimos e topónimos mais frequentes na Galiza,

também figuram muitos do resto da Lusofonia, com os gentílicos correspondentes. (Cabe assinalar que, nesta categoria, numerosas entradas são logicamente coincidentes acima e abaixo da Raia galego-portuguesa, bem como além-mar; a mais, topónimos podem ser ao mesmo tempo antropónimos.)

Do léxico geral da Lusofonia, integra-se aquele que facilmente pode ser empregado por autores de textos galegos, só deixando fora aquele vocabulário mais propriamente peculiar dos outros países lusófonos. Foram tidos em conta outros *Vocabulários Ortográficos da Lusofonia*, entre eles o da *Academia das Ciências de Lisboa* (ACL), o da *Academia Brasileira de Letras* (ABL), o do *Instituto de Linguística Teórica e Computacional* (ILTEC), e o *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, da Porto Editora, assessorado pelo professor Malaca Casteleiro; também outros *corpora* do português nortenho.

Do vocabulário propriamente científico, admitiu-se o de domínio comum, mas não o específico da química orgânica, da física atômica, ... Contudo, entra o principal das espécies da fauna e flora em todo o domínio linguístico, e naturalmente o peculiar à Galiza.

Ortografia empregada

A ortografia empregada no VOG galego é descritiva ou indicativa, recomendada ou orientadora, mas não prescritiva. Por outras palavras, a escolha é a da norma galega escrita, inclusa no padrão português como a forma galega do português europeu, segundo os parâmetros do *Acordo Ortográfico*. Por isso, é claro que não obriga ninguém a escrever o seu nome, ou o da sua vila, de uma determinada maneira, e menos ainda a o pronunciar com uma determinada fonética, pois esta corresponde a cada realização concreta dentro do domínio linguístico.

Tendo em conta que se trata de um vocabulário puramente ortográfico, é claro que não leva definições: só a breve indicação da categoria gramatical, e ainda esta em abreviatura e reduzida ao mínimo para não cansar na sua leitura. Por exemplo, quando a uma entrada correspondem várias categorias gramaticais, estas ficam reduzidas em regra a duas como máximo.

Das famílias de palavras, entra o mais representativo, indicando-se a seguir se é substantivo (com o género), pronome, verbo, advérbio, adjetivo, preposição, conjunção, interjeição, etc., e sempre tentando evitar uma multiplicidade de formas quando bastam as fundamentais, sendo as demais facilmente deduzíveis delas. Incluem-se também alguns símbolos de elementos químicos, e abreviaturas gerais. Também o formato é propositivamente mínimo: trata-se de um elenco de palavras em ordem alfabética, e sem maior variação de tipos de letra, fácil e rapidamente consultáveis.

Referências

- [S. Mosteiro] (1979.1933), *Vocabulario castellano-gallego* [tal como fue editado en La Coruña el año 1933 por las Irmandades da Fala], Madrid, Enxebre Orde da Vieira.
- A. López Carreira (2005), *O reino medieval de Galicia*, Vigo, Promocións Culturais Galegas.
- A.-M. Carballería Debasa (2007), *Galicia y los gallegos en las fuentes árabes medievales*, Anexo XXXVI dos *Cuadernos de Estudios Gallegos*, Madrid.
- Comissão de Lexicologia e Lexicografia (2009.2011), *Léxico da Galiza para ser integrado no Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa*, Compostela, AGLP.
- Comissom Lingüística (1988), *Estudo crítico das NOMIGa (ILG-RAG 1982)*, Ourense, AGAL, 2.^a ed.
- E. Vázquez Souza (2004), *Desta beira do Leteu. Artigos de historia cultural, literatura e sociedade desde o esquecimento*, Bertamirães-Ames, Laiovento.
- F. Vázquez Corredoira (1998), *A construção da língua portuguesa frente ao castelhano. O galego como exemplo a contrario*, Santiago de Compostela, Laiovento.
- H. Grégoire (1794), *Rapport sur la nécessité et les moyens d'anéantir les patois et d'universaliser l'usage de la langue française*, Convention nationale.
- Hermida Gulías (1992), *Os precursores da normalización. Defensa e reivindicación da lingua galega no Rexurdimento (1840-1891)*, Vigo, Xerais.
- I. Alonso Estraviz et alii (1986), *Dicionário da Língua Galega*, vols. I-, II e III, Madrid, Alhena.
- Irmandades da Fala [da Galiza e Portugal] (1984), *Prontuário ortográfico da Língua Galego-Portuguesa, Temas de O Ensino* núms. 2-3, Ourense-Vila Real, Associação Sócio-Pedagógica Galaico-Portuguesa (AS-PGP).
- J-M. Barbosa (2016), "Galicia y los gallegos en las fuentes árabes medievales: Uma visão da Galiza desde a Espanha andaluzi", *Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa*, vol. 8, no prelo.
- J. C. Moreno Cabrera (2005), *Las lenguas y sus escrituras. Tipología, evolución e ideología*, Madrid, Síntesis.
- J. C. Moreno Cabrera (2008), *El nacionalismo lingüístico. Una ideología destructiva*, Barcelona, Península.
- J. L. Fontenla Rodrigues (1990-1991), "Publicado no *Diário da República*, de 23 de agosto 91, o Acordo Ortográfico da nossa língua" in *Nós. Revista da Lusofonia* núms. 19-28.
- J. L. Fontenla Rodrigues (1990), "Notícias" in *Cadernos do Povo. Revista internacional da Lusofonia* núms. 15-18, pp. 85-86.
- J. Mattoso (1985), *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*, volume I-Oposição, Lisboa, Estampa.
- J. Mattoso (1985), *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*, volume II-Composição, Lisboa, Estampa.
- J.-M. Pintos Villar (1853), *A gaita gallega tocada po lo gaiteiro ou sea Carta de Cristus para ir deprendendo a ler, escribir e falar ben a lingua gallega. E ainda mais*, Ponte Vedra, José y Primitivo Vilas.
- J.-V. Viqueira (2012), *Obra seleta*, Sant Cugat del Vallès, Edições da Galiza-AGLP.
- M. Rodrigues Lapa (1975.1979), "A gaita gallega e Portugal", *Biblos* (Coimbra), vol. II, pp. 45-64, publicado em *Estudos galego-portugueses*, Lisboa, Sá da Costa, pp. 27-51.
- M. Zebral Lopes (1996), *Manual galego-português de história*, edição do autor.

M.-A. Murado (2011), *Otra idea de Galicia*, Barcelona, Debate.

M.-A. Murado (2013), *La invención del pasado. Verdad y ficción en la historia de España*, Barcelona, Debate.

Oliveira Martins (1977), *História de Portugal*, Lisboa, Guimarães.

P. Vázquez Cuesta (1986), *A língua e a cultura portuguesas no tempo dos Filipes*, Mem Martins, Sintra, Europa-América.

R. Carvalho Calero (1976), *Prosa galega, I, Desde os primeiros oitocentistas ao grupo NÓS*, Vigo, Galaxia.

Português, língua global.

*Nas comemorações dos oito séculos
da Língua Portuguesa.*

Eugénio Anacoreta Correia

Terá lugar amanhã, no auditório da Biblioteca Nacional, em Lisboa, a cerimónia do lançamento de uma medalha comemorativa dos 800 anos do testamento do rei D. Afonso II, na data que foi tomada como referencial para as comemorações dos oito séculos da Língua Portuguesa.

Dado que qualquer língua é uma criação contínua e dinâmica da vida das pessoas e das comunidades, a fixação de uma data para o seu início ou nascimento, não sendo nem fácil nem objetiva, requer algum critério, sempre passível de controvérsia.

Que razões concorrem para que se possa afirmar que a Língua Portuguesa nasceu em 1214 e, por isso, se comemorem os oito séculos da sua existência?

São conhecidos escritos em português datados do séc. XII, mas eles não representam mais que declarações particulares redigidas no verso de documentos oficiais ou em pedaços de pergaminho que marcam, em língua do dia-a-dia e não em linguagem formal, factos ou compromissos de vida efémera. São exemplos deste tipo de escritos, pactos entre irmãos que se prometem apoio recíproco ou a “Notícia de Fiadores”, datada de 1175, discriminando dívidas de Pelágio Romeu.

Já do séc. XIII (provavelmente em 1214) surge a “Notícia do Torto” que alude a malfetorias de que foi injustamente vítima Lourenço Fernandes da Cunha.

Mas, como referi, não passam de escritos particulares relatando situações pontuais e transitórias.

O primeiro documento formal escrito em português e com valor oficial é o testamento do rei D. Afonso II datado de 27 de Junho de 1214 de que existem três cópias, em pergaminho, com as dimensões de 24,5 cm x 49,5 cm.

Como nessa época a corte era itinerante, os reis, também por isso, depunham os testamentos e outros documentos importantes em instituições

eclesiásticas que, pela sua consistência, davam garantias de assegurar a necessária conservação e salvaguarda desses diplomas. Assim, o primeiro exemplar do testamento (com assinatura autógrafa) foi enviado ao Bispo de Braga e acha-se no Cartório da Mitra Arquiepiscopal; um segundo que pertenceu ao Cartório do Mosteiro de Alcobaça está guardado na Torre do Tombo e o terceiro, enviado ao Arcebispo de Toledo, encontra-se naquela catedral.

Quase oitenta anos mais tarde, em 1 de Março de 1290, seu neto, D. Dinis (casado com D. Isabel de Aragão, grande benemérita da Catedral de Santiago), funda a Universidade de Coimbra e chancela, a partir de 1297, o uso do Português nos documentos oficiais definindo-o, assim, como idioma do reino.

O papel cultural protagonizado pela Universidade de Coimbra e pelos Mosteiros de Santa Cruz e de Alcobaça e a fixação da corte em Lisboa foram determinantes para a afirmação autónoma da Língua Portuguesa através da incorporação da herança moçárabe que lhe determinou a norma e a separou definitivamente do galego-português.

Por tudo isto, o séc. XIII foi absolutamente decisivo na constituição e consolidação da Língua Portuguesa, culminando um longo processo iniciado com a ocupação romana da Península Ibérica.

O Português é o resultado dessa evolução orgânica do latim vulgar trazido por colonos, soldados e comerciantes romanos no séc. II, com influências menores de idiomas de outros povos, uns como os fenícios, gregos, lusitanos, etc. que antecederam a presença romana e outros, designadamente visigodos, suevos e árabes que habitaram o território depois da queda do Império Romano do Ocidente.

A circunstância de ser um idioma fortemente miscigenado - e portanto aberto a contactos e contribuições externas - foi fundamental para a capacidade de adaptação que a língua revelou no convívio com os habitantes dos locais onde aportou a partir do séc. XV.

Graças a essa capacidade, a Língua Portuguesa (ao contrário de outras que também se expandiram para fora do solo pátrio) permaneceu onde chegou e onde foi instrumento da soberania, da evangelização ou do comércio. Onde colonizou e foi colonizada, onde acasalou e se mestiçou. Onde fez cultura e se aculturou. Onde assimilou e se enriqueceu.

Porque como se diz na “Passagem das Horas” de Álvaro Campos, heterónimo de Fernando Pessoa:

Viajei por mais terras do que aquelas em que toquei...
Vi mais paisagens do que aquelas em que pus os olhos...
Experimentei mais sensações do que todas as sensações que senti...
Porque, por mais que sentisse, sempre me faltou que sentir...

A essa necessidade de sentir - que gera a curiosidade e o desejo de adaptação e de integração - se deve que a Língua tenha ficado onde os portu-

gueses a levaram nos séculos XVI e XVII. Além dos Estados que integram a CPLP - que são por igual donos da Língua que também é sua porque a ajudaram a construir - constituem prova dessa realidade, por um lado, Goa, Malaca, Macau e diversas outras pequenas comunidades de África e do Oriente e, por outro, a existência de muitas palavras portuguesas – e, também, apelidos - no léxico de países como o Japão, a Indonésia, o Benim, o Senegal ou a Tailândia.

Assim, a realidade da noção de Língua Portuguesa e o que lhe dá dimensão qualitativa, é o facto de que sempre viveu na sociedade e no mundo e, por isso, mais que ao domínio linguístico, ela pertence sobretudo ao domínio da História, da Cultura e, em última instância, da Política. É essa realidade que faz com que a Língua Portuguesa permaneça, desde o séc. XVII, como uma das três únicas presentes em todos os continentes o que, parafraseando Carlos V quando se referia ao seu imenso império, nos permite afirmar que *“o Sol nunca se põe sobre a Língua Portuguesa”*.

★

Numerosos e diversificados indicadores estatísticos posicionam a Língua Portuguesa como uma das cinco mais faladas atualmente em todo o mundo, assegurando-lhe um potencial de crescimento que deverá acentuar o seu poder e influência até ao final deste século.

Três fatores principais convergem nessa promissora consideração: a demografia, a economia e a cultura.

Por um lado, projeções demográficas da ONU estimam que em 2100 o número de falantes do Português se cifre em aproximadamente 400 milhões, ou seja, mais 150 milhões que presentemente. Esse aumento ocorrerá no Hemisfério Sul, onde a nossa língua, ultrapassando o inglês, já é, na atualidade, a mais utilizada.

Nesse horizonte, Angola e Moçambique terão, cada um, cerca de 100 milhões de habitantes e o conjunto dos PALOP excederá a população do Brasil que, por efeito da recessão demográfica que vai conhecer a partir de 2050, contabilizará no final do século uma população ligeiramente inferior à atual.

Estas perspetivas não contemplam o eventual alargamento da CPLP, sendo, contudo possível que à Guiné Equatorial se sucedam outros. Recordo que possuem presentemente o estatuto de observadores associados o Senegal e a Ilha Maurícia, devendo a Conferência de Chefes de Estado e de Governo que decorrerá em Timor - Leste, no próximo mês de Julho, analisar os processos de candidatura a idêntico estatuto apresentados por outros cinco Estados: Geórgia Namíbia, Perú, Turquia, e Japão, propondo-se este último designar um embaixador junto da CPLP.

Em segundo lugar, os países da CPLP verão aumentar significativamente o seu peso no comércio mundial, com positiva repercussão nas respetivas economias e Índices de Desenvolvimento Humano.

Os 8 países da CPLP com 3,7% da população mundial integram 6 espaços económicos regionais repartidos por 4 continentes que envolvem 1.800 milhões de pessoas, ou seja, cerca de $\frac{1}{4}$ da população do planeta, o que reflete o extraordinário potencial económico da Língua Portuguesa. Digo potencial para sublinhar que se trata de um horizonte muito distante do valor real que se estima se cifre atualmente em 4,3% da riqueza e 5% do comércio global. Mas é esse horizonte de valor potencial que deve nortear a criação de redes de parcerias e de cooperação que promovam o crescimento consistente do valor económico efetivo da Língua Portuguesa.

O extraordinário desenvolvimento do ensino do Português tanto no Extremo Oriente como em outras regiões do globo tem por base, essencialmente, motivações de ordem económica.

O Brasil, ultrapassando os EUA, é atualmente o maior parceiro económico da China e Angola, depois da Arábia Saudita, o seu maior fornecedor de petróleo. Brevemente, serão Moçambique e Timor a usufruir de protagonismos semelhantes.

O volume de negócios entre a República Popular da China e o universo da CPLP aproxima-se dos 100 mil milhões de Euros, valor que é 10 vezes superior ao registado no início deste século, prevendo-se que continue a crescer a um ritmo de 8% ao ano.

Há presentemente 800 empresas do universo lusófono com operações na China (mais 100 que em 2010) a que corresponde a um investimento superior a 500 milhões de USD. Por outro lado, na última década, o investimento chinês nos países lusófonos excedeu os 30 mil milhões de USD.

No mesmo período de tempo, o número de Universidades chinesas que concedem licenciaturas em Língua Portuguesa passou de 2 (Pequim e Shangai) para cerca de 25 e este número continua a aumentar. Existem atualmente na China 58 instituições de ensino superior a lecionar a Língua Portuguesa.

Para enfatizar o peso que a relação língua/economia teve e tem nesta evolução, não resisto a citar o ditado oriental que diz *“eu vendo na língua do meu cliente e compro na minha própria língua”*. É o sentido mais profundo desse ditado que explica que o governo chinês, reconhecendo a importância da Língua Portuguesa, tenha declarado Macau como plataforma de relação cultural e económica com o espaço da CPLP, com os resultados que vamos conhecendo todos os dias.

A importância do universo de Língua Portuguesa será significativamente potenciada pela exploração dos recursos marinhos resultante da próxima

extensão das plataformas continentais para 300 milhas. Portugal terá, então, o “maior mar” da Europa e o Atlântico Sul contará com a presença de cinco Estados membros da CPLP. Esse “oceano moreno”, como afetivamente o designou Adriano Moreira, será verdadeiramente “um oceano lusófono”, dando renovado significado à afirmação de Vergílio Ferreira: “Da minha língua vê-se o mar. Da minha língua ouve-se o seu rumor”.

As oportunidades de progresso económico, científico e tecnológico daí decorrente são muito auspiciosas. No domínio energético, por exemplo, a produção “offshore” de energia eólica somar-se-á à exploração de petróleo e gás de Angola e Brasil que, juntamente com Moçambique, representam quase metade das descobertas mundiais entre 2005 e 2012 o que explica que o Português seja atualmente a 3ª língua mais importante no mundo do petróleo.

Por outro lado, o mar representará uma relevante fonte de produção de alimentos num mundo que terá que sustentar, em 2050, 9 mil milhões de pessoas.

Um recente congresso realizado na Irlanda sobre o impacto na economia europeia deste alargamento da plataforma continental, estimou que, só ele, seria responsável pela criação de mais de 1 milhão de novos postos de trabalho.

★

Finalmente, o fator cultural (entendido numa perspetiva alargada e abrangente) representará uma terceira razão de aumento da projeção da Língua Portuguesa.

A par da significativa atração suscitada por testemunhos históricos de matriz portuguesa classificados pela UNESCO como património material e imaterial da Humanidade, são crescentes as razões de evidência em outros domínios como a engenharia, a literatura, a medicina, a arquitetura, a música, etc., onde personalidades originárias de países lusófonos frequentemente recebem as maiores consagrações mundiais.

O mundo de língua portuguesa tem-se afirmado como um dinâmico mosaico multicultural e fonte de qualificada produção artística e científica que concorre poderosamente para que o Português seja reconhecido como uma língua de património cultural de expressão global. E esse património possui, ele próprio, um significativo valor económico.

★

A convergência destes três fatores – demografia, economia e cultura – se, por um lado, determina o crescimento do número de falantes e concorre relevantemente para o reforço da importância do nosso idioma e para o seu mais significativo reconhecimento como língua estratégica de comunicação universal, por outro, coloca à CPLP três desafios que, a meu ver, exigem resposta.

O **primeiro** respeita à opção da CPLP se alargar ou não a outros países, à semelhança do que sucede com a Francofonia ou a Commonwealth. E mais do que alargar-se – porque me parece que a hipótese de alargamentos é irreversível – é importante saber em que condições o fazer.

O **segundo desafio** tem a ver com a urgente necessidade de esbater as enormes assimetrias do grau de desenvolvimento dos diferentes Estados Membros da CPLP.

O PNUD publica anualmente um relatório sobre o estado do desenvolvimento humano no Mundo e, com base numa escala de 0 a 1, ordena, em quatro categorias, os cerca de 170 países analisados.

No relatório de 2013, Portugal (na 43^a posição) é o único pertencente ao grupo de países com desenvolvimento humano muito elevado, o Brasil (no lugar 85) o único qualificado como tendo desenvolvimento elevado; Cabo Verde e Timor (colocados, respetivamente, nas posições 132 e 134) englobam a categoria de países com desenvolvimento humano médio e os três restantes (São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique) integram o conjunto de países de desenvolvimento humano baixo, sendo Moçambique o antepenúltimo da lista.

A alteração desta situação exige – **e este é o terceiro desafio** – ambiciosas políticas de solidariedade centradas na educação e formação e na capacitação de recursos humanos.

O ensino da Língua Portuguesa representa, por isso, uma prioridade absoluta dado que, especialmente nos países de independência mais recente, ela é fator de identidade, de entendimento e de unidade política; poderei mesmo acrescentar que, nalguns desses países, a língua constitui uma primeira fronteira dentro da qual o combate à iliteracia é um investimento incontornável em prol do desenvolvimento cultural e sócio- económico, do mais efetivo exercício de cidadania e um requisito essencial de maior audiência internacional.

Porque da mesma forma que o menor desenvolvimento e a consequente desqualificação dos padrões de cidadania se repercute na imagem e projeção internacional dos países, também modestas taxas de literacia e a reduzida compreensão do Português daí decorrente, induzem uma perceção fragilizada da nossa língua e dificultam os esforços para que seja reconhecida e adotada em instâncias internacionais ou noutros fora de relevante importância na vida da comunidade internacional.

★

No mundo atual, o dinamismo cultural, científico e tecnológico é cada vez mais fator determinante na afirmação de uma língua.

E isto porque a globalização económica e política que marcou o final do séc. XX e o progresso tecnológico que em paralelo se desenvolveu, ao reduzirem distâncias, vieram generalizar o conhecimento da diversidade civilizacional e cultural existente no Mundo. Mas vieram evidenciar também a necessidade da globalização do valor da cultura, pilar essencial sustentador de iniciativas em prol da compreensão, da cooperação e da paz.

Talvez fosse essa a razão que levou Jean Monet, nas suas memórias, a confessar que se tivesse de voltar ao início da construção europeia, não começaria pela economia mas sim pela cultura.

A globalização da cultura é indispensável a Língua Portuguesa que, além de ser uma língua de património cultural e artístico de valor planetário é igualmente um idioma de afetos e sentimentos que o tornam incontornável numa estratégia de comunicação indutora do entendimento e de concertação internacional.

Mas para cumprir esse desígnio é necessária uma política de língua para toda a CPLP que conciliando as necessidades e interesses nacionais com a sua afirmação externa, utilize, por um lado, os meios que a globalização e a sociedade de informação disponibilizam e, por outro, faça a constante reafirmação das nossas comuns raízes históricas de cultura e identidade. Uma política de língua que reconheça e assuma sem ambiguidades que o que faz as línguas serem transnacionais não são tanto fundamentos linguísticos como, sobretudo, causas de ordem política, económica e, sobretudo, civilizacional.

E que nesse esforço se estimule e apoie o contributo da sociedade civil, expressão genuína dos povos que a falam. É esse o propósito da Comissão Temática de Promoção e Difusão da Língua Portuguesa da CPLP que se assume como uma plataforma de diálogo e cooperação com organizações igualmente empenhadas na afirmação do nosso idioma comum como língua estratégica de comunicação global.

E, nesse espírito, tem sido muito gratificante a colaboração que, desde o princípio da nossa atividade, mantemos com a Academia Galega da Língua Portuguesa, uma vez mais reafirmada neste encontro que aqui nos congrega.

Santiago de Compostela, 26 de Junho de 2014.

**Discurso na tomada de
posse como académico-
correspondente da Academia
das Ciências de Lisboa.**

14 de julho de 2016

José-Martinho Montero Santalha

Agradeço com profunda emoção à Academia das Ciências a honra que me faz nomeando-me académico correspondente da Galiza, junto com os meus colegas Isaac Alonso Estraviz e Ângelo Cristóvão.

Bem compreendo que na base desta decisão está o facto de sermos os três, respetivamente, presidente, vice-presidente e secretário da Academia Galega da Língua Portuguesa neste primeiro período de oito anos que agora se cumpre. Desta maneira honra-se a nossa jovem Academia, por parte da mais antiga e venerável das academias congêneres dentro da Lusofonia. Nos nomes de nós três estão, pois, também representados todos os outros 29 académicos, mulheres e homens, que conformam a nossa Academia —e alguns deles, por sinal, teriam bem mais merecimentos do que eu para receber na sua pessoa o título de académico correspondente.

A Academia Galega da Língua Portuguesa (AGLP)

A Academia Galega da Língua Portuguesa cumpre os seus primeiros oito anos de vida. Constituiu-se no ano 2008 em Santiago de Compostela. No seu primeiro ano tivemos a honra de participar nesta mesma sede de uma sessão interacadémica, em que deu à Academia Galega a ocasião, por assim dizer, de “apresentar-se em sociedade”, e pudemos já então agradecer a acolhida tão cordial das outras duas Academias congêneres, a portuguesa e a brasileira, como a uma irmã mais nova que começava a andar os seus primeiros passos, quase sem outros méritos que a esperança que a movia e a sua entrega à causa da língua comum.

Com oito anos de vida, a Academia Galega encontra-se ainda na sua etapa infantil. Mas, dentro da nossa modéstia de meios, algo levamos feito nestes anos. Para além de alguns resultados de natureza mais prática e tangível, cremos poder dizer que neste tempo a nossa Academia foi ganhando prestígio e respeito na sociedade galega e no mundo lusófono. Porém, talvez o mais importante de tudo é que pervivem nela o generoso entusiasmo que lhe deu origem e a inspiração que lhe deu forma...

Surgida da iniciativa privada, com expressa e firme confissão de independência política, a Academia Galega quer ser uma instituição científica e cultural, que tem como fins fundamentais o estudo e a promoção da língua da Galiza, entendida como uma modalidade do idioma que no mundo se conhece como «língua portuguesa». E como às outras Academias, inspira-a o propósito de reger-se sempre pela atitude científica e pelo rigoroso amor à verdade.

Outros galegos precederam-nos já nesta honra de fazerem parte da Academia das Ciências como académicos correspondentes. Merecem ser lembrados especialmente neste momento, por terem dedicado as suas vidas ao estudo da língua que aqui nos congrega, dois ilustres professores: Ricardo Carvalho Calero e Ernesto Guerra da Cal.

Resulta-nos particularmente emotivo o recorde do professor Carvalho Calero, porque dele procede a ideia de criar uma Academia Galega da Língua Portuguesa. Ele foi o primeiro que, já na década dos oitenta do passado século, formulou a necessidade de constituir uma Academia Galega que, tanto na sua concepção como na sua prática, mantivesse de maneira explícita e inequívoca a unidade linguística da Galiza com os outros países de língua portuguesa.

A Galiza, um país lusófono

Tanto a presença destes professores como a de nós três —e, na nossa, a de toda a Academia Galega da Língua Portuguesa— reafirma publicamente o carácter da Galiza como país lusófono, membro da comunidade de povos que falam português.

A Galiza é um país de língua portuguesa, um país lusófono: embora muitos dos demais lusófonos o ignorem, fala uma forma de português que os galegos denominamos por vezes «galego» ou mesmo «língua galega», e este factor linguístico é, ademais, o principal sinal de identidade colectiva da Galiza como povo diferenciado dentro do Estado Espanhol, no qual se integra como comunidade autónoma, dotada de governo próprio e de amplas competências políticas em diversos campos.

Na sociedade galega existe um vigoroso movimento de irmandade e de simpatia com Portugal e com todo o mundo lusófono. Nos últimos anos, graças à maior facilidade de contactos, cresce constantemente entre os

galegos a consciência de fazermos parte de uma comunidade unida pelo elemento mais íntimo de um povo, que é a sua língua. Entre os escritores galegos são cada vez mais os que, com plena consciência da sua pertença ao conjunto de literaturas lusófonas, adotam a norma padrão da língua portuguesa; e algumas das suas obras estão a encontrar também eco entre os críticos e leitores de Portugal e do Brasil.

Apesar das dificuldades em que se debate ali a nossa língua por causa da competência da língua espanhola, a Galiza guarda ainda uma parte do mais autêntico tesouro do idioma, vivo não só na sua tradição literária e popular mas também na fala habitual e no cultivo escrito de muitos galegos.

Infelizmente, a maioria dos lusófonos nem sequer sabem que a Galiza é um país lusófono. Os próprios meios de comunicação lusófonos, mesmo os de Portugal, não costumam considerar os galegos como irmãos de língua, mas, simplesmente como “espanhois”. Muitos portugueses que visitam a Galiza, vão ali como se fossem a qualquer outra região da Espanha, e para entenderem-se com os galegos esforçam-se por falar castelhano.

Algo similar, de resto, acontece também entre a gente comum da Galiza: embora todos sintam uma certa comunidade afectiva com Portugal, normalmente falarão castelhano tanto quando visitem Portugal como quando na própria Galiza se encontrem com visitantes lusófonos.

Ora, esta situação vem provocada pela falta de comunicação ao longo dos séculos e pela escassa informação no tempo presente. E deve-se certamente também a essa falta de informação que não seja mais intenso o interesse e o sentimento de solidariedade dos demais falantes de português para com a Galiza, se exceptuarmos uma minoria de estudiosos – felizmente crescente de ano em ano –.

O português da Galiza: uma situação paradoxal

A situação que apresenta a língua portuguesa na Galiza é paradoxal. As causas que determinam a situação presente do português da Galiza compendiam-se numa: a nossa história plurissecular de dependência com respeito à Espanha, que teve uma consequência no terreno linguístico: o espanhol, apesar de ser originariamente uma língua estrangeira no território galego, foi a única oficial da Galiza durante séculos e até há poucos anos; agora é cooficial juntamente com o português da Galiza, mas segue ainda gozando de facto com muitas vantagens sobre a língua nativa.

Para os demais falantes do português é quíçá difícil fazer-se uma ideia do que esta situação significa. Ajudar-lhes-á talvez a compreender o nosso caso imaginarem o que teria acontecido em Portugal se não conseguisse independizar-se da Espanha em 1640: a situação actual não seria muito diferente à da Galiza. O espanhol teria sido provavelmente a única língua oficial de

Portugal durante estes séculos passados, como o foi na Galiza, e consequentemente a única língua de cultura; e o português, carente assim do apoio e do prestígio literário que lhe confere o uso público e oficial, ficaria relegado à fala informal da gente mais humilde e ao cultivo de uma minoria mais consciente (pois os círculos da administração, da política, da economia e da cultura oficial tenderiam na sua maioria a situar-se mais comodamente na órbita do poder, como quase sempre acontece).

Se em 1640 tivesse ocorrido aquela contingência histórica, Portugal encontrar-se-ia hoje num estado muito similar ao da Galiza (no aspecto que aqui nos ocupa: o linguístico). Ora, na Galiza, em realidade, essa situação vinha já de mais de um século antes.

Uma história tão longa explica a complexa situação linguística da Galiza, e que para muitos lusófonos se torne dificilmente compreensível. Fatores concretos de desorientação são fundamentalmente dois: por um lado, o domínio linguístico espanhol (não só no uso falado mas também no sistema ortográfico que se vem empregando mais comumente), e, por outro lado, nos últimos anos a tentativa, por parte de alguns galegos, de “independizar” do português a língua da Galiza, com a pretensão de fazer dela uma língua distinta.

Essa «língua galega independente» pretende construir-se exagerando as diferenças a respeito do português padrão, para isso lançando mão de elementos diversos: castelhanismos, diferencialismos forçados e artificialidades várias.

Mas mesmo com todos esses disparates, essa imaginária “língua galega independente do português” não deixa de ser português: um português algo desvirtuado, mas português claramente.

Podemos tomar uma gramática galega dessa tendência e realizar, como amostra, um confronto entre qualquer capítulo dela com uma gramática do português comum.

Vejamos o artigo: formas do artigo definido nessa «língua galega independente do português»: *o, a, os, as*.

Agora os possessivos: *meu, minha, meus, minhas; teu, tua, teus, tuas; seu, sua, seus, suas; nosso, nossa, nossos, nossas; vosso, vossa, vossos, vossas; seu, sua, seus, suas*.

Passemos aos demonstrativos: *este, esta, isto, estes, estas; esse, essa, isso, esses, essas; aquel, aquela, aquilo, aqueles, aquelas*.

E poderíamos prosseguir assim...

Na verdade, à vista deste confronto, é para dizer que, se isso não é língua portuguesa, deve de haver aí um feitiço malévolo que a transfigura estranhamente...

É verdade que o sistema ortográfico empregado por essa tendência, adotado do castelhano, faz algo dessa transfiguração ou desfiguração; mas claro está que isso acontece unicamente na aparência superficial, pois a representação gráfica não modifica a realidade linguística que está debaixo dela. Por exemplo, o possessivo *miña*, pelo facto de ser escrito com a letra espanhola *ñ* não deixa ser a mesma palavra que quando é escrita com o dígrafo *nh*.

A verdade científica e objetiva para quem olhe a realidade sem preconceitos políticos é que a língua falada ao norte do rio Minho é, desde os tempos augurais dos trovadores, a mesma que se fala e se escreve para o Sul do Minho.

Naturalmente, o português da Galiza possui alguns traços característicos. Sobretudo, apresenta um fonetismo característico. Em alguns aspetos é conservador, noutros inovador.

O sistema vocálico é o mais conservador de toda a lusofonia. Mantém com admirável clareza e fidelidade o estado do vocalismo medieval, tal como o podemos descobrir na poesia trovadoresca e que está bem refletido na ortografia comum: assim, a distinção e identidade das vogais átonas (que nos permite, por exemplo, distinguir bem entre *soar* e *suar*), ou a conservação dos ditongos *ei* e *ou* na sua identidade originária.

No sistema consonântico misturam-se traços conservadores e inovadores, alguns dos quais coincidem no entanto com a fala popular da área setentrional de Portugal.

Traço tradicional é a conservação da africada dento-palatal /t_ɰf/ *ch*: *chamar*, *chorar*, também conservada tradicionalmente na zona norte de Portugal.

Traços inovadores são a confusão de vários pares de fonemas que a maioria dos lusófonos conservam bem distintos. Dentre estes fenómenos, talvez o mais comum é a confusão entre os fonemas bilabial /b/ *b* e lábio-dental /v/ *v*, confusão comum também na fala popular do Norte português.

Ademais, uma grande parte da Galiza possui um fonema algo perturbador: o som interdental /θ/ de *cedo* ou *fazer*, o que para os ouvidos portugueses nos aproxima do castelhano peninsular.

A consciência da unidade linguística

Apesar de todos os condicionalismos históricos que propiciavam o obscurcimento da unidade linguística galego-portuguesa, na cultura galega existiu sempre uma parte muito qualificada, e até maioritária, que mantinha a consciência da identidade lusófona da Galiza, em consonância aliás com o que afirmavam os grandes mestres da Filologia Românica: desde o Padre Feijoo no século XVIII, passando por grandes vultos da nossa cultura como Manuel Murguía, Castelao, Guerra da Cal ou Carvalho Calero, até aos dias de

hoje, em que mantém essa consciência muitos galegos, de todas as ideologias e de todas as classes sociais.

Felizmente, também no mundo lusófono não faltaram, nos tempos modernos, testemunhos da consciência de que a Galiza fazia parte da “casa comum” linguística.

Primeiramente, nos filólogos. Baste-nos lembrar, entre outros, os nomes de Leite de Vasconcelos, Lindley-Cintra ou Celso Cunha (para citarmos só pessoas falecidas), que incluíram, de pleno direito, o território galego na área de língua portuguesa, como uma forma mais de português.

Também no terreno literário as produções modernas dos escritores galegos foram consideradas repetidamente como parte das literaturas de língua portuguesa.

Já o fez Teófilo Braga em 1877 incluindo vários poetas galegos contemporâneos, ao lado dos portugueses e brasileiros, na sua antologia de poetas em língua portuguesa que intitulou *Parnaso português moderno*.

Com alcance geral, Jacinto do Prado Coelho incluiu a literatura galega, em plano de igualdade junto com a portuguesa e a brasileira, no seu grande *Dicionário de Literatura*, fazendo notar a presença galega até no mesmo título da obra: *Dicionário de Literatura: Literatura portuguesa, Literatura brasileira, Literatura galega, Estilística literária*.

E é bem conhecida a longa entrega de Rodrigues Lapa à causa da cultura galega e à defesa da pertença do território galego ao mundo lusófono. O grande mestre não ficou só em afirmações teóricas, mas procurou reflectir a unidade linguística também na prática. Assim, na sua popular *Estilística da língua portuguesa* aduziu abundantes exemplos literários de autores galegos, considerando-os membros de pleno direito da literatura em português.

Agradecimento e esperança

Concluo agradecendo novamente esta acolhida da Academia das Ciências à voz da Galiza. Mais uma vez, os galegos que temos como idioma materno o português sentimo-nos felizes de sermos fraternalmente acolhidos pelos nossos irmãos de língua no cálido lar da língua comum.

Desejamos e esperamos que no futuro esta irmandade continue e se robusteça cada vez mais com novos contatos e com novas colaborações. Alimentamos a esperança de que, sejam quais forem as circunstâncias político-culturais em que os nossos países se encontrarem, entre todos saibamos achar caminhos e instrumentos que permitam articular essa irmandade superior que é a língua, o que para a Galiza implicará uma participação plena e permanente na comunidade lusófona.

Muito obrigado.

Do Návía ao Mondego, semente da língua portuguesa.

Discurso na tomada de posse como
académico-correspondente da
Academia das Ciências de Lisboa.
14 de julho de 2016

Isaac Alonso Estraviz

O porquê deste título

O título desta conversa podia ser: *Do Mondego* (Paróquia de Sada, Corunha) *ao Mondego* (Coimbra), *Semente da Língua Portuguesa*. Do *Eu ao Mondego*, *Semente da Língua Portuguesa*. Escolhi, afinal, *Do Návía* (nas Astúrias) *ao Mondego* (Coimbra), *Semente da Língua Portuguesa*, para estabelecer os limites de um rio a outro, considerando-o mais de acordo com a realidade histórica e corrigir em parte as palavras de João de Barros na sua **Gramática da Língua Portuguesa** que fala no Minho e o Douro:

Nã sómête ôs que achamos per escrituras antigas, mas muitos q[ue] se usam antre Douro e Minho, conservador da semente portuguesa: os quães alguns indoutos desprezam, por nam saberem a raiz donde nãcê¹

Sempre houve pela parte portuguesa um certo afã de ignorar as origens territoriais completas da sua língua, e pela galega procurar um diferencialismo inexistente. Não nego que tanto da parte de Além como de Aquém-Minho, se reconhece um momento na História de uma literatura comum a ambas as partes, a dos Cancioneiros Galaico-Portugueses das cantigas medievais. Atualmente existe um grande prurido de prescindir da Galiza e dos Galegos por parte de alguns portugueses e de certos galegos de prescindirem

¹ João de Barros, *Gramática da Língua Portuguesa* (1540), Reprodução facsimilada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalho Buescu, Lisboa, 1971, p. 168.

cindirem de Portugal. E mesmo entre os que reconhecem tal identidade ainda falam na língua galega e portuguesa como de duas realidades.

Ao falar na Galiza, estou a falar na Galiza que pertence politicamente ao estado espanhol. Mas todo o mundo sabe que em tempos dos Romanos a Galiza abrangia um território muito mais amplo. A Galiza, melhor dito, a *Gallaecia*, abrangia: parte das Astúrias, Leão, Samora, províncias galegas e o território que chegava até ao Douro, ou segundo Rodrigues Lapa, *usque ad Mondecum*, até Coimbra.

O problema parece surgir porque a Galiza do Sul se converteu em reino independente e a do Norte passou a formar parte do que seria com o tempo o Estado de Espanha. De aí que os dirigentes portugueses confundissem independência linguística com independência política, o qual dá origem a um crasso erro. Portugal politicamente nunca foi território galego e Galiza cultural e linguisticamente nunca foi território espanhol. Portugal não perde nada reconhecendo a realidade galega como reconhece a brasileira junto com os países aos que levou a língua e a cultura e que hoje formam a comunidade internacional da Lusofonia. E Espanha ganha reconhecendo no seu conjunto um território político onde se fala outra língua de igual categoria e parecidas perspectivas internacionais. Galiza pode viver dentro de um Estado de língua diferente, com cultura e língua comum a outro Estado sempre que não se imponha nada contra a vontade. Há países onde convivem harmoniosamente territórios de línguas diferentes e Espanha e Portugal contam com outros estados independentes que falam as suas línguas.

Disse politicamente porque culturalmente continuamos a sermos os mesmos. E Galiza, como reconheceram muitos intelectuais portugueses, que ultrapassaram o Minho, é física, cultural e linguisticamente uma continuação de Portugal ou vice-versa.

Como nasce o nome da língua?

Em textos redigidos em território da atual Galiza temos diferentes vocábulos ao referir-se a aquele falar que se vai diferenciando do latim. Assim na *Historia Compostellana*, texto latino do século XII, aparece a expressão *gallaeco* vocabulo. A denominação predominante era, em contraposição a latim, a de *românço* (aparece a fins do século XIV na *Crónica Troiana* e também nos *Miragres de Santiago*, por exemplo), juntamente com a de *linguagem*, *linguagem* ou a nossa *linguagem*, estas mais frequentes em textos escritos em em territorio português.

O mais frequente é *românço*, *linguagem* ou a *nossa linguagem*, sem especificar território algum. Mas nos *Miragres de Santiago* aparece já especificado: "Osana fili[o] Dauidi", que quer dizer em lingoajen galego: "señor faynsos salvos!" (Pensado, 27). E na *Crónica de 1344* aparece especificada a

linguagem com outro adjetivo: "... el rei dom Vermudo era mal doente de hũa door dos pees a que os físicos dizem pedraga, segundo a liguagem de Portugal" (Cintra III, 180). Como se pode ver, dão-lhe o nome do território onde está o escriba ainda que empreguem o mesmo léxico.

Só um bocado mais tarde, quando se começam a elaborar as primeiras gramáticas é que se fala da linguagem ou língua portuguesa, porque foram eles os que iniciaram esse labor. A Galiza já levava muitos anos amordaçada pelo jugo de Castela e a língua estava desterrada de toda atividade escriturária e oficial. A História nos silenciou e aos nossos irmãos não lhes importou porque temiam cair nas mesmas gadoupas. Consideravam um menosprezo comparilharem língua e cultura com a Galiza sujeita ao Estado espanhol.

Hoje os galegos, com um pouco de cultura, sabemos que a nossa língua se conhece internacionalmente como língua portuguesa e não temos complexos nem preconceitos de que assim seja. Por isso umas vezes falamos em português e outras em português da Galiza ou simplesmente em galego. O idioma oficial do Estado espanhol também recebe nomes diferentes segundo seja o país em que se fala. Mas está-se a falar sempre da mesma língua, do castelhano.

Os gramáticos

Resulta por isso muito interessante pesquisar o que pensam os gramáticos portugueses a respeito do território onde nasceu a sua língua. Em nenhuma gramática se fala para nada da Galiza, quer como parte integrante na Espanha, quer como realidade política e linguística dos tempos antigos. Parecem mesmo ignorarem que existiu uma *Gallaecia* cuja capitalidade política e religiosa estava em Braga. Que essa *Gallaecia* deu origem em romance à Galiza, não só a que pertence hoje à Espanha, mas também a Portugal. Dizer que a língua nasceu na Galiza (estou a referir-me ao território espanhol) é totalmente falso. O mesmo de falso que se dizemos que nasceu em Portugal. (E muito mais ainda quando se diz que nasceu na Lusitânia). Nasceu num território comum que hoje pertence politicamente parte a Espanha e parte a Portugal, gostemos ou não da História.

Fernão de Oliveira. É o primeiro gramático português. Ele só menciona a Galiza no capítulo 41 quando nos diz que de Galiza deriva o gentílico galego.² De resto quando tem que falar das particularidades linguísticas históricas sempre fala do Minho para o Douro. Ignora totalmente o que acontece do Minho para cima, do Minho até às Astúrias. Vejamos o que nos diz:

² Fernão de Oliveira, *Gramática da Linguagem Portuguesa* (1536), ed. crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção, Lisboa, 2000. Cito sempre por esta edição quando se trate de Fernão de Oliveira., p. 147

Mas porque dixemos que os nomes de nações faziam no plural em **ãos**, alemão não faz assi, mas faz *alemães*, e *bretão*, *bretões*, e assi haverá outros muitos. A parte desta regra que mais comprende é dos nomes que mudam todo o ditongo, como *lição*, *lições*; *podão*, *podões*; *melão*, *melões*. Estes nomes, posto que parecem mudar mais que nenhuns dessoutros que já dissemos, todavia, se olhâremos ao singular antigo que já tiveram, não mudam tanto como agora nos parece, porque estes nomes todos, os que se acabam em **ão** ditongo, acabavam-se em **om**, como *liçom*, *podom*, *melom*, e acrescentando **e** e **s** formavam o plural *lições*, *podões*, e *melões*, como ainda agora fazem. E outro tanto podemos afirmar dos que fazem o plural em **ães**, como *pães*, *cães*, dos quaes antigamente era o seu singular *pã*, *cã*, cujo testemunho ainda agora dá Antre-Dourominho³

Resulta igualmente interessante o que nos diz no capítulo 47 ao falar dos verbos onde já não fala do Douro e o Minho, mas da Beira. Eis o que nos diz:

Nos generos dos verbos não temos mais que ha só voz acabada em **o** pequeno, como *ensino*, *amo* e *ando*, a qual serve, como digo, em todos os verbos, tirando alghuns poucos como são estes: *sei*, de saber, e *vou* e *dou* e *estou* e mais o verbo sustantivo, o qual huns pronunçiam em **om**, como *som* e outros em **ou**, como *sou*, e outros em **ão**, como *são*; e também outros, que eu mais favoreço, em **o** pequeno, como *so*. No parecer da primeira pronunciação com **o** e **m**, que diz *som*, é o mui nobre João de Barros; e a razão que dá por si é esta: que de *som* mais perto vem a formação do seu plural, o qual diz *somos*. Contudo, sendo eu moço, fui criado em são Domingos d'Evora, onde faziam zombaria de mim os da terra, porque o eu assi pronunciava segundo que o aprendera na Beira⁴

Nestes textos Fernão de Oliveira, como veem, não faz a mínima referência a como se dão esses fenómenos na Galiza. Só se limita à parte portuguesa, desde o Minho para baixo. O seu texto era naquela altura galego-português e hoje é muito mais galego do que português, pois o léxico que ele emprega, como veremos mais adiante ainda está vivo na Galiza, e ainda que o pretendam negar, nas províncias do Minho e Tras-os-Montes.

João de Barros. Este gramático que se atribui a honra de ser ele o primeiro que faz uma gramática da língua portuguesa, publica a sua obra em 1540. Segue na mesma linha de falar do idioma do Minho para baixo. Mesmo me baseei nele para lhe dar título a este trabalho. Eis o que nos diz no *Diálogo em louvor da nossa linguagem*:

A my muito me contentam os termos que se confórmam com o latim, dádo que sejam antigos: ca destes nos devemos muito prezár, quãdo nam achármos serem tam corrutos, que este labo lhe fáça perder sua autoridade.

³ Ib. p.147.

⁴ Ib. P. 150-151.

Nã sómête ôs que achamos per escrituras antigas, mas muitos q[ue] se usam antre Douro e Minho, conservador da semente portuguesa: os quâes alguns indoutos desprezam, por nam saberem a raiz donde nâçẽs

É na Gramática onde faz referência, não sei se ao galego da Galiza ou ao galego do norte de Portugal quando diz:

Os mais dos nomes que se deviam acabár **ẽ**, **am**, se escrevem a este modo. Razão, razões. E se o uso nam fosse contraíro que tem gram força açerca das cousas, nam me pareceria mal dester[r]jârmos de nós esta prolaçam e orthografia galega. Porque a meu ver quando quisẽrem guardár a verdadeira orthografia destas dições, se deve dizer, razam, e no plural, razões. Ca este, **m**, final nosso tem aly o officio do mem çerrado dos hebreos, que e hũa das leteras que elles chamam dos beiços: a quá lhos fáz fechár quando acabam nella, de maneira que se vay fazendo aquela variaçam ocandose a vóz. E este ẽ hũ módo de áfrautár como se frautam os instrumentos de musica. E entam os que pouco sentẽm quẽrem remediar o seu desfaleçimento escrevendo agalegadamente: podo sempre, **o**, final todalas dições que acabam **ẽ**, **am**. E se a regra delles fosse verdadeira, em todolos verbos que na terceira pessoa do numero plurár acabã nesta syllaba, ó deviam usár: e assi em outras muitas dições como pâm, câm. Isto nam guardam elles pois vemos que na formaçam do plurár dizem cães pâes: porque aqui vêem elles muito ao olho seu erro: que nã pôdẽ dizer paões cães. Assi que a verdadeira formaçam destes nomes terminâdos em, **am**, quando vir ao plurár diremos, formações: convertendo o **am** final em, **õ**, escrito a este módo, e acreçentãdolhe, es⁶

Duarte Nunes de Leão. É o terceiro dos gramáticos importantes no que me vou deter um bocado. Ele distingue perfeitamente os galegos da Galiza. Eis o que nos diz em *Orthografia e origem da Língua Portuguesa* quando intenta descrever o fenómeno da confusão entre **v** e **b**:

O que muito mais se vê nos Galegos e em alguns Portugueses de Entre Douro e Minho, que por *vós* e *vosso*, dizem *bós*, e *bosso*, e por *vida*, dizem *bida*. E quasi todos os nomes, em que há *u* consoante mudam em *b*. E como se o fizessem às avessas, os que nós pronunciamos por *b* pronunciam eles por *v*.⁷

Mais adiante concreta ainda mais ao falar da terminação **om** que tinham os Portugueses e que ainda continua viva nas gentes de Entre Douro e Minho e os Galegos. Eis o que nos diz:

E a razão dos ditos vocábulos se não escreverem por *am* e suceder aquelle

⁵ João de Barros, *Gramática da Língua Portuguesa* (1540), Reprodução facsimilada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa, 1971, p. 168.

⁶ *Ib.* pp. 83-84.

⁷ Duarte Nunes de Leão, *Orthografia e Origem da Língua Portuguesa*, introdução, notas e leitura de Maria Leonor Carvalhão Buescu, IN-CM, , Lisboa, 1983, p. 54.

ditongo, em lugar das ditas letras, segundo tenho advertido, é a analogia e respeito que a língua portuguesa vai tendo com a castelhana, que sempre onde a castelhana diz, *an* ou *on* que é a sua particular terminação, responde a portuguesa com aquela terminação de *ão* que sucede em lugar da antiga terminação dos Portugueses de *om* que punham em lugar *an* ou *on* dos castelhanos. A qual ainda agora guardam alguns homes de Entre Douro e Minho e os Galegos, que dizem, *fizerom, amaram, capitom, cidadom, tabaliom, apelaçom*.⁸

Na Origem da Língua Portuguesa Nunes de Leão distingue a Galiza da Lusitânia ao falar da existência das letras:

E os Gregos que habitavam Galiza e a Lusitânia e outras regiões de Espanha teriam a língua grega e as letras gregas.⁹

Mas onde Nunes de Leão especifica claramente o seu pensamento acerca do galego é no capítulo VI: **A língua que se hoje fala em Portugal, donde teve origem, e por que se chama romance**. Ouçamos as suas palavras:

Depois deste cativoiro, vindo-se recuperar muitos lugares do poder dos Mouros, pelas reliquias dos cristãos que da destruição dos Mouros escaparam nas terras altas de Biscaia, Astúrias e Galiza. E, fazendo cabeças de alguns senhorios, ficou aquela língua gótica, que era comum a toda Espanha, fazendo alghũa divisão e mudança entre si cada hum em sua região, segundo era a gente com que tratavam, como os de Catalunha, que, por àquela parte vir el-rei Pepino de França com os seus, ficou naquela província sabor da língua francesa e, se apartou, lhes ficou notável diferença entre ela e a língua de Castela e das de Galiza e Portugal, as quais ambas eram antigamente quase ha mesma, nas palavras e nos ditongos e pronunciação que as outras partes de Espanha não têm.

Da qual língua galega a portuguesa se avantajou tanto, quanto na cópia como na elegância dela vemos. O que se causou por em Portugal haver reis e corte que é a oficina onde os vocábulos se forjam e pulem e donde manam para os outros homens, o que nunca houve em Galiza¹⁰

Algun léxico destes textos metalinguísticos

Alternâncias fonéticas

Nos três gramáticos encontramos-nos com bastantes alternâncias das quais vou sinalar umas quantas comuns ou quase comuns aos três:

Acrecentar (Ol.) 117.18...

Afremosenta (Ol.) 82. 7.

Chuiva (Nunes) 172.1.

⁸ Ib. p. 90.

⁹ Ib. p. 206

¹⁰ Ib. pp. 219-220.

Cousa, comum a todos eles
Dereita (Ba.) 280.19.
Despois (Ol.) 99. 23.
Dezer (Ba.) 318.11.
Enteira (Ba.) 279.5. Frequente na Galiza.
Enveja 282.9. Frequente na Galiza.
Dous (Ol.) Não está por nenhuma parte **dois**.
Fermoso/a (s) (Ol.) 91.23. (Ba.) 301.7.8.10; 398.16; 418.15. 426.3.13. (Nunes) 73.9; 73.11. Variantes atuais na Galiza.
Fermosura (Ba) 420.13; 426.4.10.14. Variante atual na Galiza.
Fruito (Ba.) 252.10; 430.18; 436.24; 442.22. Vivo na Galiza.
Fremosa (Ol.) 128.27.
Giolhos (Ba.) 271.13.21; 274.10; 275.13; 276.5.9.12; 277.19; 431.1. (Nunes) 166.6.
Joelhos (Nunes) 166.6 (rejeita-o por **Giolhos**). Na Límia (Galiza), Tras-os-Montes e Montalegre existe também a variante **jolhos**.
Meiminho (Nunes) 230.10. Vivíssimo na Galiza, também com a variante mouminho, referido ao dedo mais pequeno.
Na/No (Ol.) Como terceiro alomorfo do artigo e do pronome: 109.2 (*Auctor, rector* e outras como estas não nas escreveremos com **c** ante de **t**.); 121.16 ... (onde primeiro naceo esta cousa a que chamamos *arcabuz* e quem no pario este nome...); 123.23 (...havia de apartar sua lingua e não na deixar corromper); 147 (Mas porque dixemos que os nomes de nações faziam no plural em **ãos**...). (Ba.) 342.17 (fazem no pretérito em *im* e *us*); 344.3 (Os verbos da segunda conjugação fazem no infinitivo em *er*...). (Nunes) 55.6 (Mas ainda que pomos o *ph* por letra distinta das outras, não na, acrescentamos ao nosso alfabeto)
Noite / Noute 135.10. Ambas formas vivas na Galiza e Portugal.
Polo (Ol.) 81.19; 104.26, quase sempre. (Nunes) 138.29; 140-22-24 Também há bastantes **por o** | **por a**: (Ol.) 104.26... muito vivo ainda na província de Ourense. Algum **pelo** (Ol.) (95. 22). (Nunes) 74.30; 92.20... Na Idade Média alternava na Galiza com **polo** mas que na atualidade é muito raro nos limites fronteiriços.
Perguntar (Ba.) 362.1 (perguntássem); 364.7 (perguntando); 368.5 (pergunta); 368.12 (perguntam); 388.13 (perguntamos); 403.4 (perguntáres); 414.10 (perguntár); 414.10 (perguntas); perguntáies 441.8 (perguntáies). (Nunes) 324.27.
Perguntar (Ol.) 93.3. É única variante que emprega. (Ba.) 346.20. (Nunes) 167.2.
Sam (som-são, verbo) (Ba.) 269.18 (em todo o texto).
Tisoira (Ba.) 448.6.
Titor, Titoria 168.2-3 (condenado). Tutor, Tutoria.
Vezinho(s) (Ol.) 91.6; 130.111.26.27; 112.7.123.8; 129.11; 148.16

Formas léxicas e morfológicas sublinháveis

Ai-ai (Ba.) Demonstra o prazer que sente a pessoa que acha uma cousa. Vivo no Concelho de Qualedro da província de Ourense.
Asinha (Ol.) 139.9; 154.10. (Ba) 347.4.
Avoa (Nunes) 73.2; 175.1.

Carão (A) (OI.) 128.22 que dá por antiquada e da que zombam, está vivíssima na Galiza com toda uma série de significados e viva em Trás-os-Montes, como se pode comprovar no Dicionário dos Falares de Trás-os-Montes, de Vitor Fernando Barros, p. 41 e também no Algarve (vj. *Dicionário do Falar Algarvio* de Eduardo Brazão Gonçalves, 2 ed. p. 23, como **Acarão** e **carão (A)** onde se diz que passou ao crioulo de Cabo Verde.

Cicais (OI.) 118.28. Considerada antiquada e ainda viva na Galiza com a variante **cecais**.

Compengar (OI.) 118.28; 12816. Talvez erro por **Compangar**, considerada antiquada e ainda muito vivo na Galiza e também em Trás-os-Montes (cf. *Dicionário dos Falares de Trás-os-Montes*, de Vitor Fernando Barros, p. 48) **Cuspido a seu pai** (Nunes) 295.22 (condena-o). Muito empregado ainda hoje na Galiza.

Dizer (OI.) com variantes próprias do Norte de Portugal e da Galiza: **Dixe** 139.18.19; 142.8; 151.3; 154.10. 2.3.5. **Dixemos** pp. 124.27; 145.7; 147.6.

Dixer (futuro) 120.6; **Dixeram**, p. 130.1; **Dixeramos** p. 94.2; 119.21.23.

Dixe (Ba.) 359.18 (Antítesis quer dizer postura de lêtera hũa por outra, como quando dizemos dixे por disse. A qual figura é àcerca de nós mui usada, principalmente nesta lêtera x que tomámos da pronunçiaçam mouresca, ainda que alguns digam que devemos dizer *dixe* porque no pretérito latino este verbo *dico* faz *dixi*). Barros erra ao atribuir aos mouros a origem da letra X, porque na nossa língua não é gutural como na castelhana.

Falcatrúa (Nunes) 296.7 (condena-o). Muito empregado ainda hoje na Galiza. E nunca foi considerado vocábulo vulgar.

Fazedes (OI.) 110.2-5 (E nos verbos, nas derradeiras sillabas das segundas pessoas do plural que acabavam em *-des*, agora mudamos o *-des* em *-is* e ajuntamo-lo em ditongo com a vogal que ficava antes, como *fazeis* por *fazedes* e *amais* por *amades*).

Peró (Ba.) 264.18; 305.14; 313.12; 331.14; 351.6; 391.1.13; 399.18; 420.2.16; 421.9; 422.8; 423.8; 426.8; 427.8; 431.5; 435.5; 437.8; 438.19; 439.4.12; 440.11; 443.20; 450.13; 453.13; 454.2; 455.12; 460.10; 461.18; 465.1. (Nunes) 294.1.

Poento (OI.) 137.14-15 (...e de *pó*, nem *poento* nem *pooso*, mas em outra figura e sinificado, *empoado*). Hoje *poento* e *poeirento*.

Sarnoso/sarnento (OI.) 137.12 (E também dizemos *sarnoso* e não *sarnento*). Hoje ambas as formas normativas.

Vezinhença (OI.) 104.1; 112.1. (Fenómeno raro, pois o normal seria *vezinhança* [vizinhança])

Galego e Português línguas diferentes?

Para Fernão de Oliveira e João de Barros, esta questão não levanta problema nenhum. Simplesmente a ignoram. Para Duarte Nunes de Leão sim, como vimos anteriormente. Dedicar-lhe o capítulo VI que intitula: **A língua que se hoje fala em Portugal, donde teve origem, e por que se chama romance**,

...lhes ficou notável diferença entre ela e a língua de Castela e das de Galiza e Portugal, as quais ambas eram antigamente quase hũa mesma, nas palavras e nos ditongos e pronúnciação que as outras partes de Espanha não têm.

Como se vê, para ele eram antigamente quase uma mesma, nas palavras e nos ditongos e pronúnciação. Admite, pois, já uma diferença entre as falas do Norte do Minho e as do Sul. Mas o que ele ignorava é que estava a escrever nessas duas variantes das que fala e que andando o tempo a sua sintaxe, o seu léxico continuaria a ser mais galego do que português para redundarmos nas diferenças de que fala.

Toda língua é elaborada através de uma escolha de variantes igualmente válidas e legítimas para constituir a língua padrão. Podemos comprovar através destes gramáticos como o que um considera legítimo outro o considera um erro. Mas muitas vezes o que é considerado espúrio, ilegítimo andando o tempo faz-se legítimo gramaticalmente e o verdadeiramente legítimo passa a antiquado ou incorreto. Isto pode ver-se justamente através de algumas variantes que escolhi, comuns na Galiza e Portugal e a maioria ainda hoje vivas em ambos territórios. O correto e o incorreto, o elegante e o deselegante, são totalmente arbitrários.

Quando Nunes de Leão escrevia esse texto tinha que ter presente a situação da língua na Galiza. Passaram já muitos anos em que a língua estava amordaçada na Galiza em todos os âmbitos. Fazia muito que desapareceram os textos literários e também os não literários ou de notarias. De resto a sintaxe ainda hoje continua a ser a mesma, o léxico igualmente. As falas populares de aquém e além não divergem o mais mínimo. É certo que há muitas variantes, mas essas há-as em ambas as partes. E isso ainda hoje, depois de tantos séculos e de uma história adversa na Galiza para a língua.

O conceito de arcaísmos é também muito relativo. A respeito dos vocábulos cultos esses vêm a todas as línguas por via do latim ou grego. Podem mudar um bocado as pronúncias mas de resto são as mesmas para todas as línguas românicas. E olho que essas pronúncias também variam de um tempo para outro. Dos vocábulos que provêm das conquistas é lógico que entrem na língua comum, pois nem os objetos nem os vocábulos delas havia no povo conquistador. E esses vocábulos entram legitimamente. Na Galiza, como a língua em que se desenvolvia a cultura dos galegos era a castelhana, entraram através do castelhano. Felizmente hoje essa situação pode ser superada e logicamente o caminho a seguir polos galegos é o da nossa língua comum.

Qual deve ser a nossa atitude a partir de agora?

O português, na sua feição originária galega, surgirá entre os séculos IX-XII, mas seus primeiros documentos datados só aparecerão no século XIII; o *Testamento de Afonso II* e a *Notícia de Torto*. Curiosamente, a denominação "língua portuguesa" para substituir os antigos títulos "romance" ("romanceo"),

"linguagem", só passa a correr durante os escritores da Casa de Avis, com D. João I. Foi D. Dinis que oficializou o português como língua veicular dos documentos administrativos, substituindo o latim." (Bechara, 24).

Por isso, tendo em conta os avatares da história e que quem prestigiou a língua e a levou fora das suas fronteiras foi Portugal ao tempo que ampliava as suas conquistas, primeiro ao norte de África e depois aos cinco continentes, e que internacionalmente é conhecida por português, ainda que na história da literatura há um espaço de tempo que se conhece como galego-português e mesmo que apareça primeiro em documentos medievais como galego, o nome do idioma é português quer para Portugal, Brasil e Palops como para a Galiza. Falar hoje em galego ou português da Galiza é o mesmo. É também o caso de castelhano e espanhol. O de nomes é indiferente. O fundamental é que estamos a falar da mesma língua.

Acho que chegou o momento de mudarmos de comportamentos e de lhe apresentar cara ao problema existente na Galiza por parte de galegos e de toda a lusofonia. Em Portugal tem-se mudado um bocado ultimamente no registo de vocábulos nos dicionários oficiais com respeito às variantes portuguesas e dos outros países que têm a mesma língua. Estou a referirme ao dicionário da Academia das Ciências de Lisboa. Isso nom acontece com variantes locais da Galiza que, por serem legítimas galegas, são verdadeiramente portuguesas.

No I Congresso Internacional da problemática da Língua Portuguesa no Mundo (1983) já se levantaram vozes galegas pedindo aos congressistas que tivessem em conta a problemática galega. O mesmo se fez nos congressos organizados por AGAL e também no fracassado Acordo do Rio (1986) e no posterior de 1990 em Lisboa. Prescindiu-se da Galiza na constituição da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (a CPLP) e no entanto estão a entrar países que nada têm a ver com a cultura e língua portuguesa.

Talvez isto se deva a razões de tipo político, o que nunca aconteceria com o castelhano. Polo menos até agora ao governo galego nunca lhe interessou. A Academia chamada da Língua Galega também não. Além disso, dirigir-se a eles seria perder o tempo tendo em conta quem a compõem. Mas na Galiza há agora a Academia da Língua Portuguesa na Galiza e também a Comissão Linguística da Agal, composta por pessoas muito competentes que seria com quem teriam que contar nesses problemas.

Por isso ao propor-me elaborar um dicionário com o léxico da Galiza dei-lhe o nome de Dicionário do Português da Galiza. O léxico recolhido aqui na Galiza é o mesmo que se emprega em todo o norte de Portugal e mesmo na Beira, na Estremadura e no Algarve. Os clássicos portugueses, Camões e Gil Vicente, e os modernos como Camilo Castelo Branco e Torga, etc. são mais galegos nos seus escritos do que portugueses lisboetas. Léxico este que foi desterrado dos dicionários portugueses mas que, afortunadamente, se está a

introduzir nos dicionários atuais, como o da Academia das Ciências de Lisboa, ainda que registados como localismos. Mas localismos são todos, simplesmente que a uns se lhes tem mais em conta do que a outros.

Dizer simplesmente que o Dicionário do Português da Galiza não é um dicionário só para galegos ou portugueses, é um dicionário para todos os que têm como língua o português.

Tendo em conta que Galiza continua a ser, linguisticamente, uma continuação de Portugal para o norte e de que formamos um continuum cultural e linguístico, ao redigirmos o material tivemos em conta esta pertença e redigimos no Acordo Ortográfico do português europeu. Com isto não queremos dizer que seja melhor do que a variante brasileira. E como em Portugal se optou por uma dupla ortografia para muitos vocábulos que no Brasil ficam inalterados, nós optamos pela variante tradicional mesmo que nalguns casos coincidam Brasil e Portugal. Simplesmente por coerência.

**Valentim Paz-Andrade e a
Academia Galega
da Língua Portuguesa.**

Discurso na tomada de posse como
académico-correspondente da
Academia das Ciências de Lisboa.
14 de julho de 2016

Ângelo Cristóvão

Sr. Presidente da Academia das Ciências de Lisboa, Professor Artur Anselmo,

Sr. Presidente da Academia Galega da Língua Portuguesa, Professor Rudesindo Soutelo,

Sr. Representante do Brasil junto da CPLP, Embaixador Gonçalo Mourão,

Sr. Professor João Malaca Casteleiro,

Sr. Professor Carlos Reis,

Caros colegas académicos,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Valentim Paz-Andrade é lembrado essencialmente por duas facetas desenvolvidas ao longo da sua vida, a empresarial e a cultural. Foi um empreendedor, um promotor de ideias e projetos que tinham a sua base na Galiza, e as relações bem assentes numa perspetiva internacional. Projetos empresariais que ele promoveu e liderou permanecem vivos e em desenvolvimento, com presença em vários continentes.

Paz-Andrade é um modelo do melhor passado de onde tirar inspiração e coragem para iniciativas que, num primeiro momento, podem parecer difíceis ou mesmo impossíveis. O nosso autor publicou o seu livro *Galicia como Tarea*, em Buenos Aires, em 1959. Nele analisou a potencialidade do seu país e os principais problemas aos que se defrontava na altura. A emigração e o seu impacto económico e demográfico; a dispersão rural e a con-

centração urbana; a necessidade da industrialização e mesmo as questões culturais e linguísticas tão atuais então como agora. Explicou as vantagens derivadas do facto de o galego fazer parte do diassistema linguístico do português, e não deixou de criticar posições encerradas num isolacionismo improdutivo. Imaginou um futuro em que a variedade galega da nossa língua se situasse a par das outras já reconhecidas, as de Portugal e do Brasil, pela via de uma aproximação necessária. Como homem de empresa tinha também uma visão prática dos problemas, sendo consciente de que, para transitar dos planos à realidade, para a recuperação efetiva do galego como língua normal na Galiza, eram precisos uns passos determinados. Em coe-rência com o seu percurso intelectual, em 1986 aceitou ser Vice-Presidente da Comissão Galega do Acordo Ortográfico, entidade da sociedade civil presidida por Ernesto Guerra da Cal, que participou em qualidade de observadora nas reuniões conducentes ao Acordo Ortográfico do Rio de Janeiro por convite da Academia Brasileira de Letras. Esta presença galega continuou nas reuniões que conduziram ao Acordo de 1990 aqui, na Academia das Ciências de Lisboa, participando como “Delegação de Observadores da Galiza”. Paz-Andrade era consciente, portanto, da necessidade de decidir em comum a ortografia da nossa língua, deixando atrás a etapa das políticas unilaterais.

Durante a maior parte do século XX predominou nos ambientes intelectuais galegos a ideia de estar a falar a mesma língua portuguesa, e não outra diferente. Infelizmente até bem entrada década de 60 os estudos filológicos estavam longe de atingir a intensidade desejada. Também carecíamos de um modelo de língua, um padrão escrito e oral bem estabelecido e aceite na comunidade de utentes.

Nestas condições, na altura da instauração do sistema político das autonomias, no início da década de 80, o galego, o português da Galiza, sofreu os efeitos de diversas correntes de pensamento que o afastaram do modelo das línguas nacionais europeias. Uma linha filosófica e linguística substituiu a distinção clássica entre palavras e cousas por uma guerra contra as palavras. Disso se derivam posicionamentos sociopolíticos pretensamente progressistas e igualitários, segundo os quais utilizar sintagmas nominais como “língua de cultura” seria equivalente a usar “conceitos ligados a prejuízos linguísticos”, “conceitos que — dizem alguns — respondem a articulações ideológicas uniformizadoras, de superioridade cultural e política”. Tudo isso sem oferecer um modelo alternativo, sem reparar em que uma mudança de palavras não consegue mudar a realidade de forma mágica, e talvez tenha o efeito de desviar-nos da tarefa principal, que é dar uma solução real e efetiva à situação de desvantagem que a língua da Galiza tinha à partida.

Acrescenta-se a isto o facto de que, durante as últimas décadas, âmbitos universitários galegos fomentaram um conceito de língua fraco, subor-

dinando a escrita à oralidade, a uma oralidade interpretada e transcrita à luz de uma determinada corrente filológica dialetal sediada na Universidade de Santiago. O valor instrumental, comunicativo da língua, não parecia ter importância. A distinção entre níveis de uso não semelhante uma tarefa urgente, já que a palavra de ordem era a preservação da autenticidade da fala popular. Em definitivo, o português da Galiza foi vítima do populismo, o facilitismo, a demagogia, o abuso de um relativismo cultural mal entendido. Um dos efeitos foi o afastamento do português padrão através de decisões políticas erradas.

Pessoas e entidades culturais continuadoras do pensamento de Valentim Paz-Andrade, como também de Ernesto Guerra da Cal, Ricardo Carvalho Calero ou Jenaro Marínhas del Valle, encontramos-nos envolvidas na *questione della lingua* por um compromisso ético e cívico. Um compromisso que exigiu, em primeiro lugar, um esforço de compreensão intelectual. Era preciso entender como e por que a comunidade dos falantes do português da Galiza tinha chegado a essa situação. Dessa atividade é prova uma bibliografia destacada no âmbito da filologia, a linguística e a sociolinguística. Em segundo lugar, e não menos importante, uma extensa e continuada atividade cultural, à margem de qualquer apoio institucional. É o denominado Reintegracionismo ou Movimento Lusófono Galego.

O trabalho desenvolvido pelas entidades Pró-Lusófonas, que nunca procuraram associar-se a nenhum partido ou ideologia política exclusiva, começa agora a converter-se num movimento geral, indo da periferia ao centro, sendo identificado com o interesse geral do país. O que até há pouco tempo era defendido só por um grupo de entidades privadas, agora está a ser assumido pela opinião pública e as instituições oficiais da Galiza.

A recente aprovação da lei 1/2014 de 8 de abril, Lei Para o Aproveitamento da Língua Portuguesa e Vínculos com a Lusofonia, ou Lei Paz-Andrade, pela unanimidade dos deputados do Parlamento Autónomo da Galiza, representa uma mudança significativa na orientação da política linguística e na estratégia global da Comunidade Autónoma galega, que precisa de concretização através de ações do governo e da imprescindível colaboração da sociedade civil. A base deste sucesso reside no trabalho do Movimento Lusófono Galego, e nas mais de 17 000 assinaturas de cidadãos que apoiaram a Iniciativa Legislativa Popular Valentim Paz-Andrade.

Três áreas de intervenção foram dispostas na lei: a) Introdução do ensino do português no sistema escolar galego; b) Produção, intercâmbio e divulgação de produtos audiovisuais em português nas televisões e rádios da Galiza; c) Participação da Galiza em foros internacionais de língua portuguesa.

A Lei, aprovada por unanimidade dos deputados em março de 2014, foi publicada no Diário Oficial da Galiza e posteriormente no Boletim Oficial do

Estado espanhol, entrando em vigor sem que o governo de Madrid tenha apresentado reparo algum ao seu conteúdo, o que constitui outra prova da abrangência do consenso que esta iniciativa tem gerado. Porque não se trata de avançar contra ninguém, mas a favor das potencialidades que nos dá o facto de os galegos falarmos uma língua com projeção internacional, nos permite o acesso direto a um mercado potencial de 350 milhões de utentes, algo nada desprezível num mundo globalizado que precisa do aproveitamento de todos os recursos disponíveis para o desenvolvimento da sociedade.

Por outro lado, a ninguém escapa que o período de políticas de afastamento em relação ao espaço lusófono, desenvolvidas durante as últimas três décadas pelas sucessivos governos autónomos galegos criou uma rede de interesses que, nesta altura, manifesta uma evidente resistência à mudança, resultando difícil de ultrapassar no curto prazo.

Quanto à Academia Galega da Língua Portuguesa, a recente revisão, ampliação e adaptação do Dicionário Estraviz ao Acordo Ortográfico, com o apoio da AGAL e a Fundação Meendinho, sendo o maior dicionário galego disponível gratuitamente na internet mostra da capacidade para contribuir de forma coordenada eficaz e atual aos retos que temos no presente. O Vocabulário Ortográfico Galego, com 154000 entradas, sob a direção do académico Carlos Durão, completa o perfil lexicográfico básico do português da Galiza. A Academia Galega cumpre assim um compromisso adquirido pela Delegação de Observadores galegos durante o processo de aprovação do Acordo Ortográfico de 1990, cujo texto previa a criação de um Vocabulário Ortográfico Comum (VOC). O trabalho académico está finalizado. Falta só acrescentá-lo ao VOC.

A exceção linguística da Galiza em relação ao português vem determinada pela sua origem histórica, dado que o português nasceu no território da antiga *Gallaecia*. Os galegos não precisamos de uma explicação sobre a saudade, ou uma lição sobre o vocabulário básico da língua, porque faz parte do nosso ser e estar no mundo. Uma maioria esmagadora dos nossos alunos entram diretamente no nível intermédio dos estudos de Português. Poderíamos dizer que, para serem competentes do ponto de vista académico, o que necessitam propriamente é aprender gramática. E isto vai ser facilitado pela aplicação da Lei Paz-Andrade.

Disse Castelão que a Galiza poderia ser ponte entre o mundo de língua espanhola e o de língua portuguesa, e essa afirmação foi assumida de modo geral no âmbito cultural e político galego. Estamos na altura certa para iniciar a sua concretização. Por outro lado, a aproximação da Galiza em relação à Lusofonia, no plano discursivo, está pleno de argumentos do passado. Ora bem, se pretendemos construir o futuro, assinalar um discurso onde os factos históricos são tudo, são determinantes, pode acarretar, talvez, deixar

as pessoas que hoje estamos aqui, e os nossos desejos e interesses, num segundo ou terceiro plano. Pensemos num futuro que não esteja ancorado, determinado ou hipotecado pelo *statu quo* que a história nos deixou.

Em termos culturais os galegos estamos entrando numa nova etapa. A lei Paz-Andrade, como concretização de um acordo político, cria um contexto propício para o acordo e o consenso. Mas consenso não significa necessariamente unanimidade porque, de facto, algumas entidades e personalidades galegas parecem preferir ficar à margem da letra e do espírito desse texto legal. Não se trata de um caminho fácil nem imediato, contudo parecem estar sentadas as bases para uma mudança de ciclo. A Galiza encaminha-se a participar no espaço lusófono. Até há poucos anos as iniciativas vinham de entidades da sociedade civil e algumas câmaras municipais, estabelecendo esse relacionamento através de congressos, conferências, encontros musicais, concursos literários, etc. Agora tudo isso tem também o acompanhamento legal e o acordo político de todos os agentes com capacidade legal e prática para intervir. E parece que também o mundo institucional galego se quer incorporar a esta viagem.

Neste processo defrontamos alguns riscos. Partindo do princípio de que a unidade da língua é compatível com a diversidade de normas nacionais, é necessária alguma flexibilidade para a incorporação de uma Galiza que andou por uma diáspora secular e agora está tentando encontrar o seu espaço no mundo da língua portuguesa, em cuja criação foi determinante há vários séculos. Mas essa flexibilidade não pode implicar de modo algum a legitimação de posições linguísticas insolidárias que põem em risco a unidade da língua escrita.

Minhas Senhoras e meus Senhores, neste caminho é preciso ir ao encontro de projetos integradores, onde todos tenhamos um espaço institucional reconhecido tanto na Galiza como no exterior e, portanto, uma possibilidade para contribuir eficazmente ao conjunto. É preciso um esforço para ultrapassar as divisões do passado. Estamos disponíveis para essa tarefa e, com a ajuda de todos os presentes, estou certo que se poderá conseguir.

Muito obrigado.



Encontro na Academia das Ciências de Lisboa em que os galegos José-Martinho Montero Santalha, José Ângelo Cristóvão Angueira e Isaac Alonso Estraviz tomaram posse como académicos-correspondentes da Galiza (Lisboa, 14 de julho de 2016).



Participação de Ângelo Cristóvão e Maria Dovigo no IV Congresso da Cidadania Lusófona (Lisboa, 22-23 março 2016).

Publicações

***Galicia y los gallegos en las
fuentes árabes medievales***

Ana Maria Carballeira Debasa

Madrid: CSIC, 2017

José Manuel Barbosa

O livro em causa intitula-se *Galicia y los gallegos en las fuentes árabes medievales*, da investigadora Ana Maria Carballeira Debasa, Anexo XXXVI dos Cuadernos de Estudios Gallegos, CSIC, Madrid, 2007.

Prologa o livro (pp. 11-13) o Prof. Eduardo Pardo de Guevara y Valdés, director do *Instituto de Estudios Gallegos Padre Sarmiento* e Académico Correspondente da RAH.

O prologuista comenta o esquecimento das fontes árabes na historiografia medieval hispânica, bem como a desconsideração das relações galaico-andalusis, socioeconómicas, políticas e culturais. Assinala que o trabalho da autora constitui uma visão inédita dos aspectos geográficos, etnográficos e históricos da Galiza medieval desde a perspectiva dos historiadores árabes. Segue uma gratulatória da autora às pessoas que colaboraram com ela.

Introdução

Estado da Questão (pp. 19-24). A autora salienta o escasso interesse dos historiadores nas fontes árabes medievais sobre a Galiza apesar da muita e tão boa informação que fornecem. Logicamente a Prof.^a Carballeira indica que o seu estudo procura encher esse oco e atualizá-lo.

Caraterísticas e objetivos do trabalho (pp.25-27). Os autores árabes tratam da Galiza entre os sécs. S. VIII e XV; o facto permite seguir a sua conceção histórico-geográfica (toponímia). Abundam dados militares, cronológicos e mesmo sobre movimentos de população; porém, não faltam preconceitos e tópicos.

Base documental (pp. 27-47). Em geral as fontes medievais são limitadas em quantidade e exatidão portanto as fontes árabes também. Por vezes os textos são lacônicos, faltos de precisão e mesmo anacrônicos. As fontes, andalusis mas também do oriente islâmico, são certas ou não em função da distância física e cronológica e dos conhecimentos do autor. O contraste com as fontes cristãs nortenhas ajuda a precisar dados e datas.

Território e habitantes

Aspectos geográficos de Galiza (pp. 59-98): Comenta-se da Galiza no contexto da morfologia peninsular; esta fica identificada por um triângulo cujos vértices são os monumentos dedicados à memória de Hércules. Um dos vértices é a Galiza com a alusão ao nome de *Yilliqiya*, onde o herói deixou a sua senha na cidade herculina ou em Fisterra. Os outros dois lugares foram as Colunas de Hércules em Cádiz e na Catalunha ou algum lugar do sul do atual França.

As notícias de caráter geográfico (pp. 59-77), inúmeras, são esclarecedoras. Identificam os galegos com povo do ocidente cristão entre as sete nações que conformam o mundo conhecido: persas, caldeus, galegos, coptos, turcos, hindus e chineses. Os galegos estão entre os Rûm, conjunto de povos que vão do Mar Negro até os *Ifranj* (francos), os mais ocidentais. Al-Andalus é mais um ponto do Magrebe e a *Yilliqiya* é o País dos *yallaliqa* cuja extensão difere segundo o autor, mesmo chegando ao Mediterrâneo. O normal é a *Yilliqiya* ficar no NW e Mérida na raia andalusi, sendo os do norte os infieis *galegos*.

Al-Bakri no S. XI divide a *Yilliqiya* em quatro regiões: 1.^a Até Braga; 2.^a Astúrias; 3.^a Entre Braga e Porto, de nome *Al-Burtugal* e 4.^a *Qastiliya*, dividida em Ulterior (Leão) e Citerior (Castela a Velha). Os bascos fazem parte da *Yilliqiya* e os cántabros fazem parte dos astures ou dos castelhanos.

Em geral os *yalaliqa* habitam do Sistema Central para norte diferenciando em épocas posteriores *Yilliqiya* de *Galisiya*, mas resulta difícil distinguir entre uma e outra. Curiosa é a identificação de *Medinat al-Galisiya* que trabalhos recentes de C. Picard identificam com Gijão (Picard, C.: 1998:164).

A partir do Século XIII as novas entidades políticas aparecem como Castela, Leão ou Portugal, apagando em parte, não totalmente, o nome de *Yilliqiya*.

Os núcleos de povoação (pp. 77-87) mais importantes são Santiago de Compostela como santuário cristão de importância continental; Lugo que parece ser capital da Galiza para alguns autores; Braga morada dos antigos reis galegos até a destruição muçulmana e outras como Crunha (Faru), Tui,

Astorga embora se citem outras como Samora, Valhadolide, Burgos, Ovedo, Gijão, etc...

As informações de carácter geográfico-descritivo (pp. 88-97) são bastante objetivas, embora fiquem desvalorizadas a terra e os produtos, dada a perspectiva mediterrânea dos autores.

Os Pirenéus trespassam a península até ao Atlântico; continuam o Cordal Cantábrico. Geralmente reconhecidos são os limites entre os *Ifranġ* e *yalaliqa*. Os galegos habitam para além de *Al-Sarrat* (Sistema Central) linha divisória natural entre ambos mundos. Porém, há dados pouco fidedignos, mas úteis. O *Nahr Minyuh* (rio Minho?) nasce em Álava, discorre pelo Cordal Cantábrico e morre no Atlântico; outros rios são *Nahr Taurun* (Tourão, identificado com o Oitavém), o *Nahr al-Adr* (Leres), o *Nahr Mar-rar* (Umia), na altura Ferraria traduzido em árabe como *Farrar/Narrar* em cuja foz estavam as Ilhas *Una* (Ons); o *Nahr Sant Ya'qub* ou *Nahr Unast* (Ulha) com a fortaleza de *Unast* (Torres do Oeste ou *Castellum Honesti*). Alguns autores fazer que o Douro e o Mondego atravessem Samora e Coimbra, cidades de *Galisiya*...

Al-Maqqari e Al-Zuhri colocam um lago no centro da *Yilliqiya* onde morre quem nada nele. Confundem a Lagoa de Antela ou o Lago da Seabra com um Mar Morto, mas talvez ecoem o mito do rio Lethes. O único animal que o sobrevive é o pavão, símbolo cristão galaico primitivo.

Aspectos etnográficos da Galiza (pp. 98-106). Os árabes tentavam identificar os galegos genealógica e etno-religiosamente mas também moral e fisicamente. Interessavam-se no costumes, que estimavam próprios de raça inferior.

Alguns autores fazem os galegos descendentes de Japhet, filho menor de Noé. Al-Zuhri diz serem um subgrupo dos Khazares de origem centro-asiático; não aceita que os galegos procedam dos Rûm, mas reconhece que praticavam crenças pré-cristãs anteriores à estabelecidas pela reforma de Constantino.

Moral e fisicamente, os galegos não cultivam as artes nem as ciências, são guerreiros, turbulentos, ignorantes, hostis, violentos, astutos e valentes mas traidores, vis e de poucos escrúpulos. Militarmente são superiores aos francos, mais belicosos e temíveis sendo os francos mais débeis e dóceis com quem é melhor qualquer aliança. Os galegos podem fazer frente a vários francos embora estes sejam mais organizados. Al-Maqqari e Ibn Khaldum dizem que de entre todas as nações a mais poderosa é a dos galegos identificando-os como uma das várias nações dos "Ifrañ", percebendo como tais o conjunto dos cristãos.

Fisicamente os galegos são belos e fortes, brancos e de olhos claros embora haja grupos de cabelos e olhos mais escuros.

A indumentária, alimentação, higiene, economia, construções são muito boas. Contrariamente os andalusis são limpos e pouco dados à guerra preferindo comprar sabão a comer. Os galegos alimentavam-se do cereal (milho miúdo e sorgo); bebiam sidra e cerveja *aníska* feita de farinha. Ibn Khaldun, um dos autores mais verazes, diz que são moderados na vestimenta e na alimentação; que constroem casas sólidas, de pedra, e belas. Possuíam muitos minerais, sendo o ouro e a prata usados para o comércio. Na época de Ibn Khaldun, os andalusis imitavam na roupa, usos e costumes aos galegos por serem estes o povo hegemónico. Na guerra tinham o costume de tocarem tambores, cantarem hinos e tocarem a *al-gayat*.

Galiza na História Política de Al-Andalus

Período do Emirado dependente de Damasco (711 a 756 d C.) (pp. 107-129): As fontes informam contraditória e pouco verazmente. Nomeiam dois personagens: Tariq ibn Ziyah e Muzza Ibn Nusâyr, o primeiro, berbere e o segundo árabe da família Omiada e governador do Magrebe; dizem dos itinerários de entrada e dos topónimos, mas confusamente. Fica claro que não chegaram à Galiza; só chegam até Astorga. As ordens eram não invadir *Yilliqiya*, apesar de Muzza querer desobedecer as ordens do Califa de Damasco. Os dirigentes da *Yilliqiya* pactuaram com eles: Os cristãos não os atacariam e os árabes respeitariam as estruturas políticas, as propriedades e as atividades económicas e de culto de *Yilliqiya*.

Parece ser que houve tentativa de assentamentos e saqueios em cidades como Porto, Braga, Tui, Lugo e Ourense. Astúrias foi ocupada e teve um vali de nome Munuza que levou as tropas até a Pena de Belay. O fim era inutilizar militarmente o NW para terem acesso às regiões ultra-pirenaicas. A impossibilidade da apropriação da *Yilliqiya* implicaria tomar o resto da península. Isso fez com que o NW se organizasse.

Os destacamentos, de berberes, estavam basicamente na bacia do Douro e na Cornija Cantábrica, e a sua missão, o controlo militar até a rebelião berbere em Al-Andalus contra da dominação árabe. A Galiza atual parece que não foi atingida por desinteresse, por mal comunicada e populações adversas. Os muçulmanos eram poucos e vulneráveis pela dispersão do povoamento dos galegos. Não houve quebra da organização territorial e social da Galiza do Século VIII, a continuidade desde antes até depois da invasão é muito evidente contrariamente ao que diz a historiografia tradicional. Em outras zonas da península houve submissão geral embora rebeliões pontuais com exílios na *Yilliqiya*. A nobreza hispano-goda não resiste

pelo que nos dá que pensar que houve pacto. Os resistentes foram despossuídos mas os colaboradores respeitados nas suas propriedades., os fugidos emigraram para a asturicense mas a sua incidência pouca, não chegando a afectar à Galiza atual.

Os assentamentos foram de duas etnias fundamentalmente: 1.^a berberes nas zonas montanhosas parecidas ao Rif e Atlas, no Sistema Central e Cantábria organizados em clãs vulneráveis e muito discriminados; e 2.^a árabes na Andaluzia, Aragão, zonas urbanas de clima benigno e bem organizados.

A rebelião berbere do S. VIII favoreceu a saída dos assentados. Conhecemos os lugares de assentamento pelos levantamentos: Astorga, Mérida, Córdia, Talavera... Daí em diante as fontes não falam mais de berberes na *Yilliqiya*. A rebelião foi de norte para sul passando o Douro e a Estremadura. O exército berbere matou uma grande quantidade de árabes na Meseta Norte, ficando livre de ocupantes o ângulo NW. Ao final foi um exército sírio do Magrebe que venceu os berberes nunca mais interessados pela *Yilliqiya*. A grande seca de 748 e 753 e a hostilidade indígena botaram os berberes que ainda ficavam para sul do Sistema Central. Alguns autores falam de continuidade de alguns pequenos grupos de berberes mas estes fizeram-se cristãos (5)... embora entre os grupos que vieram do sul havia muladis e moçárabes de origem hispânica mas identificados como alóctones. Parece não ser certa a ideia de *deserto do Douro* de Sánchez Albornoz e Alexandre Herculano. O limite natural entre a Cristandade e Dar-el-Islão era o Sistema Central com ambas as margens menos povoadas mas não desertas.

As fontes limitam a importância da resistência asturiana embora Covadonga foi explorada pelas fontes cristãs posteriores. Na *Pena de Belay* os cristãos rebelaram-se contra o vali Munuza que submetia à população a uma dupla carga fiscal, a partir daí organizam-se contra os ocupantes. As fontes árabes e cristãs discrepam na narração dos factos sendo as últimas muito posteriores aos acontecimentos, portanto afastadas da realidade. As árabes, triunfalistas, dizem que Astúrias, na *Yilliqiya*, estava sob poder muçulmano com o vali Munuza em Gijão. As genealogias são muito confusas e cheias de erros embora denominem os reis cristãos como os *Banu Afonso* nomeados como *reis galegos* ou *reis de Yilliqiya*.

As fontes cristãs dizem que desde a revolta berbere, Afonso I estendeu o seu território por Tui, Braga, Lugo e Astorga, o que prova o facto de estarem afectadas pela invasão. A expansão prestigiava os reis e assentava o visigotismo mas as fontes árabes não falam nada desta expansão e sim de incursões falidas, como também não falam da grande vitória de Froila I. A ele atribuem a expansão cristã por Lugo, Porto, Samora, Salamanca e Castela contradizendo as fontes cristãs. Eles próprios reconhecem retrocesso

até o Douro e o Sistema Central favorecendo o não pagamento das *párias* e não cumprimento de fidelidade ao Islão por parte dos cristãos.

O Akhbar Machmûa diz que em 133 C.H, (749-750 d.C.) os muçulmanos abandonam definitivamente toda a Yilliqiya favorecendo a construção do visigotismo que visava recuperar o território ganhado pelos muçulmanos.

Período do Emirado Independente (756-929 d.C.) (pp. 129-146): Após a revolta berbere, Al-Andalus converte-se num Emirado Independente em constante conflito com os cristãos. A sua superioridade militar organiza *razzias* nos verões mas o conflito interno é constante, derivando em alianças com o inimigo nortenho. Os diferentes monarcas independentes de Córdova atacam o reino cristão para debilitá-lo, manter os tributos que garantam as tréguas e impedirem o seu avanço. Abd-al-Rahman I necessita consolidar-se no poder e lutar contra a dissidência que obstaculiza a Yihad. Ainda assim houve ataques a Alava ou à Terra Chã contra os reis denominados de *reis de Yilliqiya*. Há pouca atividade bélica com Aurélio, Silo e Mauregato.

Al-Haqam I (796-822 d.C.) foi mais pacificador favorecendo o avanço cristão. As campanhas são sucedidas para os muçulmanos apesar da ajuda aos *yalaliqa* dos vassalos bascos e francos. Quando a sorte está à contra há silêncio nas fontes mas é ao final do reinado quando a *Galiza nuclear* fica definitivamente livre de ataques até Al-Mansur.

Com o Abd-al-Rahman II (822-852 d.C.) continuam os ataques vitoriosos ao norte, com tréguas, alianças e triunfalismo, mais vitórias muçulmanas contra *reis galegos* e alguma esporádica dos cristãos mas nestes casos as fontes calam. Os viquingues são um novo problema para os andalusis que criam uma frota de barcos de guerra.

Muhamad I (852-886 d.C.) ataca zonas do Atlântico e cantábrico, há rebeliões toledanas contra o Emir apoiadas pelos cristãos frequentemente nas Marcas Inferior e Superior que favorecem a expansão por Portugal do Afonso III (866-911) *senhor dos galegos*. Coimbra é reconhecida como cidade galega e cidades como Leão, Berzo ou Astorga são destruídas pelos andalusis. No entanto as derrotas continuam a não ser consideradas.

Com os emires Al-Mundir (886-888) e Abd-Allah (888-912) há uma importante ausência de atividade militar devido às divisões internas e revoltas andalusis, com mudanças de lealdades e expansão cristã mas é entre 910 e 914 quando as mudanças dinásticas cristãs e a chegada ao governo do Emirado de Abd-al-Rahman III marcam o momento. Um muladi de origem galego no Reino de Badalhouse, Marwan al-Yilliqi, (Marwan o galego) rebela-se. Os dissidentes acabam por fugir ao norte.

O Califado de Córdoba (929-1031 d.C.) (pp. 146-174): Abd-al-Rahman III (912-961) esforçou-se contra os separatismos, a reunificar e pacificar Al-Andalus. As alianças dos separatistas com os cristãos favoreciam a expansão e organização de regiões ocupadas por estes últimos. A nova capital da *Yilliqiya* é Leão melhor situada para os ataques contra os muçulmanos que não contam as derrotas. As Beiras e a Estremadura espanhola são frequentes campos de batalha. O nome de *Yilliqiya* é o nome do reino cristão embora o de *Galisiya* surge como sinónimo do primeiro mas outras vezes denominando parte da *Yilliqiya*.

Os problemas dinásticos dos reis cristão favorecem a estabilidade andalusí e a reorganização de Abd-al-Rahman III que proclama o Califado em 929. Os primeiros anos parecem silenciados nas fontes, talvez porque fossem épocas de derrotas. Cita-se *Clunia* (Corunha del Conde) como *primeiro confim de Yilliqiya*.

Após os primeiros anos de silêncio sucedem-se um maior confronto e mútuos ataques, alguns importantes para os cristãos que obrigam o califa a renunciar pessoalmente ao campo de batalha. Al-Maqqari informa da *maior derrota infringida pelos galegos com os vascões contra os andalusis*. Posteriormente o Conde Fernan Gonzalez, de Castela, retira o apoio ao *rei dos galegos* contra os andalusis; antes, alia-se com estes para conseguir a independência castelhana.

Anos difíceis para os cristãos são os compreendidos entre 940 e 951: morre Ordonho II, os muçulmanos atacam; a sucessão gera discórdias; o califa impõe-se e tenta arbitrar no seu benefício o reparto dos territórios, mas os cristãos não cedem. Aliás, os ataques viquingues às costas ocidentais atlânticas favorecem o intento de a *Yilliqiya* ocidental se independizar mercê de se aliarem com os andalusis contra os normandos.

Com Hishem II (976-1009 e 1010-1013 d.C.) o grande descuido na atividade militar e política favorece a chegada ao poder de Al-Mansur que leva a cabo razzias muito eficazes contra o norte como castigo pelo não pagamento dos tributos. Os seus ataques espetaculares, imprevisíveis e devastadores dão-lhe prestígio e poder em Al-Andalus. Trinta e duas foram as campanhas contra a *Yilliqiya* ocidental; a mais famosa foi o ataque e destruição de Sant *Ya'qub*, símbolo da Cristandade, só respeitando o sepulcro do apóstolo. No itinerário denomina-se Viseu como *Medinat al-Galisiya*.

Al-Mansur morre e é relevado no labor militar pelo seu filho Al-Muzaffar (1002-1008) que conseguiu manter a hegemonia militar sobre os cristãos. À morte de Al-Muzaffar, a chefia do exército passa às mãos do seu irmão: Abd-al-Rahman Sanchuelo, muito impopular, que morre numa conjura que acaba com o próprio Califado. Os reinos de Taifas impõem-se

entre 1024 e 1031 por causa das revoltas berberes que finalizam o Califado Omiada. Os cristãos recobram o conquistado pelo Al-Mansur..

As fontes já distinguem *Qastiliya* e *Galisiya* embora no Dikr os conceitos saltam épocas históricas até o ponto de dizer que o último rei godo pertencia aos “yalaliqa”.

As consequências político-militares das guerras sobre a *Yilliqiya* têm a ver com o comércio de escravos. São capturados em grandes quantidades mulheres e nenos galegos (quer dizer, portugueses, leoneses, asturianos, e galegos-compostelanos) em época de Al-Mansur até o ponto de os preços caírem surpreendentemente no mercado de escravos pelo grande número deles. Ibn Hawqal precisa a sua origem: galegos, francos e eslavos procedentes do NE da Europa, os *aqaliba*. Os escravos galegos trabalhavam na construção como alvanéis ou arquitetos de grandes edifícios, como a Mesquita de Córdoba; outros iam à tropa e outros eram formados como administrativos previa preparação intensiva desde crianças. Ibn Hawqal diz-nos que os galegos davam grandes literatos em árabe.

As mulheres *yalliqiyat* eram destinadas às tarefas domésticas e à reprodução mas as *ifranyiyyat* eram mais valorizadas, talvez porque as primeiras representavam o inimigo ancestral.

Período posterior ao Califado (1031-1492 d.C.) (pp. 174-183): Al-Andalus resolve-se num conjunto de Taifas independentes que o debilitam; a própria cronística árabe reconhece a supremacia *galega*. Fernando I (1037-1064) *rei dos galegos* conquista definitivamente Coimbra premendo na Taifa de Badalhouce. O régulo de Saragoça pactua com os cristãos; nas fontes diz-se que *enganou aos grandes dos galegos* (Fernando I e o Conde de Barcelona) e os distraiu da guerra. Agora os donos da situação, os juizes dos problemas internos dos andalusis são os cristãos.

A Fernando I sucederam Sancho em Castela; Afonso em Leão; Garcia em *Galisiya* até o Mondego. Sancho alça-se contra os seus irmãos e Afonso acolhe-se na Taifa de Toledo até que morre Sancho. Em Toledo o futuro Afonso VI toma consciência da importância da anexação da cidade para a Cristandade. No *Nafh* diz-se que Toledo foi tomado pelos francos, percebido como os *cristãos* ainda que depois corrija o termo por *galegos*.

Com a tomada de poder de Castela e a deslocação do ponto de gravidade política para Castela e Toledo, o nome da Galiza começa a se apagar.

A perda de Toledo impressionou as demais Taifas que chamam aos almoravidas do Magrebe que unificam Al-Andalus e freiam o avanço do Afonso em Sagradas. Ibn Idari diz de Afonso ser *rei de Yilliqiya*, mas Al-Himyari no seu *Qitab* (1461) intitula-o já de rei de Castela.

Algum autor diz que depois da morte de Afonso VI o governo dos galegos foi para sua filha Orraca (1109-1126). Dela fala-se da sua vida pessoal até o ponto de chamarem *o sultãozinho* ao seu filho e herdeiro Afonso Reimundez, Afonso VII.

Os muçulmanos querem recuperar Badalhouce, Santarém, Lisboa e Cintra por mar pelo que Diogo Gelmires se vê na obriga de proteger a costa e construir navios.

Os almóades ocupam o poder no Magrebe e os almorávides retrocedem, há novas Taifas e posterior *reunificação* de Al-Andalus. Diz-se que Afonso VII é rei de Toledo e as suas comarcas que se contam entre os reis do povo franco dos galegos.

A morte de Afonso VII herdado Sancho (1157-1158), Castela e Fernando II (1157-1188), *Leão e Galisiya*. A Sancho em Castela sucedeu Afonso VIII (1158-1214) *rei dos galegos*, apesar de castelhano. Há nomes curiosos como é o do mercenário português Geraldo sem-pavor, *Giraldo-al-Yilliqi* (Vid. Pereira, A de Sousa: 2008).

Ibn Khaldun informou que à morte do último califa almóade de Al-Andalus em 1199 esta se debilitaria até que as *nações dos galegos* se apoderaram da maior parte dela. Entre o XI e o XIII a fronteira muda do Tejo até Granada, depois dos almóades, novas Taifas e o assentamento do reino nazari de Granada como califado, vassalo de Fernando III (1217-1256).

Ibn Khaldun (S.XIV) diz que Sevilha foi tomada em 1248 pelo *rei dos galegos* Fernando III. Afonso o Sábio foi também o *rei dos galegos* e a guerra entre Pedro o Cru e Henrique de Trastâmara determina quem vai estar à frente dos *galegos*. Al-Marraquasi (S.XIV) distingue quatro reinos cristãos: Aragão no oriente; Castela extensa de norte a sul onde reina Afonso VIII; o reino norocidental... Leão, onde reina Fernando II e o quarto onde governa al-Riq que se supõe Portugal. Desaparece o nome da Galiza, incluída em Leão e em Portugal, segundo confirmam autores posteriores. No entanto, outros autores como Abu-I-Fida (S.XIV) reconhece quatro reinos: Castela, Aragão e Leão e o de *Ibn al-Rinq* estendido pelo ocidente de Al-Andalus e por *Yilliqiya*. Ibn Khaldun e Al-Qalqasandi acrescentam Navarra e obviam Leão; nomeiam só Castela poderosa e extensa, da *Galisiya* até Córdova, Sevilha, Toledo e Jaém comarcas de *Yilliqiya*; ocupam quase todo o norte de Oeste a Leste. Em ocidente colocam Portugal com Lisboa e territórios limítrofes. Ao Leste, Navarra, com capital em Pamplona, separa Castela dos reis de Barcelona que governam sobre as partes orientais da península.

Considerações finais (pp. 187-194)

As fontes árabes referem-se à Galiza histórica e geograficamente, mas a autora analisa-as de modo a ultrapassar a dispersão e parcialidade entre os

autores-historiadores: orientais ou andalusis. Os erros são comuns e os anacronismos constantes devidos à deficiente transmissão de textos prece-dentes. Para além da anacronia, abunda a pancronia, bastante comum, sem labor crítico nem versões contraditórias.

Para os muçulmanos, a Galiza tem muito pouco interesse por distinta e distante. Existe em função dos avatares dinásticos e estudos geográficos da Península Ibérica aos que se chega no século XI. Os pormenores e os limites com os galegos, bascos e francos são mais fiáveis embora a extensão de *Yilliqiya* varie.

Inicialmente parecem coincidir os conceitos de *Yilliqiya* e *Galisiya*, mas posteriormente são diferenciados pelos autores. A primeira coincide aproximadamente com a *Gallaecia* tardo romana; a segunda abrange um território mais restringido no ocidente.

Galisiya aparece nas crónicas árabes desde o séc. XI. As obras geográficas desde o séc. XII diferenciam *Yilliqiya* da *Galisiya*. A primeira está integrada no ocidente cristão aglutinadora de diferentes territórios, às vezes sobre-dimensionados por identificação religiosa: *Yilliqiya* são os cristãos e *Al-Andalus* é o Islão. Em regra a *Yilliqiya* compreende Galiza, Astúrias, Norte de Portugal, Leão e Castela entre Cea e Pisorga. Os árabes reproduzem as classificações geográficas dos cristãos do Norte onde havia memória da Velha *Gallaecia* tardo romana e germânica. *Yilliqiya* é o território dos sucessores de Pelágio.

A *Galisiya* acha-se no extremo norocidental da península, quer até Braga, quer até Coimbra. O limite sul oscila como fronteira. Outras vezes os nomes da *Yilliqiya* e *Galisiya* usam-se indistintamente. Os topónimos evoluem através do tempo: *Yilliqiya* é o território amplo e *Galisiya*, a região mais limitada do ocidente. O uso da palavra *Yilliqiya* implica às vezes a inclusão de territórios independentes; por isso Castela e Portugal acham-se habitualmente na *Yilliqiya*. Significativamente corresponde-se *Yilliqiya* / *Qastiliya* com *reino de Leão* / *Condado de Castela*.

Em épocas posteriores o termo *Yilliqiya* perde vigência, bem como o conceito *Ifranġa*. O mesmo acontece com os gentílicos *yalaliqa* e *ifranġ*. Os reis *astur-leoneses* são os *reis galegos* ou *reis de Yilliqiya*, embora *yalaliqa* ou *Ifrany* denominam indiferentemente os cristãos do norte.

Não há unanimidade à hora de designar a capital de *Yilliqiya*. Nomeiam-se Ovedo, Leão, Samora... às vezes Santiago ou Lugo; estas duas ficam identificadas na *Galisiya*, embora Coimbra e Astorga se estimem cidades principais. O conceito de capital ou cidade importante vem dado pela fama no mundo andalusi ou pelo facto de ser objetivo bélico.

Quanto ao conceito de *galego*, os geógrafos árabes orientais costumam dizer-lhes *cristãos*, mas os historiadores dão deles pouca informação e

mérito. O estereótipo e o demérito são comuns. Só autores como Ibn Khaldun, Ibn al-Khatib e al-Qalqasandi, mais objetivos, têm maior utilidade historiográfica.

Em épocas os *dhimmi* são considerados inimigos e agressores mas em épocas de paz são retratados com mais benevolência. Contudo, por os cristãos serem *infiéis*, os muçulmanos, fiéis, são *superiores*; os *yalaliqa*, paradigma de cristãos infiéis, são protótipo dos bárbaros do norte, belicosos, sem higiene; antítese dos povos civilizados cujo modelo está em Al-Andalus. Os francos são numerosos mas pouco valentes; os bascos são valentes mas são poucos em número. Mas dos galegos dizem os andalusis serem os seus piores inimigos.

Nos séculos de confronto também houve relacionamentos diplomáticos, embora não se contem aqueles factos que não interessam por razões de prestígio político o qual impede reconstruir muitos episódios.

A presença muçulmana foi muito limitada no tempo, bem como a presença mínima de assentamentos berberes, presente sobre tudo entre Douro e Minho. A *Galiza nuclear* viu-se afetada até Al-Haqem I e depois nas razzias de Al-Mansur. A população continuou a ser a mesma sem mudanças étnicas; conservou os hábitos ancestrais, daí que a Galiza não figurasse como área de hegemonia árabo-muçulmana.

Um Glossário e Bibliografia, para além dos Índices Onomástico e Toponímico e de Siglas, coroam o livro.

Uns comentários

Temos que comentar o valor do presente trabalho, consequência do esforço anterior de alguns galegos que puseram sobre a mesa um ponto de vista auto-centrado pouco explorado até ao momento. Desde finais da década de 90 do séc. XX, o interesse no passado do País deu os seus frutos, graças a intelectuais como Camilo Nogueira Román e Anselmo Lopez Carreira. Os textos e as palestras de ambos fizeram com que as instituições académicas do Estado se interessassem na história destas partes da Europa, que, como lembra Castelão, “teve a Galiza reis antes do que Castela leis”.

A importância da História para a reconstrução da consciência do País não se corresponde com a sua divulgação, ensino e apresentação. O paradigma galeguista, oposto ao ensinado pelas instituições do Reino de Espanha, informaria e formaria os galegos sobre o seu passado, que aquelas instituições não promovem, antes (propositadamente?) descuidam a História da Galiza apesar de esta gozar do privilégio de ser protagonista na Idade Média peninsular cristã.

Curioso é o conceito originário que os muçulmanos tinham da Galiza, identificada como o território da Gallaecia tardo-romana e germânica. Se

houver que fazer uma reconstrução histórica a partir do conceito “Galiza” haveria que atender à ideia que se tem na época que nos ocupa definida geopoliticamente como o espaço entre a região conimbrigense e o país dos bascos, aliados dos galegos na altura.

Algum cronista andalusi, nomeadamente Al-Zahri (Al-Zuhri: 1968: pp: 7-312) diz que os galegos do ponto de vista genealógico somos um subgrupo dos cázares ou khazari¹. Evidentemente o erro parece-nos importante mas dentro dos seus esquemas e provavelmente levados por alguma notícia relacionada com a origem mitológica dos povos atlânticos faz coincidir a etnogenia dos galegos na velha Scythia ou Cítia das mitologias irlandesas. É-nos curioso que é nessa região euro-asiática onde o Leabhar Ghabbala situa as origens do povo Gael ou Goidel.

As traças morais e físicas dos galegos são saídas da diferença e construídas desde uma certa inveja, admiração e respeito de fundo mas salientando o defeito para marcar a distância que nos converta numa raça inferior. Os galegos são identificados como um povo europeu e cristão, mas sentido despetivamente, o que nos parece pode ser origem do conceito despetoso que na Espanha atual se tem de nós. Infelizmente, o modelo chega a ser assumido por alguns galegos intelectualmente débeis gerando o famoso auto-ódio, autêntica praga identitária e inimigo número um da nossa reconstrução nacional. Lembramos aquelas manifestações famosas do falecido juiz andaluz, Manuel Jimenez de Parga², presidente do Tribunal Constitucional espanhol em 2003. Naquela altura de 23 de fevereiro daquele ano comentou o seguinte:

En el año 1000, cuando los andaluces teníamos y Granada tenía varias decenas de surtidores de agua de colores distintos y olores distintos y en

¹ Os Cázares ou Khazari eram um povo de origem turcomano que habitava a região de Ásia entre o Mar Cáspio e o Mar Negro até a atual Ucrânia, território que historicamente abrangia a chamada Scythia. Adotaram a religião judaica ao se independizarem do Império Omíada a meados do século VIII segundo nos conta o cronista judeu-espanhol Abraão Bem Samuel Zacut no seu Séfer Yugasín, obra de temática histórica do sábio sefardita.

Por outra parte o *Leabhar Gabhála na Éireann* (Livro das invasões de Irlanda) explica que toda a humanidade desce de Adão através dos filhos de Noé. Este teve um filho, Jafé, antepassado de todos os europeus. O seu filho Magog é o antepassado dos gaélicos e dos escitas mas também Fenius Farsaid é antepassado dos gaélicos. Fenius é um príncipe da Scythia que construiu a Torre de Babel junto doutros 72 chefes. O seu filho Nel casou com Scots, filha dum faraó, e tiveram um filho chamado Goidel Glas que foi quem criou a língua gaélica, uma das 72 línguas originárias da humanidade que surgiram após a confusão gerada pela destruição de Babel. Os filhos de Goidel, os gaeis, saíram de Egipto aquando os israelitas e estabeleceram-se em Scythia. Posteriormente deixam esse país e durante 440 anos vagam pela terra entre provas, como foram as dos judeus. Por fim chegam às gándaras de Maeotian e dali passam a Creta, Sicília e conquistam a Península Ibérica. Foi nesta que um descendente de Goidel, Breogão funda Brigântia, constroi uma torre donde o filho Ith enxerga Irlanda, que conquista.

² Vid. http://elpais.com/diario/2003/01/22/espana/1043190006_850215.html

alguna de esas chamadas Comunidades Históricas ni siquiera sabían lo que era asearse los fines de semana.

Os conceptos são herdados da velha Al-Andalus mas a consciência não chega muito longe quando não se conhece as origens das famílias com o nome de “Jimenez” ou “Parga”. Cabe pensar que talvez os seus antepassados não sabiam o que era o asseio do fim de semana.

Por outra parte, contava-nos um leitor do nosso blogue que os galegos tínhamos aproximadamente um 40% de vínculo genético com o Atlas ou o Rif proveniente da conquista muçulmana. A isto respondemos que era muito difícil que em pouco menos de quarenta anos de tentativas de domínio a herança fosse tão forte a não ser que os instrumentos político-coloniais dos invasores no século VIII fossem iguais aos da URSS para russificar Lituânia ou pelo contrário que as energias dos muçulmanos fossem destinadas compulsivamente de cara à reprodução feroz. Talvez tenhamos que reconhecer nos maragatos (Oliver Asín: 1974), nos vaqueiros de Alzada (Padre Sarmiento:1787: pp 183; Garcia Martinez, A: 2010: pp 7-40; Jovellanos: 2005. pp: 123-141) ou nos pasiegos de Cantábria descendentes daquela gente destinada para ali pelos dirigentes árabes que ficavam com as terras mais férteis³.

Sobre a figura do Pelágio/Pelayo/Belay não nos conta muito a autora, mas do nosso ponto de vista seria interessante observar como a crónica de al-Maqqari, o Nafh al-Tib, nos diz que se levanta em terras da Yilliqiya. Certo é que se tem comentado em palestras e textos recentes que a Batalha de Covadonga e a figura de Pelágio podem estar envolvidas em lenda. O que realmente aconteceu é-nos difícil de clarificar pois as versões contraditórias não ajudam. O que sim sabemos é que se nos fala deste episódio em fontes muito posteriores aos acontecimentos (Lopez Carreira: 2005).

Outro mito da historiografia tradicional é o conceito da Astúrias nunca conquistada. Toda a Yilliqiya deveu ser hostil aos invasores. Aliás o relevo e a orografia da região noroeste da península foi fundamental para o desinteresse dos andalusis. Acreditamos, portanto na ideia de que nem só foi a atual Astúrias a região considerada difícil e “inconquistada”. Não houve domínio da zona e o pouco interesse que tinha para os islamitas era por desejarem a passagem à Ifranña desatendendo a conquista, ocupação, colonização e povoamento da Yilliqiya.

A historiografia tradicional reconstrói os factos dizendo que a expansão do núcleo cristão originado nas “Primórias” fez-se ganhando terreno aos

³ Vid. http://consellodacultura.org/sarmiento/files/2009/10/semanario_erudito_v.pdf
http://www.nature.com/ejhg/journal/v9/n9/pdf/5200693a.pdf?origin=publication_detail
<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1046/j.1469-1809.2003.00045.x/pdf>

muçulmanos na atual Galiza e na Astúria leonesa. A autora exprime-o dizendo que o Afonso I estendeu o seu reino por Braga, Tui, Lugo e Astorga, o que provaria que estavam afetados pela invasão⁴.

Ao não serem comarcas com assentamentos estáveis e tendo em conta que os povos do noroeste peninsular viviam baseados em pactos de não interferência entre nativos e ocupantes, ocorre-se-nos, que a expansão não se fez ganhando terras ao Islão; talvez o alargamento do reino foi lutando contra chefes locais que viviam com certa independência, lembrando territorialidades herdadas de épocas pré-romanas. A oposição à expansão dos reis sediados nas Astúrias poderia derivar do desejo dos pequenos régulos ou caciques locais de não quebrar os pactos de fidelidade com os muçulmanos mas também a fácil expansão desde o núcleo astur explica-se mais uma vez pelo pouco interesse dos andalusis pela Galiza e pela facilidade dos cristãos livres e organizados de reunificarem o seu próprio país, desejando libertá-lo do domínio duns invasores mal vistos e pouco queridos por uma população ansiosa de livrar-se de imposições políticas e militares estrangeiras.

Segundo as fontes os muçulmanos deixaram a Yilliqiya em 749-750, pelo menos até o Al-Mansur. Falam-nos da importância que tinha a passagem para a Ifrança e a pouca que tinha o noroeste peninsular. Na França só poucos anos antes, em 732 na Batalha de Poitiers Carlos Martel parou o avanço islâmico sobre Europa mas a presença muçulmana chega até 759 e posteriormente durante o século IX continua em forma de “razzias” contra Arles em 844 e 850, Marselha em 869 e Frexinet, na Baía de Saint Tropez (Carpentier, E: 2000; Telhine, M: 2010; Sénac, P: 1980; Sénac, P: 2006), em 889 lugar onde foi fundada uma colônia estável que durou até 973-983. Daí, os muçulmanos levaram a guerra até o Piemonte, o Vale do Ródano e até Sicília e Creta. Houve regiões da Europa que sofreram com a guerra levada desde Al-Andalus enquanto a Galiza se livrou mediado o século VIII.

Comentaremos agora sobre a terminologia toponímica que identifica o nosso País saída destas fontes. Estas denominam Yilliqiya ao que as fontes em latim chamam “Gallaecia”, coincidentes à sua vez com uma mesma identidade territorial proveniente de fontes francas, papais, anglo-saxônicas e bizantinas. Salientamos a aparição de outro nome: Galisiya,

⁴ “Eo tempore populantur **Primorias**, Libana, Transmera, Supporter, Carranza, Bardulies que nunc appellatur Castella et pars maritima Gallecie; Alaba namque, Bizkai, Alaone et Urdunia a suis incolis reperiuntur semper esse possesse, sicut Pampilona [Degius est] atque Berroza” *Em aquele tempo foram povoadas as **Primórias**, Liébana, Trasmiera, Supuerta, Carranza, Bardúlia, que agora é chamada Castela e as partes marítimas de Galiza; Alava, Bizcaia, Alaone e Ordunha foram sempre possuídas pelos seus da mesma forma do que Pamplona, Deio e Berroeza*. Vid. <http://humanidades.cchs.csic.es/ih/paginas/fmh/sebas.htm> (Parágrafo 14)

por volta, diz a autora do século XI. A nós parece-nos que é no século X seguindo o seu próprio texto. No princípio os dous topónimos são sinónimos e intercambiáveis, com o tempo, o termo “Galisiya” vai-se especializando no território ocidental da Yilliqiya embora este último termo não perca uso mas tamanho.

Do nosso ponto de vista salientamos:

1.- O termo “Galisiya” começa a usar-se no século X momento em que o sentimento identitário castelhano consegue uma forte reafirmação. É a época de Fernán Gonzalez e intuimos que a nomenclatura castelhana se impõe em alguns âmbitos de uso andalusi contagiada dos usos castelhanos que procuravam a identidade não galega embora originariamente pertencessem ao conjunto da Yilliqiya. A origem desta circunstância seria a mesma que perceberíamos nos nacionalistas galegos, bascos ou catalães referindo-se a Espanha como um País que não é o seu. Os castelhanos da altura manifestariam a prática de identificarem “Galicia” como o País de ocidente excluindo Castela. Os andalusis aceitariam a ideia, talvez não muito conscientemente mas sim levados por um costume à moda do norte.

2.- O termo “Galisiya” é o termo castelhano adoptado e adaptado pelo árabe peninsular, contrariamente ao termo “Yilliqiya” que é o termo árabe originário. Isto levaria-nos ao seguinte:

O romance começa a visualizar-se no S. X, nomeado de galaico oriental, castelhano ou navarro-aragonês.

O nome tradicional de Yilliqiya reservar-se-ia para o espaço histórico e o de Galisiya a um novo espaço ocidental surgido da autonomia identitária castelhana impondo-se e reduzindo-se segundo se impõe Castela em poder e tamanho.

Castela consegue o suficiente poder político como para impor uma territorialidade nova diferente da tradicional. As fontes diferenciam Qastiliya do resto da Yilliqiya mas na mesma, levados pela ambiguidade do termo quase sinónimo ao princípio vêem que cidades como Ovedo, Leão, Samora, Santiago, Lugo, Coimbra, Astorga, Gijão ou Santander são cidades da Galisiya, não da Qastiliya. Segundo algumas fontes Astorga era capital da Galisiya... se temos em conta que essa cidade está a só 40 kms de Leão podemos intuir que com o nome de Galisiya designa-se todo o espaço chamado pelas fontes tradicionais de Reino de Leão e nem só a Galiza atual. Pelo menos em grande parte do tempo que cobrem as fontes consultadas.

Ao não renunciarem totalmente os árabes ao termo Yilliqiya e ao incluírem tradicionalmente Castela como parte dessa denominação, a confusão é fácil embora parece claro a não inclusão do seu país dentro do termo Galisiya.

A autora diz-nos que é a partir do século XI quando o termo “Galisiya” começa a fazer-se mais presente. Do nosso ponto de vista parece-nos paralelo no tempo com a chegada ao poder galaico do Fernando I como Rei mas também sem deixar de ser Conde de Castela. Ele era o rei consorte da autêntica herdeira ao trono, a rainha Sancha, irma de Vermudo III morto na Batalha de Tamarón por soldados castelhanos chefiados por Fernando. Morto Vermudo, herda Sancha e casa com o responsável da morte do seu irmão que passa a ser Rei da Galiza (Lopez Carreira: 2005. pp: 325-332).

O nome de “Galisiya” vai evoluir até denominar unicamente a parte ocidental da região cristã norocidental paralelamente ao que vai acontecer nas fontes em latim. “Galisiya” pouco a pouco vai deixando lugar a uma definição que só vai incluir o que hoje percebemos como Galiza. Com Afonso VI, filho de Fernando I e Sancha ainda existe o conceito nas fontes cristãs da Galiza ampla, como nos diz Lucas de Tui, embora estreando-se Castela como Reino com Sancho I (Nogueira, C: 1998: pp 9). Igualmente com a Urraca e o Afonso VII existe essa denominação tradicional da Galiza extensa, mas é com o Fernando II e com o Afonso VIII (IX segundo os castelhanos) quando os títulos são registados como “Reis de Galiza e Leão”. Leão com Castela atraindo para si vai identificando-se como outro espaço não galego e se sumamos o Portugal independente também como não galego vamos tendo o quadro que conforma uma realidade que chega até hoje.

Apesar disso, não nos consta que o gentílico “yalaliqa” mude através do tempo ou se duplique como acontece nos casos de Yalliqiya/Galisiya. Mesmo a titulação dos reis cristãos em árabe sempre é de “reis dos galegos” ou “reis de Yalliqiya” embora essa Yalliqiya tenha vários reinos e vários reis. Este espaço geopolítico é definido pela autora, sistematicamente, como dos reis “astur-leoneses”. Incidimos também no termo de “Galiza nuclear”⁵ que a autora usa referindo-se à Galiza compostelana, ou a Galiza de hoje, termo que por outra parte não

⁵ A ideia da Galiza ampla aparece, entre outros lugares, nesta crónica de Lucas de Tui que ainda que foi escrita entre 1236 e 1238 manifesta uma ideia comum ainda no século XI. A sua tradução é do século XVIII mas nele faz-se referência ao preendimento de Afonso VI por parte do seu irmão Sancho após a batalha de Golpejera e o convite por parte do Cid, que é quem fala no texto, de fazê-lo pela noite quando dormia. O rei Sancho e o Cid não se manifestam galegos mas sim a tropa do rei Afonso.

“Ecce, inquit, Gallaeci cum fratre tuo Rege Adefonso post hodiernam victoriam quiescunt securit in tentonis nostris. Irruamus igitur super eos primo mane illucescente die et obtinemus ex eis victoriam”

Tradução: *“Eis os galegos com o teu irmão o rei Afonso que depois da vitória de hoje dormem seguros nas nossas mesmas tendas. Botemo-nos portanto acima deles com as primeiras luzes do dia e obteremos a vitória sobre eles.”*

nos é alheio por termo-lo ouvido da boca de Anselmo Lopez Carreira ou Camilo Nogueira. Essa denominação implica a identificação do reduto onde se poderia situar a origem do poder político da Galiza que nunca deixou de ser tal e do qual se afastaram castelhanos, leoneses e portugueses. Vemos na nobreza galega e no poder eclesiástico compostelano esse poder sempre galego, contraposto à nobreza castelhana e à igreja toledana que aliados com o papado levaram à ruptura da Galiza/Gallaecia/Yalliqliya histórica e à sua conversão com o tempo numa parte do que logo seria o projeto nacional espanhol de signo castelhano.

Referências

- Al-Zuhri: *Kitab al-Dja'rafiyya*, (Edição de Hadj-Sadok 1968), Kitab al-Dja'rafiyya. Mapemonde du calife al-Ma'mun reproduite par Fazari (IIe/IXe's) re□e□dite□e et commente□e par Zuhri□ (VIe/XIIe s.) in *Bulletin d'Études Orientales*, Número 21. pp: 7-312
- Carpentier, Elisabeth (2000): *Les Batailles de Poitiers: Charles Martel et les Arabes en 30 questions*, La Crèche, Geste..
- García Martínez, A (2010): "Introducción", in Gaspar Melchor de Jovellanos: *Sobre el Origen y costumbres de los vaqueiros de Alzada*, Oviedo. KRK Ediciones. pp: 7-40.
- Gil Fernandez, Juan (1985): *Crónicas asturianas. Crónica ad Sebastianum*, Oviedo. Universidad de Oviedo. Ed. Juan Gil Fernandez. Oviedo. pp: 114-149
- Jovellanos, Gaspar Melchor de (2005), "Sobre el Origen y costumbres de los vaqueiros de Alzada de Astúrias (Carta IX a António Ponz)" in *Obras completas, IX: Escritos asturianos*. Oviedo, Instituto Feijoo de Estudios del S. XVIII. Ayuntamiento de Gijón. KRK., pp: 123-141
- Larruga, J.M.; Díez, Fernando; M. Pinto, Francisco; Flores Carlos and Gonzalez, Ana M.: *Mitochondrial DNA characterisation of European isolates: The Maragatos from Spain*, Departamento de Genética, Universidad de La Laguna, 38271 La Laguna, Tenerife, Spain; Centro de Salud de Astorga, Leon, Spain.
http://www.nature.com/ejhg/journal/v9/n9/pdf/5200693a.pdf?origin=publication_detail
- Lopez Carreira, A: http://www.ivoox.com/sobre-algunhas-invencions-na-historiografia-espanola-audios-mp3_rf_1251854_1.html
- Lopez Carreira, A: http://www.ivoox.com/o-historiador-responde-5-16-foi-audios-mp3_rf_1264592_1.html
- Lopez Carreira, A (2005): *O Reino Medieval de Galicia*, Vigo. A Nosa Terra. pp: 137, 151-155 e 325-332
- Lopez Teixeira, X.A. (2003): *Arredor da conformación do Reino de Galicia (711-910)*, Crunha. Toxosoutos. pp: 54
- Lucas de Tui: *Chronicon Mundi*. Pag 98. Texto recolhido numa edição latina do século XVIII existente na Biblioteca da Universidade de Compostela. Volume 74 do Corpus Christianorum. Continuatio Mediaevalis. (2003). Edição de Emma Falque Rey. Brepols Publishers.
- Menendez Pidal, R (1929): *La España del Cid*, Madrid. Plutarco.
- N. Maca-Meyer; P.Sanchez-Velasco; C. Flores; JM. Larruga; A.-M. Gonzalez; A. Oterino and F. Leyva-Cobian: "Y Chromosome and Mitochondrial DNA Characterization of Pasiegos, a Human Isolate from Cantabria (Spain)":
<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1046/j.1469-1809.2003.00045.x/pdf> Departamento de Genética, Facultad de Biología, Universidad de La Laguna, Tenerife, Spain; Servicio de Inmunología, Hospital Universitario "Marques de Valdecilla", Servicio Cantabro de Salud, Santander, Spain; Unidad de Investigación, Complejo Hospitalario "Nuestra Señora de Candelaria", Servicio Canario de Salud,

(Lucas de Tui: Chronicon Mundi. Pag 98. Texto recolhido numa edição latina do século XVIII existente na Biblioteca da Universidade de Compostela)

Tenerife, Spain; Servicio de Neurología, Hospital Universitario "Marques de Valdecilla", Servicio Cantabro de Salud, Santander, Spain

Oliver Asín, Jaime (1974): *En torno a los orígenes de Castilla. Su toponimia en relación con los árabes y los bereberes*, Discurso de ingreso. 24/03/1974, Madrid, RAH.

Pereira, Armando de Sousa (2008): *Geraldo sem Pavor. Um guerreiro de fronteira entre cristãos e muçulmanos, c. 1162-1176*, Porto, Fronteira do Caos.

Philippe Sénac (1980): *Musulmans et Sarrasins dans le sud de la Gaule du VIIIe siècle au XIe siècle*, Paris. Sycomore.

Philippe Sénac (2006): "Les Musulmans en Provence au Xe siècle" in *Histoire de l'Islam et des musulmans en France du Moyen Âge à nos jours*, Sous la direction de Mohammed Arkoun, Paris. Albin Michel.

Picard, Christophe. (1998): "La "piraterie" musulmane sur l'océan Atlantique", In *Qurtuba. Estudios Andalusies*. Tomo 3. pp: 164.

Sarmiento, Frei Martin: "Discurso crítico sobre los maragatos" in *Seminario Erudito* de Antonio de Valladares de Sotomayor. Tomo V. Ed. Blas Román. 1787. Pag: 183. (Referência aos Vaqueiros de Alzada): http://consellodacultura.org/sarmiento/files/2009/10/semanario_erudito_v.pdf

Telhine, Mohammed (2010): *L'Islam et les musulmans en France: Une histoire de mosquées*. Paris, L'Harmattan.

Livros (infantis?): diálogo de letra e ilustração

Vários autores

António Gil Hernández

Foi por culpa da detalhista Lucia Cobo, ilustradora de diversas publicações (infantis?), e do saudoso Agustín Fernández Paz que me recoloquei uma questão, minha, velha:

Por que os livros destinados aos meninos sempre incluem relato, mais ou menos breve, e desenhos? Que razões ou sem-razões assistem aos responsáveis da edição para assim procederem?

Porque parece ser exigência ínsita na elaboração de textos para crianças (e não tão crianças) o acompanhamento dialógico de letra e ilustração; afinal a ilustração, em honra do seu nome, ilustra e esclarece a letra.

Se, além de letra e ilustração, o livro se completa ou complementa com canções (infantis!?), resulta redonda e rotunda a publicação em causa.

Estas considerações, que acabo de formular, induziram-me a conferir (sem os confrontar) os seguintes livros (infantis?): *Os sonhos na gaiola. Versos pra nenos* (Lugo, 1972, 3.^a ed.), *Sonhos na gaiola. Versos para crianças* (Lisboa, 1977), *O Rei da Floresta* (Sada-Crunha, 2011) e *O sonho do Merlo Branco* (Vigo, 2016).

Do primeiro livro copio a "Carta ós nenos" (p. 5), do autor Manuel Maria:

Queridos nenos:

Un servidor, que xa ten canas i un gran bigote que lle comenza a pesar, vai pra vello. Nas súas horas de soedá lembra a súa lonxana infancia campesiña. Desas lembranzas foron nacendo os versos que siguen. Os versos que este homilde autor botou de menos cando él era neno. Versos que, por outra banda, non había na literatura galega e que tan precisos son. Eu quixera encher, en parte, ese oco. Perdonádeme se non acertei.

E moitas gracias. Gracias a vós, nenos, a tódolos nenos, cando escribín estes poemas volvíñ de novo a miña infancia. E coa lonxana música da miña infancia, que iba dormida dentro de mín e que despertou de novo, compuxen estes versos. Que sexan do voso agrado
Voso amigo sempre, Manuel María



Na páxina precedente, o editor, a Imprenta-Editorial Celta, adverte:

As ilustraciós deste libro foron feitas por nenos do Instituto de Insino Medio de Vigo e do Colexo Rosalía Castro, tamén de Vigo.

Apenas assinalo o facto de Manuel María, na "Carta ós nenos", non aludir ás ilustracións, apesar das condicións dos seus autores.

Estranha-me tamén que os poemas iniciais, "Galicia" (p. 9) e "A muiñeira" (p. 10), non teñan ilustracións, coloridas, que os interpretem, enquanto outros, como "O sol" (pp. 12-13), "O arco da vella" (pp. 18-19), "O meu barco" (pp. 24-25), "O trator" (pp. 32-33), "O lume novo" (pp. 44-45), "Volvoreta" (pp. 52-53), "O Melro" (pp. 68-69) e "Anduriñas" (pp. 72-73). Os desenhos son poucos e informalmente seletivos, de modo que apenas cabe facer algun comentario aleatorio. Na verdade son todos *realistas*, ingenuamente *realistas*.

Este é, a meu ver, o mérito maior: rapazes *leram* em cor e desenho alguns dos versos de poeta adulto, a evocar a sua infância, aliás, falta de versos. Talvez a *leitura* mais imaginativa seja a que adere a "O lume novo", na qual um menino brinca (¡Qué gusto, qué ben / saltar as fogueira / coas chamas subindo, / medrando lixeiras!) sobre uma cacharela arredondada e verde, enquanto o vermelho veste as figuras humanas, silhuetadas sobre um fundo azul, salpicado de brancas aves.

Da versão portuguesa, *Sonhos na gaiola*, foram responsáveis Arsénio Mota e António Cabral, junto de Branca/Camilo, que a ilustraram. Interessam-me as notas introdutórias, em que informam sobre a Galiza e sobre Manuel Maria, mas também explicam os motivos dessa sua edição:



manuel maria

SONHOS NA GAIOLA

versos para crianças

coleção
flor de girassol

O autor deste volume nasceu e mora na Galiza, um país incluído na Espanha e que se situa a Norte do nosso Minho. Quem conhece as províncias portuguesas minhota e transmontana e visitou a Galiza sabe decerto como são grandes as semelhanças existentes entre as paisagens e os povos dos dois lados da fronteira.

Manuel Maria é m homem que, depois de escrever muitos livros para pessoas crescidas, pensou nos seus amigos mais pequeninos e, lembrando-se da sua infância, resolveu publicar os versos para crianças de *Sonhos na Gaiola*. São versos que falam de coisas aldeãs — tanto vale que seja uma aldeia galega, minhota, transmontana, beirã ou outra qualquer — e de que os meninos das aldeias se divertem com estas coisas, nos intervalos de trabalho.

Dois amigos portugueses do poeta galego leram o livro e também se lembraram da sua infância, sentidno como seria bom trazer da Galiza para cá os versos de Manuel Maria. Por isso trataram de os seleccionar, traduzir e adaptar. Mas foi uma tarefa não pouco custosa, até por causa da semelhança da língua galega com o português.

Será graças à poesia, vamos, todos em festa, soltar estes sonhos da gaiola? (p. 4, sem numerar).

Na página precedente, os mesmos responsáveis da edição portuguesa ou acaso a editora, Serviços Sociais dos Trabalhadores da C.G.D., indicam:

Nos poemas deste livro fala-se de Natureza. Os ilustradores não desenharam casas, árvores, ruas e flores. Completa tu, se quiseres, cada uma das ilustrações.

E assim procederam... mais ou menos.

Surpreende-me que os tradutores-adaptadores digam do seu labor que fosse "tarefa não pouco custosa", mas disseram. Sim variaram a organização dos poemas: se Manuel Maria os distribuiu em secções ("Galicia", "O mundo", "As cousas", "Homes, nenos e nenas", "Animás" e "Paxaros"), Arsénio e António dispõem-nos seguidos e em ordem diferente da original manuel-mariana. Um pormenor: Manuel começa pelo poema dedicado à Terra, enquanto Arsénio e António encerram o seu livro com o poema "Galiza". A modo de exemplo, comparo ambas as versões:

Galicia

Galicia docemente
está ollando o mar.
¡ten vales e montanas
e terras pra labrar.

Ten portos, mariñeiros,
cidades e labregos,
¡cargados de traballos
cargados de rafegos!

Galicia é unha nai
vellinha, soñadora:
¡na voz da gaita rise,
na voz da gaita chora!

Galiza

Galiza docemente
está olhando o mar.
Tem vales e montanhas
e terras p'ra lavar.

Tem portos, marinheiros,
cidades e aldeões,
cheiinhos de trabalho
e mil ocupações.

Galiza é essa mãe
velhinha, sonhadora:
na voz da gaita ri-se,
na voz da gaita chora!

Galicia é o que vemos:
a terra, o mar, o vento...
¡Pro hai outra Galicia
que vai no sentimento!

Galicia somos nós:
a xente e mais a fala.
¡Se buscas a Galicia,
en ti tés que atopala!

Galiza é o que vemos:
a terra, o mar, o vento...
Mas há outra Galiza
que está no sentimento!

Galiza somos nós:
a gente e mais a fala.
Se buscas a Galiza,
tens em ti que topá-la!

Se na versão galega, o poema carece de cobertura ou resposta de imagem, na portuguesa um desenho quase abstrato evoca as terras, de lavoura e pradaria, e o mar, paradoxalmente onduladas, aquelas, e quase retilíneo, este. Para além, todos os poemas recolhidos na edição portuguesa têm a correspondente imagem, colorida e singela, de modo que cada poema vem refletido ou sintetizado nela, presidida pelo mesmo personagem rapazinho. Unicamente o poema "O mar" recebe como ilustração os dous últimos versos, mas distorcidos, como se navegassem sobre uma onda meiga: *Se tu nunca viste o mar não viste cousa nenhuma!*

O Rei da Floresta

Textos
Adela Figueroa Panisse

Ilustracións
M^a Celsa Sánchez Vázquez



EDIÇÃO DO CASTRO

Como disse, o livro, infantil, acabado é *O Rei da Floresta*, porquanto alberga diálogos, que preparam os relatos ("Martinho e o Apalpador das barriguinhas", "O conto do passarim Merlin", "O Apalpador", "O cavalo das queirugas", "A menina que sabia cozinhar os beijos", etc.), que presidem ou encerram poemas, na realidade letras de canções, compostas ao caso.

O livro tem um encanto bem particular ... Mas vou ao o "Limiar" onde o explicam Adela Figueroa Panisse, autora dos textos, Xaquín Facal, compositor, e Maria Celsa Sánchez, ilustradora:

Esta coletânea de continhos foi pensada para serem contador às nossas crianças. Aproveitando o tempo do Natal de noites longas e dias curtos, quando o frio nos rende a casa à beira do lume do lar. Quando ainda lembramos os contos que nos contaram a nós quando pequenas/os nada mais agarramos que sentar os nossos "pequinhos" no colo e agasalhá-los com um relato que os faça sonhar e imaginar mil mundos possíveis edificadas na maravilha do nosso cérebro criador.

A figura do Apalpador tem, nestes contos, uma relevância principal pois representa a bondade e a fortaleza dos que vivem na natureza e dela tiram os seus recursos [...]

O menino Sol que nasce cada ano volta a ser a promessa eterna do renascimento depois da agonia da luz nos meses de inverno [...]

O Monte está presente nestes contos porque nele tudo pode acontecer. [...]

Para o meu netinho Martinho que vive entre os formosos montes do Courel e que agasalha os seus olhos com as cores das urzes e dos castalheiros. A ele e a outros meninos que como ele precisam dos contos para alimento da sua fantasia em que os sonhos se realizam e as dificuldades da vida material abrandam. (p. 9)

Adela e Xaquín são os avós do menino destinatário-recetor dos contos e das canções; Celsa, amiga da família, ilustra, com intensos traços de cor mas delicados, cada conto-poema; interpretam as canções, incluídas no CD, os Frebudos, Maricarmen P. Andrade, Daniel Alberto Díaz, e mais Adela Figueroa, Xaquín Facal, e Pílocha. As Ediciós do Castro editaram o livro, enquanto da gravação das canções o responsável foi Arturo Kress, engenheiro de som.

A modo de exemplo permito-me citar alguns excertos de "A menina que sabia cozinhar os beijos", que Celsa interpreta com enfeites de folhas de carvalho na cabeça, blusa cor de castinheiro, saia verde e na boa e na mão esquerda a ledice amarela, imagino, de beijos a cozinhar:

Návia era pequeninha. jeitosa e lourinha. Tinha dentro da boca um forno especial para beijos. Só ela sabia dar-lhe o ponto justo para que os beijinhos estivessem bem gostosos. [...] (p. 42)

Eu encontrei hoje a Návia que estava a passear por Lugo da mão da sua mamã e, para que me desse um beijinho, cantei-lhe assim:

Se Návia quiser guardar-me um beijinho
para eta tarte,
vou preparar a minha meixela direita,
e também a esquerda porque nelas pouse um beijo
do jeito que Návia melhor queira.
Eu, por mim, já estou a cozer três,
com cantar de passarinho,
desde esta manhã, para ela. (p. 45)

—E dou-cho, tio? Perguntou o Martinho.

—Deu sim senhor. E soube-me, soube-me, soube-me a ... Busca o meu peto direito, a ver que atopas.

—Uma chupa-chuoa de morangos!!! É para mim?

—É para o menino que a atope. [...] (p. 45)

Trás longa conversa familiar, o conto acaba:

—Vamos então para a beira do lume, que teu pai já acendeu a chaminé. Eu gosto muito de olhar para as chamas e vê-las brincar a dar-nos calor. Atende: Este era o meu avô António que trabalhava de viajante... (p. 47)

Cumpre passar à ilusão idealizada pelo saudoso Agustín Fernández Paz, *O soño do Merlo Branco*, O conto ou novela sobre o *Melro/Merlo/Mirlo branco/blanco*, por citar títulos nas línguas em colusão na Galiza.

Há até polka com esse título, de Eugène Damaré (<https://www.youtube.com/watch?v=cDBkVDdDHqU>); no *Recanto das Letras*, sítio brasileiro, o recantista Francis Raposo Ferreira narra-nos uma fábula, cujo protagonista, infeliz, é o Melro Branco; inclusivamente há em youtube notícia de uma peça teatral assim denominada... Nas letras galegas atuais, para além, do livro do Agustín, existe *O merlo branco*, de Cándido Pazó, de argumento diferente:

Un merlo nace branco... é diferente... ¡Vaiche boa!... e ten problemas. Ningún o quere. Emprende unha viaxe chea de divertidas aventuras. Quere ser gaivota, cotorra, flamengo, pomba, ou calquera outro paxaro que teña por norma ser branco... ata que todos se decatan de que o mellor para un merlo (branco, negro, azul, vermello, amarelo..., ¡que máis dá!) é ser merlo. ¡¡Nin máis nin menos!!

Mas o merlo branco de Fernández Paz goza da originalidade que brota do diálogo entre a letra e as imagens, entre o escritor conhecido (e hoje finado) e a ilustradora, que merece não menos reconhecimento.

Com efeito, o discurso literário de *O soño do Merlo Branco* alicerça nas experiências de uma Merla sobre a verdade do tempo que passa; *A Roda da Vida xira e xira, e nunca se detén o seu xirar* (p. 11) vem a ser a hipótese de trabalho ou tema de que parte o conto-novela cujo desenlace justamente se converte em prova definitiva dessa hipótese, aliás, realista ou desesperançada:

Algo mudou no meu interior: xa non desexo ningún Merlo Branco no meu niño. Supoño que existirá en algures, non vexo por que os merlos vellos nos tiñan que mentir. Pero algo me di que, se chego algún día a velo, ha ser coma calquera de nós, fóra da cor especial das súas plumas. (pp. 127-128)



Diria que Agustín quebra o sentido habitual (tradicional) dos contos infantís, ao fazer dominar no seu relato a realidade do real face à realidade (sic) do desejo e mesmo da imaginação.

É nesta altura que entra Lucía, os desenhos da Lucía em clara contradição com a versão, apesar de tudo, corriqueira, que Agustín Fernández Paz dá ao seu relato: se no seu discurso literário prevalece em definitivo o real, aliás, ambíguo, *os nomes das cousas, as historias máis fermosas, facelos rir e emocionarse* (p. 128), no discorrer da Lucía nas ilustrações isso real fica sublimado justamente por idealização pormenorizada do real.

Tomo como representativa desta minha afirmação a última gravura: um melro, ou a melra narradora, fica envolvida em um círculo perfeito e reverdecido, como que dele agromam folhinhas de esperança. Olha para trás, sim, mas acha-se envolvida pelo símbolo da eternidade ou, se acaso, do permanente; não nos esqueça que o círculo simboliza o eterno, em retorno sempre.

Penso que a Lucia reescreve (sic) as últimas palabras do texto agustiniano:

Será o meu xeito de descubrirlles todas as marabillas que a vida garda para nós. E así seguirei vivindo durante moito tempo na memoria dos outros, tal como agora viven as palabras de Grou dentro de min. (pp. 128-129)

Entendo que a reescrita começa com o debuxo na capa sobre o que assentam os nomes do autor literário, do título do libro, da editora e inclusivamente da própria Lucia Cobo:

Um melro olha para o céu ou talvez para a folha que foge da árvore ornada de folhas verdes que rodeiam e quase alargam a figura da ave.

Termino citando alguma das reflexões da Lucia, nas páginas finais do livro, que podem tomar-se como resumo do diálogo sobre que venho matinando, mas que sem dúvida não logrei exprimir. Perguntam-lhe:

—Cando se enfronta a un libro, como empeza a pensar na tarefa de ilustralo?
—Cada libro é un reto. Dédicolle bastante tempo a traballar co texto. Despois dunha primeira lectura, fago unha máis lenta anotando nunha libreta pequenos esquemas, que non chegan a ser bosqueños, do que me evoca o texto. Moitas veces a primeira idea que xorde é moi literal e a clave está en deixar que a imaxinación me leve por camiños que non coñezo. Para isso necesito observar moito o que me rodea para enriquecer a mirada con detalles que van configurando mentalmente a miña visión da historia. Esa é a parte difícil, a de obter unha ideas poderosas, poéticas e evocadoras que contén cousas máis aló do propio texto. Unha vez que teño claros os bosqueños, decido a técnica que vou aplicar, é algo que vai parello e que adoita depender do enfoque máis ou menos infantil que lle dea ao debuxo. (pp. 139-140).

A razão do perverso

Mário Herrero Valeiro

Crunha: A. C. Caldeirón, 2016

Teresa Moure

Não é fácil perceber as cousas pelo meio, não. Num ensaio ainda somos capazes de digerir algo assumindo as instruções da retórica: uma introdução para captar a benevolência alheia, ajustada por vários argumentos na defesa da postura própria, antes de aproximar-nos dum desenlace mais ou menos contundente. Mas a poesia rompe as cápsulas. Talvez por isso Mário Herrero aborde *A razão do perverso*, a sua última entrega, completamente fora de pautas clássicas, a instalar-se no meio do assunto, como se tentasse fazer troça de géneros e de recomendações. O seu é um poemário rasgado de cima a baixo, um hieroglífico para alguém com vontades de desentranhar a dupla linguagem através dalgumas dicas – presentes já na sua obra prévia –: a tensão contra o poder, a derrota após um tempo de decadências onde o combate poderia ter corrido doutro modo, a insatisfação que produz um sistema (literário e nem só) com os seus pénis, as suas normas sagradas, a sua crítica diminuta, e os seus Octávios Paz.

Quando uma rês está rasgada de cima a baixo, estremece. Nunca estará mais despida e, contudo, a exposição despudorada do seu interior torna-a algo diferente dum corpo: dá nas vistas a sua condição de carne. Algo semelhante tem de acontecer quando o rasgado é um poemário. “Nunca comerás terra” – Não hás de humilhar-te. “Nunca beberás leite” – Não te nutras do que te ofereçam. “Nunca escreverás sobre o sexo do país” – Isso especialmente: seria material pornográfico, destrutivo. Eis as leis. E a estratégia para dar cabo delas é deliciar-se num ato sexual feroz, contra a terra e contra o leite; um ato destinado a “quebrar para sempre as inércias do

país". Herrero dixit. Mas, já agora, isso é passado porque o animal está morto; é carne. Portanto, o seu potencial erótico é apenas uma ilusão.

O poeta apresenta-se díscolo, descrido, dissidente. Poeta dos três dês, então. Desobediência é, com efeito, ofício de poetas. E lá foi o quarto dê, apesar de desobediência não ser boa receita para vender livros, ou talvez precisamente por isso. Um bocado de desobediência poderia ser do gosto da crítica, que se apresta a acariciar poetas malcomportados, sempre que se mantiverem nos limites do correto. Poetas sociais têm bastante com mencionar os esfomeados da terra para se abrirem um oco, embora os seus versos não deem de comer a ninguém. Versos carecem desse poder. Não multiplicam o pão, mas sim podem colocar os seus autores bem arrumados nas montras das livrarias. Porém, *A razão do perverso* nunca será chamada de poesia social, mesmo se estamos perante um discurso lacerado de feridas sociais. Nem social, nem intimista, apesar de percorrer o território íntimo do sexo. Também não será qualificada pela sua vontade de estilo, como é habitual no tipo de poesia que condensa a sua potência nos jogos de palavras, tão suculenta nos prêmios literários, e isso ainda que o autor lute por cada palavra. Magistralmente. E com um desespero invulgar.

A razão do perverso recusa todas as etiquetas. Isso pode até ser positivo – etiquetas constroem – sempre que não fique, em troca, sem qualificativos perante o público e desassistido um livro original, impecável na construção, formalmente medido ao milímetro, que traça uma cartografia detalhada do ato de escrever cá e agora. A arte tem obrigação de recusar etiquetas; sempre que não seja produzida num país com tendências suicidas.

O pior que poderia passar-se seria que fosse apenas mencionado como o vencedor do X Prémio de Poesia Erótica Ilhas Sisargas. E não porque o tal prémio, mantido pela teimosia do ativismo, desmereça ninguém. Ao contrário; tem o imenso valor de tornar visível um género sempre em horas baixas e, aliás, é um dos escassos prêmios galegos livres do Apartheid ortográfico. Mas *A razão do perverso* dificilmente pode acomodar-se na etiqueta de literatura erótica. Voltaremos nisso. Porque, com certeza, a sua leitura desorientaria quem procurasse nele um texto “quente”, sem mais aditivos – isso no suposto de existirem os tais textos eróticos sem outras pretensões.

O autor joga a exibir algo mais profundo do que a pele; a carne. Ou simplesmente será que a pele tem diversas camadas. Pode tratar-se da suavíssima pele do sexo dessas poetas-amantes que aparecem evocadas em cenas selvagens ou daquela mais curtida doutras partes do corpo. Em qualquer caso, é simples envoltório, onde falta o essencial, o que está dentro. Como a pele é fronteira subtil – a primeira fronteira, fácil de turbar e de penetrar no jogo erótico – a maneira de trespassá-la faz parte de toda *ars amandi*. Mas o poeta não se conforma com isso: evoca o erotismo com modos malandros, escan-

daliza. Lá é que pode começar a soltar as fúrias. Porque este livro, por muito que fosse felizmente premiado no Ilhas Sisargas, é tudo menos erótico. E a julgar por entregas anteriores, como *A outra voz* de Verónica Martínez Delgado e Alberto Momán, os júris do Ilhas Sisargas entendem o erótico duma maneira pouco convencional, o qual também deve ser celebrado.

Não convocam precisamente para o desejo os muitos “orgasmos simulados com a face falsa de Lisa Ann”, nem que importe pouco a intensidade do prazer. A libido chega da contradição, duma ela, “tão branca e estática”, que mal pode ser imaginada “com as suas coxas a ressumarem humidade”; da contradição entre o real e o sonhado: “e em nenhum corpo encontro / o que sonhei do teu corpo, / em nenhum quarto / a casa que desejei, / em nenhuma nação, o teu sexo”. Também da sensação da fugacidade do tempo: “Porque já nunca serei / o fauno do teu jardim”. Poderíamos suspeitar que ela, tão branca e estática, é a língua, se não fosse que o poeta quis começar in media res, quer dizer, que se resiste a ver expostos os seus símbolos. Mas é a ferocidade que se invoca, de maneira que as carícias dessa amante constroem projetos de livros que nunca chegaram a ser. As imagens mais fortes, com masturbações, cuecas e cricas, servem para o autor reconduzir a nossa sede de sensualidade. Deslocam essa sensualidade para outro sítio. Porque no sexo sempre se está a decidir outra coisa. Talvez, a mentira atroz de manter a esperança – como um casal de muitos anos que perdeu a fruição. Talvez, as mentiras não menos atroz em que vivemos, a nadar em sistemas – também literários – banalizados, com o seus círculos e os seus livros que ninguém lê. Talvez seja apenas que o passado, insistentemente mencionado, onde ainda havia voz e as palavras tinham sentido, avisa da dificuldade do ato sexual, que não sabe de tempos verbais e se realiza num agora fugaz e, curiosamente, permanente. “Não me custa não ser / não ter obra, não ler [...] Não me custa não estar, / não ter terra, / não te amar”. Os amantes desafogam-se entre as vísceras das crianças não nascidas quando já largaram tudo de si. Ou quando tudo se foi embora. A primeira a marchar, por sinal, foi a língua. E não será cá a língua o músculo erótico por excelência. Não.

O autor pratica um jogo de ocultações para aplicar-se à técnica freudiana de sermos na realidade o que mais precisamente ocultamos e tenta desenvolver uma política da carne, assim a chama, convencido de que quando tudo vale, a única honra é não estar; toda uma declaração de intenções. E uma lição de vida, com todo o seu *pathos* e a sua eloquência.

Texto denso, envolvido em referências literárias e filosóficas, num jogo de citações que definem um cenário mal ventilado, onde se move uma voz desesperançada e lúcida. Leitura múltipla, do corpo ao político, da escrita à paixão de resistir “numa estirpe de desterrados”, onde a voz masculina pretende falar despudoradamente de sexo – mas não quer ou não pode aban-

donar uma inusitada ternura para a condição humana, um tom por vezes humorístico, ciente das limitações do prazer e, contudo, da sua força. A tensão sexual paira entre o irreverente e a sua inevitável condição de consolo. Para incomodar. Para inquietar. Para debruçar-nos sobre a carne que está sob tantas camadas de pele suave e lasciva. E a poesia torna-se um órgão de conhecimento, uma espetacular anatomia do que se passa por dentro deste corpo social minúsculo que transitamos, onde, se for possível, um francoatirador autêntico – quer dizer, um poeta – largaria tudo para foder.

Texto publicado o 9 de janeiro de 2017 no Portal Galego da Língua.

***Racismo em português.
O lado esquecido do
colonialismo***

Joana Gorjão Henriques

Lisboa: Tinta da China, 2016

Maria Dovigo

O livro que nestas linhas apresento é o resultado de uma série de reportagens feitas para o jornal Público em 2015, ano em que se comemoraram os quarenta anos de independência das colónias portuguesas em África. As reportagens, em suporte escrito e fílmico, ambos fornecidos na presente edição, têm como tema explorar as marcas da visão das raças do período colonial nas cinco ex-colónias. A motivação é trazer uma perspetiva crítica à narrativa única do colonialismo português como “colonialismo brando”. Na introdução a autora diz ter ganho essa consciência crítica em dois anos que passou a estudar a questão racial nos Estados Unidos e no Reino Unido, onde pôde verificar a diferença de produção crítica sobre o papel do Ocidente na discriminação racial nestes países e em Portugal. As motivações da jornalista também se prendem com a experiência na sociedade portuguesa, em que a presença de africanos desde o século XV não tem, nem na atualidade, a representatividade que lhe corresponderia. O método para chegar a esta visão da história na perspetiva de quem sofreu e sofre discriminação racial foi a da entrevista a umas cem pessoas. Já na introdução se alerta para o facto de que ainda que no conjunto das entrevistas há testemunhos recorrentes, cada país tem uma visão diferente do colonialismo, até porque, como alguns estudos recentes sobre a história do racismo fazem patente (por exemplo o completo ensaio *Racismos. Das cruzadas ao século XX*, do historiador Francisco Bethencourt, publicado em Portugal na editora Temas e Debates em 2015 a partir do original em inglês

de 2013) o colonialismo não foi simplesmente transplantar um sistema socioeconómico da Europa para outro contexto. O diálogo, mesmo assimétrico, teve de se fazer nos dois sentidos e os colonizadores tiveram de estabelecer diferentes estratégias de colonização segundo as sociedades.

O livro organiza-se em cinco capítulos, correspondentes aos cinco estados. Cada capítulo complementa-se com um apartado dedicado a descrever a rota da escravatura em todos estes territórios, “banda histórica”, como a autora a denomina, necessária, sobretudo se se considera que a coroa portuguesa foi o primeiro país a fazer comércio com o transporte de escravos de África para a América. O motivo explícito é o de acabar com a inércia do “apagão de África”, a obrigatoriedade de os africanos renunciarem à sua identidade cultural no sistema colonial, e o “arrastão ideológico”, as marcas da ideologia da subalternidade que persistem mesmo quatro décadas depois do fim do império. Tudo na perspetiva de que o racismo é uma construção ideológica que serve a um projeto político e económico, não uma marca de ignorância nem um traço inerente do ser humano, e que, portanto, deve ser contextualizado nos projetos políticos e económicos que o utilizam como instrumento fundamental de dominação e nas sociedades que o sofrem.

Vários dados históricos ficam patentes nos testemunhos. O mais evidente é o da heterogeneidade da colonização portuguesa nos diferentes países. Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, ilhas desabitadas quando chegaram os portugueses, são sociedades de base escravocrata. Já Angola é um mosaico de etnias e línguas e Moçambique era já um território com gente de influência multirracial antes da colonização. Segundo o testemunho do historiador Leopoldo Amado, a colonização efetiva da Guiné-Bissau durou apenas de 1936 até ao despertar do nacionalismo, por volta do ano 1960. A tradição guerreira dos territórios da atual Guiné-Bissau também explica que a colonização não fosse tão efetiva como nas outras colónias. Mesmo há relatórios que demonstram que, a dada altura, Portugal tinha mais despesas do que lucro na Guiné e que só mantinha a colónia porque se caísse, como veio a acontecer com a luta encabeçada por Amílcar Cabral, todas as demais colónias se seguiriam. Outro dado, ligado ao anterior, é que a chamada “lei do indigenato” não se aplicou em todos os territórios. São variados os testemunhos da separação real da população indígena e a portuguesa na Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, mas a lei não se aplicava em São Tomé e Príncipe nem em Cabo Verde, cuja população, maioritariamente mestiça, recebia outro tratamento por parte do regime político português. Preocupa a persistência da separação no facto de a pobreza continuar associada na atualidade à população negra. A isto contribuiu o facto de a escolaridade ter sido reduzida para os negros durante todo o período colonial.

Há ainda testemunhos do questionamento do mito do lusotropicalismo do brasileiro Gilberto Freyre, segundo o qual o colonialismo português se diferenciaria dos outros colonialismos pela miscigenação, principal argumento na ideia do “colonialismo brando” português. Os testemunhos recolhidos apontam para o facto de as relações que levaram à miscigenação se darem em um contexto de dominação e ainda a conveniência desta teoria para o discurso paternalista de Oliveira Salazar e Marcelo Caetano. Chama-se à atenção para a necessidade de passar de uma narrativa propagandística da história para uma reflexão crítica que permita a catarse necessária para ultrapassar a subalternidade que ainda persiste na visão que muitos cidadãos negros destes países têm deles próprios, o dominado a reproduzir a sua própria condição, segundo as palavras do sociólogo guineense Miguel de Barros. O facto de que as marcas ideológicas sobreviveram ao sistema colonial faz evidente a urgência da reflexão. Para essa narrativa catártica são vários os testemunhos que apontam vias à necessidade de recuperar a identidade africana, especialmente em Cabo Verde, onde, dizem vários testemunhos, ser africano é um tabu. Apontam que, apesar dos quarenta anos de independência, o ensino veicula conteúdos predominantemente europeus. Uma das bandeiras que apresentam é a do ensino da história de Cabo Verde antes da chegada dos europeus a África. Também há testemunhos sobre o apagamento das línguas próprias e as iniciativas para as revitalizar, sobre a inspiração do pan-africanismo, a reivindicação ancestralidade africana para repor o papel de África como farol do conhecimento ou a importância de estadias nos Estados Unidos para a tomada de consciência da questão racial. Já nos capítulos dedicados à rota da escravatura, é de interesse para o leitor a narrativa dos historiadores africanos, os testemunhos sobre a resistência dos escravos, a visão do escravo como ser dinâmico, o papel da Igreja na “ladinização” e no comércio de escravos e a dimensão de um comércio, o dos escravos, que foi fundamental para a criação da economia-mundo. Por último, o posfácio “As gramáticas da diferença que o racismo nomeou”, do professor da Universidade de Coimbra Manuel Bandeira Jerónimo, refere-se ao racismo como gramática organizadora da ordem imperial moderna e do contexto histórico que instrumentalizou e potenciou a ideologia racista: a competição pela “tomada de posse do mundo” e a sua imaginação cartográfica e iconográfica, o comércio de escravos e a Inquisição. A difusão das reportagens e do livro são um marco no jornalismo português. Disso é sinal o impacto e a resposta que está a ter na sociedade portuguesa. Tive a ocasião de estar presente em duas sessões com a jornalista, uma com a exibição de excertos do documentário, organizada pela Djass-Associação de Afrodescendentes, e outra de apresentação do livro em junho deste ano 2016 e pude ser testemunha da alargada convocatória, com salas cheias, e dos

longos e intensos debates que gerou. A função catártica foi visível nestes atos. Já para o público galego este livro tem um duplo interesse. Por um lado o de dar-nos um ângulo vivo sobre as sociedades africanas abrangidas pelo espaço da lusofonia e por outro como documento que chama à atenção para o contexto mundial em que se formou a narrativa nacionalista portuguesa no contexto de competitividade entre as potências coloniais do Atlântico europeu, uma perspetiva inexistente nas considerações comuns que se fazem sobre a identidade portuguesa na Galiza, onde o que predominam na visão de Portugal são os discursos das relações galego-portuguesas.

Chamo também a atenção para o catálogo da editora Tinta da China, uma editora independente fundada em 2005, em uma sociedade com cada vez menos editoras e livrarias independentes. O catálogo da Tinta da China distingue-se pela alta qualidade gráfica e por apostar em algumas publicações comprometidas necessárias para uma democracia real, como a de *Diamantes de sangue*, do jornalista Rafael Marques, sobre os crimes praticados em Angola à volta do comércio dos diamantes, e cuja publicação custou um processo à editora. Mas também uma vasta lista de ensaios sobre a história e as sociedades africanas e sobre o período do Estado Novo em Portugal.

Comprender Portugal

Carlos Taibo

Madrid: Catarata, 2016

António Gil Hernández

Começo por tomar emprestadas opiniões de Xerardo Pereiro e de Rafael Cid sobre o livro do Carlos Taibo, *Comprender Portugal* (Madrid, Catarata, 2016).

Xerardo Pereiro, professor na Universidade de Trás-os-Montes, adverte ao possível leitor português:

O livro, redigido em castelhano, tem por base não só a experiência vivencial subjetiva e próxima do seu autor, mas igualmente uma profunda e bem fundamentada revisão da literatura científica e literária escrita sobre Portugal. A publicação está estruturada em 5 [cinco] capítulos, que abordam a geografia, a história, a literatura, a língua galego-portuguesa, as relações com o Brasil, a cozinha portuguesa, o fado, o futebol e o estilo artístico *Manuelino* enquanto eixos diacríticos das identidades portuguesas. (*Análise Social*, 218, LI 1.º, pp. 200).

E termina:

De forma sumária e para concluir, podemos afirmar que estamos face a um excelente livro, com uma abordagem que pode contribuir para reduzir o etnocentrismo intercultural ibérico e contribuir para melhorar a compreensão da diversidade cultural de Portugal e da Península Ibérica. Pensado para um leitor espanhol, consideramos que o seu valor e interesse vai mais além dessa intenção original, representando também uma mais-valia para Portugal e para o conhecimento dos portugueses relativamente aos modos como os outros olham para nós. (ib.: 203).

Pelo seu lado, Rafael Cid, colaborador de *Rojo y Negro*, "vocero de la Confederación General del Trabajo (CGT)", assinala:

O texto que comentamos interroga-se sobre a existência de Portugal; explora a sua história antiga e contemporânea; percorre os momentos singulares da sua literatura; esboça apontamentos sobre cozinha, fado, futebol e arte *manuelina*; aborda a questão colonial e sua especificidade no caso do Brasil e, mormente, penetra nos problemas do idioma português a respeito do galego como heterónimos [sic] linguísticos. Almas gémeas com um ponto de distinção. Como a famosa lenda do galo de Barcelos, símbolo e apelo de Portugal, que cantou depois de asado para assim proclamar a inocência de um peregrino galego a pique de ser aforcado por roubar.

Comprender Portugal descobre-nos que, no seu ser íntimo, os nossos paisanos têm um sentimento nostálgico da vida. Que se exprime em aptidões como a saudade (*um mal que se desfruta, um bem que se sofre*) e expressões na fronteira do vitimismo, ao jeito da do grande escritor Miguel Torga: *é decerto uma penitenciária andar pelo mundo com Portugal nas costas*. Amamos Portugal porque não gostamos dele? Ainda que esses mesmos desencontros servem à lógica do autor para resgatar em definitivo aspetos gozosos de uma sociedade ensimesmada: *Chamativo, e afortunado, é o facto de não existir ainda nenhuma linha de alta velocidade em Portugal*". (in *Rojó y Negro*, 18 de novembro de 2016 <http://rojoynegro.info/articulo/ideas/el-portugal-carlos-taibo/>; a tradução é minha. *Ollaparo* também o traduziu, online: <http://ollaparo.gal/2016/11/08/o-portugal-de-carlos-taibo/>)

E acaba:

Mas justamente agora, fazendo da necessidade virtude, talvez caberia a especulação audaz de uma fusão inter-nacional que redundará em um reposicionamento melhorado dessa hipotética Ibéria pelo peso populacional, económico e geoestratégico no quadro de uma UE mais democrática, solidária, ecológica e social. Semelhante proposta aprenderia do precedente da reunificação alemã e contaria em seu favor com uma receção positiva em toda a América Latina.

Em suma, um livro tão útil quanto necessário, escrito contra a preguiça mental [...] e a desidia intelectual, que nos permite a alguns recalitrantes continuar reivindicando aquele *menos mal que nos queda Portugal*.

Os excertos correspondem aos parágrafos iniciais e finais de ambas as resenhas, que tomei propositadamente, porquanto entendo que nesses lugares do texto, de qualquer texto, que os autores exprimem resumidamente o seu pensamento. Em ambos os casos considero parágrafos iniciais, não os primeiros em que se dá conta da pessoa e publicações do Prof. Taibo, mas os imediatos em que se opina sobre o livro em causa.

Na contracapa ou capa posterior do livro pode ler-se:

Carlos Taibo es profesor de Ciencia Política en la Universidad Autónoma de Madrid. Autor de libros sobre la Europa central y oriental contemporánea, la globalización, el decrecimiento o los movimientos de resistencia, no es esta su primera aproximación al mundo portugués. En relación con este ha

publicado *Parecia não pisar o chão. Treze ensaios sobre as vidas de Fernando Pessoa* (Através, 2010; [que merece ser comentado com cuidada demora] versión castellana, *Como si no pisase el suelo*, Trotta, 2011), *Galego, portugués, galego-portugués?*, junto con Arturo de Nieves (Através, 2013), y una traducción ficticia, al gallego, de la *Poesía* de Fernando Pessoa (Los libros de la Catarata, 2014).

Seja como for, em *Comprender Portugal* acho temas, assuntos e motivos bem salientáveis quer por serem esclarecidamente tratados, quer por suscitarem comentários e mesmo textos que os completem e critiquem.

Particular interesse tenho no tema, furente na Galiza, que Carlos trata no c. 4., *Portugal y Galicia: a vueltas con la lengua*. Valeria a pena tratá-lo com detenção e apostilar alguns aspetos, básicos, elementares, como os relativos à raiz política, não partidarista, mas de organização do estado-reino bourbónico e as suas derivas *naturais*.

Delas a primária e mesmo primitiva resume-se na peculiar conceção jacobina, dominante nas notabilidades espanholas, entre as quais, não paradoxalmente, abundam apelidos estrangeiros, a começar pelos reis, ontem Habsburgos e sobretudo Bourbons hoje. Se, para além dessa conceção radical, acudir às práticas para a executar (sic), acharei a contradição insita no projeto e processo nacionalizador: em aparência assente na modernidade, o estado-reino, España, fica imóvel na reação mais brutal, bem ativa ainda no presente. Eu venho definindo o reino bourbónico de España como apenas reacionariamente moderno.

O jacobinismo francês, após guilhotinar o Bourbon, oferecia a *langue nationale* como factor de progresso e liberdade; o jacobinismo español, não só não guilhotinou o rei, mas colocou-o como garante, *sui géneris*, da modernidade, minorada, e da liberdade amordaçada. Neste reino nunca foram efetivos os princípios revolucionários burgueses, *liberté, égalité, fraternité*, salvo no breve reinado do Bonaparte, José I, e durante a II República, e *cum mica salis*.

Tal acúmulo de contradições, radicais, gravita negativamente sobre a organização e ordenamento das *lenguas españolas*, que Carlos Taibo caracteriza redondamente, e sobretudo sobre os direitos fundamentais que os seus utentes puderem exercer ante as instituições do reino.

Nas recensões acima citadas os autores tratam o assunto muito desigualmente. Rafael Cid (do ponto de vista *español?*) mal cita a *problemática del idioma portugués en relación con el gallego*. Não muito mais explícito se amostra Xerardo Pereiro nos seus comentários ao acima referido c. IV; deles saliento:

[...] o autor analisa neste capítulo [IV] a proposta do reintegracionismo linguístico galego-português e também as suas críticas, uma problemática que já tinha sido alvo de outra importante publicação do autor (De Nieves e

Taibo, 2013). Esta secção do livro tenta elucidar os leitores espanhóis sobre a ligação da Galiza com a lusofonia (ou lusogalegofonia) e apresenta propostas filológicas para a intensificação desse vínculo entre os codialetos galego-portugueses, que envolvem uma comunidade de mais de 200 milhões de falantes. Como reconhece o autor, neste debate há quatro níveis que se entrecruzam: o da ortografia, o da língua, o da cultura e o da política. (Pereiro 2016: 201-202)

Pela minha parte, reparo e fixo-me, desse c. IV, na secção "Una discusión poliédrica", em que Carlos precisa e ordena as reflexões precedentes (traduzo para português):

Quatro são os níveis da discussão que coloca a proposta reintegracionista: o ortográfico, o linguístico, o cultural e o político. [...] No referente ao segundo [*nível linguístico*], continuam abertas muitas discussões no atinente ao perfil que deva assumir a língua da Galiza. Sobre a base do objetivo de essa língua deixar de ser um jeito de *gallego-español* para se converter em galego-português, cumpre admitir que as consequências precisas desse trânsito são discutíveis. Basta com mencionar as disputações [...] sobre o que convém fazer com o galego popular. Não há muita margem para a discrepância no que atinge ao terceiro nível [*cultural*] (p. 197)

A meu ver, como venho dizendo, os assuntos do idioma galego ou, com maior precisão, da Comunidade Lusófona na Galiza, cujos agentes e pacientes são pessoas, são os radicalmente decisivos. Explica Carlos Taibo:

O terreno da política é [...] singularmente lamacento, na medida em que abrange, ou pode abranger, perspectivas muito diferentes. Há quem pensa [...] que comunidade linguística e comunidade política devem procurar confluir, e há quem estima o contrário. Há quem considera [...] que a solução reintegracionista só deverá abrir-se caminho quando a Galiza se integre em Portugal, como há quem dissente de forma radical de tal conclusão. (p. 198)

Acho esclarecedor o fim do c. IV, embora fique inconcluso:

Que dizer do que significa, em um mundo ao invés, que quem é presidente galego no momento de escrever estas linhas, Alberto Núñez Feijoo, colaborador ativo de um processo de homicídio de uma língua, tivesse a bem defender em uma rádio madrilena a utilidade do galego para se desenvolver, em todos os âmbitos, na lusofonia... (Ibídem)

Muito poderia prolongar a resenha e discussão não apenas sobre a Comunidade Linguística, lusófona ou não, da Galiza ou na Galiza. Contudo, acabo por uma referência ao iberismo, que o Prof. Taibo trata quase de passagem no c. 2, na secção que intitula *Una nota sobre el iberismo*. Começa o Professor:

De muito tempo atrás faz-se valer uma disjuntiva na vida portuguesa: quer considerar esta como parte integrante de um todo peninsular, quer procurar uma definição sobre a base da vontade expressa de desdenhar esse todo e procurar outros horizontes. (p. 96)

E precisa:

Convém salientar que são várias as interpretações que se ofereceram para determinar o sentido da impulsão iberista. [...] do lado português o iberismo revela a ausência de confiança nas capacidades próprias, traduzida na defesa de alianças externas que permitam resolver os problemas do país. [...] Seja como for, no transfundo da proposta iberista fez sentir-se amiúde a ideia de que esta deveria constituir um antídoto perante a decadência de ambos os estados peninsulares, argumento muito caro, por sinal, a Oliveira Martins. Em um sentido próximo, Boaventura de Sousa Santos assinalou que o iberismo se revelou muitas vezes [...] como uma forma de nacionalismo ampliado. (pp. 97-98)

Não sei se a discussão se acha um tanto preterida por culpa de a República portuguesa e a monarquia espanhola ficarem incluídas na União Europeia, aliás, seletivamente seguradora dos estados europeus existente. Contudo, seria bom que, pelo menos, fosse submetida a discussão séria a possibilidade de reorganizar os diferentes grupos (nacionais) hoje assentes na Península Ibérica, mesmo atualizando propostas *velhas*, como a sustida por Rafael Maria de Labra y Cardana (1840-1918), krausista e institucionista, como o Johán Vicente Viqueira.

Apesar do escasso tempo estudado e da publicação recuada, o livro de Maria Victoria López-Cordón, *El pensamiento político-internacional del federalismo español (1868-1874)* (Barcelona, Planeta, 1975), pode orientar as discussões, a meu ver, necessárias, para a sobrevivência digna da Galiza e mesmo da República portuguesa. O c. 4: El iberismo (I) e o c. 5: el iberismo (II) oferecem informações infrequentes e suscitam questões que hoje deveríamos colocar-nos ... e responder ou resolver.

Acabo citando textos de fácil consulta (acham-se nas redes) que, sem embargo de particulares, complementam a bibliografia, ao efeito, que Carlos Taibo generoso nos oferece:

Paulo Bruno Rodrigues Ferreira (2016), *Iberismo, hipanismo e os seus contrários: Portugal e Espanha (1908-1931)*. Tese para a obtenção do grau de Doutor em História (especialidade de História Contemporânea), Universidade de Lisboa, 405 pp.

Ulpiano Vicente Hernández (1990), "Pensamiento político-educativo del Rector de la Institución Libre de Enseñanza D. Rafael M.^o de Labra y Cadrana" in *Revista Universitaria de Formación del Profesorado* núm. 7, pp. 67-88.

Montserrat Huguet (2007), "El Iberismo: un proyecto de espacio público peninsular (I e II), in *Alcores* núm. 4, pp. 243-275.

Rafael María de Labra y Cadrana (1900), "Política internacional" in *La Correspondencia de España*, año LI núm. 15.454, p. 2. Online:

<http://www.filosofia.org/ave/001/a268.htm> Inclui-se bibliografia abundante.

Franco Nogueira (2011), *Portugal e o Iberismo* (I-V), online: <http://liceu-aristotelico.blogspot.com.es/2011/02/portugal-e-o-iberismo-i.html>
<http://liceu-aristotelico.blogspot.com.es/2011/02/portugal-e-o-iberismo-i.html>

José Antonio Rocamora Rocamora (1989) "Un nacionalismo fracasado: el iberismo" in *Espacio, Tiempo y Forma* núm. 2, pp. 29-56.

Se os carvalhos falassem

Concha Rousia

Compostela: Através, 2016

Brites Araújo

Quando, em Ponta Delgada, nos Açores, tratava de divulgar a apresentação de *Se os carvalhos falassem*, a primeira pergunta que me faziam e que se repetia como um refrão era “De que trata o livro?”.

A resposta de que era um livro de poesia pareceu, invariavelmente, satisfazer a curiosidade de todos quantos perguntaram e encerrar, desde logo, a questão. Afinal, poesia é poesia, trata de tudo; basta-se enquanto veículo das vozes capazes de transmutar o ser em linguagem inteligível aos sentidos, de dar dimensão estética ao pensamento, de transpor a opacidade do tempo e de dar mais, ou outro, sentido ao sentido que as coisas têm. Por isso, quando dei por mim a pensar repetidamente nos termos de uma temática deste livro da Concha Rousia, tratei de enxotar essa ideia que me parecia bizarra e arriscava colocar limites ao que é, pela sua natureza presente, livre e ilimitável. E, no entanto, como a Terra de Galileu, este livro movia-se, move-se, ainda além da sua linguagem poética, do prazer estético que dela se retira, das emoções que desperta e do que em cada leitor, individualmente, pode evocar. Move-se, e move-nos, no sentido da sua coerência e da força de uma poética, que, claramente consciente de si, nos leva, uma e outra vez, para o espaço generativo e regenerativo da memória, explicitamente apresentada como reduto sagrado e inexpugnável no poema “Tempo de se render não”, e para uma hermenêutica onde a dimensão simbólica, funcionando logo desde o título, nos desafia e nos vai remetendo, a cada verso, para uma espécie de *hipertexto* que a autora nunca perde de vista e com o qual constrói a coerência a que me referi.

No poema inaugural, que empresta o nome ao livro e me parece ser a chave para a sua interpretação, a carga simbólica que é atribuída aos carvalhos envia, muito cedo, para uma voz profundamente ligada ao telurismo das origens e comprometida com uma herança identitária, reiterada ao longo do livro, onde o elemento celta, para além de evocado, é invocado no sentido do resgate: resgate de um mundo que se vai perdendo na memória coletiva e, por consequência, adensando o silêncio (aqui entendido também como privação da fala própria) e a solidão da memória individual onde esse mundo ainda persiste. Na primeira estrofe, pode ler-se:

*Se os carvalhos falassem // não ficaria eu tão só // e as minhas conversas
// deixariam de ser monólogos // que me queimam na gorja [...]*

A construção condicional, que se repete no início de cada estrofe deste poema, ao enviar para a factibilidade de os carvalhos não falarem, proporciona à voz poética chamar a si a propriedade de falar por eles e com eles e, assim, fundir-se nessas entidades a quem reconhece o poder de resgatar do silêncio e do apagamento não só a sua ancestralidade, como a as circunstâncias de uma pátria própria:

*Se os carvalhos falassem // seus os meus ouvidos // minhas as suas
queixas // meus os ancestrais e os druidas // e as fadas do monte que há de
herdar o meu corpo /// Se os carvalhos falassem // escutaria eu não outra
fala // meu o refúgio entre urzeiras e carpaços // minhas a paz e a
liberdade // meu o meu destino // minha a minha pátria.*

@@Este dialogismo que marca todo o poema concorre para que se passe a escutar na instância poética o sentido de uma autoridade telúrica ancestral, com propriedade para se substituir aos carvalhos enquanto agentes de resgate e guardiões da herança identitária. Assim, deste poema (significativamente dedicado ao pai), emerge uma *voz druidica* que, no processo de transformar memória em poesia, se faz detentora dos saberes antigos, mas que, por via dessa posse, se vê sujeita aos sortilégios dos mesmos saberes. É ainda este poema que me parece dispor os termos segundo os quais os restantes devem ser entendidos e se define como o ponto de onde deriva um conjunto deles (os quatro iniciais, respetivamente dedicados ao pai, à mãe, a Covas e à Galiza), conjunto que me parece ser o núcleo do mundo silenciado e constituir o foco da voz que articula o todo da obra. A sua ligação imediata ao segundo poema dá-se não só pela contiguidade da dedicatória, como pelo material orgânico e simbólico que partilham. Intitulado “De madeira”, e dedicado, como já disse, à mãe, nele se dá minuciosamente nome às coisas que compõem o mundo guardado na memória individual, como que para que possam, devidamente nomeadas e resgatadas do esquecimento, ser restituídas ao coletivo. De facto, é na língua/mãe (ou, por extrapolação simbólica,

língua-mãe) enquanto lastro identitário que parece assentar o sentido mais profundo deste segundo poema, de onde resulta quase um glossário do campo lexical que evoca a casa, a aldeia, a sua existência e as vidas a elas ligadas. Não cabe aqui enumerar a quantidade de palavras que nele são recuperadas, mas volto-me para duas das suas estrofes:

*De madeira o **faiado** // que fala com o telhado // e não lhe deixa meter adentro a geada /// De madeira o **tabuado** que divide a **estância** // que separa o lugar de dormir e o aconchega /// De madeira a **ucha** de guardar o linho // De madeira a **artesa** onde se amassa o pão // De madeira o **arcas** do grão e a **toga** de medi-lo // De madeira o berço dos meninos que medraram // De madeira a escada que sobe ao **sobrado** [...].*

É ainda para o espaço existencial da aldeia que remete o terceiro poema, intitulado “Canção de Emílio ou a Morte da História”. Dedicado a Covas, a aldeia natal, nele a poeta cumpre com o desígnio de ser voz de vozes e introduz outros dois elementos que afetam e dificultam a memória, apresentando-os como os inimigos mais cruentos, aqueles contra os quais lutar se torna tarefa quase inglória: o Tempo e a História. Cito-a, na voz desse sábio, e subtilmente irónico, Emílio:

Dantes contentava-se com os mortos // com o seu ritual de doença e despedida // mas agora, alimária alimentada pela história // não lhe avonda com os corpos /// O mundo pegou a volta // onde ontem viviam os nossos mortos // hoje morrem em desespero as nossas vidas [...]

A constatação dos danos causados pelo tempo e pela história nos lugares onde a memória se foi fazendo, seja a individual, ou a coletiva, é motivo de reflexão poética em diversos momentos do livro e retomada em poemas como, “Antela”, “O carro das duas vacas”, “Corcoesto”, “Em Castro Baronha”, “A noite continua”, bem como em boa parte daqueles, e são alguns, com o título de “Galiza”, que ecoam, ainda, as horas em que o resgate se torna mais doloroso. Nesses momentos, em que sobrevém o desalento e o cansaço, emergem confissões de profundo sentido universal, onde, por vezes, não se distingue a realidade histórica desses lugares da memória, da realidade existencial da voz poética:

Já não sou eu quem me define // É só a minha inexistência a falar por mim...;

ou ainda interpelações sobre a própria natureza das coisas, que, rapidamente, levam de novo à questão da existência:

acaso podemos dizer que a flor que nunca viu o sol // que não tem cor, que não tem cheiro... nasceu?

Outra ordem de desalento, mais *crispado* do ponto de vista da linguagem e da forma, mas, quiçá por isso, talvez mais eficaz no que toca o legitimar da luta pela recuperação identitária, é o que veicula o quarto e

último poema deste conjunto nuclear. Sob o título de “O país das serpes” e dedicado à Galiza, introduz, de modo explícito, os contornos da realidade linguística da voz poética.

[...] *tenho uma língua na boca // e outra nos ouvidos // uma me liberta // outra me invade*

diz essa voz, e, a partir desta espécie de cacofonia, envia não só para o sentido de uma existência dividida, quase límbica, como para a angústia de sentir que, a partir dessa existência, se desarticula também o espaço de construção, ou de reconstrução, da identidade cultural e de resgate do mundo para onde a memória remete. Trata-se de um poema que funciona como mote para os outros que, ao longo do livro, retomam a língua como elemento estruturante do ser (*Quem perde a sua língua // não tem mais deus // não tem mais pátria // não tem onde ir morrer*) e que a configuram como, simultaneamente, espaço de recuperação identitária e como, ela própria, objeto que urge resgatar. Não é simples, nem pouca, tal empresa. E se é verdade que neste poema, em particular, se percebe um conjunto de sentimentos capazes de derrubar o mais bravo ou a mais brava resistente, não é menos verdade que, ao longo do livro, é sempre coragem, crer, sonho e generosidade o que mais se colhe:

É noite, e os meus irmãos andam perdidos [...] // Mantereí o lume aceso para o seu regresso // Juntarei mais e mais e mais lenha // E mesmo se eles nunca mais regressam // Eu ficarei sempre a esperar por eles [...]

Mas a generosidade desta voz, que por vezes se quebra, se cansa e se desespera, vai ainda além da geografia que identificamos no livro (Covas, Galiza, na generalidade); vai ao encontro daquele telurismo que se funda na consciência de um universo onde as causas, as lutas, as pátrias, nos aparecem demasiado pequenas e irrelevantes perante a imensidão e a beleza originais. E é nesta consciência de si no mundo e no tempo que ela recupera, para si, como para o leitor, o equilíbrio, a paz e um sentido de pertença a algo muito maior do que a geografia:

INDO NAS ESTRELAS — MEDITAÇÃO CELTA

*Que ridículo me parece tudo nesta hora
de beleza cósmica da madrugada*

*Que ridículo me parece sofrer sonhar desafiar
os limites próprios e ainda mais desafiar os alheios*

*Ante esta imensidão que penetra os meus sentidos
tudo me parece pequeno, diminuto, efêmero...*

*Que ridículas me parecem as pátrias
os amores impossíveis as causas perdidas*

*Que ridículo me parece desde aqui o homem
com a sua pretensão de interpretar este silêncio
esta insondável nau que ele usa como espelho e nem vê*

*Nesta hora de magia te vejo a ti meu bem, te vejo
tão igualado com as moscas nesse errático voar
nesse voo livre predestinado a ir ter ao pote do mel
tão previsível que matas a magia que vive em mim*

*Que ridícula me sinto, eu e as minhas palavras mortas
sacrificadas no rito banal de falar com as pedras
que ridícula eu por querer padecer a dor de outrem*

*Que ridículo deus!!!... esse deus criado pelos homens
Pequenino e assustado como eu quando choro*

*Nesta hora perfeita inclusive morrer parece-me ridículo
nada que eu faça poderia alterar esta magia estelar
este silêncio pleno sem nada a faltar com nada a sobrar*

*Nem a Melra voa, nem o galo canta, ficam como eu
a espreita para sentir o Universo ir sem saber o seu rumo
ir sem necessitar saber, ir sem necessitar inventar
ir sem necessitar necessitar...*

*Nesta hora hoje a minha alma renasce de novo
sem passado, sem futuro que já antes não tinha
mas só agora aceita o que fora definido inaceitável*

*E o presente é essa eternidade que não precisa de mim
finalmente sou livre, ridícula mas definitiva-mente libertada*

*Que ridículo me parece o meu desejo de permanecer
de me perpetuar num cenário particular de um filme infinito*

Tudo é irrepeticamente irrepetível, ficar seria perder-se

*É por isso que hoje vou... os meus olhos vão, os meus dedos vão
e a minha poesia, que é quem me guia, a minha poesia, vai...*

***Solilóquios com Manuel Maria
sobre Versos do lume e o vaga-
lume (1982), A luz ressuscitada
(1984), Oráculos para cava-
linhos-do-demo (1986)***

António Gil Hernández

Compostela: AGLP, 2016

Roi Vales da Oliveira

Assim intitula António Gil Hernández o Anexo 4 ao *Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa*. Precederam-no *Galiza: Língua e Sociedade, XIV ensaios*, de outros tantos autores, *Etimologias obscuras ou esconsas*, do Higinio Martins Esteves, *Estudos sobre Guerra Da Cal*, na realidade *Atas do Colóquio sobre Guerra Da Cal* (2011) e ainda mais.

O volume de 412 páginas, abrange trinta e três (33) Retalhos de extensão desigual e de estilos diferentes: uns, quase líricos; outros, académicos de mais...

Os que estimo líricos acham-se em fácil relação (?) com as atividades poéticas do autor comentador, como foram os poemários, publicados em suporte papel, *Baralha de sonhos* e *Luzes e espírito*, já velhos, e outros inéditos ou quase éditos, como *Só para falar de amor* ou *Do amor de tudo quanto é livre*, *Das inocências de rosa e lírio*, *Turpifidências líricas*, *Dio, come ti amo*, *Ela e ele*, *Rimas a Amarilis*, *Silveira lírica*, *Ut pictura...*, *Metade silêncio-Tractatus de euphemica dictione*, *Esperança*, *Aldravias a Xia*, *A minha morte*, *Outras aldravias*, *Sem rima*, *Haikais imperfeitos*, *Poemas em -ema*, ... e outros textos, como *Relatos nada exemplares*, *Confissões diminutas*, *Confidências biográficas*.

Quanto aos académicos, sabe-se da edição de textos do Viqueira (*Obra seleta*) e de sonetos do Marinhos del Valle (*Invenção do mar*), bem como de

publicações próprias (ou quase), como *Silêncio ergueito*, *Temas de linguística política* e estes *Solilóquios* que vou comentar. De particular interesse foi, lá, por volta de 1984, ano deveras realista, a sua participação no volume coletivo *Que galego na escola?*, em que se recolhe uma primeira formulação das teses reintegracionistas durante os encontros primeiros organizados pela *Fundación Labaca*, da Crunha, e nos primórdios conflituais da *Associação Galega da Língua*.

Outros trabalhos menores não merecem ser aqui tratados.

Alguma pessoa poderia entender que os *Solilóquios com Manuel Maria* servem de pretexto para acumular mais ou menos organizadamente citações díspares e até (quase) contraditórias, como se a intenção do autor fosse apenas elaborar um centão, *obra recheada de pensamentos alheios*. Mas só parece, porquanto a obra segue uma linha de reflexão e comentários coerente, aceitavelmente lógica. Vale considerar à partida a tensão *monodialógica* sobre que o discurso se desliza, como derivava o prefácio à edição de *A luz ressuscitada* (1984), que publicara a AGAL e ultimamente (2016) republicou *online*. O autor comentador dirige-se a Manuel Maria, *que estás nos céus...*, consciente de que o poeta não responderá... ou sim. Porque as citações oportunas (ou assim procuradas) dos poemas da referida *A luz ressuscitada* (1984), de *Versos do lume e o vaga-lume* (1982) e de *Oráculos para cavalinhos-do-demo* (1986) se tornam nas respostas e nas perguntas e nas confrontações e nas brincadeiras esperáveis em toda a conversação entre amigos.

Antes de continuar, aponto a notícia não menor sobre a pessoa que adaptou a galego reintegrado os dous primeiros poemários e que foi do José Martinho Montero Santalha; não se diz quem adaptou *Oráculos para cavalinhos-do-demo*. António Gil assumiu essa versão, mas passando-a a português galego e confrontando-a com a versão dada, sob autorização do Manuel, na *Obra Poética Completa* (2001), que editou Espiral Maior, da Crunha. Por sinal qualquer pessoa sem preconceitos pode comprovar que há poucas diferenças entre ambas as versões, salvo as estritamente gráficas.

Passo já a comentar com leveza a disposição e conteúdos de *Solilóquios*.

Os Retalhos I, II e III enlaçam-no com textos precedentes, sobretudo com o referido prefácio a *A luz ressuscitada*.

É o Retalho IV que inicia um percorrido diverso e mesmo arriscado ao (quase) identificar a Ânima galega do Manuel com a rosaliana, sob a guia do artigo, "Rosalía, ánima galaica", que o médico humanista e pensador, Juan Rof Carballo, publicou em *7 ensayos sobre Rosalía* (1952). Sucessivamente o autor toma excertos das seções segunda ("feminidade e masoquismo"), quarta ("psicologia da morrinha"), sexta ("complexo de Polícrates"), sétima ("a Sombra e as Benditas Ânimas") e oitava ("ternura e panteísmo") para comentar poemas do Manuel dos Retalhos IV ao IX.

Nos Retalhos X ("Saudade da harmonia") e XI ("Sonoras aladas harmonias") é mormente o Johán V. Viqueira quem inspira reflexões sobre os poemas manuelmarianos.

O Retalho XII, intitulado "A Saleta", trata das dedicatórias que o poeta antepôs aos poemários. Na realidade, só esteve na edição original a dedicatória de *A luz ressuscitada* a Saleta, ternura, comunidade, plenitude, beleza, luz, ...

O Retalho XIII vem a ser como o resumo ou compêndio dos poemários e das variadas análises disseminadas nos *Solilóquios*. Em particular, saliento a comparação dos poemas "A rosa" e "Rosas", que suscitam curiosas reflexões no comentador.

Os Retalhos seguintes abordam temas nediamente políticos: XIV ("Cavalinhos-do-demo"), sobre a sociedade líquida e o amor; XV ("Discurso dominante da classe dominante"), sobre a manipulação jornalística das gentes e realidade galegas, mas com incidência, de novo, no amor humano; XVI ("Respostas") às questões referidas ao *eu lírico*, pessoal, e à Galiza, Povo, Pátria ou Tribo; XVII ("Questões e luzes"), sobre as pequenas cousas e o mistério; XVIII ("Porquê da escrita correta").

Seguem Retalhos que refletem sobre o texto, em particular, sobre o lírico: XIX ("O texto lírico, ironia de outros textos"); XX ("Lírica contra o processo substitutório do Galego? [1]"); XXI ("Palavra ou língua ou idioma ou fala [1]"); XXII ("Palavra ou língua ou idioma ou fala [2]"); XXIII ("Palavra ou língua ou idioma ou fala [3]"); XXIV ("Palavra ou língua ou idioma ou fala [4]"); XXV ("Lírica contra o processo substitutório do Galego? [2]").

Os seguintes Retalhos persistem no tratamento textual, mas de um ponto de vista mais académico: XXVI ("Sobre a enumeração caótica") e XXVII ("Sobre as séries de três unidades [não] equifuncionais").

Os Mitos e Símbolos galegos, que Manuel Maria poetiza, constituem o objeto dos Retalhos XXVIII (1: "Dólmen de Dombate", "Aqui ergueu-se um fogar", "Breogão", "O Medúlio"), XXIX (2: "Digressão italiana", sobre a influência da unificação italiana entre os pensadores da Galiza e a participação de galegos nesse processo unificador) e XXX (3: "São Martinho Dumienne", "O Rei Garcia [II da Galiza e Portugal]", "Roi Xordo", "Pedro Pardo de Cela", "Miguel Solís").

No Retalho XXXI ("A modo de recapitulação: dominância significativa") António Gil procura resumir os assuntos refletidos nos seres, mais simbólicos do que vivos, a que Manuel dedica os poemas "Lavandeira", "Cão", "Emigrantes", "[melancolia]", "Fisterra", "Imagem").

Acaba o livro com dous Retalhos, o XXXII, o reintegracionismo de Manuel Maria, e o XXXIII, notícia biobibliográfica.

Poderia estender-me em assinalar as abundantes gralhas e mesmo erros e alguma confusão imperdoável, mas essas são bagatelas que poderão ser

emendadas e temperadas numa possível reimpressão ou mesmo segunda edição, em todo o caso, corrigida mas não acrescentada.

| | |
|-----------------------|--|
| Título | Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa |
| Editor | Padrão (Galiza): Academia Galega da Língua Portuguesa, 2008 - |
| Periodicidade | Anual |
| Início/fim | N.º 1 (2008) - |
| Notas | Textos em português |
| ISSN | 1888-8763 |
| Depósito Legal | C-2345/2008 |
| Classificação | 009(05) 303(05) |
| Matéria | Ciências humanas - publicações periódicas Ciências sociais - publicações periódicas |



CREATIVE COMMONS LICENCE

Atribuição-Uso Não Comercial-Vedada a Criação de Obras Derivadas 3.0

O utilizador pode copiar, distribuir, exibir e executar a obra* sob as seguintes condições:

- ① **Atribuição.** O utilizador deve dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciante
- ② **Uso Não Comercial.** Não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais.
- ③ **Vedada a Criação de Obras Derivadas.** Não pode alterar, transformar ou criar outra obra com base nesta.

* Para cada reutilização ou distribuição, deverá deixar claro para outros os termos da licença desta obra.

* Qualquer uma destas condições podem ser renunciadas, desde que obtenha permissão por parte do autor.

Esta licença não limita de forma alguma os direitos legais e morais dos autores.

© Os(as) autores(as), 2016 (dos textos).

© Academia Galega da Língua Portuguesa, 2016 (desta edição).

O conteúdo dos textos e as permissões para citações são da inteira responsabilidade dos(as) autores(as).

Apresentação

O *Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa* anuncia a chamada de colaborações para o seu oitavo volume, previsto para o segundo trimestre de 2015. O *Boletim* é uma publicação científica de periodicidade anual, editada pela AGLP, centrada na investigação e teorização no âmbito das ciências sociais e humanas, com ênfase na pesquisa referente à Galiza, às comunidades galegas e ao conjunto da Lusofonia.

Cronograma para o Vol. X

Colaborações: Até 31 de dezembro de 2016
Decisões editoriais: janeiro/fevereiro 2017
Edição e acabamento: março/junho de 2017

Envio de propostas

Os artigos devem ser originais e redigidos em Português a teor do Acordo Ortográfico, ratificado. Enviar-se-ão em arquivo electrónico (formato compatível com Microsoft Word) até 31 de dezembro a: pro@aglp.org

Devem cumprir-se as seguintes especificações:

Página de título e subtítulo com o nome do(s) autor(es), afiliação académica atual, bem como endereço postal e electrónico; os autores indicarão até sete palavras-chave (em português e inglês); resumo (em português e inglês) de 100-150 palavras; texto principal de entre 3.000 e 7.000 palavras para os Estudos, organizado com uma hierarquia clara de títulos e subtítulos (máximo três níveis); referências inseridas no texto (autor, ano;página), ex.: (Moreno, 2006:19-23); sendo estritamente necessárias, notas ao pé, não devendo incluir-se nenhuma referência bibliográfica; as tabelas, figuras, desenhos e ilustrações (originais), com contraste e qualidade apropriados, estarão claramente identificadas e numerar-se-ão consecutivamente; apartado de Referências bibliográficas (ver exemplos a seguir) depois do texto; breve (até 5 linhas) síntese biográfica em folha separada; o texto não deve conter formatações especiais, sublinhados ou negritos; contendo caracteres especiais (fontes fonéticas, históricas, etc.), deve enviar-se o arquivo com a fonte correspondente; os textos que não cumpram as especificações supracitadas serão devolvidos aos seus autores.

Apontamentos legais

Os autores serão sempre titulares dos direitos legais dos seus textos; os autores são responsáveis pelas autorizações para a reprodução de citações, ilustrações, etc. Aplicar-se-ão os termos da licença Creative Commons (by-nc-nd 3.0).

Normas de publicação

Resenhas

A revista incluirá uma seção com resenhas de publicações relevantes; os textos, redigidos de forma clara e concisa, conterão entre 1.000 e 2.000 palavras, a enviar ao endereço electrónico supracitado. Não se aceitarão resenhas de obras inéditas.

Sistema de referências bibliográficas

As referências devem seguir a seguinte formatação:

Em monografias e similares: Sobrenome e Prenome do autor ou autores (ano). *Título* (em itálico). Local: editora. Ex.: Suevos, Paulo (1998). *Manual de estilo*. Lugo: Perímetro; Ex.: Suevos, Paulo; Lopes, Manuel (1998). *Manual de estilo*. Lugo: Perímetro.

Mais de três autores: Sobrenome e Prenome seguindo de: *et al.* Ex.: Suevos, Paulo; *et al.* (1998). *Manual de estilo*. Lugo: Perímetro.

Entidades coletivas: Nome da entidade (ano). *Título* (em itálico). Local: editora. Ex.: Xunta de Galicia (1998). *Estatísticas*. Santiago: Xunta de Galicia, Presidencia.

Autor (editor) da obra difere do autor do capítulo: Sobrenome e Prenome do autor da parte (ano). Título da parte. Sobrenome e Prenome do autor (editor) da obra, responsabilidade [seja ed., dir., org., etc.], *Título da obra* (em itálico). Local: Editora, pág. inicial-pág. final da parte. Ex.: Suevos, Paulo (1998). Marco teórico. Lopes, Manuel, ed., *Manual de estilo*. Lugo: Perímetro, pp. 12-34.

Revistas e jornais: Sobrenome e prenome (ano). Título do artigo. Título da revista/jornal (em itálico), volume e/ou número, página inicial-final do artigo. Ex.: Suevos, Paulo (1998). Introdução ao estilo. *Revista de Letras*, vol. 1, n.º 1, pp. 23-35. No caso de artigos sem autor explícito, colocar nome da revista/jornal.

Para teses e outros trabalhos académicos: Sobrenome e Prenome (ano). *Título* (em itálico) [tipo de trabalho]. Local: Instituição. Ex.: Suevos, Paulo (1998). *Teoría do estilo* [memória de licenciatura]. Santiago: Universidade de Santiago de Compostela, Faculdade de Filologia.

Para documentos em-linha: mesmos critérios que edição impressa, acrescentando [em-linha], seguido do título, disponibilidade e data de consulta no fim. Ex.: Suevos, Paulo (1998). *Manual de estilo* [em linha]. Lugo: Perímetro. Disponível em [consult. 03/05/07]: <<http://www.perimetro.net/estilo.pdf>>.